

LETRAS E COISAS: ENSAIOS SOBRE A CULTURA ROMANA

PEDRO PAULO A. FUNARI

Coleção Trajetória 6



UNICAMP

IFCH

INSTITUTO DE
FILOSOFIA E
CIÊNCIAS
HUMANAS

PEDRO PAULO A. FUNARI

**LETRAS E COISAS:
ENSAIOS SOBRE A
CULTURA ROMANA**

Coleção Trajetória 6

**I F C H
INSTITUTO DE
FILOSOFIA E
CIÊNCIAS
HUMANAS
UNICAMP**

COLEÇÃO TRAJETÓRIA 6

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

ISBN: 85-86572-05-5

DIRETOR: Rubem Murilo Leão Rêgo

DIRETOR ASSOCIADO: Rita de Cássia Lahoz Morelli

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

Coordenação Geral: Profª Dra. Rita de Cássia Lahoz Morelli

Coordenação da Revista Idéias: Prof. Dr. Marcelo Ridenti, Coordenação da Coleção Idéias: Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari, Coordenação das Coleções Seriadas: Prof. Dr. Lucas Angioni, Representante dos Departamentos: Profª Dra. Suely Kofes – DA, Prof. Dr. Armando Boito Jr. - DCP, Profª Dra. Eliane Moura da Silva - DH, Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço - DS, Prof. Dr. Lucas Angioni – DF, Marilza A. Silva, Sebastião Rovaris e Magali Mendes (representantes de funcionários), Márcio Augusto Medeiros da Silva (representante discente da graduação) *

SETOR DE PUBLICAÇÕES: Marilza A. Silva e Magali Mendes

GRÁFICA: Sebastião Rovaris, Marcos Josué Pereira, Luiz Antonio dos Santos, Marcilio Cesar de Carvalho e José Carlos Diana

Editoração: Marilza A. Silva

Revisão: Pedro Paulo A. Funari e Nilza Clarice Galindo

Projeto da capa: Carlos Roberto Fernandes

Capa: LineaCreativa

Impressão e acabamento: Gráfica do IFCH/UNICAMP

F 962 L

Funari, Pedro Paulo Abreu

Letras e coisas: ensaios sobre a cultura romana / Pedro Paulo Abreu Funari.- Campinas, SP : UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

286p. - (Coleção Trajetória; 6)

1. Salústio, 86a.C-34a.C. 2. Arqueologia. 3. Roma Antiga 4. Ânforas. 5. Literatura clássica I. Título. II. Série.

CDD 913.031

Catálogo na Fonte - Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP

CRB nº 3387 / Cecília Maria Jorge Nicolau Consul

Capa: “Rua principal e ruas laterais”, de Paul Klee, 1929.

*Em memória de minha mãe, Maria de Lourdes Abreu Funari
Para meu pai, João Funari Neto*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	11

PARTE I

1. A GUERRA DE JUGURTA, DE SALÚSTIO	
1. Introdução	19
2. Biografia do Autor	19
3. A Obra de Salústio	20
4. A Guerra de Jugurta e sua Composição	21
5. Gênero Literário	23
6. A Guerra de Jugurta como Documento Histórico	24
7. O Estilo	25
8. Características Ortográficas, Morfológicas, Léxicas e Sintáticas	25
9. A Perspectiva Histórica da Guerra de Jugurta	28
 TRADUÇÃO DA GUERRA DE JUGURTA	35
Bibliografia.....	127

PARTE II

2. O SISTEMA DE ASSENTAMENTO DE MICRO-REGIONAL EM LA CAPANA EM ÉPOCA ROMANA	
1. Introdução	131
2. O levantamento de superfície – apresentação e crítica	133
2.1. Postura metodológica da prospecção	133
2.2. Prática de campo.....	135
2.3. Publicação do material	136

3.	A utilização da prospecção de M. Ponsich para uma análise espacial do médio Guadalquivir	138
3.1.	Premissas metodológicas para uma delimitação territorial.....	138
3.2.	A economia de mercado e as comunidades centrais.....	144
3.3.	Produções cerâmicas e cronologia	148
3.4.	Tipologia de sítios.....	153
4.	As estratégias de exploração de recursos no vale do Guadalquivir em época romana	157
4.1.	Características fisiográficas da macro-região	157
4.2.	As estratégias da implantação romana.....	157
4.3.	A superposição de estruturas de exploração de recursos.....	158
4.4.	A integração do vale do Guadalquivir no mercado mundial.....	161
4.5.	Transformações e caracterização da esfera produtiva.....	162
4.6.	Transformações e características da exploração de recursos durante a tardia-antiguidade.....	168
5.	O sistema de assentamento micro-regional em La Campana.....	172
5.1.	Premissas metodológicas.....	172
5.2.	Descrição física da micro-região e delimitação territorial	173
5.3.	A delimitação de um território hipotético	177
5.4.	A distribuição espacial dos artefatos fixos.....	181
5.4.1.	As <i>nillae rusticae</i> e as comunidades centrais.....	181
5.5.	As olarias produtoras de ânforas Dressel 20 e a oleicultura micro-regional	186
5.6.	A distribuição espacial dos sítios pequenos.....	188
5.7.	Distribuição dos artefatos móveis.....	189
5.7.1.	Selos anforários em La Campana.....	189
5.7.2.	Ânforas Dressel 20 em La Campana	191
5.7.3.	Dolia	192
5.7.4.	Relações com o exterior – os selos	193
5.7.5.	Relações com o exterior – a cerâmica de importação.....	194
5.8.	O sistema de assentamento.....	195
6.	Conclusões.....	198
	Bibliografia.....	199

3. INSCRIÇÕES PINTADAS E GRAFITES LATINOS EM ÂNFORAS DE TIPO DRESSSEL 20	
Introdução	209
I - O estudo das ânforas Dressel 20: uma breve introdução	210
Introdução	210
O desenvolvimento dos estudos das ânforas Dressel 20: a epigrafia das Dressel 20 segundo o próprio Dressel.....	211
Estudos modernos	222
Técnicas modernas de datação dos selos Dressel 20	236
Olarias exportadoras béticas	240
4. INSCRIÇÕES PINTADAS E GRAFITES	
Introdução	247
Uma inscrição pintada proveniente de Alcester, Warwickshire (Grã-Bretanha).....	249
Observações gerais, tipologia e datação.....	250
Grafite	252
Inscrições pintadas	253
Dois grafites provenientes de Vindolanda	256
Quatro inscrições pintadas provenientes de Vindolanda e estudadas pessoalmente pelo autor.....	258
Uma inscrição pintada Dressel 20 proveniente de Vindolanda	261
Descrição e comentário	262
Conclusões.....	264
Uma inscrição pintada, proveniente das escavações em Catterick, campanha de 1959.....	265
Inscrição anfórica	267
Análise paleográfica.....	270
Interpretação das inscrições.....	270
Os <i>tria nomina</i> romanos.....	270
O número CCL.....	271
As duas primeiras linhas	272
A inscrição vertical	273

INSCRIÇÃO PINTADA PROVENIENTE DE VINDOLANDA	275
Inscrições pintadas	275
Conclusões gerais do capítulo	280
Conclusões.....	282
Bibliografia.....	282

Apresentação

A coleção **TRAJETÓRIA** mantém seu objetivo de estimular os professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP a reunir e submeter à crítica acadêmica escritos dispersos que expressem, a critério exclusivo do autor, os momentos fundamentais de sua formação intelectual.

A exemplo dos volumes publicados até agora, compete ao autor selecionar, organizar e apresentar os textos, em obediência à sua versão original, transferindo para a introdução as observações que considerar necessárias para posicionar-se quanto ao estado atual de suas reflexões sobre a(s) unidade(s) temática(s) incluídas no volume.

Direção do IFCH

Prefácio

Os textos aqui apresentados foram escritos, em diferentes momentos, entre 1983 e 1994. Sua junção, nesta coletânea, explica-se, em primeiro lugar, por uma unidade temática, que perpassa, de uma forma ou de outra, a maior parte dos livros e artigos que publiquei nos últimos quatorze anos: a relação entre as letras e o mundo da escrita, por um lado, e a cultura material, por outro. Esta preocupação encontra-se, pois, subjacente à trajetória intelectual que este volume procura, ainda que de forma muito parcial, retratar. De fato, já nos primeiros artigos publicados, sobre a Anforologia¹, o assentamento romano², a tipologia³, a terminologia latina dos vasos recipientes⁴ ou sobre a cultura popular⁵, encontravam-se mesclados, de forma programática e articulada, os testemunhos escritos e a cultura material, associando, de forma indissolúvel, a

¹ A Anforologia, uma nova disciplina arqueológica, *Revista de História*, 1985, 118, 161-170.

² As estratégias de exploração de recursos no Vale do Guadalquivir em época romana, *Revista Brasileira de História*, 12, 1986, 12, 169-198; este artigo, revisado, foi publicado com o título *Baetica and the Dressel 20 production, an outline of the province's history*, em *Dialogues d'Histoire*, 20, 1, 87-105 e publica-se neste volume em sua versão original.

³ Estudo tipológico das ânforas oleárias béticas de tipo Dressel 20 de ca. 149 d.C., *Dédalo*, 1987, 25, 209-233.

⁴ Em torno da ânfora: a terminologia latina dos vasos recipientes, *Cultura Clássica em Debate*, Belo Horizonte, UFMG, 51-61.

⁵ Cultura(s) dominante(s) e cultura(s) subalterna(s) em Pompéia: da vertical da cidade ao horizonte do possível, *Revista Brasileira de História*, 1987, 13, 33-48.

Arqueologia e as demais disciplinas das Humanidades, em particular, a História, a Filologia, a Semiótica e a Antropologia. Assim, os livros⁶ e artigos⁷ mais recentes representam tanto uma continuidade temática e metodológica quanto, ao voltar-se para a ciência internacional, a busca de uma contribuição para os rumos da própria ciência que transcenda os quadros nacionais.

Em segundo lugar, buscou-se, com os textos escolhidos, apresentar facetas diversas dessa mesma preocupação. O trabalho que abre este volume representa a primeira de uma série de traduções⁸, neste caso, de uma obra latina⁹, levada a cabo como uma tarefa de curso de pós-

⁶ E.g. *Dressel 20 Inscriptions from Britain and the Consumption of Spanish Olive-Oil, With a catalogue of stamps*, Oxford, Tempus Reparatum, 1996; César Carreras & Pedro Paulo A Funari, *Britannia y el Mediterraneo: estudios sobre el abastecimiento bético y africano a Britannia*. Barcelona, Universidad de Barcelona, 1998; P.P.A Funari, Siân Jones & Martin Hall (eds.), *Historical Archaeology: Back from the edge*, Londres, Routledge, 1999.

⁷ E.g. Archaeology, History and Historical Archaeology in South America, *International Journal of Historical Archaeology*, 1997, 1, 3, 189-206; European Archaeology and two Brazilian offspring: classical archaeology and art history, *Journal of European Archaeology*, 1997 5,2, 137-148; El mito bandeirante: elite brasileira, cultura material e identidade, *Boletín de Antropología Americana*, 24, 1997, 110-122; Historical Archaeology in Brazil, Uruguay and Argentina, *World Archaeological Bulletin*, 7, 1996, 51-62; Mixed features of archaeological theory in Brazil, in P. Ucko (ed.), *Theory in Archaeology, A world perspective*, Londres, Routledge, 1995, 236-250.

⁸ Tradução de livros para o português como, por exemplo, *Introdução à Arqueologia Histórica*, de Charles E. Orser, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991; *As Primeiras Civilizações*, São Paulo, Ática, 1995, ambos do inglês; revisão de tradução do alemão para o português, *Arquivos Guilherme Tiburtius*, Joinville, Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, 1996; tradução do espanhol para o inglês, Postmedieval archaeology in Spain: an overview, *World Archaeological Bulletin*, 7, 1996, 137-148.

⁹ Posteriormente, traduções de textos latinos e gregos apareceram em diversos livros e artigos, em especial, em duas coletâneas de documentos antigos comentados, *A Antigüidade Clássica: a História e a cultura a partir dos documentos*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1995 e *Roma, vida pública e vida privada*, São Paulo, Atual, 1994 (1ª edição; 1998, 7ª ed.) e nas transcrições de grafites latinos em *La Cultura Popular en la Antigüedad Clásica*, Écija, Editorial Sol, 1991, do latim para o espanhol

graduação. O Prof. Antônio Silveira Mendonça, latinista que sempre se preocupou com as sutilezas da tradução de textos clássicos, organizou um curso voltado para a versão da *Guerra de Jugurta*, de Salústio, autor escolhido, entre outros motivos, por se tratar, a um só tempo, de um historiador e de um estilista na contra mão do equilíbrio formal que viria a dominar o cânone de composição da prosa latina. Além do Prof. Mendonça, participaram do curso diversos estudiosos, latinistas, historiadores e filósofos, alguns já professores universitários, outros ainda apenas alunos¹⁰. Toda a obra foi vertida, durante o curso, e, a cada aula, discutiam-se diversos aspectos referentes ao texto¹¹. A versão aqui apresentada, portanto, contou com essa experiência conjunta, ainda que a responsabilidade pelo resultado restrinja-se ao autor. A tradução permaneceu inédita de 1983 até hoje, embora tenha sido utilizada em sala de aula, nestes anos, sendo que trechos foram publicados nas coletâneas de documentos que coligi¹². A versão aqui publicada conta com uma introdução e com notas explicativas e, mesmo que seja datada do início da década de 1980, testemunha uma preocupação com a criação, não apenas em nossa língua, como em nosso contexto cultural, de uma versão de obra clássica.

A segunda obra apresentada foi escrita, também, nos primeiros anos de 1980, tendo sido publicada, posteriormente, em três partes, em português e apenas uma introdução, em inglês¹³. Tratava-se de um estu-

(em português, publicado como *A cultura popular na Antigüidade Clássica*, São Paulo, Contexto, 1989 e 1996).

¹⁰ Entre outros, os professores Chelini, Guarinello e Li.

¹¹ Ariovaldo Peterlini publicou trechos da *Guerra de Jugurta* em *Antologia Bilingüe de Escritores Latino, I. História*, organizada por Maria da Glória Novak e Ariovaldo Augusto Peterlini, São Paulo, FFLCH-USP, 1991, pp. 48-51 e Antônio Silveira Mendonça publicou, posteriormente, toda a obra.

¹² Cf. nota 9.

¹³ Cf. nota 2 e O sistema de assentamento microregional em La Campana em época romana, *História*, 1987, 5/6, 85-96; O assentamento microregional em La Campana em época romana, *História*, 1998, 7, 47-60.

do bem inserido na Arqueologia Processual que, por aquele período, estava produzindo modelos analíticos inovadores, em especial no estudo do assentamento humano. Havia levantamentos arqueológicos de superfície importantes que se estavam realizando, já desde a década de 1970, em diversas partes do mundo e, no que se refere ao Vale do Guadalquivir, na Espanha Meridional, área que estava no centro de minhas pesquisas, uma exaustiva prospecção permitiu-me utilizar de métodos de análise então pouco usuais na Arqueologia do Mediterrâneo. Além disso, as evidências sobre o assentamento romano no Guadalquivir não se limitavam aos vestígios materiais, mas compreendiam as fontes da tradição textual e, com particular destaque, os dados epigráficos. Desta forma, podia se propor uma junção, pouco comum, entre evidências materiais, estudadas por meio de modelos de assentamento humano, inscrições e informações literárias sobre a área de estudo. Na medida em que este trabalho foi publicado de forma fragmentada, sua apresentação integral, neste volume, objetiva, pois, restabelecer sua integridade.

A terceira parte deste volume consiste na publicação e estudo de epígrafes anfóricas latinas, texto escrito, originalmente, em 1994 e publicado, em inglês e espanhol¹⁴, mas inédito em português. As inscrições pintadas e os grafites, com sua particularidade, por se utilizar da escrita cursiva, exigem uma exegese própria, no cruzamento da Filologia com a Arqueologia, da História com a Antropologia. De fato, as minúcias paleográficas exigem uma erudição específica muito acurada, mas as

¹⁴ Some amphora inscriptions from Britain: amphora evidences, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, 1993, 3, 121-135, em versão anterior àquela aqui publicada; também publicada como parte do livro *Dressel 20 Inscriptions from Britain and the Consumption of Spanish Olive-Oil, with a catalogue of stamps*, Oxford, Tempus Reparatum, 1996 e, em espanhol, em César Carreras & Pedro Paulo A Funari, *Britannia y el Mediterraneo: estudios sobre el abastecimiento bético y africano a Britannia*, Barcelona, Universidad de Barcelona, 1998.

implicações mais amplas escapam, às vezes, ao observador externo a esta área de investigação. Neste caso, procura-se mostrar como a Arqueologia está a produzir documentos textuais novos, pois as inscrições aqui apresentadas são todas de recente descoberta e apenas seu estudo e publicação permite a formulação de interpretações mais abrangentes. Também neste texto, fica clara a materialidade do texto escrito, cujo estudo não pode, assim, deixar de lado esta inevitável interação entre letras e coisas.

Este volume visa, como se pode perceber, mostrar um pouco de uma trajetória intelectual que tem sua lógica voltada para a reflexão sobre a cultura material no contexto mais amplo das Ciências Humanas em geral. Este percurso não seria possível sem o incentivo, o apoio e orientação dos meus professores, em particular, em ordem cronológica, Maria da Glória Alves Portal, Haiganuch Sarian, Antônio Silveira Mendonça, José Remesal, Michel Ponsich e Emilio Rodríguez-Almeida. As pesquisas aqui apresentadas contaram com apoios financeiros institucionais, em diferentes situações, do CNPq, CAPES, FAPESP e FUNDUNESP, bem como com o apoio científico do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, no qual estagiei entre 1981 e 1985, da UNESP, campus de Assis, da qual fui professor de 1986 a 1991, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, das Universidades Complutense de Madrid, de Barcelona, da Classical Association (Londres), entre outras instituições de pesquisa.

Campinas, 1999

Parte I

Capítulo I

A Guerra de Jugurta, de Salústio

1. Introdução

Dividimos nosso prefácio à tradução da Guerra de Jugurta em alguns itens que procuram esclarecer os diversos aspectos da obra. Iniciamos com a biografia do autor, a análise de sua obra histórica e o estudo do livro em questão. Tratamos, ainda, de alguns aspectos ligados ao texto latino: seu estilo, gênero literário e particularidades ortográficas, morfológicas e sintáticas. Por fim, tecemos alguns comentários sobre o caráter especificamente documental do texto e sobre a perspectiva histórica em que se insere a guerra jugurtiana na história da República Romana tardia.

2. Biografia do autor

Caio Salústio Crispo nasceu na Sabínia, na cidade de Amiterno, no ano de 86 a.C.¹ Possuímos escassas informações sobre sua posição social de origem, mas podemos supor que sua família fizesse parte da aristocracia municipal provinciana, na medida em que sua vida política foi relativamente bem sucedida. Em 52 a.C., como tribuno da plebe, tomou partido contrário a Milão, o que parece indicar suas relações com César já nesta data. Em 50 a.C.², o censor Ápio Cláudio retirou seu nome da lista dos senadores por motivos políticos, tendo usado como pretexto

¹ Jerônimo, *ol.*, 3, CLXXIII, citado por Ernout, *Sall.*, p. 8.

² Dion Cássio, XL, 63.

um suposto adultério com a esposa de Milão, filha de Sila. Entretanto, Ápio Cláudio, pompeiano convicto, estava na verdade atingindo não a Salústio, mas a seu mentor, César.

Segundo a Invectiva do Pseudo-Cícero contra Salústio, César reconduziu-o ao Senado através da questura³. Após esta data, teve a oportunidade de comandar divisões do exército cesarista mas com pouco êxito. Na Ilíria, em 49 a.C. lutou contra os pompeianos⁴ e na repressão a um motim militar na Campânia em 47 a.C.⁵ sofreu sérios revezes. A derrota de Juba I e a constituição da província romana da África Nova permitiu a César nomeá-lo procônsul em 46 a.C.⁶. Segundo Dion Cássio, sua atuação foi marcada por uma administração de rapina, e costuma-se atribuir a propriedade material de seus últimos anos justamente a seu enriquecimento na África⁷. Adquiriu propriedades em Roma (*boni Sallustiani*) e a *villa* de César em Tíbur, abandonando com a morte deste a vida pública. De 44 a 35 a.C., ano de sua morte, compôs toda sua obra histórica conhecida.

3. A obra de Salústio

A obra literária reconhecida como de Salústio compõe-se de três títulos: a Conjuração de Catilina, a Guerra de Jugurta e as Histórias. A primeira, escrita entre a morte de Cícero e a guerra de Perusa, constituiu-se na primeira monografia histórica romana, opondo-se ao gênero analista de historiografia romana até então praticado.

Estudo sobre a decadência da juventude romana, sua Conjuração de Catilina é uma análise detalhada da vida política imediatamente anterior à confrontação que opôs César, Pompeu e Crasso. A oposição entre Catão e César, a vida de Catilina, o consulado de Cícero são os eixos da narrativa, precedida de uma introdução filosófica de cunho moralista.

³ Ps-Cíc., VI, 17.

⁴ Orósio, VI, citado por Ernout, *op. cit.*, p. 12.

⁵ Dion Cássio, XLII, 52.

⁶ Idem, XLIII, 9, 2-3.

⁷ Rose, p. 216.

A Guerra de Jugurta, sua segunda monografia, é uma obra mais detalhada, baseando-se em fontes históricas, enquanto seu primeiro estudo apoiava-se em grande medida em sua própria experiência pessoal (vide mais abaixo). Sua última obra, as Histórias, chegou-nos apenas através de alguns fragmentos. Descrevia o período entre o consulado de M. Lépido e Quinto Catulo em 78 a.C. e o comando de Pompeu contra Mitrídates em 67 a.C. Seus grandes temas são: a reação ao sistema de Sila, a revolta de Sertório, (80-72 a.C.), a guerra dos escravos (73-71 a.C.), a campanha contra os piratas e a guerra contra Mitrídates.

Algumas obras outrora atribuídas a Salústio são atualmente consideradas apócrifas, como a Invektiva contra Cícero e, com menor certeza, as cartas a César na velhice, que versam sobre política. Trata-se no primeiro caso de um libelo acusatório contra Cícero que por seu próprio conteúdo evidencia ter sido composto após a morte de ambos. Quanto à Cartas, ainda que escritas em estilo salustiano, parecem por demais arcaizantes para uma obra de cunho epistolar. Por outro lado, as idéias que exprimem condizem com o ideário cesarista. Não sabemos se a *clementia* proposta na Carta de 46 a.C., que o exortava a evitar a tirania silana, realmente constituía parte do pensamento político de Salústio. Contudo, após o assassinato de César, Salústio não deixou transparecer em suas obras esta idéia, considerando toda a atividade política de sua época como condenada ao jogo das ambições pessoais⁸.

4. A guerra de Jugurta e sua composição

A obra de maior fôlego de Salústio trata da guerra contra Jugurta em 111 e 106 a.C. Podemos dividi-la de diversas maneiras, segundo os critérios adotados. Assim, para Ernout⁹, o texto se comporia de duas partes equilibradas: capítulos I-LXII, supremacia da nobreza e comando

⁸ BJ, LXIII, 7, Mário *ambitione praeceps datus est*; BJ, XXV, 7, Jugurta *animus cupidine caecus... auído ingenio*.

⁹ Ernout, *op. cit.*, p. 23.

de Metelo; capítulos LXIII-fim, ascensão de Mário e declínio da aristocracia. Hugh Last¹⁰ divide-o de outra forma: início de guerra, capítulos I-XLII; comando de Metelo, XLII-LXVI; comando de Mário LXVII-fim. Sob o ponto de vista descritivo, contudo, o texto poderia ser dividido com ainda maior detalhe, se considerarmos: 1- prefácio (I-IV); 2- guerra de sucessão na Numídia (V-XXVI); 3- guerra de Roma contra Jugurta, dividindo-se em um primeiro período, revezes (XXVII-XXXIX), a reação de Metelo (XL-LXXXIII) e por fim o comando de Mário.

Esta espécie de repartição do texto tem contudo um inconveniente: parece-nos que Salústio não compôs sua obra segundo critérios históricos, ou seja, por estágios da guerra. Após o prólogo, a narrativa central é marcada por três digressões, caracterizadas por fórmulas de início e conclusão. A primeira trata da geografia e etnologia da África (XVII-XIX); a segunda relata as origens dos conflitos políticos em Roma (XLI-XLII); na última interrupção da narrativa, Salústio tece observações sobre Léptis (LXXVII-LXXX), onde podemos observar como a expressão *nunc ad rem redeo* avisa-nos do retorno a seu objeto de pesquisa. Estas interrupções podem ser consideradas como demarcações estruturais de um clímax ou de uma pausa na argumentação de Salústio.

Levando em consideração estas observações teríamos a seguinte estrutura do texto:

- 1º Prefácio (I-V)
- 2º Guerra numatina, corrupção da nobreza, personalidade de Jugurta (VI-XVI)
- 3º Primeira digressão (XVII-XIX)
- 4º Ambição de Jugurta e corrupção senatorial (XX-XL)
- 5º Segunda digressão (XLI-XLII)
- 6º Campanhas de Metelo (XLIII-LXXVII)
- 7º Terceira digressão (LXXVII-LXXX)
- 8º Término das campanhas de Metelo e campanhas de Mário¹¹.

¹⁰ Last, H., p. 115.

¹¹ Roman, J., pp. 71-73 e Earl, *op. cit.*, pp. 60-66.

5. Gênero literário

A divisão estrutural do texto traz à discussão a questão do gênero literário no qual se insere a obra de Salústio. Desde a antiguidade Salústio foi considerado *scriptor historicus*¹², mas o que vem a ser um historiador no mundo greco-romano?

A historiografia romana anterior a Salústio, a analítica, preocupava-se com a descrição dos fatos registrados ano a ano, contados pelos consulados. Salústio inaugura um novo gênero historiográfico em língua latina: a monografia histórica. Baseado em modelo gregos, especialmente em Tucídides, pretendia relatar a história romana recente, a ruína da vida pública, as guerras intestinas, para extrair destes fatos lições para a vida política contemporânea. A grande questão, entretanto, é que o pensamento greco-romano não chegou a conceituar plenamente a diferença entre a literatura e o trabalho histórico¹³. A oposição entre história e estória, *history/fiction*, *storia/romanzo*, *Geschichte/Roman* não fora ainda desenvolvida, o que explica a proeminência do estilo sobre o conteúdo, da lição moral sobre o fato histórico real¹⁴. Em Salústio, o sacrifício da exatidão à beleza da forma, à lição moralizante, é uma constante.

Sua própria visão da questão é eloqüente a este respeito: *ceterum ex aliis negotiis quae ingenio exercentur, imprimis magno usui est memoria rerum gestarum... maiusque commodum ex otio meo quam ex aliorum negotiis rei publicae uenturum*¹⁵. *Scilicet... memoria rerum gestarum eam flamam egregiis uiris in pectore crescere neque prius sedari quam uirtus eorum famam atque gloriam adaequauerit*¹⁶, confirmando-se assim o papel moralizante e utilitário da obra histórica.

¹² Jerônimo, *op. cit.*, CLXXIII, 3, citado por Ernout, *op. cit.*, p. 8.

¹³ Momigliano, p. 74.

¹⁴ Cf. Tito Lívio, *Praefatio*, passim.

¹⁵ BJ, IV, 1 e 4.

¹⁶ BJ, IV, 6.

6. A Guerra de Jugurta como documento histórico

O moralismo salustiano afeta toda a sua descrição da guerra, e sua posição partidária coloca em dúvida a veracidade de grande parte de sua caracterização da *nobilitas*¹⁷. São estes os dois grandes elementos que condicionam a narrativa de Salústio. Sua pregação moralizante articula seu discurso em torno do conflito da *virtus* individual que se transforma em *ambitio*, processo que ocorre com a maioria dos personagens da narração: Jugurta, Escauro, Albino, Mário (Metelo é uma exceção).

A corrupção do Senado aparece no texto de Salústio como a principal causa do arrastar-se da guerra, quando em verdade sabemos que se tratava de uma posição conciliatória de uma facção considerável não apenas da *nobilitas* mas igualmente dos eqüestres que tinham alianças com Jugurta¹⁸ e para quem não interessava entrar em disputa com um rei que não era necessariamente hostil aos romanos. O próprio Salústio relata que havia um consenso contrário à intromissão na disputa sucessória na Numídia até o assassinato de Aderbal e dos comerciantes italianos que o sustentavam. Da mesma forma, as vicissitudes da guerra sob o comando senatorial, que devem ser atribuídas ao desejo de contemporição destes segmentos, são para Salústio uma decorrência da corrupção da nobreza. Toda a narração é marcada pela assimilação à corrupção de toda política contrária à guerra¹⁹.

As fontes de Salústio são variadas: latinas como Sisena, gregas e até mesmo púnicas²⁰. Tais fontes, contudo, são utilizadas e interpretadas segundo tradições marianistas e contrárias à *nobilitas*. Algumas particularidades da narrativa de Salústio são, não obstante, muito férteis: a escolha dos episódios em função de seu interesse e não apenas seguindo a sucessão cronológica; a concentração nos momentos essenciais; a articulação das ações individuais em seu encadeamento lógico; a importân-

¹⁷ Embora a seu favor estejam Mommsen, p. 128 e Kovaliov, pp. 395-402.

¹⁸ BJ, VII, 7, *multos ex romanis familiarí amicítia coniúxerat*.

¹⁹ Sobre a posição relativa à sucessão veja XIII; sobre os comerciantes, XXV.

²⁰ BJ, XVII, 7.

cia do meio moral e social que permite esclarecer o particular pelo geral; a relativa fidelidade dos discursos ao pensamento dos personagens históricos reais.

Como balanço geral devemos levar em conta a opinião de Grânio Liciniano que nos diz: *Sallustium non ut historicum, aiunt, sed ut oratorem legendum* (XXXVI)²¹.

7. O estilo

Seu estilo caracteriza-se pela concisão e pelo arcaísmo, partindo ambos de um princípio comum anti-classicista (e assim anti-ciceroniano), privilegiando a *inconcinnitas* e o emprego de expressões em desuso. Sua concisão (*brevitas*) é obtida através do uso constante do infinito histórico e da supressão de palavras ainda quando necessárias para a compreensão da frase. A assimetria forçada torna-se padronizada e repetitiva: *alii... pars*, por exemplo, substitui durante todo o decorrer da narrativa o *alii... alii* clássico.

Estas características resultam em um estilo um tanto afetado, mas que consegue atingir alta dramaticidade nos discursos²² e nos bem elaborados retratos²³.

8. Características ortográficas, morfológicas, léxicas e sintáticas²⁴

O estilo arcaizante do texto acarreta um grande número de particularidades na própria grafia das palavras, por influência de Catão²⁵. As principais características ortográficas são:

²¹ Para Cícero, entretanto, a História é *opus oratorium maxime*.

²² Micipsa, X; Aderbal, XIV; Mêmio, XXXI; Mário, LXXXV.

²³ Jugurta, VI; Escauro, XV e XXVIII; Metelo, XLIII; Mário, LXV; Sila, XCV.

²⁴ Servimo-nos dos estudos de Ernout, A., *Sintaxe*; Devoto, G., *Storia*; Incutti, *Cat. Coni.*, Tettori, T., *Opere*.

²⁵ Seutônio, *Aug.*, LXXXVI, 5.

1. *i* por *e* – *beneficium*²⁶, *malificium*²⁷
2. *o* por *u* após *u* – *noius*²⁸
3. *o* por *e* – *uoster*²⁹, *aduorsus*³⁰, *uorto*³¹
4. *u* por *i* – *optumus*³² *existumo*³³ *lube*³⁴
5. *u* por *e* – no gerundio e gerundivo da 3ª e 4ª declinações – *accipiundi*, *faciundi*, *audiundo*.

Ainda quanto às irregularidades arcaizantes é necessário ressaltar que na segunda declinação dos substantivos as palavras em *ius* e *iim* têm o genitivo em *i* e não em *ii*, como *imper*³⁵, *ingen*³⁶. Na terceira declinação dos substantivos e adjetivos com genitivo plural em *iim*, o acusativo plural masculino e feminino tem a sua desinência arcaica *is* em lugar de *es*: *mortalis*³⁷, *omnis*³⁸.

As palavras compostas com preposição+raiz mantêm a grafia original³⁹, afetando um arcaísmo que, em bom número de exemplos, afasta-se decididamente da forma empregada pelos clássicos. A desinência – *ere* da terceira pessoa do plural do perfeito, o emprego de *quis* por *quibus*⁴⁰ no dativo e ablativo plurais, e por fim o uso etimológico de *lubido*⁴¹ marca sua tendência arcaizante.

²⁶ BJ, IX.

²⁷ BJ, XXXI.

²⁸ BJ, LXX.

²⁹ BJ, XIV.

³⁰ BJ, XCIV.

³¹ BJ, CVII.

³² BJ, LXII.

³³ BJ, XX.

³⁴ BJ, CX.

³⁵ BJ, XIX.

³⁶ BJ, XCV.

³⁷ BJ, XXVIII.

³⁸ BJ, CIII.

³⁹ BJ, LXXXIV; LXXXV, 25.

⁴⁰ BJ, XI.

⁴¹ BJ, LXXXIV.

Salústio emprega ainda, em alguns casos, um linguajar popularesco que se manifesta em várias expressões. Utiliza com esse propósito verbos freqüentativos com valor normal: *agitare* por *agere*⁴² *imperitare* por *imperare*⁴³, *missitare* por *mittere*⁴⁴, *negitare* por *negare*⁴⁵, *ductare* por *ducere*⁴⁶, *defensare* por *defendere*⁴⁷; o verbo *esse* com advérbios e valor predicativo: *tutius esse*⁴⁸, *laxius esse*⁴⁹; por fim, perífrases como *fugam facere*⁵⁰, *pugnam facere*⁵¹ por *fugere e pugnare*. Encontramos ainda em Salústio uma certa afetação provinciana, evidenciada pelo uso generalizado de *ciuitas* por *urbs* (XXXIX, 1; XL, 2; LV, 2) o que, segundo Devoto, seria um costume umbro⁵².

Considerado na antigüidade um *nouator uerborum*⁵³, podemos distinguir algumas de suas inovações, em especial adjetivos e participios formados com prefixos negativos: *incruentus*⁵⁴, *intactus*⁵⁵, *oblongus*⁵⁶. Verbos com novos prefixos como *adflectare*⁵⁷, *adrigere*⁵⁸ ou com prefixos não usuais como *accipere* por *incipere*⁵⁹, *praepedire* por *impedire*⁶⁰ ou eliminando o prefixo como *capere* por *accipere*⁶¹ e *ferre* por *proferre*⁶².

⁴² BJ, XXXIX.

⁴³ BJ, LXXVI.

⁴⁴ BJ, XXXVIII.

⁴⁵ BJ, CXI.

⁴⁶ BJ, XXXVIII.

⁴⁷ BJ, XXVI.

⁴⁸ BJ, XIX.

⁴⁹ BJ, LXXXVII.

⁵⁰ BJ, LIII.

⁵¹ BJ, LVI.

⁵² Devoto, p. 176. No entanto Cícero, em *De Officiis*, II, 23, 73 iguala *ciuitas e urbs*: *non esse in ciuitate duo millia hominum qui rem haberent*.

⁵³ Aulo Gélío, I, 15, 18.

⁵⁴ BJ, XCII.

⁵⁵ BJ, LXXXIII.

⁵⁶ BJ, XVIII.

⁵⁷ BJ, LXIV.

⁵⁸ BJ, LXXXIV.

⁵⁹ BJ, X.

⁶⁰ BJ, XXVIII.

⁶¹ BJ, XXXII.

Quanto às características sintáticas defrontamo-nos com formas arcaizantes como o uso do genitivo *loci*, *locurum* com valor temporal: *ad id locurum, postea loci*⁶³. Em outros casos apresenta influências do grego em contrações derivadas, por exemplo, do dativo de interesse, do dativo de ponto de vista (*dativus indicandis*). A locução grega τοῦτ' ἔστιν ἐμοὶ βουλομένῳ de Tucídides foi, assim, transposta por Salústio (LXXXIV, 3) como *neque plebi militia uolenti putabatur*. Ainda no campo da influência grega temos a assimilação do infinito ao substantivo, como em XXXI, 14: *quos omnes eadem cupere, eadem odisse, eadem metuere in unum coegit*.

Salústio apresenta finalmente algumas irregularidades advindas talvez do desejo de chocar o leitor, como em X, 2: *meque regnumque meum* ou XLII, 1: *Tib. et C. Gracchus* com o nome de família no singular⁶⁴.

9. A perspectiva histórica da Guerra de Jugurta

A Guerra de Jugurta é uma fonte bastante rica para o conhecimento desta guerra setorial dentro do vasto império romano da época. Contudo, dado o ponto de vista do autor, limitado à esfera política e mesmo aí concentrando-se no conceito de valor pessoal dos agentes históricos, as verdadeiras forças por detrás dos acontecimentos encontram-se ocultas no texto. É nosso objetivo revelar dois aspectos fundamentais que não encontram sua plena expressão na obra de Salústio e que nos são tão somente sugeridos: a verdadeira natureza da divisão de classe e de ordens em Roma e de seus entrelaçamentos durante a guerra e os fatores econômicos na penetração imperialista na Numídia.

Encontramos mencionadas na Guerra de Jugurta três categorias sociais que conduzem à luta pelo poder em Roma: a plebe⁶⁵, que age em

⁶² BJ, XXX.

⁶³ BJ, LXIII, 6; CII, 1.

⁶⁴ Cf. Varrão, R.R., I, 2, 22, *Anne ego, inquam sequar Sasernarum patris et filii libros*.

⁶⁵ BJ, XL, 3.

geral incentivada por oradores ou tribunos facciosos⁶⁶ e que é, às vezes, identificada com os artesãos (*opifices*)⁶⁷, com os camponeses (*agrestes*)⁶⁸, ou mais simplesmente com os despossuídos (*capite sensi*)⁶⁹; os homens novos⁷⁰ e a *nobilitas*⁷¹. Além destes aparecem em cena os latinos⁷², os aliados⁷³ e os italianos⁷⁴. Salústio quase não faz menção ao equestres enquanto classe⁷⁵, a não ser quando se refere à derrota dos Gracos. Por outro lado, na Numídia encontramos-nos em presença dos *negotiatores*⁷⁶, com decidida influência na própria Roma⁷⁷.

Este quadro fornecido por Salústio é, na verdade, bastante deficiente. Havia em Roma duas realidades distintas que ordenavam a hierarquização da sociedade: uma estratificação jurídica, que dividia a sociedade em ordens, e uma estratificação em classes sociais, que estabelecia um corte na sociedade de ordens e a negava. A divisão em ordens era baseada primariamente nas cinco classes censitárias que formavam as centúrias⁷⁸. Destas, a ordem superior era a dos cavaleiros, o *ordo equester*, com um senso mínimo de 400.000 sestércios que fora estabelecido no século II a.C. e que era formado pelos cidadãos *publico equo*. As recentes pesquisas de Claude Nicolet⁷⁹ revelam que a ordem senatorial nada mais era senão uma subordem da equestre, um grupo de prestígio inscrito pelos censo-

⁶⁶ BJ, LXXIII, 6.

⁶⁷ BJ, LXXIII, 6.

⁶⁸ BJ, *Ibidem*.

⁶⁹ BJ, LXXXVI, 2.

⁷⁰ BJ, LXXIII, 7.

⁷¹ BJ, IV; XIII; XVI; XXVII.

⁷² BJ, XXXIX; XL; XLII; XLIII.

⁷³ BJ, LXXXIV, 2.

⁷⁴ BJ, XL, 2.

⁷⁵ BJ, XLII, 1.

⁷⁶ BJ, XXVI; XLVII; XLV.

⁷⁷ BJ, LXV, *itaque et illum et equites romanos, milites et negotiatores, alios ipse plerosque pacis spes impellit, uti Roman ad suos necessarios aspere in Metellum de bello scribant, Marium imperatorem poscant.*

⁷⁸ Homo, I, pp. 161-172.

⁷⁹ Nicolet, C., *Les Classes*, pp. 726-755.

res no álbum e escolhido dentre os cavaleiros que houvessem exercido uma magistratura curul. Embora não fosse legalmente hereditária, em média três quartos dos senadores era descendente em linha direta dos membros da Cúria. O Senado, contudo, encontrava-se também recortado por uma diferenciação de prestígio (ignorada por Salústio) que separava os membros da *nobilitas*, cujos antepassados haviam exercido o consulado, do resto dos senadores, os *pedarii*. A *nobilitas* constituíra-se, após a segunda guerra púnica, em um grupo extremamente fechado, mesmo endogâmico, que detinha em suas mãos todo o poder do Estado.

A realidade das classe sociais, contudo, não se ajustava à estratificação das ordens. A quase totalidade dos *pedarii* e grande parte dos membros da ordem eqüestre tinham seus rendimentos baseados na terra, de onde obtinham sua força política. A *nobilitas*, por outro lado, devia sua enorme riqueza fundiária a seu poder político⁸⁰, o qual ela manteria enquanto mantivesse seu prestígio. Por fim, uma parte dos cavaleiros era ligada ao capital mercantil, à produção e exportação de vinho e azeite. Os círculos dirigentes romanos estavam assim divididos em três grupos: a *nobilitas* e a classe mercantil têm grandes interesses na expansão do império, na qual uma obtém glória e poder⁸¹ enquanto a outra colhe benefícios pecuniários; a classe dos proprietários pecuniários, por outro lado, é avessa à expansão desmedida pois esta mina as bases do seu poderio interno. A estas classes junta-se a plebe⁸², expulsa dos campos⁸³ e sem emprego em Roma, que se alia aos diversos partidos e personagens numa política clientelística que pouco tem de caráter ideológico. Tal contexto, exposto esquematicamente, aparece claramente nos mecanismos da guerra jugurtiana. Esta não é aceita pelo Senado senão sob pres-

⁸⁰ Thérbert, Y., p. 902.

⁸¹ Segundo Marx, K., p. 387, *wir finden bei den Alten... der Reichtum erscheint nicht als Zweck der Produktion...andreseits als Wert ist er blosses Kommando über fremde Arbeit zum Zweck der Herrschaft, sondern des Privatgenusses etc.*

⁸² BJ, XXXIII; XI; LXIII; LXVI.

⁸³ BJ, XLI, 8.

são de Mêmio⁸⁴ e após o massacre dos negociantes de Cirta⁸⁵. Espúrio Albino provoca o renovamento da guerra para obter glória pessoal⁸⁶. Mário, visando eleger-se, recorre aos soldados e negociantes e conquista a plebe acenando com a possibilidade de enriquecimento⁸⁷ e alista, pela primeira vez, os *capite sensi* no exército, que se tornarão sua grande força política, pois seu futuro dependerá do de seu líder. A este respeito é interessante notar que sua primeira ação na Numídia, como comandante geral, foi uma expedição de pilhagem⁸⁸.

Este complexo quadro revelado pelos pesquisadores modernos é completamente ignorado por Salústio que se preocupa apenas com a oposição novo x nobre e para quem a plebe é uma massa ignara, passível de controle demagógico. Por desprezar as realidades de classe e os interesses específicos destas, Salústio pode imputar a seus personagens vícios ou virtudes com os quais explica suas ações e referenda assim sua visão do processo político.

Se a guerra teve sua dinâmica fortemente influenciada pela disputa de grupos sócio-econômicos metropolitanos, não menos decisiva foi a atuação dos *negotiatores* italianos que atuavam na província da África e na Numídia⁸⁹. Os motivos sociais e políticos que iniciaram e levaram a cabo a guerra manifestavam-se também na própria Numídia, pela ação destes *negotiatores* italianos que, nos diversos estágios de conflito, pressionavam para uma solução de compromisso – como quando aconselharam a rendição a Aderbal⁹⁰ – ou belicosa – caso das cartas enviadas a Roma queixando-se da lentidão de Metelo⁹¹.

⁸⁴ BJ, XXXI; XXXII, 1.

⁸⁵ BJ, XXVI, 3.

⁸⁶ BJ, XXXV, 3.

⁸⁷ BJ, LXV; LXXXIII, 3.

⁸⁸ BJ, LXXXVII, 1.

⁸⁹ BJ, XXVI; XLVII; LXIV; LXV.

⁹⁰ BJ, XXVI, 1. Podemos supor que grande parte dos italianos fosse constituída por *negotiatores*.

⁹¹ BJ, LXV, 4.

É difícil determinar a real significação econômica dos homens de negócio italianos na Numídia, pois o texto de Salústio silencia sobre sua atividade propriamente mercantil e as informações que podemos obter de outras fontes são muito poucas. Por outro lado, o texto de Salústio pode fornecer-nos algumas indicações que ajudam a esclarecer a importância qualitativa dos *negotiatores* na economia e sociedade da Numídia oriental, porção do reino mais urbanizada e que coubera a Aderbal quando da divisão efetuada pelo Senado⁹². Para tanto, aproximemos duas passagens do texto: uma, no discurso de Aderbal ao Senado (XIV, 25) quando este diz... *nolite pati regnum Numidiae, quod nostrum est...* e logo adiante, quando do cerco de Cirta (XXVI, 2), Aderbal cede aos italianos *tametsi omnia potiora fide Iugurthae, tamen quia penes eosdem, si aduerseretur, cogundi potestas erat*.

Na primeira frase ante o Senado, dirigindo-se ao povo romano, Aderbal parece simular ser apenas um administrador do reino que na verdade pertence àqueles⁹³. A questão é saber quem eram os romanos de Aderbal. Seria o Senado, que estava à distância e vacilava em tomar par-

⁹² O termo empregado por Salústio, *negotiator*, gerou uma larga discussão, envolvendo historiadores como Cl. Nicolet, J. Hatzfeld, J. Rougé e P.A. Brunt de um lado e Y. Thérbert de outro, sobre as atividades do *negotiator* e do *mercator*. Admitia-se até recentemente que *negotiator* no período republicano correspondia ao comerciante de dinheiro (esfera financeira) enquanto *mercator* significaria comerciante *stricto sensu*. Contudo, Salústio em BJ, XLVII, 2, diz-nos que: *praeterea imperavit frumentum et alia quae bello usui forent comportare, ratus, id quod res monebat, frequentiam negotiatorum et commeatu exercitum...* Por outro lado, Cícero alarga o significado de *mercator* tornando-o idêntico a *negotiator* em *Verrinas*, II, 17: *... si cuiquam generi hominum sine Siculorum sine nostrorum civium, si cuiquam ordini stue aratorum sine pecuariorum sine mercatorum probatus est...* Portanto, nossa tradução “homens de negócio” ou “comerciantes”, deve ser vista como uma interpretação abrangente, tomando *negotiator* como banqueiro e comerciante.

⁹³ O fato de tratar-se de uma peça de retórica não invalida seu testemunho pois um discurso de teor semelhante não seria admissível na boca de Jugurta. Observe-se o discurso de Jugurta e sua insistência no direito das gentes, ou seja, na não intervenção dos romanos nos assuntos internos da Numídia, BJ, XXII, 4.

tido⁹⁴, tão pouco era seu interesse no caso? Na verdade, os homens de negócio, de quem dependia sua salvação em Cirta, eram os verdadeiros “romanos” de Aderbal. Nada mais natural então do que se supor que tenha sido o reino de Aderbal, local onde serão travadas *todas* as batalhas da guerra até o comando de Mário (e além disso ligado à província romana da África, urbanizado e sob influência dos *negotiatores*) o verdadeiro alvo das atenções da política militar romana⁹⁵. Não é casual que após a derrota final de Jugurta o antigo reino tenha sido entregue a um elemento fortemente influenciado pelos romanos, Gauda⁹⁶.

Embora não saibamos a real relação de dependência que unia Aderbal e seu reino oriental aos *negotiatores*, podemos concluir que sua influência foi decisiva em todo o desenrolar da guerra de Jugurta e, apenas analisando os interesses expansionistas da metrópole e de seus aliados podemos compreender a origem, o desenrolar e a conclusão do conflito.

⁹⁴ BJ, XXV.

⁹⁵ Last, H., p. 132; Carcopino, J., p. 285.

⁹⁶ BJ, LXV, 1-4.

Tradução da Guerra de Jugurta

I. É falsa a queixa humana segundo a qual sua natureza, porque frágil e breve, é governada mais pelo acaso que por seu próprio valor. Ao contrário, refletindo-se bem, não se encontrará nada mais sublime e melhor que a natureza humana. Falta-lhe menos força e tempo que o empenho dos homens. Quem guia e governa a vida dos homens é a alma. Aquele que caminha em direção à glória através da virtude com bastante poder e auto-suficiência, torna-se ilustre e não sente falta da fortuna, já que ninguém pode dar ou tirar a probidade, a dedicação e as outras boas qualidades.

Se alguém, seduzido pelas baixas paixões, arruina-se pela inação e pelos desejos do corpo, acostumando-se pouco a pouco aos maus prazeres, quando suas forças, seu tempo e seu espírito estragaram-se pela inércia, então se inculpa como fraca a natureza. Cada qual transfere à situação a culpa pelos seus próprios atos. Se os homens cuidassem dos bons modos da mesma maneira com que almejam o alheio, controlariam o acaso e não seria subjugados por ele. Alcançariam tal grandeza que superariam a morte pela glória eterna.

II. Como o homem é formado de corpo e alma, todas as suas atividades originam-se ou da natureza corporal ou da espiritual. Assim, uma bela aparência, grandes riquezas, a força física e as coisas deste gênero esvaem-se, mas as notáveis produções do espírito são, como a alma, imortais. Enfim, as boas qualidades do corpo e da fortuna têm um começo e, por conseguinte, também têm um fim, pois tudo o que nasce, morre, o que cresce, envelhece. A alma incorrupta, eterna, diretora do gênero humano, tudo controla e domina, enquanto nada pode opôr-se à sua vontade.

Estranha-se muito, portanto, a loucura dos que se entregam aos prazeres corporais e levam a vida no luxo e na preguiça. Quanto ao espírito, o que há de melhor e mais importante na natureza humana, deixam-no se degradar na falta de cultura e na apatia, quando tantos e tão diversos são os recursos do espírito com os quais se obtém a mais alta consideração.

III. Destes, em verdade, as magistraturas e os comandos, bem como qualquer participação na vida política parecem-me nestes tempos nada desejáveis, porque nem o cargo é dado pela virtude, nem aqueles que adquiriram o poder legal pela fraude estão seguros ou são por isso mais respeitáveis. Pois realmente, governar pela força a nação e os cidadãos, ainda que seja possível e que se reprimam os abusos, é algo perigoso, particularmente quando todas as revoluções engendram assassinatos, exílios e outras formas de violência. Esforçar-se em vão e não conseguir senão o ódio com seu suor, é o cúmulo da loucura. A não ser quem, por um desejo pernicioso e desprezível, se obriga a oferecer sua própria honra e sua liberdade pessoal ao poderio de alguns poucos.

IV. Dentre as outras atividades exercidas pelo espírito, em primeiro lugar é útil relatar os acontecimentos passados. Sobre a virtude de tal arte não preciso me deter, pois muitos já se referiram a isso e também para que não pensem que eu queira, por vaidade, ressaltar por demais o meu próprio trabalho e dedicação. Ainda mais creio que, por ter decidido afastar-me da vida pública, alguns darão a pecha de ociosidade ao trabalho tão importante e útil ao qual me dedico. Certamente o farão aqueles que consideram sua maior tarefa curvar-se diante da plebe e obter suas boas graças através do patrocínio de banquetes. Se estes examinassem com maior cuidado a época em que obtive magistraturas e quais homens não puderam obtê-las e, depois, que espécie de gente chegou ao Senado, sem dúvida concluiriam que minhas opiniões mudaram mais por mérito que por falta de iniciativa e que há de vir mais benefício de meu ócio que das atividades dos outros para a República.

Muitas vezes ouvi dizer que Quinto Máximo e P. Cipião, além de outros homens ilustres de nossa pátria, costumavam afirmar que ao contemplarem as imagens de cera de seus antepassados sentiam um enorme estímulo em direção à virtude. É de se supor que nem a cera nem os retratos tivessem em si mesmos tanta força, mas que, ao contrário, o relato dos feitos passados fizesse crescer no peito dos homens egrégios esta chama que não se extinguiria senão ao igualarem sua virtude à fama e à glória daqueles. Por outro lado, com os costumes atuais todos querem rivalizar com os antepassados, não em probidade e zelo, mas sim em riqueza e fausto. Também os homens novos, que outrora costumavam superar a nobreza pela virtude, esforçam-se para obter comandos militares e honrarias furtivamente, e antes com violência que com honestidade, como se a pretura, o consulado e as outras magistraturas fossem ilustres e tivessem valor em si mesmas e não que sua virtude adviesse daqueles que as ocupam.

Contudo, avancei mais livremente e além do que desejava ao descrever os costumes da pátria que me envergonham e entediam. Retorno agora a meu tema.

V. Tenho intenção de descrever a guerra que o povo romano travou contra o rei dos númidas, Jugurta. Em primeiro lugar por tratar-se de uma guerra importante, atroz e de vitórias alternadas, e depois porque pela primeira vez foi afrontada a soberba da nobreza. Esta luta, onde se confundiram todas as coisas divinas e humanas, atingiu tal aberração que só a guerra e a devastação da Itália viriam colocar um termo à discórdia civil. Antes de iniciar a narração dos acontecimentos, me referirei a alguns fatos anteriores para que tudo fique mais claro e evidente para nosso conhecimento.

Durante a segunda guerra púnica na qual, após a ascensão do domínio romano, o chefe cartaginês Aníbal consumiu enormemente as riquezas da Itália, Masinissa, rei dos Númidas, foi recebido em amizade por P. Cipião, depois cognominado o Africano por sua virtude. Masinissa

realizara muitas façanhas militares ilustres. Por isso, tendo o povo romano vencido os cartagineses e capturado Sifax, que possuía um domínio poderoso e extenso na África, deram-se ao rei Masinissa as cidades e os campos que haviam sido capturados. Desta forma permaneceu segura e leal a amizade de Masinissa para conosco. Mas o fim de sua vida foi igualmente o ocaso de seu império. Depois dele reinou sozinho seu filho Micipsa, já que seus irmãos Mastanabal e Gulussa haviam falecido devido a doenças. Ele teve como filhos Aderbal e Hiempsal, mas criou com o mesmo zelo Jugurta, filho de seu irmão Mastanabal, que o rei Masinissa relegara à condição privada, por ser filho de uma concubina.

VI. Jugurta foi, desde sua juventude, forte, belo, mas acima de tudo valoroso pelo seu espírito, e não se deixou corromper no luxo e na inação, como é costume em seu povo. Praticava a equitação, a esgrima, disputava corrida com seus pares e, ainda que os ultrapassasse em glória, era contudo bem quisto por todos. Além disso, passava a maior parte do tempo caçando, sendo o primeiro, ou um destes, a ferir os leões e as outras feras. Era grande sua atividade, mas mínima sua jactância.

Por isso Micipsa, ainda que de início ficasse alegre pensando que a virtude de Jugurta fosse a glória de seu reino, logo compreendeu que ele era ainda jovem e aumentava seu prestígio cada vez mais, enquanto o próprio rei envelhecia e seus filhos eram ainda pequenos. Passou a sentir-se apreensivo e a revolver muitos pensamentos em sua cabeça. A natureza dos homens, ávida de poder e desenfreada por saciar esse desejo íntimo, o aterrorizava. A ocasião favorável que constituía sua idade e a de seus filhos seduziria mesmo homens medíocres, pela esperança de presa que oferecia. Além disso, Jugurta tinha a seu favor a opinião pública da Numídia e ele temia que, caso matasse tal homem com alguma cilada, eclodisse uma revolta ou guerra civil¹.

¹ Esta passagem, bem como VII, 1 deu margem a uma interpretação da guerra jugurtiana como uma rebelião popular nacionalista, o que pode ser considerado como hipótese de trabalho, pois suas ligações com a aristocracia romana não são claras.

VII. Envolvido por estas dificuldades, ao perceber que não poderia se opor pela força ou pela astúcia a um homem amado pelo povo, e já que Jugurta estava pronto a agir e desejava obter glória militar, resolveu enviá-lo a missões perigosas e tentar, desta maneira, sua sorte. Assim, durante a guerra de Numância² Micipsa, como enviasse cavaleiros e infantas para o povo romano, e na esperança de que Jugurta fosse morto ao mostrar-se bravo ou mesmo num ataque inimigo, colocou-o à frente das forças nômadas que enviava à Espanha. Mas tudo se passou de forma muito diferente do que esperava.

Jugurta, que era ativo e valente, quando se inteirou do espírito de P. Cipião, então chefe dos romanos, e do costume de guerra do inimigo, com muito trabalho e dedicação, além disso obedecendo muito modestamente e indo com freqüência ao encontro do perigo, atingiu em tão pouco tempo a glória, e por isso tornou-se muito querido dos nossos, começando a inspirar um grande temor nos numantinos. E isto era correto, pois é muito difícil ser o melhor no esforço militar e também no planejamento. Na maior parte das vezes a prudência costuma levar ao temor infundado enquanto a audácia provoca o risco desnecessário.

Assim pois, o general romano quase sempre encarregava Jugurta das missões difíceis e tinha-o em grande amizade, estimando-o cada dia com maior intensidade já que nenhum plano ou intento seu revelava-se falho. A isto acrescentava-se seu ânimo generoso e sua habilidade de raciocínio, com o que atraía para si muitos romanos, que nutriam por ele uma íntima amizade.

VIII. Naquela época, nosso exército possuía muitos oficiais, homens novos e nobres, para quem a riqueza valia mais que a honestidade. Eram facciosos em Roma e prepotentes no governo dos aliados, mais ilustres do que honestos. Dirigiam-se estes homens a Jugurta, já por si um espírito exaltado, prometendo-lhe que, se assassinasse o rei Micipsa, haveria

² A guerra de Numância estendeu-se de 154 à 133 a.C. Cipião foi nomeado comandante em 135 a.C.

de obter sozinho o poder da Numídia. Ele mesmo o merecia, pois era grande a sua virtude, e em Roma tudo se vendia.

Após a destruição de Numância, P. Cipião ordenou a volta das tropas auxiliares e, quando se preparava para retornar à pátria, elogiou grandemente Jugurta perante a assembléia de seus soldados e conduziu-o depois a sua tenda onde o advertiu, secretamente, a cultivar a amizade do povo romano publicamente e não através de pessoas privadas, e a não se acostumar a ser liberal com estes poucos, pois era perigoso comprar de alguns o que era bem comum. Se mantivesse sua boa conduta, a glória e o poder adviriam naturalmente, mas caso se mostrasse impaciente, seu próprio dinheiro causaria sua perdição.

IX. Após estas palavras, enviou-o com uma carta para Micipsa, cujo teor era o seguinte:

“Teu prezado Jugurta foi de uma atuação excepcional durante a guerra de Numância, o que sei bem que te alegra. Por seus méritos nos é bem quisto e nos esforçamos muito para que o mesmo ocorra com o Senado e o povo romano. Congratulo-te por causa de nossa amizade, pois tens um homem digno de ti e de seu avô Masinissa”³.

Quando o rei se inteirou da carta do general que já soubera pela fama, sentiu-se abalado pela virtude e pelo renome de um tal homem e mudou de opinião. Resolveu ganhá-lo à força de obséquios e adotou-o imediatamente, tornado-o herdeiro por testamento com iguais direitos em relação aos filhos. Mas o rei, poucos anos depois, enfraquecido pela doença e pela idade, ao perceber que sua vida se aproximava do fim, dirigiu, segundo dizem, a palavra a Jugurta publicamente, na presença de amigos e parentes e dos filhos Aderbal e Hiempsal, exprimindo-se com estes termos:

X. “Tu eras pequeno, tendo sido deixado por teu pai sem esperança e sem bens, quando te acolhi em minha família real, pensando que por esta graça me serias tão caro quanto meus filhos, se caso viesse

³ Note-se o original: *suo*.

a tê-los. E realmente não ocorreu de outra forma. Pois, deixando de lado tuas outras ações importantes e famosas agora, ao voltares da Numídia, honraste tão brilhante atuação a mim e a meu reino e transformaste por tua virtude nossos amigos romanos em nossos amicíssimos. O nome de nossa família tornou a brilhar na Espanha. Por fim, e o que é mais difícil entre os mortais, venceste com tua glória”.

“No momento em que a natureza põe um termo à minha vida, te exorto e conjuro, por esta mão direita e pela fidelidade devida ao reino: tenhas amor àqueles que são teus parentes e teus irmãos por minha graça, e não prefiras aliar-te a estranhos em vez de manteres a união com teus próximos de sangue. Exércitos e tesouros não são grande segurança para um reino e sim teus amigos, os quais não se pode comprar com ouro ou coagir pela força, mas que são obtidos pela fidelidade e pelo bom ofício. Quem é mais amigo de um irmão que seus próprios irmãos? E em que estranho confiarás, se fores inimigo dos teus? O certo é que vos entrego um sólido reino, se agirdes corretamente, mas que será apenas fraco, se fizerdes o contrário. Pois na concórdia as coisas pequenas crescem, mas na discórdia mesmo o que há de maior se arruína. Além disso, cabe antes a ti que a eles, pois és primeiro em idade e em sabedoria, cuidar para que não aconteça de outra maneira⁴. Pois em toda disputa, quem é mais poderoso, ainda que seja quem recebe a ofensa, passa contudo por ser agressor, pois é o mais forte”.

“Quanto a vós, Aderbal e Hiempsal, honrai e observai este grande homem, imitai sua virtude e esforçai-vos para que eu não pareça ter adotado um filho melhor do que os que gerei”.

XI. Ainda que Jugurta percebesse a falsidade das palavras do rei e pensasse ele próprio de forma muito diversa⁵, respondeu contudo positivamente, como exigiam as circunstâncias.

⁴ No original: *aliter*.

⁵ No original: *aliter*. Vide nota anterior.

Micipsa morreu poucos dias depois⁶. Os jovens honraram-no magnificamente e como convém a um rei. Depois reuniram-se para discutir entre si todas as questões. Hiempsal, contudo, o menor deles, era de natureza feroz e já antes desprezando a obscuridade de nascimento de Jugurta – pois este era-lhe desigual por filiação materna. Assim, sentou-se à direita de Aderbal para que Jugurta não pudesse sentar-se na posição central, que entre os númidas é a mais honrosa. Foi contudo instado pelo irmão a ceder o lugar como exigia a idade e a custo foi forçado a mudar de lugar. Aí, ao conversarem sobre diversos problemas da administração, Jugurta disse, entre outras coisas, que era necessário anular todas as leis e decretos⁷ dos últimos cinco anos, pois durante esse tempo Micipsa estava incapacitado pela idade.

A isto Hiempsal respondeu prazerosamente que ele havia alcançado o reinado há apenas três anos. Isto causou uma revolta na alma de Jugurta, maior do que deixou transparecer. Assim, a partir de então, ficou exaltado pela ira e pelo temor, tramando e planejando uma maneira de apoderar-se de Hiempsal com uma cilada. Como passasse o tempo e seu ânimo, irritado, não arrefecesse, resolveu levar a cabo seu intento de qualquer maneira.

XII. Durante a primeira reunião que os régulos realizaram como acima descrevi, justamente por causa da discórdia resolveram dividir os tesouros⁸ e estabelecer as fronteiras recíprocas. Marcaram assim uma data para sua realização, sendo que a distribuição do dinheiro deveria preceder a demarcação. Os régulos retiraram-se para locais separados, porém próximos da casa do tesouro. Hiempsal alojou-se por acaso em Timirda na

⁶ Em 118 a.C. Jugurta foi adotado em 121 a.C. e voltara de Numância em 133 a.C. Carcopino supõe que em 133 a.C. deu-se sua legitimação e que a adoção formal apenas em 121 a.C., resolvendo assim a contradição do texto, cf. Bloch & Carcopino, p. 283, n. 74.

⁷ No original: *consulta et decreta*.

⁸ A palavra latina *thesaurus* tem o sentido de *θησαυρος* e portanto possui também o sentido de local de entesouramento.

casa principal do litor⁹ de Jugurta, que sempre lhe fora querido e bem accito. Jugurta aproximou-se com promessas deste agente que lhe fora dado pelo acaso e induziu-o a preparar chaves falsas das portas quando fosse a sua casa como que para observá-la. As verdadeiras chaves eram entregues a Hiempsal. Enfim, quando fosse oportuno, Jugurta em pessoa chegaria com uma grande força.

O númida cumpriu de imediato o ordenado e, como fora instruído, conduziu à noite os soldados de Jugurta para dentro da casa. Estes, após a invadirem, procuraram o rei em todas as partes, matando os que dormiam ou opunham resistência, dando busca nos locais escondidos, arrombando os lugares trancados, espalhando por toda parte gritos e confusão. Finalmente encontrou-se Hiempsal que havia se ocultado na cabana das escravas, pois tinha pouco conhecimento do local e fugira para lá, assustado, ao iniciar-se o tumulto. Os númidas levaram sua cabeça para Jugurta, como lhes fora ordenado.

XIII. A fama de tal ato espalhou-se rapidamente por toda a África. O temor tomou conta de Aderbal e de todos que tinham estado sob o domínio de Micipsa. Os númidas dividiram-se em duas metades: grande número seguiu Aderbal, mas a elite do exército¹⁰ voltou-se para Jugurta. Assim, Jugurta armou um grande exército e apossou-se de algumas cidades pela força e de outras por sua livre vontade, preparando-se assim para governar sobre toda a Numídia.

Aderbal, ainda que tivesse enviado embaixadores a Roma para informar o Senado do assassinato do irmão e dos seus próprios infortúnios, preparou-se mesmo assim, apoiado pela multidão de seus soldados, para lutar com armas. Mas quando se travou a batalha, foi vencido em combate e fugiu para a província da África e daí dirigiu-se a Roma.

⁹ *Lictor* no original latino. Note-se o uso de termos romanos para designar realidades númidas.

¹⁰ No original *bello meliores*.

Jugurta, tendo realizado o seu intento e conquistado toda a Numídia, com o período de calma que se seguiu, pôs-se a pensar no que fizera. Sentia medo do povo romano e não via remédio contra sua ira senão na avidez da nobreza e em seu próprio dinheiro. Assim, em poucos dias enviou embaixadores a Roma e encarregou-os de subornar¹¹, em primeiro lugar, os velhos amigos, para depois adquirirem novos e não se deterem, enfim, em suas liberalidades, onde quer que encontrassem receptividade. Então os embaixadores chegaram a Roma e, como fora estipulado pelo rei, ofereceram grande soma aos anfitriões e aos que naquela época, por sua autoridade¹², eram mais poderosos no Senado. Com o que obtiveram uma grande mudança de posição, a ponto de a nobreza passar de um sentimento de ódio ao favorecimento de Jugurta. Estes, uma parte já recompensada, outra na esperança do prêmio, esforçavam-se em convencer os senadores individualmente para que não fizessem um juízo severo de Jugurta. Quando os embaixadores já se sentiam confiantes, o Senado marcou uma audiência para ouvir ambas as partes. Relatam que Aderbal discursou como segue:

XIV. “Senadores¹³, meu pai Micipsa, moribundo, aconselhou-me a que me considerasse apenas administrador¹⁴ do reino da Numídia, pois o direito e o poder deste reino pertencem a vós. Ao mesmo tempo, disse-me que me esforçasse em tudo fazer, na paz como na guerra, pelo povo romano, considerando-vos como se fôsseis meus parentes consanguíneos ou afins. Se assim fizesse teria a vossa amizade, não apenas um exército ou as riquezas, como proteção de meu reino”¹⁵.

¹¹ *uti uiteres amicos muneribus expleant.*

¹² A palavra latina *auctoritas* possui um sentido mais amplo que autoridade em português, abrangendo o conceito de influência, prestígio, respeitabilidade.

¹³ Nos discursos dirigidos ao Senado traduzimos *patres conscripti* por senadores, na falta de um correspondente português mais adequado. A origem da expressão é arcaica, *patri et conscripti*, os senadores patrícios e de ordem equestre. Nesta época, contudo, *conscripti* designava já todos os senadores.

¹⁴ O original apresenta uma expressão de difícil tradução literal: *regni Numidiae tantum modo procurationem existumarem meam...*

¹⁵ Note-se a equiparação entre a amizade dos romanos e suas fontes internas de proteção, o exército e as riquezas.

“Pus em prática tais conselhos de meu pai, mas Jugurta, o maior celerado sobre a face da terra, desprezando o vosso poder, expulsou-me, neto de Masinissa e já, há gerações, aliado do povo romano, de meu reino e de todos os meus bens. Quanto a mim, Senadores, tendo caído em desgraça, queria pedir vosso auxílio apresentando-vos os meus atos de fidelidade, e não os de meus antepassados. E, principalmente, gostaria de não necessitar da ajuda do povo romano, mas se fosse realmente preciso, que a aceitasse como um penhor. Mas como a probidade é parca proteção de si mesma, e como não podia controlar a má natureza de Jugurta, fugi em vossa direção, Senadores, e o que é mais doloroso, vejo-me constrangido a ser uma carga antes de ter podido ser-vos serviçal”¹⁶.

“Outros reis, vencidos na guerra, são recebidos por vós com amizade, ou encontram-se em dificuldades e pedem vossa aliança. Nossa família travou relações de amizade com o povo romano durante a guerra púnica, quando se podia aspirar mais à boa-fé do povo romano do que à sua boa fortuna”¹⁷.

“Senadores, não suporteis que um descendente daqueles vossos aliados, um neto de Masinissa, venha pedir-vos auxílio em vão. Não tivesse outro motivo para obter vosso favor, a não ser minha má fortuna, – e há pouco eu era um rei poderoso por nascimento, pela fama e pelas forças, e me vejo agora destroçado pela ruína e pela indigência, constrangido a pedir ajuda alheia – seria contudo dever do povo romano impedir tal injúria e não admitir que alguém aumente seu reino através de um crime”.

“Na verdade, fui expulso das fronteiras que foram dadas a meus antepassados pelo povo romano, de onde meu pai e meu avô, unidos a vós, expulsaram Sifax e os cartagineses. O vosso generoso benefício¹⁸ me foi usurpado, Senadores. Na injúria cometida contra mim, fostes vós os desprezados”.

¹⁶ *prius oneris quam usui esse*. Note-se o tom de submissão adotado por Aderbal em oposição à altivez de Jugurta em XXII, 4.

¹⁷ No original *fides e fortuna*.

¹⁸ *beneficia*.

“Como sou miserável! A tal ponto se desintegraram teus favores, ó pai Micipsa, que aquele que adotaste como filho e fizeste partícipe no reino seja o destruidor de tua estirpe. Nunca a nossa família encontrará a paz? Ver-se-á sempre ameaçada pela morte, pela violência e pelo exílio? Enquanto os cartagineses viviam incólumes, sofriamos, com motivo, todo tipo de agressões. O inimigo estava ao nosso lado e vós, os amigos, longe. Nossa única esperança residia em nossas armas. Depois que a África se viu livre daquela peste, temos vivido contentes e em paz, só interrompida quando vós nos indicáveis um inimigo. Eis que de repente Jugurta, com uma audácia intolerável, asoberbado pela loucura e arrogância, assassinou meu irmão, seu próprio parente e em seguida ocupou seu reino como recompensa de seu delito. Depois disso, não tendo conseguido fazer-me cair em armadilha semelhante – e eu esperava tudo sob vossa tutela, menos a guerra e a violência – expulsou-me, como vedes, de minha pátria, empobrecido e onerado pela infelicidade. De tal forma que qualquer lugar me é mais seguro que meu próprio reino”.

“Senadores, eu acreditava, por ouvir as palavras de meu pai, que cultivando com dedicação a vossa amizade – o que envolve um grande esforço – estaria então maravilhosamente protegido contra qualquer ameaça. Nossa família garantiu sua presença em todas as guerras que travastes; que nós sejamos agora protegidos em tempo de paz está em vossas mãos, Senadores. Meu pai deixou dois filhos e quis acrescentar-nos um terceiro, Jugurta, como uma graça sua. Um deles está morto; do outro, eu próprio quase não escapei de suas mãos ímpias”.

“Que hei de fazer? Para quem me dirigirei em meio a maior infortúnio? Todos os refúgios me foram retirados. Meu pai, como era inevitável, sucumbiu à natureza. Meu irmão foi morto pelo crime de um parente que de modo algum poderia fazer tal ato. Parentes, amigos, pessoas chegadas a mim foram acometidos por diversas desgraças. Capturados por Jugurta, parte foi crucificada, parte foi lançada às feras. Uns poucos, que tiveram a vida poupada¹⁹, são man-

¹⁹ *anima*, no sentido de força vital, alma, vida.

tidos na escuridão do cárcere e vivem de uma forma pior que a morte, uma vida cheia de dor e sofrimento”.

“Se tudo o que perdi ou que vi se transformar de apoio em obstáculo se mantivesse como antes, ainda assim, caso ocorresse um mal inesperado, eu recorrería a vós, Senadores, vós que deveis, em nome da grandeza de seu domínio²⁰, cuidar do que é correto e do que é injusto. Neste momento encontro-me em exílio de minha própria pátria e de meu lar, sozinho e privado de todo o necessário para viver honradamente. Para onde posso dirigir-me? Quem hei de chamar em meu auxílio? Recorreria aos povos e reis, todos eles contrários à nossa família pela nossa amizade convosco? Em que lugar ficaria onde não houvesse muitas recordações das guerras de meus antepassados? Quem teria piedade de mim que tivesse sido vosso inimigo”?

“Afiml, Senadores, Masinissa, instruiu-nos a não sermos fiéis senão ao povo romano e a não aceitarmos outra amizade ou aliança: vossa amizade seria toda a proteção que necessitássemos. Se vosso poderio fosse afetado, então deveríamos ser vitimados juntamente convosco. Por vossa virtude, e com o beneplácito dos deuses, sois grandes e ricos. Tudo vos é favorável e obediente, o que torna mais fácil corrigirdes as injustiças sofridas por nossos aliados”.

“Tenho apenas um receio: que a amizade privada com Jugurta seduza aqueles que pouco o conhecem. Ouço dizer que se esforçam muito, movimentando-se e aproximando-se de vós individualmente, para que não julgueis na ausência de Jugurta e sem ouvir suas razões. Mentem, dizendo que minhas palavras e minha fuga são falsas, pois poderia permanecer em meu reino. Como gostaria de vê-lo fingir da mesma maneira, este homem por cujo crime vi-me lançado no opróbrio! Oxalá um dia entre vós ou entre os deuses imortais surja o interesse pelas coisas humanas e que ele assim pague as penas devidas pela impiedade²¹ com seu pai, pelo assassinato de seu

²⁰ *imperium*, com sentido de dominação.

²¹ *impietas*, i.e. irreverência.

irmão e pelo meu infortúnio! Que ele, que se tornou soberbo e famoso por seus crimes, seja atormentado por todos os males”!

“Ó irmão querido, ainda que foste privado da vida muito cedo, e por quem menos poderia fazê-lo considero contudo que teu destino é antes digno de alegria que tristeza. Não! com a vida não perdeste o reino e sim te livraste da fuga, do exílio e de todas as privações que as desgraças me trouxeram. Eu, abandonado pela sorte, derrubado do trono de meu pai para uma vida tão aflitiva, ofereço um espetáculo do destino humano. Não sei o que fazer, pois como poderia vingar os crimes contra ti quando eu próprio careço de ajuda? Ou deveria ocupar-me da recuperação de meu reino, quando o poder de vida e morte sobre mim está em mãos estrangeiras”?

“Oxalá fosse a morte uma saída honrosa de meu infortúnio e não parecesse justamente desprezível se, cansado dos males, cedesse à injustiça. Mas agora não quero viver e não posso morrer sem desonra. Senadores! Por vós, por vossos filhos e pais, pela grandeza do povo romano, socorrei-me em minhas aflições. Dirigi-vos contra a injustiça e não admitais que o reino da Numídia – vosso reino – se dissolva pelo crime e derramamento do sangue de minha família”.

XV. Depois que o rei pôs fim à sua fala, os embaixadores de Jugurta responderam em poucas palavras, apoiadas mais por suas larguezas que pela justeza de sua causa. Hiempsal havia sido morto pelos númidas devido à sua crueldade. Aderbal iniciara espontaneamente uma guerra e, quando se viu derrotado, queixou-se por não ter podido cometer um ato injusto. Jugurta pedia que o Senado não o considerasse diferentemente daquilo que sabiam ter sido em Numância e que não dessem mais valor às palavras inimigas que às suas ações passadas. Ambas as partes retiraram-se então da Cúria. Os que favoreciam os embaixadores, bem como a maior parte do Senado, que havia sido comprada, condenaram as palavras de Aderbal, exaltando em suas arengas o valor de Jugurta. Punham todos os seus esforços, seu crédito e sua eloquência a serviço do crime e da infâmia alheios, como se se tratasse de sua própria honra. Apenas uns

poucos, para os quais valia mais o bem e a justiça que as riquezas, consideraram que a morte de Hiempsal deveria ser vingada e Aderbal socorrido. Dentre todos destacou-se Emílio Escauro, nobre, altivo, porém faccioso, ávido de poder e riquezas. Astucioso que era, trazia seus vícios escondidos. Quando percebeu que as larguezas do rei se tornavam conhecidas e imprudentes, teve medo de que, como ocorre em tais ocasiões, este abuso odioso levantasse o ódio também contra si e assim conteve-se de sua costumeira libertinagem.

XVI. No Senado venceu, contudo, a parte que pesava o dinheiro e o crédito mais que a verdade. Foram escolhidos dez embaixadores para que dividissem o reino que fora de Micipsa entre Jugurta e Aderbal. A delegação tinha como chefe Lúcio Opímio, homem ilustre e influente no Senado daquela época já que, tendo sido Caio Graco e M. Fúlvio Flaco assassinados sob seu consulado, aplicava a vitória da nobreza violentamente contra a plebe. Ainda que Jugurta o tivesse na conta dos inimigos em Roma, recebeu-o muito bem conseguindo por meio de doações e promessas, que antepusesse os interesses do rei ao seu renome, à sua fidelidade e enfim a todas as suas qualidades. Os outros embaixadores, igualmente abordados, cederam em sua maioria e poucos estimaram mais a fidelidade que o dinheiro.

Na divisão, a parte da Numídia que é contígua à Maurítânia, mais rica em terras e homens, foi consignada a Jugurta. A outra metade, melhor em aparência que em utilidade, com maior número de portos e de construções, foi concedida a Aderbal.

XVII. O desenrolar da narração aconselha expor em poucas palavras a localização da África e dizer brevemente algo sobre os povos com os quais tivemos relações de guerra e de amizade.

Descreveria com pouca precisão os locais e os povos menos visitados, pois localizam-se no deserto, em meio ao calor, à aspereza. Quanto ao restante, me referirei o mais breve possível.

Na divisão da terra, a maioria considera a África uma terceira parte; uns poucos dividem-na em apenas duas regiões, Ásia e Europa, estando a África na Europa. O limite ocidental da África é o estreito entre o nosso mar e o Oceano; a oriente, um planalto inclinado que os indígenas denominam Catabatmos. O mar é aí agitado e sem portos. O solo é fértil em cereais, bom para o gado e com poucas árvores. Tanto a terra como o céu são muito áridos. Os homens são saudáveis, ágeis, e suportam bem as fadigas. A maioria alcança a velhice, a não ser que sucubam pelas armas ou pelas feras, pois a doença raramente vitima alguém. Além disso, existe todo gênero de animais agressivos.

Quanto aos habitantes originais da África e aqueles que para lá se dirigiram posteriormente, e sobre seu cruzamento, ainda que pense diversamente da maioria, exporei as idéias que possuo muito sucintamente, pois tivemos acesso a uma tradução dos livros, em púnico, de Hiempsal²², cujo teor é confirmado pela opinião dos moradores da região. Por outro lado, a responsabilidade pela veracidade do que vai ser dito recai sobre seus autores.

XVIII. Os gétulos e os líbios habitavam de início a África, rudes e incultos, vivendo da carne das feras e da forragem do solo, como o gado. Não eram regidos por costumes, leis ou poder algum: povos nômades, errantes, como a noite os colhia acampavam. Mas depois que Hércules morreu na Espanha, como acreditavam os africanos, seu exército, composto de homens de diversas nações, dispersou-se, pois perdera seu comandante e por toda a parte surgia quem exigisse para si a chefia. Os medos, persas e armênios, chegando à África em navios, ocuparam as regiões mais próximas do nosso mar. Os persas avançaram mais em direção ao Oceano e aí utilizaram quilhas invertidas de navios como cabanas, por falta de madeira nos campos e porque não era fácil comprar ou comerciar com a Espanha. Dada a imensidão do mar e o desconhe-

²² Os livros foram escritos por Hiempsal II, filho daquele Gauda que Mário atraiu para seu lado e pai do pompeiano Juba.

cimento da língua, o comércio era entravado. Pouco a pouco misturaram-se, por casamento, com gétulos, e como procurassem novas terras, tomando ora esta ou aquela região, chamaram a si mesmos de nômades. Além do mais, ainda hoje as construções dos camponeses númidas, que chamam de mapália, têm as laterais longas e curvas e o teto assemelha-se a uma carina.

Aos medos e persas juntaram-se os líbios, pois viviam mais próximos do mar africano, enquanto os gétulos estavam mais diretamente sob o sol, não longe do deserto. Logo tiveram cidades pois, separados da Espanha apenas pelo Estreito, estabeleceram com esta trocas regulares. Os líbios aos poucos corromperam seu nome e sua língua bárbara transformou medos em mouros. A influência dos persas aumentou e posteriormente, sob o nome de númidas, distanciaram-se do lar de seus pais, devido ao número da população, e ocuparam as regiões adjacentes a Catargo, dando-lhes o nome de Numídia. Depois, apoiando-se mutuamente, subjugaram os povos limítrofes pelas armas ou pelo medo. Ganham nome e fama, em especial os que se dirigiam para nosso mar, porque os líbios são menos belicosos que os gétulos. Por fim, a maior parte da região inferior da África caiu em mãos dos númidas e todos os vencidos aceitaram o nome e a estirpe dos governantes.

XIX. Posteriormente, os fenícios fundaram Ipona, Adrumeto, Leptis e outras cidades na costa. Uns assim fizeram para diminuir a superpopulação na metrópole e alguns, desejosos de poder, excitaram a plebe e outras pessoas ávidas de mudanças. Estas cidades em pouco tempo cresceram, tornando-se pontos de defesa da metrópole ou centros da influência fenícia. Entretanto, considero melhor calar-me do que falar pouco sobre Cartago, porque o tempo me aconselha a que me apresse para outro tema.

Desde Catābatmos, local que separa o Egito da África, a maior cidade à margem do mar é Cirene, colônia de Tera. Seguem as duas Sirtes, entre as quais está Leptis, adiante os altares dos Filenos, antiga fronteira

entre os cartagineses e o Egito, e por fim as cidades púnicas. As outras regiões até a Mauritânia são dominadas pelos númidas, e os mouros são os que se encontram mais próximos da Espanha. Temos informações de que os gétulos vivem acima da Numídia, parte em cabanas enquanto outros, ainda mais incultos, são transumantes. Depois estão os etíopes e por último o deserto. Durante a guerra de Jugurta, a maior parte das cidades púnicas e das regiões fronteiriças dos cartagineses, recentemente conquistadas, eram administradas pelo povo romano por meio de seus magistrados. A maior parte dos gétulos e a Numídia até o rio Muluca estavam sob controle de Jugurta. Todos os mouros eram súditos do rei Boco, que do povo conhecia apenas o nome, nada mais, e sobre quem não tínhamos informações nem relações de guerra ou de paz. Sobre a África e seus habitantes falei já o que julgo necessário para o meu relato.

XX. Após a divisão do reino, os embaixadores deixaram a África. Jugurta percebeu que, ao contrário do que temera, havia sido recompensado por seu crime e que aquilo que ouvira de seus amigos em Numância era verdade: tudo, em Roma, se vendia. Ao mesmo tempo, incentivado pelas promessas dos que acabara de comprar, dirigiu-se contra o reino de Aderbal. Se Jugurta era violento e guerreiro, seu alvo era manso, avesso à guerra, de bom gênio, até mesmo vulnerável, pois era antes medroso que causa de temor. Invadiu seus confins inesperadamente²³, com sua grande força, tomando muitos homens, gado e outras presas, incendiando construções, atacando a maior parte das regiões com sua cavalaria. Depois, retornou a seu reino com toda a sua multidão, pensando que Aderbal, abalado pela dor, haveria de vingar as injúrias que sofrera, dando a Jugurta um pretexto para a guerra. Aderbal, contudo, tanto por considerar-se desigual em força militar, como porque era apoiado mais pela amizade do povo romano que pelos próprios númidas, enviou embaixadores a Jugurta para se queixar das ofensas. Ainda que estes retornassem com

²³ Em 113 a.C. A divisão existiu assim por 5 anos. A guerra com Roma começaria apenas em 111 a.C.

respostas ofensivas, decidiu tudo suportar antes de empreender nova guerra, pois sua tentativa anterior fracassara. Nem assim, refreou-se a ambição de Jugurta, pois o desejo de possuir todo o reino de Aderbal apossara-se já de seu espírito. Então, não com um simples corpo do exército voltado para atividades predatórias, como fizera antes, mas com um grande exército, iniciou a guerra e pleiteou às claras o poder sobre toda a Numídia. Conforme avançava, devastava cidades e campos, arrebatando presas, e desta forma aumentava nos seus o moral, nos inimigos, o temor.

XXI. Quando Aderbal percebeu que lhe cabia abandonar o reino ou defendê-lo com armas, premido pela necessidade preparou tropas e dirigiu-se contra Jugurta. Não longe do mar, próximo a Cirta, ambos acamparam seus exércitos e, como o dia se aproximava do fim, não se iniciou a batalha. Mas já tendo passado a maior parte da noite, e estando ainda escuro, os soldados de Jugurta receberam o sinal para invadir o acampamento inimigo. Uma parte destes ainda sonada, outros pegando em armas, foram todos postos em fuga e desbaratados. Aderbal e uns poucos cavaleiros fugiram para Cirta e, não fosse a presença ali de muitos italianos²⁴, que impediram a aproximação dos númidas, em um só dia os dois reis haveriam começado e terminado uma guerra. Jugurta assediou a cidade e atacou-a com manteletes, torres e todo o tipo de máquinas de guerra, visando tomá-la. Apressava-se muito para poder antecipar-se aos embaixadores que, como lhe fora informado, haviam sido enviados antes da guerra a Roma por Aderbal.

Quando o Senado tomou conhecimento da guerra, enviou três jovens para que, em presença dos reis, anunciassem as palavras do Senado e do povo romano, pois queriam e consideravam melhor que largassem as armas para então discutirem sobre suas dissensões por vias legais, não através de uma guerra: apenas este procedimento seria digno de Roma e deles próprios.

²⁴ *togati*, ou seja, vestidos com toga, daí cidadãos romanos e italianos.

XXII. Os embaixadores vêm rapidamente à África, tanto mais que, em Roma, já se sabia da realização da batalha e do cerco de Cirta. Mas era um rumor apenas tênue. Jugurta ouviu o relato dos embaixadores e reafirmou que nada era maior ou mais caro do que a autoridade do Senado romano. Com efeito, desde jovem esforçara-se por ser bem considerado pelos melhores e cativara o grande Cipião por sua virtude, não por suas más qualidades. Por esta mesma retidão fora feito herdeiro por Micipsa e não porque este não tivesse filhos. Contudo, como agisse, na maior parte dos casos, bem e corretamente, seu ânimo tolerava ainda menos a injustiça. Aderbal havia atentado contra sua vida e, ao descobrir seus intentos, posicionara-se contra este crime. O povo romano não seria justo, nem agiria em seu próprio interesse se o privasse do direito dos povos²⁵. Por fim, enviaria embaixadores a Roma para tratar de todas as questões. Assim, ambas as partes separaram-se e não foi dada a Aderbal uma oportunidade de falar com os embaixadores.

XXIII. Logo que Jugurta soube da saída dos embaixadores romanos do solo africano, e como não pudesse tomar Cirta por assalto pela própria natureza da região, circundou as muralhas com uma paliçada e uma trincheira, construiu torres e nelas estabeleceu guarnições. Por fim, dia e noite, fustigou com ataques ou armadilhas, oferecendo aos defensores da muralha ora recompensa, ora ameaçando-os. Exortava os seus a manterem o moral e diligente, preparava tudo que se fazia necessário. Quando Aderbal viu que sua fortuna chegava ao fim, ameaçado pelo inimigo, sem esperança de auxílio nenhum, não podendo suprir o exército da munição que já se escasseava, escolheu dois dos mais bravos dentre os que haviam fugido a seu lado para Cirta. Ofereceu-lhes grandes recompensas e pediu-lhes que compreendessem em que má situação se encontrava. Encorajou-os a atravessarem as linhas inimigas à noite, chegando à costa, e daí partirem para Roma.

²⁵ No original *ius gentium*.

XXIV. Os númidas em poucos dias cumprem as ordens. A carta de Aderbal é lida perante o Senado e seu sentido é como segue:

“Não é minha culpa se vos dirijo a palavra tão freqüentemente, Senadores, mas a violência de Jugurta me obriga a isso. Ele foi tomado por tal desejo de morte contra mim que não respeita nem a vós nem aos deuses imortais: pretere tudo à sua ânsia do meu sangue. Assim, já se vão cinco meses que eu, aliado e amigo do povo romano, sou assediado pelas armas e nem as benfeitorias de meu pai Micipsa, nem vossas decisões vêm em meu socorro. Nem sei ao certo o que me preme mais, se o ferro ou a fome”.

“Sou obrigado, por minha má sorte, a escrever mais uma vez sobre Jugurta, e bem sei que não se dá crédito à palavra de quem se encontrava em má situação. Contudo, creio que Jugurta anseia algo mais que eu próprio, pois não esperava manter a vossa amizade e o meu reino ao mesmo tempo: qual dos dois considere mais seriamente, é do conhecimento de todos. Pois desde o início assassinou meu irmão Hiempsal e expulsou-me do reino que herdaria de meu pai. Eram atentados certamente contra nós, não vos atingindo diretamente. Porém agora é o vosso reino que ele mantém pelas armas, e a mim, que vós designastes para governar os númidas, mantém-me preso. Os perigos a que estou exposto atestam o pouco caso que fez das palavras de vossos embaixadores”.

“Que resta, senão vossa força, que possa demovê-lo? Gostaria que isto que vos escrevo, como o que antes defendi perante o Senado, fosse falso, e que minha situação deplorável não confirmasse minhas palavras. Nasci para fazer pública a loucura de Jugurta e, portanto, não temo as mortes ou as privações. Apenas peço-vos que não me deixeis cair em poder dos inimigos e sofrer torturas corporais. Decidi sobre o destino da Numídia – vosso reino – como desejais. Quanto a mim, livrai-me das mãos ímpias, pela grandeza de vosso poder, por fidelidade à minha amizade e pela recordação que em vós, acaso, ainda exista de meu avô Masinissa”.

XXV. Tendo sido lida esta carta, houve quem considerasse melhor enviar um exército para a África e, antes de tudo, socorrer Aderbal. Ao mesmo tempo, que se discutisse sobre a atitude de Jugurta, por ter desobedecido aos embaixadores. Contudo, aqueles que haviam sido comprados pelos favores do rei esforçaram-se muito para que outra fosse a decisão. Assim o bem comum, como na maioria das ocasiões, foi preterido por interesses particulares. Mesmo assim, foram enviados à África nobres adultos, já tendo exercido os maiores cargos e honras públicas. Entre eles estava Escauro, sobre quem falamos acima, personagem consular e então líder do senado²⁶. Devido ao ressentimento e às súplicas dos númidas, a delegação partiu em apenas três dias. Em pouco tempo desembarcaram em Útica e enviaram uma carta a Jugurta para que viesse o mais rapidamente possível para a província, já que haviam sido enviados pelo próprio Senado. Ao saber que os homens ilustres, de cuja grande autoridade em Roma ouvira falar, tinham sido enviados para se oporem a seus planos, Jugurta ficou, a princípio, abalado. Debatia-se entre o temor e a ânsia de atacar. Temia a ira do Senado, caso não obedecesse aos embaixadores. Seu espírito, por fim, cego pelo desejo, era impulsionado à realização do crime, acabando por vencer, em sua alma, sedenta, o pior partido.

Cercando todo o perímetro da cidade com seu exército, esforçou-se com grande ímpeto por adentrar Cirta, esperando em especial que, pela divisão das forças inimigas, a vitória lhe adviesse, fosse pela força ou pela astúcia. Mas não obtém êxito e seu intento é frustrado, não conseguindo apoderar-se de Aderbal antes da chegada dos embaixadores. Temendo que sua demora pudesse inflamar os ânimos de Escauro, que mais que todos temia, veio à província com uns poucos cavaleiros. Ainda que lhe fossem feitas graves ameaças se não desistisse do assédio, após muita discussão os embaixadores retiraram-se sem nada obter.

²⁶ No original *princeps senatus*, isto é, o primeiro senador, aquele que os censores punham à testa de álbum e que era o primeiro, após os magistrados, a expor suas idéias.

XXVI. Quando se soube disto em Cirta, os italianos, por força dos quais se defendiam as muralhas, crendo que a rendição, devido à grandeza do povo romano, os manteria intocáveis, persuadiram Aderbal a entregar-se juntamente com toda a cidade, com a única condição que sua vida fosse poupada: o resto estaria nas mãos do Senado. Aderbal, ainda que preferisse qualquer coisa a entregar-se à discricção de Jugurta, como dependesse dos italianos e estes tivessem o poder de coagi-lo²⁷, resolveu acatar seu conselho e rendeu-se. Jugurta matou Aderbal em meio a torturas e depois assassinou todos os jovens númidas e os comerciantes²⁸ italianos que portavam armas.

XXVII. Quando isto se tornou público em Roma e iniciou-se o debate no Senado, os mesmos representantes do rei entravaram a discussão e usando com freqüência de sua influência, enquanto os debates se arrastavam, diminuiram a atrocidade dos acontecimentos. Não fosse C. Mêmio²⁹, tributo da plebe designado, homem rígido e contrário ao poder da no-

²⁷ A relação de Aderbal com os comerciantes italianos explicita-se nesta passagem.

²⁸ Sobre a tradução do termo *negotiator* e seu significado exato vide o que escrevemos anteriormente. Quanto à tradução do vocábulo para o vernáculo, utilizamos os termos *comerciantes*, *negociantes*, *homens de negócio*, seguindo a opinião de Genovefa Immè, p. 221, segundo quem devemos traduzir o americanismo *bussinesman*: *pragmatenta, ae, m.* (a graeca radice) *πραγματευτής*, *potius quam* “*negotiator*” *vel* “*mercator*” (*quae servanda ad* “*uomo d'affari*”). Embora Immè trate da tradução para o latim, contudo o processo inverso está implícito.

Quanto à relação entre o comércio e o imperialismo romano, vale lembrar Nicolet, *Il Mestiere*, pp. 155-156: *L'imperialismo romano presenta una doppia faccia... tutte le spedizioni militari hanno sempre un duplice scopo, militare e finanziario. La conquista del bottino... finisce per diventare uno scopo fine a se stesso... i due mestiere (soldato e negotiator) non hanno nulla incompatibile e richiedono sostanzialmente le stesse attitudini e gli stessi comportamenti... Saccheggio e commercio sono due forme legate e complementari di scambio e di trasferimento di ricchezza, che la mentalità antica comincia a distinguere soltanto abbastanza tardi.* Deve-se ter em mente esta associação de soldado e *negotiator* quando da leitura do desenrolar das batalhas e saques descritos por Salústio mais abaixo, c.g. Cap. LXXXIV.

²⁹ C. Mêmio lutou em Numância sob o comando de Cipião Emiliano. Preor em 104 a.C., disputou o consulado em 100 a.C. com Glúcia mas foi assassinado.

breza, que pôs o povo romano a par do que se passava, e o crime de Jugurta teria sido perdoado, graças à ação de uns poucos facciosos. É certo que todo o ódio seria enfraquecido com o arrastar-se das discussões, o que vem a confirmar quão grande era a influência e o poder do rei. Mas o Senado, consciente de seu delito, temia o povo. Assim, pela lei Semprônia³⁰, as províncias da Numídia e da Itália³¹ foram distribuídas entre os cônsules do ano seguinte. Foram escolhidos os cônsules P. Cipião Nasica³² e Lúcio Calpúrnio Béstia, a este cabendo a Numídia, àquele a Itália. Depois foi efetuada a conscrição para o exército que seria levado à África e foi estipulado o soldo e o restante necessário para a guerra.

XXVIII. Jugurta, tomando conhecimento desta decisão contrária à sua expectativa, porque considerava que em Roma tudo fosse venal, enviou seu filho e dois familiares como embaixadores perante o Senado. Aconselhou-os, como fizera com os que enviara quando do assassinato de Hiempsal, que se achegassem a todos com o dinheiro. Quando se aproximavam de Roma, Béstia perguntou ao Senado se lhe agradava receber os embaixadores de Jugurta dentro das muralhas da cidade. Decidiu-se que seriam recebidos caso viessem oferecer rendição, sua e do reino, e que, em caso contrário, deveriam retirar-se da Itália em dez dias. O cônsul ordenou que a decisão do Senado fosse anunciada aos númidas e assim, não tendo conseguido seu intento, retornaram para sua pátria.

Enquanto isso Calpúrnio, estando pronto o exército, escolheu como legados homens nobres, de espírito faccioso, sob cuja autoridade esperava

³⁰ Referência à *Lex de prouinciis consularibus* de Caio Graco em 123 a.C. que determinou que as províncias consulares deveriam ser escolhidas antes das eleições.

³¹ Província da Itália, expressão pouco usual, tendo em vista que a Itália não era propriamente uma província romana.

³² Cipião Nasica morreu durante o exercício de sua magistratura. Era filho de Cipião Emiliano, que conduziu a oposição aos Gracos. L. Calpúrnio Béstia, antigo partidário de Graco, fora tribuno da plebe em 121 a.C. e se passara para o lado da nobreza após a derrota daquele.

estarem a salvo suas más ações. Entre eles estavam Escauro, sobre cuja natureza e atitudes acima relatamos. Nosso cônsul possuía muitas qualidades positivas, tanto de alma como de corpo, as quais eram todas percebidas pela avidez. Suportava bem os esforços, era de espírito rude, agia com cautela, era conhecedor da arte militar, o mais firme contra os perigos e ataques do ódio alheio. As legiões foram pela Itália até Régio, daí até a Sicília, enfim da Sicília foram transportadas à África. Calpúrnio, tendo cuidado dos aprisionamentos, atacou de início com grande vigor, fazendo muitos prisioneiros e tomando algumas cidades que lhe resistiram.

XXIX. Porém, quando Jugurta começou a tentá-lo com dinheiro através de embaixadores, e porque a guerra se apresentasse dura, facilmente deixou seduzir seu espírito doente de avidez. Além disso, tomou como aliado e conselheiro-mor Escauro, ainda que de início, a maioria de seus pares corrompidos, tivesse atacado com violência o rei. Entretanto, pela grandeza da soma, decaiu da honestidade e retidão.

Jugurta desejava apenas deter a guerra, crendo que algo ocorreria a seu favor em Roma, graças a seu dinheiro e prestígio. Depois que obteve a colaboração de Escauro, esperançoso de recuperar a paz, decidiu tratar pessoalmente com ele das condições do tratado. No meio tempo, o cônsul enviou o questor Séxtio à cidade de Vaga, pertencente a Jugurta, como prova de boa-fé. Na aparência iria receber o trigo que Calpúrnio, na presença de todos, ordenara aos embaixadores que entregassem, porque durante a espera da rendição se estabelecera uma trégua. Então o rei veio ao acampamento como estipulara e fez um pequeno discurso diante do conselho de guerra sobre a odiosidade de suas ações passadas e pediu que aceitassem sua rendição. Quanto ao restante, combinou secretamente com Béstia e Escauro. No dia seguinte, votadas em bloco³³, as condições da rendição foram aceitas. Como fora decidido diante do conselho, foram entregues ao questor trinta elefantes, muito gado e cavalos além de um

³³ *Per saturam*, ou seja, misturadas como uma salada de frutas (*satura*), daí em bloco.

pequeno valor em prata. Calpúrnio dirigiu-se a Roma para a eleição dos magistrados enquanto na Numídia e em nosso exército vivia-se em paz.

XXX. Quando foi divulgado em Roma o acontecido e a maneira como foram feitos os acordos na África, em todos os locais e reuniões da cidade comentava-se a atitude do cônsul. Entre a plebe, um mal-estar cheio de ódio, entre os Senadores, a angústia. Não sabiam se aprovavam um acordo vergonhoso ou se anulavam a decisão do próprio cônsul. Estavam antes de tudo impossibilitados de fazer prevalecer a justiça pela influência de Escauro, que era tido como mandante e cúmplice de Béstia. Mas C. Mêmio, sobre cuja liberdade de espírito e ódio contra a prepotência da nobreza já falamos, durante o período em que o Senado hesitava e demorava, exortou o povo à vingança nos comícios. Aconselhou-o a não abandonar a sua própria liberdade. Atirou-lhes aos olhos os muitos crimes, soberbos e cruéis, da nobreza. Cuidou em suma para, de todas as maneiras, insuflar o ânimo da plebe. Porém, tendo em vista que naquela época, em Roma, a eloquência de Mêmio era ilustre e respeitada, considero apropriado transcrever um de seus muitos discursos. Em especial relatarei a oração que pronunciou diante do povo após o retorno de Béstia. Discursou da seguinte forma:

XXXI. “Muito há que me desencoraje de dirigir a palavra a vós, só o fazendo porque meu cuidado pela República supera tudo: a força do partido aristocrático, vossa tolerância, a ausência de direito e acima de tudo, porque a probidade é antes causa de perigo que de honrarias. Envergonha-me falar sobre os últimos quinze anos, sobre o quanto fostes vítimas da soberba de uns poucos, de como vossos defensores foram mortos vergonhosamente e não foram vingados. De tal forma vosso espírito foi corrompido pela inação e falta de iniciativa que nem agora, quando vossos inimigos estão certamente abandonados, vós tentais vos elevar politicamente. Agora ainda, temeis a quem deveríeis causar medo. Mas mesmo assim meu espírito me obriga a enfrentar a prepotência da nobreza. Utilizar-me-ei da liberdade que herdei de meus pais. Se o farei em vão ou se terei êxito está em vossas mãos, cidadãos”.

“Não vos peço, como muitas vezes fizeram vossos antepassados, que tomeis em armas contra a injustiça. Não se faz necessário o uso da força ou da secessão, mas é preciso que eles se arruinem por si mesmos. Tendo sido morto Tibério Graco, que diziam aspirar à realeza, a plebe romana foi perseguida. Após a morte de Caio Graco e M. Fúlvio, muitos homens de vossa ordem foram assassinados no cárcere. Em ambos os massacres, quem lhes pôs termo não foi a lei, mas o desejo daqueles. Mas por certo tratou-se de uma trama pela realeza a restituição dos direitos à plebe! Por certo o que não pode ser vingado sem o sangue dos concidadãos é justo e é direito”!

“Nos anos anteriores indignamo-nos calados com a exploração do erário público, quando os reis e povos livres pagavam impostos a uns poucos nobres, em cujas mãos eram depositadas a maior glória e as maiores riquezas. Contudo, consideraram que fazer tudo isso impunemente era pouco. Assim, acabaram por entregar aos nossos inimigos as leis, a vossa soberania, tudo o que é sagrado ou profano. E os que agem dessa maneira não se envergonham ou se arrependem. Ao contrário, apresentam-se orgulhosos diante de vós com sacerdócios e consulados, parte ostentando seus triunfos, como se fossem honrarias e não presas de guerra. Os escravos comprados não suportam a injustiça do poder de seus senhores. Vós, cidadãos, nascidos com poder sobre si mesmos, de livre vontade tolerareis a escravidão”?

“Quem são estes que tomaram conta da República? São homens ensandecidos, cruéis na vida prática, de avidez imensa, que causam muitos danos e disso mesmo se vangloriam ao infinito! Sua fidelidade, honestidade, seu sentimento de respeito, enfim toda a boa ou má qualidade é para eles motivo de lucro. Sua proteção consiste, para uns, no assassinato de tribunos da plebe, para outros, nos processos injustos, para todos, na vossa destruição. Sim, quanto pior a ofensa, maior sua proteção! O temor que deveriam sentir por seus crimes transferem-no para vós, graças à vossa inação. Como têm o mesmo objetivo, o temor pelo mesmo inimigo,

uniram-se em um grupo coeso, o que entre pessoas honestas chamamos de amizade, mas entre os ímprobos é partidarismo”.

“Se vós cuidásseis da liberdade como eles se inflamam pelo poder³⁴, certamente a República não estaria espoliada como está agora e vossos benefícios recairiam sobre os melhores, não sobre os mais ousados. Vossos antepassados, para obterem justiça e estabelecer-se vossa soberania, por duas vezes retiraram-se armados e ocuparam o monte Aventino. Vós, pela liberdade que deles recebestes, não vos esforçareis com vigor, tanto mais quanto é mais desonroso deixar escapar o obtido que nunca tê-lo possuído”?

“Alguns dirão: “que propões então fazer”? E respondo: a vingança contra os traidores da pátria, não pelas próprias mãos nem pela violência – o que seria mais indigno de vós fazê-lo que para eles sofrer tal castigo – mas através de processos judiciais e com o testemunho do próprio Jugurta. Se ele realmente quiser a rendição, então obedecerá a vossos ditames. Se os desprezar, então concluireis sem dúvida que espécie de rendição é esta, pela qual adveio a impunidade a Jugurta por seus crimes, enormes riquezas para uns poucos poderosos e para a República apenas danos e desonra”.

“A menos, talvez, que vós não estejais fartos da dominação daqueles. Preferis talvez aos tempos de hoje a época em que os reinos, as províncias, leis, direitos, tribunais, a guerra e a paz, tudo enfim, divino e humano, estava nas mãos de uns poucos e vós, vale dizer o povo romano, invencíveis perante os inimigos, dominadores de todos os povos, consideráveis bom bastante o manter-vos vivos. Pois quem, dentre vós, ousava rejeitar a escravidão”?

“Quanto a mim, ainda que considere muito indigno para um homem sofrer uma injustiça sem reação, suportaria contudo de bom grado que perdoásseis aos homens mais ensandecidos, por serem vossos concidadãos, se a miséria não se transformasse em vossa destruição. Pois eles são de uma tal impudícia que lhes parece pouco ter cometido um mal, é necessário que possam ter permis-

³⁴ *dominatio* possui sentido de poder despótico.

são de continuar a fazê-lo. Permanecerá em vós um temor eterno, quando perceberdes que haverão de se manter na escravidão ou terão de recuperar a liberdade com as suas próprias mãos. Que esperança há de alguma confiança ou concórdia? Eles querem o poder, vós a liberdade; eles cometem injustiças, vós quereis impedi-las; por fim, tratam nossos aliados como inimigos e nossos inimigos como amigos. É possível haver paz ou amizade entre estados de espírito tão diversos? É por isso que vos advirto e vos exorto a não abandonar crime tão grave sem punição. Não foi cometido peculato, nem pela força foi extorquido dinheiro de nossos aliados, delitos graves mas que pela prática usual hoje são tidos como insignificantes. Foi traída a autoridade do Senado ao nosso pior inimigo e também vosso poder foi vítima da traição. A República foi vendida no campo de batalha e na própria Roma. Se não for aberto um processo, nem castigados os culpados, que restará se não viver obedientemente sob estes criminosos? Fazer o que se quer com impunidade é comportamento de um rei. Além disso, na vida pública os benefícios são menos considerados que os malefícios. A ausência de recompensa torna o bom apenas menos zeloso mas o mau fica mais encorajado à desonestidade. Por fim, se as leis não forem transgredidas, com menos freqüência será necessário pedir auxílio”.

XXXII. Induzindo o povo desta e de outras manciras, persuadiu-o a enviar Lúcio Cássio, então pretor, a Jugurta para trazê-lo a Roma sob garantias públicas, para que mais facilmente fosse feita a acusação contra os crimes de Escauro e dos outros suspeitos de terem recebido dinheiro. Enquanto isso se passava em Roma, os que haviam sido deixados na Numídia por Béstia, comandando o exército, agiram segundo o costume do general e cometeram muitas ações comprometedoras. Houve quem, comprado pelo ouro, entregasse os elefantes para Jugurta, outros venderam os fugitivos, parte depredava regiões já pacificadas. Tudo isso acontecia porque a avidez penetrava em suas mentes como uma doença. Mas o pretor Lúcio Cássio, aceita a proposta de C. Mêmio e abatida toda

a nobreza, dirigiu-se para Jugurta, que estava acabrunhado e pouco confiante em si mesmo, e persuadiu-o, já tendo se rendido ao povo romano, a experimentar antes sua misericórdia que sua força. Dava, em particular, sua palavra, que Jugurta prezava tanto quanto a própria fé pública romana, tão grande era o renome de Cássio naquela época³⁵.

XXXIII. Então Jugurta veio a Roma com Cássio, mas vestindo-se de forma contrária ao decoro real, com um séquito paupérrimo. Ainda que estivesse muito confiante, encorajado por todos sob cujo poder e ação criminosa cometera os delitos que acima relatamos, comprou mesmo assim a bom preço o tribuno da plebe C. Bébio, pois poderia proteger-se, com o mau caráter deste, da lei e de todos os ataques. Convocada a assembléia, C. Mêmio pôde controlar a revolta da plebe, ainda que esta odiasse o rei e pedisse a sua prisão, outros exigindo que, segundo o costume, fosse supliciado, caso não relatasse os cúmplices de seus crimes, e aquele se comportou antes em nome de sua dignidade que pela ira. Abrandados os ânimos, declarou que a fé pública era para ele inviolável. Feito silêncio, e na presença de Jugurta, falou algumas palavras, lembrando seus crimes em Roma e na Numídia, tornando públicos seus atentados contra o pai e os irmãos. Com quais cúmplices e auxiliares cometera tais ações? O povo romano conhecia-os. Queria porém que dissesse seus nomes de público. Se revelasse a verdade, poderia depositar grande esperança na fidelidade e na clemência do povo romano. Caso se calasse, não favoreceria seus aliados e sim perderia seus bens e a si mesmo.

XXXIV. Quando Mêmio terminou seu discurso e Jugurta foi chamado a responder, o tribuno da plebe C. Bébio, como dissemos comprado com dinheiro, ordenou que o rei se calasse. A multidão presente à assembléia, indignada, ameaçou-o com seus gritos, olhares, acoassando-o e fazendo outros atos causados pela ira. Apesar disso tudo, venceu a desonestidade.

³⁵ Salústio rende homenagem à memória de Lúcio Cássio que, segundo Cícero, era *homo... tristitia et severitate popularis*. Cf. Brutus, XXV.

Assim, ludibriado, o povo deixa a assembléia. Jugurta, Béstia e os outros implicados no processo tomam nova coragem.

XXXV. Vivia naquela época em Roma um númida chamado Massiva, filho de Gulussa e neto de Masinissa. Durante a disputa entre os reis da Numídia, tomou partido contrário a Jugurta e por isto, após a rendição de Cirta e do assassinato de Aderbal, exilou-se de sua própria pátria. Espúrio Albino, um ano após Béstia, era cônsul com Quinto Minúcio Rufo e persuadiu Massiva a pleitear para si o trono da Numídia, apresentando como motivos sua descendência de Masinissa e porque um ódio entremeado de temor era votado a Jugurta por seus crimes.

O cônsul, ansioso por levar adiante uma guerra, preferia tudo à inação. Coubera-lhe, de fato, a província da Numídia e a Minúcio a Macedônia. Depois que Massiva iniciou suas articulações, Jugurta, julgando-se pouco seguro por parte de seus amigos, imobilizados pela própria consciência ou temerosos de uma má fama, chamou seu fiel amigo Bomílcar. Ordenou-lhe que contratasse assassinos com o dinheiro que já o ajudara a realizar muitas coisas e que matasse o númida secretamente ou mesmo, se isto não fosse possível, que o matasse de qualquer maneira. Bomílcar executou de imediato as ordens do rei e, por meio de homens especialistas em tais ações, informou-se das idas e vindas, de todos os locais por onde passava Massiva. Depois, quando surgiu a ocasião, deu-se a emboscada. Um dos atacantes aproxima-se de Massiva um pouco desavisadamente e, ao matá-lo, deixa-se capturar. Instado por diversas pessoas, entre as quais o cônsul Albino, confessa. Bomílcar, que viera a Roma como ajudante de Jugurta sob a proteção da fé pública, foi acusado, e seguiu-se no caso mais as regras da justiça e do bem comum do que o direito internacional. Mas Jugurta, tomando conhecimento da extensão de seu ato, não abandonou logo seus esforços para ocultar a verdade, a não ser quando percebeu que o ódio contra o delito era maior que sua influência ou dinheiro. Entretanto, ainda que na primeira audiência tivesse apresentado como caução cinquenta de seus amigos, pensando mais

em seu reino que naqueles, enviou Bomílcar em segredo para a Numídia. Temia que, se deixasse seu aliado Bomilcar ser supliciado, o medo em obedecê-lo tomasse conta de seus súditos na pátria. Ele próprio retirou-se para lá em poucos dias, quando o Senado ordenou que deixasse a Itália. Tendo saído de Roma, conta-se que muitas vezes olhava para trás, calado. Enfim, teria dito Oh! cidade venal! Perder-se-á em um instante, se encontrar um comprador.

XXXVI. Albino, reiniciada a guerra, apressou-se em transportar para a África provisões, soldo e todo necessário para o exército. Partiu de imediato para que, ainda antes dos comícios que ocorreriam pouco depois, pudesse por um termo à guerra pelas forças das armas, pela rendição do inimigo ou por qualquer outra maneira. Mas Jugurta frustrou estas expectativas, arrastando todas as operações, utilizando todos os artifícios para a sua paralização. Oferecia sua rendição para logo após simular temor, cedia por um momento e pouco depois, para não baixar o moral de seus homens, atacava novamente: assim iludia o cônsul ora com a esperança de paz, ora de guerra. Alguns julgavam que Albino conhecia os planos do rei e que a transformação da violência inicial para a indecisão no campo de batalha devia-se antes à traição que à incapacidade. Passou o tempo e a data dos comícios aproximava-se. Albino retornou a Roma, deixando o irmão Aulo no acampamento como pretor.

XXXVII. Por aquela época, em Roma, tribunos sediciosos agitavam atrozmente a vida pública. Os tribunos da plebe P. Lúculo e Lúcio Ânio esforçavam-se para conservar as magistraturas opondo-se aos colegas. Tal disputa entrou por todo um ano os comícios. Em meio à demora, Aulo, deixado como acima dissemos como comandante, tinha esperanças de terminar a guerra ou de, pelo temor de seu exército, extorquir dinheiro do rei. Mobilizou os soldados em janeiro, retirando-os dos quartéis de inverno. Em marcha forçada, sob um rigoroso inverno³⁶,

³⁶ Apesar do absurdo de se partir em campanha em pleno inverno Mário, muito melhor general que Aulo, realizou uma expedição em plena má estação, sobre a

chegou à cidade de Sútul, onde estava o tesouro do rei. Ainda que, pela aspereza do clima e pela difícil localização não pudesse tomá-la ou sitiá-la – e uma planície arenosa que envolvia o monte íngreme tornara-se um pântano com as águas invernais – não querendo enganar o rei e aumentar-lhe o medo, ou porque estivesse cego pelo desejo de apossar-se dos tesouros da cidade, apressou-se em conduzir os manteletes, em preparar as terraças e em outras atividades que fossem úteis para seu objetivo.

XXXVIII. Jugurta, conhecendo a fraqueza e a imperícia do comandante, quis com golpe de astúcia aumentar-lhe a própria temeridade, e enviou-lhe embaixadores em sinal de submissão. O próprio Jugurta, como se procurasse evitar o general, conduzia o exército por regiões silvestres e por atalhos. Induziu Aulo, pela esperança de paz, a deixar Sútul e segui-lo para regiões afastadas como se batesse em retirada: desta forma seus crimes seriam cometidos em maior segredo. Enquanto isso, fazia o exército adversário cair em tentação, por meio de astutos agentes, numa atividade diuturna. Corrompia os centuriões e chefes de esquadrão que deveriam desertar ou passar para o inimigo no momento oportuno. Depois de realizar os preparativos que planejava, inesperadamente, em uma madrugada, cercou o acampamento de Aulo com um grande número de númidas. Os soldados romanos, atônitos pelo inesperado tumulto tomam suas armas; outros fogem; uma parte vem em socorro dos temerosos e a correria é generalizada. O grande número de inimigos e a obscuridade da noite causavam perigo: não se sabia enfim se era mais seguro fugir ou ficar. Mas entre os que tinham sido corrompidos, como dissemos, uma coorte de lígures, dois esquadrões de trácios e alguns soldados comuns desertaram para o lado do rei. Um centurião primipilo da terceira legião possibilitou a entrada ao inimigo através da fortificação que lhe cabia defender. Por aí entraram todos os númidas. Os nossos fugiram vergonhosamente, a maior parte deixando para trás suas armas, e ocuparam uma colina próxima. A noite e a presa no acampamento impediram

qual, aliás, Salústio nada nos informa.

o inimigo de aproveitar-se da vitória. No dia seguinte, Jugurta falou com Aulo em uma reunião: ainda que tivesse encurralado a ele e a seu exército pelas armas e pela ameaça de fome, lembrava-se contudo das vicissitudes humanas. Se fizesse um acordo com ele poderiam passar todos sob o jugo incólumes. Deveria, além disso, abandonar a Numídia em dez dias. Ainda que as condições fossem severas e cheias de ofensas, contudo, pelo temor da morte, a paz foi feita segundo os ditames do rei.

XXXIX. Quando se soube do acontecido, o temor e a lamentação invadiram a cidade de Roma. Uns lamentavam-se pela glória do império, parte, desacostumada das vicissitudes da guerra, temia que isto pusesse em perigo sua liberdade. Todos voltaram-se contra Aulo, em maior grau, aqueles que haviam sido ilustres em sua vida castrense, porque Aulo, em armas, havia preferido salvar sua vida por meio da desonra e não da luta. O cônsul Albino temia que o ódio pelo que seu irmão fizera se transformasse em perigo contra si e assim submeteu o tratado ao parecer do Senado. Enquanto isso, conscrevia uma força suplementar para o exército, exigindo tropas auxiliares dos aliados e latinos. Apressava-se de todas as maneiras possíveis nos preparativos. O Senado, como era justo, decidiu que nenhum tratado poderia ser feito sem sua ordem e do povo romano.

O cônsul partiu em poucos dias para a África, indo porém sem as forças que preparara: os tribunos da plebe impediram-no de fazê-lo. Todo exército fora já retirado da Numídia, como estabelecido e invernavia na província. Tendo lá chegado, ainda que desejasse ardentemente perseguir Jugurta e assim remediar o ódio voltado ao irmão, ao tomar contato com os soldados, os quais, além da fuga, haviam sido corrompidos pela liberalidade e lassidão, decidiu, dadas as circunstâncias, nada fazer.

XL. Enquanto isso, em Roma, o tribuno da plebe C. Mamílio Limetano propôs ao povo uma lei, para que fossem processados os que tives-

sem desobedecido decisões do Senado a mando de Jugurta e aqueles que, como embaixadores ou comandantes, haviam recebido dinheiro ou que haviam entregado elefantes e desertores e mesmo contra aqueles que tivessem tratado de guerra ou de paz com o inimigo. A este projeto de lei preparavam obstáculos aqueles que, cômnicos de seus atos ou temerosos dos ataques causados pela luta partidária, não podiam resistir abertamente sem reconhecer seu apoio a este e a outros delitos e utilizavam-se, por isso, do concurso secreto de seus amigos e especialmente de latinos e aliados italianos.

É incrível observar-se quão grande esforço fez a plebe e com que decisão aprovou o projeto, mais por ódio à nobreza, contra a qual se dirigia o projeto, que por respeito à República. Tal era a dimensão das paixões partidárias. Entretanto, enquanto os outros implicados eram golpeados pelo temor, M. Escauro, que como dissemos fora legado de Béstia, conseguiu, em meio à alegria da plebe e à fuga dos seus, fazer-se eleger um dos três investigadores designados pela lei Mamília, mesmo em meio à agitação que abalava a cidade. A investigação foi áspera e violenta, conforme o rumor e a paixão da plebe. Como tantas vezes ocorrera com a nobreza, agora a plebe fora tomada pela insolência das situações vantajosas.

XLI. O costume dos partidos e facções, e daí de todas as más atitudes, surgira pouco antes em Roma do ócio e da abundância, gênero de vida mais estimado pelos homens. Pois antes da destruição de Catargo, o povo e o Senado romanos administravam a República entre si com placidez e moderação. A glória e o poder não eram causas de disputas entre os concidadãos. A ameaça inimiga mantinha o Estado bem dirigido. Mas quando essa ameaça desapareceu da memória, a lascívia e a ostentação, conseqüências da tranqüilidade, vieram à plena luz. Assim, durante a adversidade, desejava-se o descanso, mas após consegui-lo, tornou-se mais áspero e azedo que o próprio infortúnio. Na verdade, a dignidade da nobreza e a liberdade do povo tornaram-se luxúria, cada qual buscan-

do o domínio, o poder e o saque. Dividiu-se, assim, o todo em dois partidos e a República, antes governada pelas duas partes igualmente, agora se dilacerava. Por outro lado, a nobreza era mais poderosa por sua coesão, enquanto que a plebe, dispersa em grande número, pouco podia. Pela decisão de uns poucos eram geridos os negócios internos e externos, em suas mãos estavam os erários, as províncias, as magistraturas, as glórias e os triunfos, enquanto o povo sofria o serviço militar e a pobreza³⁷, a presa de guerra era monopolizada pelo general e alguns poucos.

Enquanto isso, os pais e filhos dos soldados, conforme tivessem suas terras confinantes às de homens poderosos, eram expulsos de seus lares. Assim, a cupidez associada a um poder sem medida ou moderação invadiu, maculou e devastou tudo, nada respeitando até gerar sua própria destruição. Quando pela primeira vez surgiu dentre a nobreza alguns que deram precedência à glória e ao poder iníquo, o Estado abalou-se e a disputa civil ergueu-se como um tremor de terra.

XLII. Depois que Tibério e Caio Graco³⁸, cujos ancestrais muito engrandeceram a República durante a guerra púnica e em outras, começaram a exigir a liberdade da plebe e a denunciar os crimes de uns poucos, a nobreza, culpada, e por isso abatida, através de aliados latinos e de cavaleiros romanos – os quais atraíra para si e distanciara da plebe pela esperança de uma aliança – investiu contra a ação dos Gracos. Assassinararam primeiro Tibério e após alguns anos Caio (juntamente com M. Fúlvio Flaco), que seguia os passos do irmão, o primeiro tribuno, o segundo triúmviro para a fundação de colônias. É certo que o desejo de vitória dos Gracos não foi suficientemente moderado. Mas é preferível ser derrotado praticando o bem do que vencer a injustiça por maus meios. Com

³⁷ Compare-se com a seguinte frase das *Historiae*, I, 55, 13: *leges iudicia aerarium prouinciae reges penes unum, denique necis ciuium et uitae licentia.*

³⁸ Tibério Semprônio Graco foi cônsul em 215 a.C. e lutou na Espanha, obtendo várias vitórias. Tibério Semprônio Graco foi pretor em 179 a.C. batendo os celtiberos e cônsul em 177 a.C., quando derrotou os sardos.

esta vitória a nobreza, por sua ardente paixão, livrou-se de muitos pela morte ou pelo exílio, o que no futuro lhe causaria menos segurança no poder e maior temor. Desta forma, a maioria dos grandes Estados fez sua própria ruína. Vencer a qualquer custo gera, nos vencidos, um desejo ainda mais forte de vingança.

Mas das questões partidárias e de todos os costumes estatais torna-se necessário narrar caso a caso e em toda a sua extensão. Para tanto falta-nos tempo e não material. Por isto retorno à minha narrativa.

XLIII. Após o acordo de Aulo e a fuga vergonhosa de nosso exército, os cônsules designados Metelo³⁹ e Silano dividiram as províncias entre si, cabendo a Numídia a Metelo, homem valoroso e, ainda que contrário ao partido popular, com uma reputação de retidão e incorruptabilidade. Desde o início de seu ofício, decidindo sobre todo o resto com seu colega, voltou suas forças para a preparação da guerra que deveria gerir. Contudo, não confiando no antigo exército, alistou novos soldados, obteve guarnições de todas as origens, preparou armamentos, dardos, cavalos e máquinas de guerra, além de boa quantidade de mantimentos, enfim tudo o que costuma ser necessário em uma guerra instável e que consumiria muitos recursos. E mais ainda: para a realização desses objetivos, por uma solicitação do Senado, foram enviadas forças auxiliares pelos aliados, latinos além de alguns reis. Todo o Estado esforçava-se em seu benefício com a maior dedicação. De acordo com suas ordens, tudo foi preparado e organizado, partindo para a Numídia com a boa esperança de seus concidadãos, esperança fundada não apenas em sua retidão mas acima de tudo porque sempre agira imune às tentações da riqueza. Ora, havia sido a avidez dos magistradores anteriores encarregados da Numídia que abatera nossa prosperidade entregando-a a nossos inimigos.

³⁹ Metelo foi cônsul em 109 a.C., e censor em 102 a.C. Patrono de Mário na vida pública, tornou-se seu adversário. Mário forçou seu exílio em 100 a.C. Retornando a Roma em 99 morreu em 92 a.C.

XLIV. Quando chegou na África, o exército lhe foi entregue pelo pró-consul Espúrio Albino. Estava incapacitado, sem espírito de luta, indócil aos perigos e às fadigas, mais disposto a discutir que à ação, depredando nossos aliados e sendo ele mesmo presa do inimigo, pois era mantido sem comando ou controle. O novo general inquietava-se mais com esses maus hábitos do que se reconfortava com o auxílio material e moral de grande número de seus soldados. Ainda que o atraso dos comícios tivesse diminuído o tempo da campanha de verão e que ele considerasse que os ânimos dos cidadãos estivessem na expectativa de uma ação imediata, mesmo assim Metelo decidiu não travar batalha antes de obter dos soldados um comportamento baseado na disciplina dos antepassados. Pois Albino, abalado pelo desastre do exército e de seu irmão, decidira não sair mais da província e, durante seu comando no período estivo, manteve a maior parte dos soldados em acampamentos fixos, mudando-se apenas quando o mau cheiro ou a falta de forragem o constringia a isso. Não guarnecia os acampamentos, nem seguia o costume militar das guardas noturnas. Todos podiam afastar-se à vontade dos estandartes. Os vivandeiros vagavam dia e noite em meio aos soldados. Errantes, devastavam os campos, saqueavam propriedades agrícolas, disputavam entre si as presas de gado e escravos, trocando-os com os mercadores por vinho importado e outros produtos semelhantes. Vendiam o trigo público que recebiam, comprando o pão de cada dia. Enfim, tudo o que pode ser dito ou imaginado, as infâmias da inação e da luxúria foram todas cometidas – e ainda mais – naquele exército.

XLV. Creio que Metelo não se mostrou menos digno e sábio naquela situação difícil do que nos campos de batalha: manteve a justa medida entre a frouxidão interessada e a dureza excessiva. Primeiramente, pôs termo, através de um edito, à vadiagem, impedindo a venda de pão ou outro alimento cozido dentro do acampamento e proibindo que os vivandeiros acompanhassem o exército e que os soldados tivessem escravos ou bestas de carga nos acampamentos e, com relação a todo o resto,

agiu com a severidade necessária. Além disso, todo dia movia o acampamento andando por percursos ásperos, guarnecendo-os com fossa e paliçada como se o inimigo estivesse nas proximidades. As guardas noturnas eram numerosas e as inspecionava pessoalmente com seus oficiais. Igualmente, estando na linha de frente, ou na retaguarda, muitas vezes no centro, cuidava que ninguém sáísse do alinhamento, seguindo os estandartes e portando cada um seu próprio alimento. Assim, impedindo-os de cometer faltas, mais do que castigando, recompôs o exército em pouco tempo.

XLVI. Enquanto isso, Jugurta foi informado por espíões dos preparativos de Metelo ao mesmo tempo que lhe vinham notícias de Roma confirmando sua integridade. Começou então a perder a confiança em si e, pela primeira vez, a pensar seriamente em render-se. Enviou os embaixadores ao cônsul com súplicas, pedindo apenas pela sua vida e a de seus filhos, entregando tudo o mais ao povo romano. Mas Metelo sabia por experiência anterior que o espírito dos númidas é infiel, que sua alma é instável, revoltosa. Assim, aproximou-se de um embaixador por vez e pouco a pouco foi experimentando até que, no momento oportuno, persuadiu-os a trazer Jugurta vivo, se possível, ou morto se não fosse factível de outra forma. Depois, de público, mandou que fosse anunciado ao rei o que este desejava. Depois de uns poucos dias partiu para a Numídia com um exército preparado e disposto à luta. Porém, como se não se tratasse de uma guerra, as cabanas estavam cheias de homens, o gado e os agricultores estavam nos campos. Nas cidades e entrepostos, os comandantes reais iam a seu encontro preparados para lhe entregar trigo, mantimento e, enfim, para fazer tudo que lhes fosse ordenado. Nem por isso Metelo deixou de marchar guarnecido, como se estivesse diante do inimigo, observando tudo na região. Acreditava que aqueles sinais de submissão eram aparentes e que Jugurta procurava uma ocasião para emboscá-lo. Metelo, com as coortes lígares e um destacamento selecionado de fundibulários e arqueiros ia à frente; na retaguarda estava

o oficial Caio Mário⁴⁰ com a cavalaria; em ambas as laterais distribuía os cavaleiros auxiliares entre os tribunos das legiões e os prefeitos das coortes, para que, junto com a infantaria ligeira, pudessem repelir qualquer atacante. Pois Jugurta era tão astuto e tão hábil no comando do exército e no conhecimento da região que, presente ou ausente, não se sabia ao certo o que era pior, se a paz ou a guerra.

XLVII. Perto do caminho por onde passava Metelo encontrava-se a cidade núpida de Vaga, a praça de comércio mais importante do reino, onde muitos italianos há tempo habitavam e comerciavam. O cônsul, ao mesmo tempo para testar a lealdade dos habitantes e para assegurar sua posição, estabeleceu uma guarnição com o seu conhecimento. Ordenou ainda a entrega de trigo e outros bens necessários à guerra crendo, como a situação demonstrava, que a presença de comerciantes ajudaria na manutenção do exército e, estando tudo preparado, seria uma proteção adicional.

Enquanto isso se passava, Jugurta enviou, com grande diligência, alguns suplicantes pedindo a paz e oferecendo tudo a Metelo, exceto a sua vida e a de seus filhos. O cônsul, como anteriormente, aliciava os enviados para que cometessem traição e enviava-os de volta, não rechaçando a paz implorada nem se mostrando favorável à mesma. Em meio a esta demora esperava resultados da ação dos embaixadores.

XLVIII. Quando Jugurta fez um paralelo entre as palavras e as ações de Metelo, viu-se batido pelas próprias armas, porque de boca Metelo anunciava a paz, mas agia em campo de batalha com enorme violência. Havia perdido uma grande cidade, a terra tornava-se conhecida ao inimigo, o espírito de seus súditos era ameaçado pela corrupção, de forma que se viu forçado pela situação a partir para a luta armada. Observou a rota do inimigo e, tendo esperanças de vitória pela vantagem do local, preparou uma força variada e o mais poderosa que pôde. Por atalhos secretos

⁴⁰ Mário nasceu em 157 a.C. e morreu em 86 a.C.

ultrapassou o exército de Metelo. Naquela parte da Numídia, que Aderbal possuía quando da divisão do reino, localizava-se um rio com nascente ao sul, de nome Mútul. A cerca de 20.000 passos do rio estava um monte, paralelo a seu leito, sem vegetação natural e não cultivado pela mão humana. Mas em seu centro levantava-se um contraforte estendendo-se muito e coberto de oliveiras selvagens e de plantações de mirta e outras espécies de árvores que crescem em locais de solo árido e arenoso. A planície entre o rio e o monte era deserta pela falta de água, exceto pela região ribeirinha, onde havia o cultivo de certas árvores e que era utilizada para a criação e para a agricultura.

XLIX. Naquele monte que dissemos se estender em direção transversal ao eixo da montanha, Jugurta dispôs os seus em linha de batalha. Os elefantes e a parte da infantaria foi posta sob o comando de Bomílcar, devidamente instruído sobre que ação empreender. Ele próprio estabeleceu-se mais próximo do monte com toda a cavalaria e com um destacamento selecionado de infantes. Em seguida, achegou-se a cada esquadrão e manípulos individualmente exortando-os e advertindo-os a terem em mente o valor de outrora, e a defenderem a si e a seu reino da ganância dos romanos. Lutariam contra aqueles que, vencidos, haviam passado sob o jugo. Houvera uma mudança de comando e não de seu moral. O próprio Jugurta fizera tudo o que deveria fazer um general: assegurara-lhes um local favorável, eram em maior número e de não menor treinamento militar. Por isso deveriam estar prontos e atentos para atacar os romanos ao ser dado o sinal. Este dia confirmaria todos os esforços e vitórias anteriores ou seria o início das maiores desgraças. Além disso, a cada um que havia sido recompensado anteriormente com dinheiro ou honrarias por sua atuação no campo de batalha, relembrou-lhes tais benemerências suas e insinuou-lhes outras. Enfim, a cada um segundo seu modo de ser, encorajava-os, uns com promessas, outros com ameaças ou então, simplesmente, pedindo-lhes seu apoio. Enquanto isso se passava Metelo, desconhecendo o inimigo, ao descer uma colina com o exército apercebeu-se de algo. De início ficou em dúvida sobre o que se tratava,

pela estranheza do que via, pois os cavalos e os númidas estavam em meio às moitas, não totalmente ocultos por causa da pequena estatura das árvores, mas não eram facilmente identificáveis tanto pela natureza do local como porque, de caso pensado, procuravam ocultar-se e a seus estandartes. Percebeu tratar-se de uma emboscada e formou de imediato uma linha de batalha. Modificou as ordens de batalha e no lado direito, o mais próximo ao inimigo, formou uma linha com uma tríplice retaguarda. Entre os manípulos espalhou os fundibulários e arqueiros, dispôs toda a cavalaria nas alas enfileiradas do exército e, com poucas palavras – o máximo que lhe era permitido pela situação – exortou seus soldados e conduziu a linha que formara para a planície, avançando a retaguarda em linha transversal.

L. Quando Metelo percebeu que os númidas estavam imóveis e não desciam da montanha, temendo que devido à época do ano e à falta d'água o exército ficasse debilitado, enviou à frente o oficial Rutilio com as coortes ligeiras e parte da cavalaria para o rio, assegurando-se assim um local para o acampamento. Pensava que o inimigo, com ataques repetidos e assaltos laterais haveria de retardar sua marcha e, como não confiavam em suas próprias armas, haveriam de pôr os soldados à prova pelo cansaço e pela sede.

Depois, desceu ele mesmo do monte, segundo permitia a situação e o local e avançou pouco a pouco na mesma ordem, mantendo Mário na segunda fila e postando-se com os cavaleiros na ala esquerda que, devido à formação, constituíam a linha de frente. Jugurta, ao ver que a retaguarda de Metelo ultrapassava a linha de frente, com uma guarnição de dois mil infantes ocupou o monte por onde Metelo descera para que não pudesse servir eventualmente ao adversário, em desvantagem, como refúgio e fortificação. Depois, subitamente foi dado o sinal e investiu contra o inimigo. Os númidas trucidaram a retaguarda enquanto parte atacava a esquerda e a direita. Combatiam com grande exacerbação, conturbando as linhas romanas e atacando um inimigo que, enganado

pela incerteza do combate, era ferido de longe sem poder atingir o agressor ou travar combate corpo a corpo.

Os cavaleiros já haviam sido instruídos por Jugurta para que, quando o esquadrão romano começasse a carga, não o recebessem em fileiras cerradas e próximas umas das outras, mas individualmente, longe entre si. Estando em maior número, se não conseguissem deter o ataque inimigo, dispersavam-se e circundavam-no pela retaguarda e pelos flancos. Se parecesse melhor fugir para o monte que travar batalha, seria fácil, dado o hábito dos cavalos nômades, de escapar pela vegetação, enquanto os nossos seriam retidos pela aspereza e falta de conhecimento da região.

LI. Além disso, a situação parecia incerta, instável, vexante e digna de pena. Separados dos seus alguns cediam, parte atacava. Não se observavam os estandartes nem as formações. Cada qual, conforme o perigo o encontrasse, resistia e repelia o inimigo. As armas, dardos, cavalos, homens, inimigos e concidadãos misturavam-se. Não se combatia segundo um plano ou comando, mas era a fortuna que tudo regia. O dia já terminava e a situação continuava indefinida.

Por fim, estando todos cansados pelo esforço e pelo verão, logo que Metelo percebeu que os nômades amainavam o ataque conduziu os soldados aos poucos em uma só direção, restabeleceu sua formação e dispôs quatro coortes legionárias contra a infantaria inimiga que, em grande parte cansada, retirara-se para regiões mais elevadas. Simultaneamente, exortou os soldados a não se desencorajarem e não permitirem ser vencidos por um inimigo em fuga. Em caso de retirada não teriam nenhum acampamento ou fortificação: tudo que lhes restava eram suas armas. Jugurta, por sua parte, também se movimentava: andava de um lado para outro, encorajando, retomava a batalha ele próprio com soldados selecionados, inspecionava tudo, vindo em auxílio dos seus, atacando os inimigos menos empenhados e, se mostravam resistência, fustigava-os à distância e, assim, retinha-os.

LII. Desta forma batiam-se dois grandes generais, em si iguais, mas díspares nos meios disponíveis. Pois Metelo tinha a seu favor o valor dos soldados mas um local adverso, e para Jugurta tudo era favorável, exceto a qualidade de seus comandados.

Enfim os romanos, ao perceberem que não tinham refúgio nem uma boa oportunidade de luta contra o inimigo – e sendo já noite, dirigiram-se ao monte diante de si, como tinham sido instruídos. Perdida a posição, os númidas foram desbaratados e postos em fuga, alguns foram mortos enquanto a maior parte protegeu-se pela rapidez e por nosso desconhecimento da região. No meio tempo Bomílcar, que dissemos comandava por indicação de Jugurta os elefantes, viu-se ultrapassado por Rutilio e conduziu seus homens, aos poucos, a uma planície. Então, o legado que havia sido enviado ao rio dirigiu-se a este em passo acelerado. Com calma, como a situação exigia, Bomílcar formou uma linha de batalha e não relaxou a observação aos movimentos do inimigo.

Depois de Rutilio já ter acampado sem preocupações, ouviu-se o clamor da batalha vindo das regiões onde estava Jugurta. Bomilcar, temendo que o legado, ao tomar conhecimento do que se passava, fosse em auxílio dos seus, alterou a linha, que formara cerrada por desconfiar dos soldados e, para impedir a marcha do inimigo, espalhou seus homens mais largamente, avançando em direção ao acampamento de Rutilio.

LIII. Inesperadamente, viram os romanos uma grande nuvem de poeira, pois sua visão estava prejudicada pela vegetação. De início pensaram tratar-se de areia levantada pelo vento. Depois, ao perceberem que permanecia de altura constante e movia-se à semelhança de uma linha de batalha, vêem sua aproximação e percebem o que se passava. Rapidamente tomam suas armas e fazem alto no acampamento, como ordenado. Aproximaram-se e de ambos os lados ouviu-se um grande clamor ao se iniciar a batalha. Os númidas demoraram-se só enquanto esperavam a ajuda dos elefantes e, com sua ineficiência causada pelos ramos de árvores, viram-se cercados, fugiram e a maioria deixou suas armas. Auxiliados

pelo monte e pela noite já presente, escaparam ilesos. Foram capturados quatro elefantes e mortos outros quarenta.

Os romanos, ainda que cansados pela marcha e pelas obras no acampamento e na batalha, estavam, contudo, contentes. Pela demora inesperada de Metelo, entretanto, dirigiram-se em seu encontro em formação e atentos. Pois a malícia dos nômadas não nos permitia nenhuma negligência ou desatenção. Na escuridão da noite, quando os dois exércitos estavam perto de si, o ruído parecia-lhes do inimigo, cada qual ficando temeroso e iniciando-se um pânico. Por pouco não foi cometido um ato lamentável, mas os soldados enviados de ambas as partes esclareceram a verdade.

Assim, subitamente o medo deu lugar à alegria, os soldados chamavam uns aos outros em júbilo, alegrando-se aos céus. Pois a natureza humana é tal que, na vitória, mesmo os fracos são glorificados, enquanto, na adversidade, ainda que bons, são mal considerados.

LIV. Metelo demorou-se quatro dias nesse acampamento, cuidando dos feridos, dando recompensas aos melhores em batalha, segundo o costume militar. Louvou a todos na assembléia e agradeceu-lhes. Exortou-os a fazer o restante, já que era fácil, com igual vigor; já haviam lutado pela vitória, o trabalho vindouro era para conquista de presa. Enviou no meio tempo os desertores e outros elementos apropriados para saber do paradeiro de Jugurta, suas ações, se tinha poucos homens ou todo um exército, como enfim agisse, tendo sido derrotado. Jugurta retirou-se para local selvagem e guarnecido pela natureza e aí reuniu um exército ainda maior, mas incapaz e sem coragem, tratando-se de camponeses e pastores e não de guerreiros. Isto se passou desta forma porque, exceto a cavalaria real, os outros nômadas não costumam seguir um rei em fuga. Cada um, segundo sua vontade, pode se retirar sem que considere tal ação uma desonra militar. Este é seu costume.

Quando Metelo percebeu que o ânimo do rei se mantinha feroz, renovando os ataques, e que não podia levar adiante sua luta senão nos

termos impostos por Jugurta – além disso a guerra com o inimigo era desigual pois custava menos àquele a derrota do que a vitória para si – decidiu não mais travar batalhas campais, buscando outros recursos. Dirigiu-se, assim, para os centros mais ricos da Numídia, pilhou os campos, tomou e queimou muitos castelos⁴¹ e cidades mal defendidas ou sem guarnição, mandou matar os jovens, sendo todo o resto presa dos soldados. Por temor muitos foram entregues aos romanos como reféns, bem como foi-lhes oferecido trigo e tudo o mais que fosse útil. Impôs guarnições em todos os lugares que o exigiam. Tais ações aterrorizavam o rei muito mais do que a má situação de seus comandados, porque toda a sua esperança havia sido depositada na fuga. Agora era constrangido a se apresentar e, não podendo defender suas posições, via-se obrigado a lutar em campo inimigo. Tomou, contudo, a decisão que parecia ser a melhor possível. Ordenou à maior parte do exército que esperasse nas mesmas posições, enquanto ele e alguns cavaleiros escolhidos foram ao encontro de Metelo, em caminhada noturna e por atalhos, e lá chegaram sem conhecimento dos romanos que se encontravam dispersos. A maior parte foi morta ainda desarmada, muitos foram capturados, ninguém escapou ileso e os númidas, antes da chegada de ajuda, como tinham sido ordenados, dirigiram-se ao monte mais próximo.

LV. No meio tempo originou-se em Roma um grande júbilo, conhecidos os feitos de Metelo, que se comportava consigo próprio e com o exército de acordo com o costume dos antepassados. Em terreno adverso venceu pelo seu valor, tomou terra ao inimigo, obrigando Jugurta, assoberbado pela má situação de Albino, a fugir ou retirar-se para o deserto, para salvar a vida. Por estes felizes acontecimentos o Senado decretou uma ação de graças aos deuses imortais. A cidade, antes abatida e temerosa pelos acontecimentos da guerra, estava agora em júbilo. A consideração em relação a Metelo era muito grande. Entretanto, ele esforçava-se pela vitória ainda com mais vigor, apressando-se de todas as ma-

⁴¹ *castellum*, diminutivo de *castrum*, local de defesa, fortaleza.

neiras, precavendo-se para que em nenhum momento fosse vulnerável ao inimigo, lembrando-se que o ódio segue a glória.

Assim, na medida em que se tornava mais bem-considerado, sentia-se mais preocupado. Após a emboscada de Jugurta, não permitia que o exército debandasse em predações, quando se fazia necessário trigo ou gado, algumas coortes e toda a cavalaria iam como escolta. A direção do exército dividiu-se em duas partes, uma parte sob suas ordens, outra sob Mário. Devastavam a terra com incêndios e não com saques. Erguiam dois acampamentos próximos e quando se fazia necessário a força, uniam-se. Mas na maior parte das vezes agiam em separado para espalhar mais largamente o temor e o desejo de fugir. Naquela época, Jugurta seguia-os pelas montanhas, buscando oportunidade e local para lutar e, por onde se informava que o inimigo iria passar, envenenava os escassos mantimentos e fontes d'água. Mostrava-se ora a Metelo, ora a Mário, atacando a retaguarda em marcha para de imediato retornar aos montes. Novamente ameaçava um e outro, não travando batalha nem permitindo descanso, impedindo desta forma o inimigo de realizar seu plano militar.

LVI. O general romano percebeu que era cansado por armadilhas, enquanto o inimigo não oferecia oportunidade e decidiu assaltar Zama, grande cidade das redondezas e a mais importante do reino, pois acreditava que Jugurta seria obrigado a vir em ajuda de seus súditos e travariam, então, batalha. Porém Jugurta, informado desses planos por desertores, ultrapassou Metelo com marcha forçada. Exortou os cidadãos a defenderem as muralhas, dando-lhes como reforço desertores, os melhores soldados do exército real, pois não poderiam enganá-lo. Além disso, prometeu que viria com seu exército no momento oportuno.

Tendo tratado desta forma com os cidadãos, dirigiu-se a lugares mais ocultos. Pouco depois soube que Mário afastara seus comandados do caminho e dirigiu-se, como fora ordenado, com umas poucas coortes para obter trigo em Sica, cidade que primeiro desertara da causa real, quando de seus revezes. Dirigiu-se para lá, à noite, com alguns cavaleiros

e atacou os romanos que já saíam da cidade por uma das portas. Ao mesmo tempo, exortou os sicenses a circudarem as coortes pelas costas: a fortuna dava-lhes oportunidade de fazer um grande feito. Se o fizessem, haveriam de tê-lo no trono e eles mesmos viveriam em liberdade e sem temor. Se Mário não levantasse os estandartes e corresse para fora de sua cidade, certamente todos, ou a maior parte dos sicenses nos trairia, tão grande é a instabilidade dos númidas. Os soldados de Jugurta, sustentados pelo rei, depois que os inimigos nos apertaram com grande ímpeto, logo se retiraram com poucas baixas.

LVII. Mário aproximou-se de Zama. Esta cidade, postada em campo aberto, é mais guarnecida pela mão humana que pela natureza, contando com todos os recursos necessários, bem dotada em armas e homens. Então Metelo, tomadas todas as providências que as circunstâncias e o local exigiam, cercou as muralhas com seu exército e confiou a seus legados o lugar de comando de cada um. Depois, dado o sinal, ao mesmo tempo e de toda parte, cresceu um grande clamor, o que não abalou os númidas, que se mantinham atentos e agressivos, sem desalinho. Assim, iniciou-se a batalha.

Cada romano, segundo seu caráter, lançava de longe bolas de chumbo ou pedras, outros avançavam ao muro para atacá-lo ou a fim de escalá-lo, pois desejavam o combate corpo a corpo. Os sitiados, por seu lado, devolviam as pedras, zagaias, dardos, além de uma mistura de pês com enxofre e resina em chamas. Mesmo os que se mantinham afastados pelo medo não se encontravam o bastante protegidos, pois grande parte era atingida pelas máquinas de arremesso ou de mão. Para bons e maus, igual era o perigo, desigual a glória.

LVIII. Enquanto se combatia desse modo em Zama, Jugurta tomou de improviso o acampamento inimigo com uma grande tropa e irrompeu por uma porta, estando os vigilantes da guarnição pouco atentos e esperando tudo, menos um ataque. Os nossos, com súbito acesso de temor, reagiram cada qual segundo a sua natureza; uns fugiram, outros tomaram

suas armas, mas a maior parte foi morta ou ferida. De toda a multidão, não mais que quarenta lembraram-se de seu nome romano e agruparam-se em um lugar um pouco mais elevado e resistiram a grandes ataques sem serem expulsos dali. Aos dardos que lhes eram lançados de longe, respondiam com sua devolução e, sendo poucos contra muitos, acertavam quase todos os lançamentos. Se os númeridas se aproximavam, então verdadeiramente mostravam seu valor e, com grande vigor, os trucidavam, desbaratavam e punham em fuga.

Entretanto, quando a luta estava no auge, Metelo ouviu o ruído dos inimigos atrás de si e, virando seu cavalo, deu-se conta que fugiam em sua direção, pelo que reconheceu serem seus concidadãos. Assim enviou toda a cavalaria sem perda de tempo ao acampamento e logo a seguir Mário com as coortes de aliados, pedindo-lhe, em pranto, em nome da amizade e da República, que não deixasse que um ultraje viesse a ser feito contra um exército vitorioso e que não os deixassem escapar impunes. Mário executou estas ordens imediatamente. Mas Jugurta, encontrando dificuldades pelo sistema de defesa, pois que alguns se precipitaram no fosso, outros, devido à pressa, atrapalhavam-se com passagens estreitas, e perdidos muitos homens, retirou-se para um local bem guardado. Metelo não tendo conseguido seu intento, já noite, retornou ao acampamento com o exército.

LIX. Assim, no dia seguinte, antes da saída para o ataque, ordenou que toda a cavalaria permanecesse na região pela qual viera o rei e dispôs os tribunos nas portas e nos locais próximos. Só então investiu contra a cidade e as muralhas, como fizera no dia anterior. Entretanto, Jugurta precipitou-se contra os nossos, subitamente, de um esconderijo. Os postos avançados, de momento aterrados, desorganizaram-se, mas os restantes vieram logo em sua ajuda. Os númeridas não poderiam ter resistido por mais tempo se os infantes, misturados com os cavaleiros, não fizessem uma grande destruição no combate corpo a corpo. Os cavaleiros, apoiados pelos infantes, não avançavam e recuavam como acontece

em batalhas eqüestres, mas combatia-se cavalo a cavalo, penetrando e desbaratando a linha adversária. Assim entregavam os inimigos, já quase vencidos, à sua infantaria ligeira.

LX. Enquanto isso, batalhava-se encarniçadamente em torno de Zama. Cada tenente ou tribuno comandava em seu lugar e aí esforçava-se tenazmente, cada qual contando apenas consigo mesmo. Faziam da mesma forma os sitiados, atacavam e contra-atacavam em todas as frentes, preocupando-se mais em golpear o inimigo que se proteger a si mesmos. Aos clamores misturavam-se exortações de alegria e dor, e o som do entrechocar das armas levantava-se ao céu, enquanto os dardos voavam de um lado a outro. Mas os defensores das muralhas, tão logo a luta refluía um pouco, observavam atentamente o desenvolvimento do combate da cavalaria. Poder-se-ia surpreendê-los, conforme estivessem as coisas para Jugurta, ora alegres, ora amedrontados e, como se fosse possível serem vistos ou ouvidos, advertiam uns, exortavam outros, ou faziam sinais com as mãos ou moviam seus corpos, moviam-se para cá e para lá, como se atirassem ou evitassem dardos. Mário, ao tomar conhecimento disso, pois ele cuidava deste setor, agiu de caso pensado e simulou uma diminuição do ritmo do combate, permitindo que os númidas vissem a luta do rei calmamente. Assim, estando preocupados pelo amor de suas coisas, Mário atacou o muro repentinamente com grande ímpeto. Os assaltantes, saindo da escada, já ocupavam quase a parte mais alta quando os habitantes da cidade acorreram de todas as partes e lançavam pedras, objetos em chamas, tudo que podiam arremessar. No primeiro momento, os nossos resistiram, mas a seguir, com a quebra de algumas escadas e logo após ainda outras, os que estavam em cima caíram. Uns poucos bateram em retirada incólumes, a maior parte estava enfraquecida pelas feridas. Por fim, a noite pôs termo à batalha de ambas as partes.

LXI. Metelo retirou-se de Zama depois de ver seus planos frustrados, já que não conseguia tomar a cidade nem Jugurta batalhava senão por meio de ciladas e em terreno favorável. Além de tudo, o verão chegava ao fim.

Impôs guarnições nas cidades que haviam desertado para os romanos e que eram bem guarnecidas pelo local ou por suas muralhas. Metelo colocou o resto do exército para invernar na província vizinha à Numídia. Não dedicou este tempo ao descanso e aos prazeres, como costumam fazer outros, mas porque a guerra fazia poucos progressos pelas armas, resolveu preparar emboscada ao rei por meio de seus amigos, usando a traição destes como arma. Assim recorreu a Bomílcar, que estivera em Roma com Jugurta e que fugira em segredo do julgamento do assassinato de Massiva, depois de pagar as fianças, e ofereceu muitas promessas, pois que, por ter Bomílcar grande amizade com Jugurta, teria muitos recursos para traí-lo. Primeiramente, conseguiu que viesse em segredo para conversar consigo. Depois deu a palavra de que o Senado concederia perdão e manutenção de todos seus bens, caso trouxesse Jugurta vivo ou morto. Foi fácil convencer o númerida, pérfido, e que temia, se fosse feita a paz com os romanos, ser supliciado por imposição dos romanos.

LXII. Bomílcar, logo que teve oportunidade, aproximou--se de Jugurta, que estava inquieto e duvidava de seu futuro. Exortou e suplicou com lágrimas que se preocupasse enfim consigo mesmo, com seus filhos e com o povo da Numídia, que lutava com valor; diz-lhe que perdera todas as batalhas, a terra fora devastada, muitos homens foram feitos prisioneiros ou mortos, as riquezas do reino estavam esgotadas; já muitas vezes arriscara-se a fortuna e fora posta à prova a virtude dos soldados. Cuidasse então que, por sua indecisão, os númeridas não passassem a tratar de si mesmos. Estes argumentos impeliram o ânimo do rei para a rendição. Foram enviados embaixadores ao general, que lhe disseram que Jugurta obedeceria suas ordens e entregaria em boa-fé, sem nenhuma condição, a si próprio e a seu reino. Metelo mandou chamar todos os oficiais de ordem senatorial do acampamento e reuniu um conselho de guerra com estes e alguns outros que julgava idôneos. Assim, segundo o costume dos antepassados, ordenou a Jugurta, através dos embaixadores, e por decreto do conselho, que entregasse 200.000 libras de prata, todos os seus elefantes e certa quantidade de cavalos e armas. Tais condições

foram preenchidas sem demora e, desta forma, ordenou que todos os desertores fossem enviados pelo rei acorrentados. A maior parte destes foi entregue, como fora ordenado. Alguns poucos, logo que tivera início a rendição de Jugurta, haviam fugido para a corte do rei Boco, na Mauritânia. Entretanto, Jugurta, privado de armas, homens e dinheiro, quando se viu convocado para receber as ordens em Tisídio, começou novamente a mudar de idéia e a temer, por sua má consciência, o que merecia. Finalmente, Jugurta consumiu muitos dias de indecisão, ora julgando tudo preferível à guerra, porque estava cansado das adversidades, ora refletindo consigo mesmo como seria duro de rei tornar-se escravo e, tendo perdido tantos e tão importantes recursos, recomeçou a guerra. Em Roma, o decreto do Senado referente às províncias concedeu o comando da Numídia a Metelo.

LXIII. Ao mesmo tempo em Útica, estando por acaso Mário a suplicar aos deuses com sacrifício, disse-lhe o arúspice⁴² que grandes e admiráveis eventos estavam previstos. Por isso, o que revolia em seu espírito, o faria com o apoio dos deuses e haveria de obter prosperamente tudo o que desejasse, mesmo que pusesse à prova a fortuna com freqüência. Já antes um incontido desejo pelo consulado apossava-o e, para obtê-lo, possuía em grande medida todos os títulos, exceto a ascendência antiga: possuía energia, probidade, grande conhecimento militar, enorme disposição para a guerra, controlado na paz, resistência ao desejo e às riquezas, somente ávido de glória. Nasceu e foi criado em Arpino e, logo que atingiu a idade de serviço militar, cumprindo-o, amadureceu sem a eloqüência dos gregos ou os refinamentos da vida de Roma, mas em meio às atividades sadias. Cedo se formou seu caráter sem se deixar corromper e é por isso que, quando pela primeira vez pleiteou o tribunado militar⁴³

⁴² *Harnspex*; os arúspices eram de origem etrusca e liam os presságios nas entranhas das vítimas (*hostia*) sacrificadas. Sua arte era conhecida como *disciplina etrusca* e, sob o império, formavam um colégio especial.

⁴³ Refere-se, provavelmente, à eleição de Mário para o tribunado militar para a expedição à Numância. Ele teria então 22 anos.

perante o povo, mesmo sendo sua fisionomia desconhecida pela maioria, sua grande reputação fez com que fosse eleito por todas as tribos. A partir desta magistratura conseguiu para si cargo após cargo, e sempre agia de tal modo no exercício das funções que era considerado digno de um posto superior ao que exercia. Contudo, até então um grande homem – pois depois a ambição o perdeu – não ousava desejar o consulado. Pois naquela época a plebe alcançava as outras magistraturas, mas o consulado era transmitido pela nobreza entre seus membros. Qualquer homem novo, mesmo que ilustre e de feitos egrégios, era considerado indigno de tal cargo e mesmo maculado por sua origem.

LXIV. Assim, quando Mário viu que as previsões do arúspice se dirigiam para o mesmo objetivo que o desejo de sua alma, pediu a Metelo dispensa para postular a candidatura em Roma. Possuía este general muita bravura, glória e outras qualidades desejáveis pelos bons. Contudo, o espírito de desdém e de soberba estava inculcado em si, vício comum da nobreza. Assim, de início perturbado com a insólita solicitação, admirou-se de seu intento e aconselhou-o, amigável, a que não fosse pleitear algo tão absurdo e que não colocasse seu desejo acima de sua condição. Nem todas as coisas devem ser desejadas por todos; o que já possuía era o bastante e devia satisfazer-se: por fim, que evitasse sua candidatura junto ao povo romano, pois que lhe seria negado o cargo corretamente. Como tivesse dito estas e outras coisas semelhantes e não sendo alterada a resolução de Mário, respondeu-lhe que logo que os problemas públicos permitissem, faria o que havia pedido. E como posteriormente repetisse com freqüência o mesmo pedido, dizem que Metelo respondeu que não se apressasse em partir, pois que haveria de disputar o consulado em breve, com seu próprio filho. Seu filho, contudo, fazia o serviço militar por esta época, sob o comando do pai, Metelo, tendo cerca de vinte anos de idade. Tal resposta inflamou Mário, tanto em relação ao cargo que ambicionava, como violentamente contra Metelo. Agiu, assim, por desejo e por ira, os piores conselheiros, e não se absteve de fato ou palavra,

contanto que obtivesse o favor popular. Passou a tratar os soldados que comandava nos acampamentos de inverno com mais frouxidão que antes, e falava ao mesmo tempo caluniosamente e vangloriando a si mesmo, sobre a guerra, para a grande multidão de comerciantes que se encontrava em Útica: se lhe fosse concedido meio exército, em poucos dias teria Jugurta acorrentado; a guerra era retardada de caso pensado pelo general, porque sendo homem sem valor e de soberba digna de um rei, comprazia-se com o comando. Estas declarações pareciam tanto mais justas quanto, pela duração da guerra, eram lesados os interesses dos comerciantes e porque nada satisfaz os que têm pressa.

LXV. Estava em nosso exército, além disso, um númida de nome Gauda, filho de Mastanábal e neto de Masinissa, que fora herdeiro em segundo grau por Micipsa. Gauda estava doente e por isto tinha diminuídas suas faculdades mentais. Gauda pedira a Metelo, por costume real, que pusesse sua poltrona junto do cônsul e um esquadrão de cavaleiros romanos para sua escolta. Metelo negou-lhe ambas as regalias: a honra do assento, porque fosse destinada àqueles que o povo romano reconhecesse como reis e a escolta, porque seria uma afronta aos romanos se fossem dados cavaleiros como guardas de honra de um númida. Mário aproximou-se de Gauda, que estava magoado e exortou-o a tentar obter punição das injúrias, agindo com sua ajuda contra o general; exaltou este homem pouco saudável de espírito por causa da doença, com um discurso encorajante. Disse-lhe que era um rei, um grande homem, neto de Masinissa. Se Jugurta fosse capturado ou morto, teria o governo da Númídia, sem demora. Isso ocorreria tão mais rapidamente se ele, Mário, como cônsul, fosse enviado à guerra. Assim, impeliu-o e aos cavaleiros romanos, soldados e comerciantes, alguns por sua influência pessoal, a maioria pela esperança da paz, a escreverem em termos ásperos a seus conhecidos de Roma, sobre a guerra e contra Metelo, exigindo que o poder militar fosse dado a Mário. Assim, era-lhe exigido o consulado por parte de muitos homens importantes. Ao mesmo tempo, por aquela

época, estando a nobreza abatida pelo rei Mâmília, a plebe exaltava os homens novos. Portanto, tudo favorecia Mário.

LXVI. Entretanto, Jugurta, após desistir da rendição, recomeçou a guerra e, com grande cuidado, preparou tudo, apressou-se, reagrupou o exército, atraiu as cidades que haviam desertado acenando com recompensas, ou ameaçando-as; fortificou suas próprias praças de guerra, refez ou comprou em grande número, armas, dardos e outras munições que perdera na esperança da paz. Aliciou os escravos⁴⁴ dos romanos e subornou com dinheiro os próprios soldados que estavam na guarnição: em suma, não deixou nada a salvo e sossegado, lançou mão de todos os meios.

Assim os habitantes de Vaga, onde Metelo inicialmente impusera uma guarnição, quando inicialmente Jugurta resolvera fazer a paz, estavam cansados das pressões do rei e, na verdade, mesmo antes não haviam se separado da causa de Jugurta por vontade própria. Os chefes da cidade, por conseguinte, conjuraram entre si. Pois a plebe, como em geral, e em especial entre os númidas, era inconstante por espírito e desejosa de sedição e de discórdia, subversiva, adversa à paz e à tranquilidade. Depois de acordadas as opiniões entre si, marcaram o golpe para o terceiro dia, festivo e celebrado por toda a África, o que fazia antever antes diversão e grande alegria do que acontecimentos terroríficos. Quando chegou a hora, convidaram a vir às suas casas, cada um separadamente, os centuriões, tribunos militares e o governador da cidade, T. Turpílio Silano. Todos eles, à exceção de Turpílio, foram degolados durante o banquete. Depois atacaram os soldados que vagavam desarmados, por se tratar de dia festivo e por estarem sem comandante. Também a plebe participou do massacre, parte instruída pela nobreza, outra parte incitada pelo desejo de tais desordens. Ignorando o que se passava e o que se planejava, desejava apenas o tumulto e a agitação.

⁴⁴ *seruitia*, substantivo abstrato, aqui tomado em sentido concreto significando criadagem.

LXVII. Os soldados romanos, sob uma emoção repentina, não sabiam o que fazer; perplexos, corriam de um lado a outro. Uma guarnição inimiga impedia o acesso à acrópole da cidade, onde estavam os estandartes e os escudos; a fuga não era possível porque as portas haviam sido anteriormente fechadas. Além disso, as mulheres e as crianças enviavam ferozmente pedras e outros objetos que o local fornecia. Assim, este duplo mal não podia ser evitado nem os mais ferozes podiam resistir aos mais fracos. Igualmente bons e maus, corajosos e covardes, eram mortos sem reação possível. No meio de tanta selvageria, pois que os númidas eram muito cruéis e a cidade estava fechada por todos os lados, de todos os italianos apenas o comandante Turpílio escapou com vida. Pouco sabemos se isso se deveu à misericórdia do inimigo, a algum acordo ou se por alguma casualidade. Parece, contudo, desonroso e detestável que em tão grande desgraça tenha obtido uma vida torpe e não uma memória íntegra.

LXVIII. Metelo, após saber o que ocorrera em Vaga, retirou-se por algum tempo, abatido. Depois, quando estavam misturadas ira e tristeza, apressou-se com grande dedicação a ir vingar as afrontas. Partiu sem bagagens, ao anoitecer, com a legião com a qual invernavia e com o maior número possível de cavaleiros númidas. No dia seguinte, cerca de três horas, chegou a uma planície circundada por locais pouco mais elevados. Fez saber aos soldados, cansados pela grande distância do caminho e já descontentes de tudo, que a cidade de Vaga não distava mais de mil passos: deviam agüentar com ânimo elevado a tarefa restante, pois íam vingar a morte de seus compatriotas, homens muito valentes e que tanto sofreram. Além disso, acenou-lhes com uma farta pilhagem. Assim, tendo elevado seu moral, ordenou que os cavaleiros da linha de frente ficassem distantes uns dos outros e que a infantaria caminhasse concentrada, ocultando seus estandartes.

LXIX. Os habitantes de Vaga, quando observaram, num primeiro momento, um exército dirigindo-se em sua direção, acreditavam tratar-se, como de fato era, de Metelo e fecharam as portas. Depois, como não devastassem as terras e vissem à frente das tropas cavaleiros númidas,

pensaram que fosse Jugurta e correram em sua direção com grande júbilo. Os cavaleiros e os infantes, sendo dado um súbito sinal, trucidaram o populacho⁴⁵ espalhado fora da cidade. Outros correram até as portas e tomaram parte da torre. A ira e o desejo de presa ultrapassaram o cansaço. Assim, os vaguenses alegraram-se com sua traição por apenas dois dias. A cidade, grande e opulenta, foi entregue ao saque e à vingança. Turpílio, comandante da cidade, o único dentre todos a escapar como já dissemos, foi ordenado por Metelo a justificar a causa de sua libertação. Como não conseguisse se explicar, foi condenado, açoitado e pagou seus crimes com a morte, pois era cidadão de direito latino.

LXX. Pela mesma época, Bomílcar, por cujo impulso Jugurta empreendera a rendição que abandonara por temer o que merecia, suspeito aos olhos do rei e suspeitando⁴⁶ ele próprio de Jugurta, passou a desejar uma mudança de regime e buscava perdê-lo com artimanhas, cansando seu espírito dia e noite com esse propósito. Finalmente, tendo tentado tudo, cooptou como cúmplice Nabdalsa, nobre homem, de grande riqueza, ilustre e bem quisto por seus concidadãos, que muitas vezes comandava um exército separado do rei e que costumava fazer todas as coisas que Jugurta, cansado ou preso a afazeres mais importantes, deixava por fazer. Por isto obtivera glória e riquezas.

Ambos marcaram, de comum acordo, um dia para a emboscada. Além disso, conforme os acontecimentos exigissem, tomariam as demais providências a seu tempo. Nabdalsa partiu em direção a seu exército, que estava próximo ao acampamento de inverno dos romanos, conforme lhe fora ordenado, para que não devastassem impunemente os campos. Nabdalsa, abatido pela grandeza de sua má conduta, não veio a tempo e o medo impediu a execução do plano. Bomílcar, ao mesmo tempo desejo-

⁴⁵ Aceitamos a lição *uolqum*, acusativo singular de *uolqus* masculino, sobrevivência de época arcaica.

⁴⁶ Salústio utiliza aqui uma acepção do verbo *suspiciere*, até então não empregada em latim, igualando-o a *suspicipari* (*suspectum habere*), com o particípio passivo *suspectus*.

so de levar a cabo seus planos e angustiado pelo temor de seu sócio, e para que este não buscasse um novo projeto que substituísse o anterior, enviou-lhe uma carta por homens de confiança. Acusava na carta a fraqueza e a covardia de Nabdalsa e chamava em testemunho os deuses, por quem julgara, avisando-o de que não convertesse as promessas de Metelo em destruição. A desgraça aproximava-se de Jugurta e, de resto, morreria por suas mãos ou pelas de Metelo. Tratava-se apenas disto. Concluiu-se consigo mesmo se eram mais vantajosas as promessas ou a punição.

LXXI. Mas, quando a carta foi entregue a Nabdalsa, este descansava casualmente em seu leito, cansado pelo exercitar do corpo. Quando tomou conhecimento das palavras de Bomílcar, de início preocupou-se. Depois, como sói acontecer com um espírito aflito, o sono tomou conta de Nabdalsa. Tinha como encarregado de seus negócios um númida, fiel, devoto e conhecedor de todos os seus planos, exceto o último. Este, ao saber que uma carta chegara, considerou serem necessários seus cuidados e sua atenção, como de costume. Assim, entrou na tenda, estando Nabdalsa a dormir, tomou a carta que estava colocada, inadvertidamente, acima da cabeça no travesseiro e leu-a. Depois, conhecida a conspiração, dirigiu-se rapidamente ao rei. Nabdalsa acordou pouco depois e, quando não encontrou a carta, descobriu tudo o que se passara. Tentou reter o informante, mas como não conseguiu, aproximou-se de Jugurta para apaziguá-lo. Disse que se preparava para contar tudo e que apenas a perfídia de seu subalterno o impedira. Pediu aos prantos, pela amizade e pelos atos passados, realizados fielmente, que não suspeitasse que pudesse fazer um tal crime⁴⁷.

LXXII. A estas afirmações o rei respondeu amigavelmente, ao contrário do que realmente pensava. Tendo executado Bomílcar e muitos outros que sabia serem aliados na conjuração, refreara sua ira para que não surgisse uma revolta por esse motivo. Então Jugurta não teve mais dia ou

⁴⁷ *ne super tali scelere suspectum sese haberet*, utilização de *super* + ablativo equivalendo a *de* + ablativo. Uso familiar durante a República, generalizando-se no Império, cf. Ernout, *Sintaxe*, p. 98.

noite tranqüila, não confiava o bastante em homem algum, em qualquer tempo ou lugar sentia-se inseguro, temia seus concidadãos como a seus inimigos. Olhava para tudo com temor e assustava-se com qualquer ruído. Dormia cada noite em um local, às vezes contrariando o decoro real. Algumas vezes acordava durante o sono e pegava em armas, fazendo um tumulto. Era assim molestado por um temor quase insano.

LXXIII. Quando Metelo soube, através de desertores, da morte de Bomílcar e que o plano havia sido descoberto, apressou-se e preparou novamente todas as coisas como para uma guerra inteiramente nova. Como Mário o importunasse e como julgasse contra-producente manter consigo um homem que estava ali a contragosto e que lhe era hostil, mandou-o de volta para Roma. Em Roma a plebe, conhecidas as cartas que haviam sido enviadas sobre Metelo e Mário, acolheu seu testemunho de bom grado. A origem nobre do general, que era antes motivo de honra, tornava-se agora fonte de rancor, enquanto a humilde condição do outro lhe era um título a mais de apoio. Além disso, em relação a ambos, regeu mais o fervor partidário que suas boas ou más ações. Magistrados sediciosos agitavam o populacho, pediam a cabeça⁴⁸ de Metelo em todas as assembléias e exaltavam em excesso os méritos de Mário. Por fim, a plebe excitara-se tanto que os trabalhadores urbanos e camponeses, cujos bens e cujo crédito consistia em suas mãos, deixavam seus afazeres e cortejavam Mário, colocando o prestígio deste acima dos bens que lhe eram necessários. Assim, abatida a nobreza depois de muitas lutas, foi enviado ao consulado um homem novo. Depois, o tribuno da plebe T. Mânlio Mancino consultou o povo sobre quem este queria que levasse adiante a guerra contra Jugurta, Mário viu-se designado pela maioria. Mas pouco antes... decretara, o que ficou invalidado⁴⁹.

⁴⁸ Referência à atitude de Metelo com relação a Turpílio, cf. LXIX, 4. A atitude de Metelo era justificada pois a *lex Sempronia de capite civium* de 123 a.C. retirava do general romano o direito de morte apenas com relação aos cidadãos romanos e Turpílio, como explica Salústio, *civis ex Latio erat*. A esta situação jurídica concreta opunha-se a condição política e econômica dos latinos e italianos, como bem demonstra a passagem que descreve a repercussão das cartas enviadas a Roma.

⁴⁹ Os manuscritos encontram-se truncados nesta passagem. Poderíamos tentar

LXXIV. Pelo mesmo tempo Jugurta, com a perda dos amigos, a maioria dos quais assassinara, outros tendo fugido por temor junto dos romanos ou de Boco, agia com incerteza e variando de planos, pois não podia gerir a guerra sem auxiliares e julgava perigoso confiar em novos homens, levando em conta a perfídia dos antigos comandados. Nada o contentava, nem decisão nem homem algum. Mudava o itinerário e os comandantes a cada dia. Ora dirigia-se contra o inimigo, ora retirava-se para o deserto. Muitas vezes punha sua esperança na fuga, para logo após voltar às armas. Estava em dúvida sobre em que deveria acreditar menos, no valor ou na lealdade de seus concidadãos.

Assim, para qualquer direção que se voltasse, tudo parecia adverso. Ao transcorrerem estas dúvidas, subitamente Metelo apresentou-se com o exército. Os númidas foram preparados e instruídos por Jugurta, segundo permitia a ocasião e iniciou-se a batalha. Onde o rei estava presente, lutou-se por um certo tempo, mas os restantes soldados foram batidos e debandados no primeiro encontro. Os romanos apoderaram-se de notável número de estandartes e armas, mas de poucos inimigos. Isto porque os númidas protegem, em quase todos os embates, antes seus pés que suas armas.

LXXV. Nesta fuga Jugurta, confiando muito pouco em sua própria fortuna, dirigiu-se ao deserto com os desertores romanos e parte da cavalaria. Chegou a Tala, cidade grande e rica, onde estava a maior parte de seus tesouros e os meios para a educação de seus filhos. Depois que Metelo soube o que ocorrera, mesmo informado de que entre Tala e o rio mais próximo estendia-se um deserto de cinqüenta milhas, decidiu-se a superar todas as adversidades e a triunfar sobre a natureza, pelo desejo de terminar a guerra aposando-se daquela praça. Mandou assim descarregar os animais de tudo, exceto trigo para dez dias, levando apenas odres e outros recipientes apropriados para o transporte d'água. Além disso, requisitou dos campos grande número de animais domesticados. Colocou nestes, recipientes de diversos

reconstruir da seguinte forma: "Pouco antes o Senado designara Metelo, mas este decreto caducara".

tipos, a maior parte de madeira trazida das cabanas dos númeridas. Exigiu dos habitantes vizinhos, que após a fuga do rei haviam passado para seu lado, que cada um trouxesse o máximo de água que conseguisse. Fixou um dia e local para se apresentarem e carregou os animais com a água do rio que corria junto da cidade, como já dissemos.

Assim provido, dirigiu-se para Tala. Quando chegou ao local combinado com os númeridas, e os acampamentos foram montados e guarnecidos, contam que caiu tal chuva que o exército abasteceu além de suas necessidades. De resto, a provisão foi maior do que a esperada porque os númeridas, como ocorre na maioria das rendições recentes, mostraram-se muito mais zelosos. Outrossim, os soldados preferiram utilizar a água da chuva por um sentimento religioso. Isto muito contribuiu para seu moral, pois consideravam que os deuses imortais cuidavam de sua sorte. Depois, no dia seguinte, contra a expectativa de Jugurta, chegaram a Tala. Os habitantes, que acreditavam guarnecidos pela natureza do local, abatidos pelo gesto ousado e incomum, prepararam-se para a guerra sem relaxamento. Outro tanto fizeram os nossos.

LXXVI. Mas o rei, acreditando nada ser impossível para Metelo, pois vencera todos os obstáculos, armas, dardos, locais e ocasiões com seu dinamismo, sobrepujando enfim a própria natureza que tudo domina, fugiu da cidade durante a noite, levando consigo seus filhos e a maior parte de seu tesouro. Depois disso, não se retardou mais que um dia ou uma noite em lugar algum, fingindo apressar-se por causa de seus afazeres, mas temendo uma traição que pensava evitar com sua rapidez. Pois tais desígnios de traição são tomados quando se tem uma ocasião propícia e tempo. Quando Metelo viu os habitantes preparados para a batalha, guarnecidos pelo local e pelas construções, circundou a muralha com uma paliçada e um fosso. Dispôs manteletes nos dois lugares mais favoráveis, levantou um aterro e, sobre este, foram colocadas torres protegendo as obras e os soldados. Contra isso os habitantes ativavam os preparativos e, de ambos os lados, nada era deixado por fazer. Finalmente os romanos,

cansados pelos grandes esforços anteriores e pelas lutas, e quarenta dias após terem aí chegado, apoderaram-se apenas da cidade, pois a presa fora destruída pelos desertores. Depois que viram o muro ser atacado por arietes e suas posições serem batidas, levaram para a casa do rei o ouro, prata e outros objetos preciosos. Aí, prenhes de vinho e comida, puseram fogo nestas coisas, na casa e em si mesmos. Pagaram, assim, de bom grado, as penas que temiam sofrer dos inimigos quando vencidos.

LXXVII. Ao mesmo tempo em que Tala era capturada, embaixadores vieram a Metelo de Leptis, pedindo que enviasse para lá uma guarnição e um governador. Um certo Amílcar, homem nobre e subversivo, preparava uma revolução, e contra ele não tinham força o poder dos magistrados nem as leis. Se não se apressasse, sua estabilidade e a de seus aliados estaria em perigo. Os habitantes de Leptis, já no início da guerra de Jugurta, enviaram uma embaixada para pedir amizade e aliança, primeiro ao cônsul Béstia e depois a Roma. Desde então, obtida a aliança, mantiveram-se sempre leais e fiéis e obedeceram diligentemente às ordens de Béstia, Albino e Metelo. As coisas que pediam foram concedidas facilmente pelo general e para lá foram enviadas quatro coortes lígures e Ânio como governador militar.

LXXVIII. Leptis foi fundada pelos habitantes de Sidão que acreditamos terem vindo a estas paragens por via marítima, fugindo de lutas intestinas. Situa-se entre as duas Sirtes, cujo nome se deve à sua própria natureza. Trata-se de dois golfos próximos entre si, na extremidade da África, dissemelhantes quanto ao tamanho, mas da mesma natureza. As regiões próximas à costa são muito profundas, mas ao largo, ao sabor das circunstâncias ou das tempestades, ocorrem baixios ou lugares profundos. Pois quando o mar está alto e começa a se enfuriar pela força dos ventos, as ondas trazem limo, areia e grandes pedras. Assim, o aspecto da região muda conforme os ventos e as Sirtes são assim chamadas pelo ato de arrastar⁵⁰. A

⁵⁰ Etimologia falsa a partir do verbo grego *σῶρειν* (*trahere*).

língua da cidade foi um pouco alterada pela mestiçagem com os númeridas, mas o direito e os costumes são na maior parte sidônicos, e mantinham-nos com tanto mais facilidade quanto vivessem longe do domínio do rei. Entre eles e a parte habitada da Numídia estendiam-se vastos espaços.

LXXIX. Mas desde que viemos a estas regiões por causa dos acontecimentos de Léptis, parece justo recordar a conduta honesta e admirável de dois cartagineses. Foi o lugar que nos recordou este fato. Por aquela época, os cartagineses dominavam a maior parte da África, embora os habitantes de Cirene fossem também ricos e poderosos. A região entre ambos era arenosa, de aspecto uniforme. Não havia rio ou elevação que pudesse servir de fronteira. Por isso, travavam entre si grandes e ininterruptas guerras. Desde que ambos os exércitos e esquadras haviam sido destruídos e derrotados reciprocamente várias vezes, temendo que, vencedores e vencidos cansados, fossem atacados por um terceiro, fizeram um acordo durante uma trégua segundo o qual, em determinado dia, embaixadores saíam pela cidade e o local onde se encontrassem seria considerado a fronteira comum dos dois povos. Assim, de Cartago foram enviados dois irmãos, de nome Filenos, que se apressaram em seguir caminho. Os cirenaicos caminharam mais devagar, se por descuido ou acaso não sabemos. Por outro lado, as tempestades costumam reter os viajantes nestas paragens, como ocorre também no mar.

Em planícies sem vegetação, o vento agita a areia do solo e esta grande tempestade costuma penetrar na boca e nos olhos. A visão, ficando assim embaraçada, retarda a caminhada. Quando os cirenaicos perceberam que estavam atrasados, temeram as penas de seus concidadãos pelo fracasso da missão e acusaram os cartagineses de terem partido de seu território antes do tempo, contestando o resultado. Preferiram tudo, em suma, a serem derrotados. Os cartagineses aceitaram que se fizesse outro tratado, contanto que fosse equitativo, e os gregos propuseram que aqueles fossem enterrados vivos no local que seu povo queria como fronteira, ou então que os deixassem avançar até onde quisessem e

aí fossem eles enterrados sob as mesmas condições. Os Filenos, aprovada a proposta, sacrificaram suas vidas em prol da pátria e foram enterrados com vida. Os cartagineses consagraram aos irmãos Filenos altares nesse local e foram-lhes instituídas homenagens em Cartago. Retorno, agora, à minha narração.

LXXX. Jugurta, tendo perdido Tala, considerou que não tinha nenhum recurso bastante forte para se opor a Metelo e dirigiu-se com uma pequena tropa, para o deserto. Chegou à região dos gétulos, povo bárbaro e selvagem, que até então desconhecia o nome dos romanos. Agrupou uma multidão deles formando um pelotão e acostumou-os, pouco a pouco, a manter ordens, seguir os estandartes e obedecer ao comando, bem como às outras atividades militares. Além disso, atraiu para si assessores do rei Boco com grandes presentes e ainda maiores promessas. Com a ajuda destes, aproximou-se do rei e induziu-o a declarar guerra aos romanos. Isto foi muito fácil e natural, porque no começo desta guerra Boco enviara embaixadores a Roma para pedir aliança e amizade, a qual seria muito oportuna – já que a guerra se iniciara – mas que foi impedida de se concretizar pela cega ambição de uns poucos, que costumavam vender-se nas coisas honestas e desonrosas. Antes ainda, Boco casara com uma filha de Jugurta. Na verdade, este parentesco não é muito considerado entre os nômadas e os mouros porque cada um, segundo suas posses, possui o maior número possível de esposas, alguns dezenas, outros ainda mais, e os reis acima de todos. Assim, a afeição divide-se pelo grande número e nenhuma vale como uma companheira, todas são consideradas igualmente de pouco valor.

LXXXI. Os exércitos de ambos juntaram-se num local determinado. Trocaram juras de ambos os lados e, quando foram accitas, Jugurta incitou o ânimo de Boco com um discurso: os romanos eram injustos, de uma ambição insaciável, inimigos comuns de todos. Tinham o mesmo motivo de guerra como Boco, contra si e contra os povos: o desejo de dominar. Para eles, todos os reinos eram odiosos. Então tratava-se de si,

como pouco antes haviam sido os cartagineses e o rei Perseu, no futuro, todo aquele que parecesse muito rico, este seria o inimigo dos romanos. Tendo assim discursado sobre esta e outras questões semelhantes, dirigiu-se a Cirta, porque Metelo aí colocara as presas de guerra, os cativos e as bagagens. Assim, Jugurta pensou que obteria uma recompensa por seu esforço, com a captura da cidade ou, caso o romano viesse em auxílio, poderia travar batalha. Sagaz, apressava-se em provocar o rompimento de Boco com os romanos, de tal forma que este não desejasse, contempORIZANDO, outra coisa que não a guerra.

LXXXII. O general, após ser informado da aliança dos reis, não ofereceu batalha onde pudesse correr riscos, como costumava fazer quando Jugurta já estava vencido, nem em todos os locais. Esperou ambos os reis próximo a Cirta, em um acampamento bem guarnecido, considerando que era melhor conhecer os mouros, agora seus mais recentes inimigos, e lutar quando as condições estivessem a seu favor. Por esta época soube, por uma carta, que Mário fora designado cônsul. Abateu-se por tal notícia além do que seria admissível e não conteve suas lágrimas e sua língua. Este homem, ilustre em outras atividades, não teve forças suficientes para suportar a adversidade. Atribuem alguns esta fraqueza à sua soberba, outros dizem que seu espírito justo ficou ressentido pela injúria e muitos consideram que isso ocorreu porque lhe foi tirada das mãos uma vitória já assegurada. Tenho bons argumentos para afirmar que sua aflição foi maior pela honra ter sido destinada a Mário, que pela injúria, e que se teria angustiado menos se a província tirada de suas mãos tivesse sido entregue a outro, que não Mário.

LXXXIII. Assim, tolhido por esta dor e porque considerava loucura cuidar com seu risco de um afazer que lhe era agora alheio, enviou embaixadores a Boco, pedindo-lhe que não se tornasse inimigo do povo romano sem motivos: tinha agora uma grande oportunidade de fazer um tratado de aliança e amizade, o que era melhor que uma guerra. Ainda que confiasse em suas forças, não deveria trocar o garantido pelo incer-

toda guerra pode ser iniciada com facilidade, mas desistir desse intento é muito difícil. Não estão sob o mesmo signo o início e seu fim. Qualquer um pode iniciá-la, permitindo-se isto até a um covarde: a desistência depende da vontade dos vencedores⁵¹. Por isso deveria preocupar-se consigo e com seu reino e não misturar sua condição florescente com a perdição de Jugurta. A isto o rei respondeu com bastante moderação: desejava a paz, mas condoía-se do destino de Jugurta; se lhe fosse dada a mesma oportunidade, tudo estaria resolvido. Novamente o general enviou embaixadores com uma contra-proposta às posições de Boco. Este aprovou-as parcialmente, rejeitando algumas. Desta forma passou-se o tempo com o ir e vir dos embaixadores de ambos os lados e a guerra foi sustada por vontade de Metelo.

LXXXIV. Mário foi eleito pela plebe fervorosa, como já dissemos, tendo recebido do povo a província da Numídia. Já anteriormente, contrário à nobreza, partiu agora para uma oposição constante e feroz. Atacava ora a indivíduos particulares, ora a todos. Dizia, com freqüência, que tomara o consulado da nobreza vencida como se fosse um espólio de guerra, contando outras vantagens de si e mortificando os nobres. Entretanto, cuidava em primeiro lugar das coisas necessárias para a guerra. Procurava reforço para as legiões, chamava tropas auxiliares dos povos e reis aliados de Roma. Fazia vir os mais valentes cidadãos do Lácio, que conhecera, em sua maioria, como companheiros de vida castrense, e alguns por sua fama. Convencera, à força de encômios, veteranos a partirem consigo. O Senado, ainda que lhe fizesse oposição, não ousava negar-lhe qualquer requisição. Ao contrário, decretara, de bom grado, uma força suplementar, pois se considerava que a plebe não desejava servir o exército.

⁵¹ Compare-se esta passagem com o seguinte trecho do discurso dos atenienses, em Esparta, quando do início da guerra do Peloponeso, tal como nô-lo relata Tucídides: “Antes de vos lançardes à guerra, avaliai a importância dos erros de cálculo que ela oculta. Com seu prolongamento, ela se compraz em multiplicar os azares; no momento, dela estamos todos afastados e é impossível dizer em favor de quem será o deslance”, I, 78.

Assim, Mário perderia o que necessitava para a guerra ou então o favor do povo. Esta esperança, contudo, frustou-se, pois uma grande vontade de acompanhar Mário tomara conta da maioria. Punham-se a pensar que ficariam ricos com os despojos da guerra, que voltariam para casa vitoriosos e coisas do gênero. Mário excitava-os muito com sua eloquência. Assim, depois que viu decretado o que desejava, querendo alistar os soldados, convocou uma assembléia do povo, para encorajá-los e, ao mesmo tempo, criticar a nobreza, como era de seu costume. Falou desta maneira:

LXXXV. “Eu sei, ó concidadãos, que a maioria não vos pede o poder com as mesmas qualificações que utilizam quando eleitos: de início são ativos, atenciosos e modestos. Depois, vivem na inação e na arrogância. Mas considero, diferentemente, que a República tem maior valor que a pretura ou o consulado, da mesma maneira que se deve ter maior cuidado em administrá-la do que em postular aqueles cargos. Não ignoro o quanto a vossa grande benevolência vai fazer pesar sobre os meus ombros. Preparar a guerra e, ao mesmo tempo, poupar o erário, cuidar de tudo interna e externamente e assim agir entre invejosos, opositores e intrigantes é mais difícil do que parece, ó concidadãos”.

“Além disso, se outros cometem uma falta, sua antiga nobreza, os feitos valorosos dos antepassados, a riqueza dos parentes de sangue ou não, as muitas clientelas, todas estas coisas servem-lhes de proteção. Todas as minhas esperanças estão colocadas em mim mesmo, e devem ser conservadas pela virtude e pela probidade. Todo o resto é de pouco valor. E percebi, ó concidadãos, que todas as faces se voltam para mim, que bons e justos me favorecem – porque meus atos servem à República – e que a nobreza procura uma oportunidade para me atacar. Devo esforçar-me com maior vigor para que não consigam vencer-vos e para que seus intentos se frustem”.

“Fui de tal maneira, desde minha infância até hoje, que me acostumei a todos os trabalhos e perigos. Estas coisas que fazia gratuitamente antes do encargo dado por vós, não pretendo abandoná-las após o recebimento deste prêmio, ó concidadãos. Para

aqueles que simulam uma falsa probidade é difícil moderar-se no exercício do poder. Para mim, que vivi em meio às honestas atividades, agir corretamente tornou-se parte de minha própria natureza devido ao hábito”.

“Encarregastes-me de gerir a guerra contra Jugurta, fato que a nobreza aceitou muito a contragosto. Peço que considereis se não seria melhor mudardes de atitude e enviardes alguém daquela camarilha, para esta empreitada ou outra semelhante, um homem de antiga estirpe, de muitas imagens de cera e de nenhuma experiência militar. Obviamente para que, ignorante de tudo, se afobasse e corresse a procurar algum conselheiro entre o povo para ajudá-lo em seu serviço. Assim, aconteceu muitas vezes que aquele que vós enviastes para comandar tivesse buscado para si outro comandante. E conheço, ó concidadãos, alguns homens que, apenas depois de terem sido eleitos cônsules, começaram a ler os feitos dos antepassados e os preceitos militares dos gregos, e que são homens invertidos. Pois comandar é posterior a ser eleito comandante, quanto ao tempo, mas é anterior quanto ao fato em si e quanto à experiência de comando”.

“Comparai-me, homem novo, com a arrogância daqueles, ó concidadãos. Isto que costumam dizer ou ler, vi ser feito, ou eu mesmo fiz. Aprendem-nas pelo estudo e, eu, no campo de batalha. Agora, estimai o que vale mais, atos ou palavras? Eles condenam minha condição de homem novo; eu, sua covardia. O que levantam contra mim é um fruto do acaso; o que se reprova neles é a desonestidade. Ainda que considere a natureza humana única e comum a todos, penso que o mais nobre é o mais corajoso. E se me fosse dado perguntar agora aos pais de Albino e de Béstia se prefeririam a mim ou àqueles como descendentes, que pensais que responderiam, senão que desejavam que seus filhos fossem os melhores”?

“Contudo, se me desprezam com justiça, que façam o mesmo com seus antepassados para quem, como para mim, a nobreza advém da virtude. Se invejam meu cargo, que invejem meu trabalho, minha abnegação, pois atingi esta honra através de tais esforços.

Homens corruptos pela ambição, levam a vida como se desprezassem vossas honrarias, mas pedem-nas de tal maneira, como se vissem honestamente. Estão enganados os que esperam coisas diversas como o prazer da inação e as recompensas da virtude”.

“Quando dirigem sua palavra a vós ou ao Senado, louvam seus antepassados com muitos discursos, julgando-se mais ilustres pelo lembrar dos grandes feitos daqueles. Mas ocorre o contrário, pois quanto mais ilustre é a vida daqueles, mais vergonhosa é a preguiça destes. E certamente assim se passa: a glória dos antepassados é como uma luz para os descendentes, que não permite que suas boas ou más ações fiquem ocultas. Confesso que tenho falta destas distinções, ó concidadãos, porém posso falar sobre meus próprios feitos, o que tem maior valor”.

“Observai, agora, como são injustos: aquilo de que se apropriam vem de uma virtude que lhes é estranha, mas não mo concedem, apesar de meu mérito verdadeiro! Obviamente porque não possuo imagens e porque minha nobreza é recente! Mas é preferível alcançar a nobreza do que, herdando-se o título, corrompê-lo. Certamente não ignoro que se quisessem me responder, fa-lo-íam com discursos eloqüentes e rebuscados. Mas no exercício de tão grande cargo, que recebi de vós, quando me difamaram com injúrias, a mim e a vós, não posso calar-me, para que alguém não considere minha moderação uma admissão de culpa”.

“Em verdade, segundo o que penso, nenhum discurso pode me ofender: caso seja verdadeiro, é certo que testemunhará em meu favor; se for falso, minha vida e meus atos vencê-lo-ão. Mas como são vossas decisões as acusadas, pelas quais me encarregastes de tão grande honra e desta enorme tarefa, pensai bem, talvez vos arrependeis delas. Não posso apresentar, em meu favor, nem triunfos, nem consulados de meus antepassados, mas, se for necessário, exporei minhas lanças, flâmulas, fáleras e outras condecorações militares, além das cicatrizes em meu próprio peito. Estas são as minhas imagens, minha nobreza, não herdada, como a deles, mas adquirida por mim mesmo, através de muitos esforços e perigos”.

“Meus discursos não são rebuscados, o que pouco me importa. A virtude se apresenta a si mesma o suficiente. A retórica vazia serve para esconder fatos torpes através de um discurso. Não aprendi as letras gregas, e pouco me aprazia fazê-lo, já que não foram úteis para a moral dos próprios professores. Mas aprendi o que há de melhor para a República: ferir o inimigo, montar guarda, nada temer senão uma fama torpe, sofrer com igual controle o frio e o calor, descansar sobre o próprio solo, suportar a um só tempo o cansaço e as privações. Exortarei meus soldados com estes preceitos e não os tratarei duramente, estando eu na folga, nem simularei ser mérito meu o esforço deles”.

“É vantajoso e popular governar assim, pois agir como um efeminado e constringer o exército a grandes penas corporais é próprio de um tirano, não de um general. Realizando estas e outras coisas semelhantes vossos antepassados honraram a si e à República. A nobreza, apoiada nestes homens, e ela própria diferente deles por seus costumes, despreza-nos ao igualarmo-nos a eles, e pleiteiam vossas magistraturas, não como se as merecessem, mas como se fosse uma obrigação vossa de dá-la a eles. Mas estes homens arrogantes enganam-se redondamente. Seus antepassados deixaram-lhes tudo: riquezas, imagens, sua lembrança ilustre: mas não deixaram a virtude, nem poderiam fazê-lo, pois não se pode dá-la ou recebê-la. Dizem que sou ordinário e inculto, pois sabeis que organizo poucos banquetes e não tenho histriões ou cozinheiros em melhor conta que um administrador agrícola. O que, aliás, me agrada confessar-vos, ó cidadãos. Pois aprendi de meus pais e de outros homens ilustres que as elegâncias convêm às mulheres e as fadigas, ao homem, que aos bons cabe antes a glória que as riquezas. As armas, não a mobília, são para nós um motivo de honra”.

“Que façam o que desejam, o que lhes agrada: amem e bebam, vivam a velhice onde passaram a juventude, em banquetes, rendidos aos ventres e às partes inferiores do corpo. Deixem-nos o suor, a poeira e as intempéries, que nos agradam mais que os banquetes. Mas a verdade não é essa. Pois quando estão desonrados com ações

tão torpes, vêm retirar a recompensa que seria dos bons. Assim, por uma injustiça, a luxúria e a indolência, péssimos costumes, não afetam quem os pratica, mas causam a destruição da República”.

“Tendo respondido àqueles segundo meu desejo, não como suas torpezas mereciam, direi umas poucas palavras sobre a República. Antes de tudo, tende boas esperanças com relação à Numídia, concidadãos. Vós removestes tudo o que até aqui tem sido a proteção de Jugurta: a ganância, a imperícia, o orgulho⁵². Desde que o exército tomou conhecimento da região tem sido, por Hércules, mais esforçado que bem sucedido! A maior parte dele foi consumida pela ganância ou pela temeridade de seus chefes. Peço aos que estão em idade militar: vinde partilhar de meu esforço em prol da República! Que o medo não se apodere de vós devido ao infortúnio de alguns e à arrogância dos generais. Eu próprio estarei presente convosco e no campo de batalha como conselheiro e companheiro dos perigos. E certamente, com a ajuda dos deuses, tudo está ao alcance: a vitória, a presa, a glória. Mas mesmo que houvesse dúvida ou que a vitória estivesse distante, conviria a todos os bons socorrer a República. Ninguém se torna imortal pela inação, nem pai algum deseja vida eterna para seus filhos e sim uma vida correta e honrada. Diria ainda mais, concidadãos, se pudesse com palavras encorajar os covardes. Aos valentes creio já ter dito o suficiente”.

LXXXVI. Tendo feito tal discurso, Mário percebeu que o ânimo da plebe estava fortalecido e de imediato carregou os navios de mantimentos, com o soldo, armas e outras coisas úteis. Ordenou a partida do legado A. Mânlio com a frota. No meio tempo ele próprio alistou os soldados, não segundo o antigo costume, nem pelas ordens⁵³, mas conforme o desejo de cada um, em sua maioria proletários⁵⁴. Esta sua atitude atri-

⁵² Alusão aos comandantes Séstio, Albino e Metelo.

⁵³ No original *classibus*.

⁵⁴ Cf. Valério Máximo, II, 3, 1. *Laudanda etiam populi verecundia est qui impigre se laborantibus et periculis militiae offerendo dabat operam, ne imperatoribus capit census sacramento*

buída por alguns à falta de homens aptos, por outros, à ambição do cônsul, já que era apoiado e bem quisto pelos proletários e para quem busca o poder, o maior apoio vem de quem nada possui pois, como nada têm, nada estimam e tudo lhes parece honesto quando envolve dinheiro. Mário partiu para a África com um número maior de soldados do que lhe fora decretado e em poucos dias chegou à Útica. O exército foi entregue pelo legado P. Rutilio, pois Metelo evitara o encontro pessoal com Mário: não queria ser obrigado a ver o que, por ouvir, não pudera tolerar.

LXXXVII. O cônsul completou as legiões com as coortes auxiliares e dirigiu-se para as regiões férteis e cheias de presa. Tudo o que aí foi capturado entregou aos soldados. Depois, atacou castelos e cidades mal guarnecidas pela natureza e pela guarda. Em toda parte travavam-se batalhas, em geral simples escaramuças.

Os novos soldados lutavam sem temor, vendo que os mais fracos eram capturados ou mortos, enquanto os mais valentes se encontravam mais protegidos. Defendiam pelas armas sua liberdade, sua pátria, família e tudo o mais, buscando a glória e a riqueza. Em pouco tempo fundiram-se os recrutas e os veteranos, igualando-se sua bravura. Logo que os reis souberam da chegada de Mário, retiraram-se para locais de difícil acesso. Jugurta decidira esperar para poder atacar o inimigo que logo estaria disperso, pois os romanos, em geral, na ausência do temor, comportavam-se com maior frouxidão e liberdade.

LXXXVIII. Enquanto isso, Metelo retornou a Roma e, para sua surpresa, foi muito bem recebido pela plebe e pelos senadores. O ódio desaparecera e ele era querido por ambos os lados. Quanto a Mário, considerava atentamente, com prudência e sem descanso, a sua situação e a de seus inimigos,

rogare esset necesse, quarum nimia inopia suspecta erat, ideoque his publica arma non commitebant. Sed hanc diutine usurpatione firmatam consuetudinem C. Marius capite censum legando militem abruptit, citado por Mommsen, Manuel, p. 142. Sobre o caráter de suas tropas veja-se Heitland, pp. 174 e 200.

procurando descobrir os pontos fracos e fortes de ambas as partes. Observava os itinerários dos reis, procurando prever seus planos e ciladas, não admitindo desatenção alguma nem dando descanso ao inimigo.

Várias vezes pusera em fuga os gétulos e Jugurta, quando estes conduziam despojos tomados aos nossos aliados e travara um embate armado direto com o rei perto da cidade de Cirta. Percebendo que havia realizado ações ilustres mas que não punham termo à guerra, Mário decidiu assediar uma a uma as cidade que, por sua população ou natureza de sua localização, fossem propícias ao inimigo e contrárias a si. Desta forma Jugurta perderia essas guarnições, se as deixasse desprotegidas, ou seria obrigado a oferecer combate.

Boco enviou-lhe, algumas vezes, embaixadores para pedir a amizade do povo romano, afirmando que não havia necessidade de se temer uma ação hostil de sua parte. Mentia para poder atacar de improviso e com maior vigor? Ou costumava ficar indeciso entre a paz e a guerra por seu espírito instável? Não temos elementos para formar uma opinião.

LXXXIX. O cônsul, como decidira, atacou as cidades e castelos guarnecidos, obtendo seu distanciamento do inimigo pela força, pelo terror ou pelo oferecimento de recompensas. De início atacava alvos sem importância, crendo que teria Jugurta a seu alcance quando este viesse em auxílio dos seus. Mas quando soube que o rei estava longe e tinha outras preocupações, pareceu-lhe oportuno uma ação de maior envergadura.

Havia no meio do deserto uma grande e poderosa cidade de nome Capsa, que dizem ter sido fundada por Hércules Líbio. Seus cidadãos estavam isentos de taxas no reino de Jugurta, sob um controle frouxo e por isso eram muito fiéis ao rei. Protegiam-se do inimigo não apenas por muralhas, armamento e homens, mas principalmente pelo caráter hostil da região. Exceto os arredores da cidade, todo o resto é inculto, sem água, eivado de serpentes que, como todas as feras, tornam-se mais violentas pela fome. Além disso, a própria natureza maléfica desses ofídios é exacerbada pela sede, mais que por qualquer outra privação.

Mário desejava ardentemente apoderar-se dela, não apenas por motivos militares, mas porque parecia uma empresa difícil e Metelo obtivera grande glória ao tomar Tala. Esta estava guarnecida da mesma forma, a não ser pelo fato que perto da cidade existiam algumas fontes, enquanto os camponeses tinham uma só nascente e no interior da muralha, utilizando-se para algumas atividades de águas pluviais. Aí, como em toda a parte da África que, por encontrar-se longe do litoral, é inculta, tolerava-se a falta d'água com maior facilidade porque os númidas se alimentavam, em sua maioria, de leite e caça, não utilizando sal ou outros condimentos⁵⁵. Utilizavam-se do alimento para mitigar a fome e a sede, e não para saciar o desejo e a luxúria.

Assim, o cônsul havia examinado tudo, e creio que foi protegido pelos deuses, pois seu esforço não poderia prover a tantas dificuldades por si só, já que era ainda ameaçado pela falta de trigo, pois os númidas cuidam mais do gado que da agricultura e o que fora produzido havia sido armazenado em fortificações por ordem do rei. Por aquela época a terra estava seca e vazia de frutas, pois era fim de verão. Apesar de tudo, Mário proveu-se do necessário, com grande previsão e na medida do possível.

Todo o gado que havia sido confiscado nos dias anteriores foi reunido pelos cavaleiros auxiliares por sua ordem. Determinou que o legado A. Mânlio fosse com as coortes ligeiras à cidade de Lares, onde colocara víveres e o soldo, dizendo que haveria de voltar ao mesmo local em poucos dias, após pilhar a região. Assim sendo, e com seu plano verdadeiro desconhecido, dirigiu-se ao rio Tanais.

XCI. Durante a marcha, distribuía a cada dia o gado ao exército de forma equitativa entre as centúrias e os esquadrões e cuidava para que se fizessem odres e couraças, para aliviar a falta de trigo e, ao mesmo tempo preparando, sem que ninguém soubesse, recipientes que logo seriam utilizados. Finalmente, no sexto dia, chegou-se ao rio e um grande nú-

⁵⁵ No que se opunham aos romanos, acostumados aos condimentos fortes, muitos deles a base de peixe como o *garum*, *liquamen*, *muria*, *halex*. Cf. Zevi, p. 245.

mero de odres já havia sido feito. Aí, tendo levantado um acampamento levemente fortificado, ordenou aos soldados que comessem e se preparassem para partir ao por do sol. Tendo se desfeito de todas as bagagens, carregaram a si e aos jumentos apenas com água. Depois, quando pareceu oportuno, saiu do acampamento e, marchando durante toda a noite, deteve-se; na noite seguinte fez o mesmo; finalmente, na terceira noite, muito antes de raiar o dia, chegou a um local montanhoso, cerca de duas milhas de Capsa. Esperou aí, mantendo o maior segredo, com suas tropas. Quando começou o dia e os núbidas, não temendo nenhum perigo, saíram em grande número da cidade, Mário ordenou subitamente que toda a cavalaria e os mais velozes infantess se dirigissem, a toda velocidade, a Capsa e que ocupassem as portas. Ele próprio seguiu rapidamente, preocupado em não permitir que os soldados se entregassem ao saque.

Depois que os habitantes da cidade se deram conta do que se passava, a situação crítica, o grande medo, o inesperado ataque, e além disso porque parte dos cidadãos estava fora das muralhas em poder do inimigo, sentiram-se obrigados a uma rendição honrosa. A despeito disso, a cidade foi incendiada, os núbidas adultos foram mortos, todos os outros vendidos e a presa de guerra dividida entre os soldados. Este ato contra o direito de guerra não foi cometido pela loucura ou pela ambição do cônsul, mas porque o lugar era útil para Jugurta, de difícil acesso para nós e o espírito de seus habitantes era inconstante, infiel e não tinham se dobrado nem à amizade nem ao medo.

XCII. Quando Mário levou a cabo tal tarefa sem perda de homens, começou a ser considerado ainda maior e mais ilustre que antes. Tudo, mesmo que mal planejado, era tido como um ato de bravura, seus soldados eram tratados com moderação e ao mesmo tempo enriquecidos imensamente. Os núbidas temiam-no mais do que se costuma admitir com um simples mortal. Finalmente todos, aliados e inimigos, acreditavam que tinha inspiração divina ou que antevia tudo pela manifestação dos deuses.

Mas o cônsul, tendo obtido tal sucesso, voltou-se para outras cidades. Tomou umas poucas apesar da oposição dos númidas, mas encontrou a maior parte deserta, devido ao desastre dos capsenses, e as incendiou. O luto e a morte espalhavam-se pela terra.

Finalmente, após a conquista de muitas praças, a maior parte sem derramamento de sangue dos soldados, dirigiu-se a outra tarefa, não da mesma aspereza de Capsa, mas igualmente difícil. Perto do rio Muluca, que separava os reinos de Jugurta e de Boco, localizava-se um monte pedregoso em meio a uma planície, suficiente em largura para permitir um pequeno forte, e bem alto, de acesso muito difícil, pois que todo o resto era íngreme por natureza, como que trabalhado conscientemente pelo homem.

Mário quis tomar esse lugar com todo o seu engenho, pois aí estavam os tesouros do rei, mas o fez antes pela fortuna que por mérito. Pois o forte era bem guarnecido em homens e armas e possuía grande estoque de trigo e uma fonte d'água. O lugar era inacessível através de aterragens, torres ou máquinas de guerra. O caminho que levava ao forte era estreito e costeadado por profundas escarpas. Aí os manteletes eram armados com grande perigo e em vão, pois tão logo avançavam, pouco que fosse, eram destruídos pelo fogo e pelas pedras. Os soldados não podiam ficar parados diante das obras em razão da desigualdade do terreno e não podiam manobrar os manteletes sem se expor. Os melhores eram mortos ou feridos e para o restante o medo aumentava.

XCIII. Mário, depois de perdidos muitos dias e esforços, dava tratos à imaginação se deveria abandonar o intento, porque não prosperava, ou deveria esperar pela sorte, que o auxiliara mais de uma vez. Depois de muitos dias e noites passados nessa indecisão, eis que um lígure, simples soldado das forças auxiliares, tendo saído casualmente para buscar água, junto ao lado oposto àquele onde se combatia, voltou sua atenção a uns caracóis que serpenteavam por entre as pedras. Recolheu um, outro e, movido pelo desejo de coletá-los, chegou, pouco a pouco, quase ao topo da montanha. Quando percebeu que estava só despertou nele, como é comum ao ser humano, o desejo de realizar um feito difícil e desviou sua

atenção para outro objetivo. Por acaso crescia no local um grande carvalho por entre as pedras, ligeiramente inclinado para baixo, depois endireitando-se e subindo, como a natureza faz com todas as plantas. O lígure apoiava-se ora nos ramos das árvores, ora nas pedras salientes, acabando por chegar à plataforma do forte. Tendo observado tudo que em breve lhe seria útil, retornou pelo mesmo caminho, não desatento, como quando subira, mas examinando tudo e olhando tudo atentamente a sua volta.

Apresentou-se rapidamente a Mário e informou-o sobre o que acontecera, exortou-o a explorar o forte pelo lado que escalara. Ofereceu-se como guia dos caminhos e dos perigos. Mário enviou alguns dentre os presentes com o lígure para verificarem as palavras do mesmo. Depois, cada um segundo seu caráter, declararam que a tarefa era fácil ou difícil. O cônsul, mesmo assim, sentiu-se um pouco animado. Escolheu assim os cinco corneteiros e trombeteiros mais velozes, aos quais deu como escolta quatro centuriões. Ordenou que todos obedecessem o lígure e marcou a operação para o dia seguinte.

XCIV. Quando chegou a hora, segundo o pré-estabelecido, tendo preparado e combinado tudo, partiram para o local. Aqueles que deveriam realizar a escalada foram instruídos previamente por seu líder a mudarem o armamento e as vestes. Cabeças e pés nus, para que pudessem ver melhor e apoiar-se mais facilmente nas pedras; os gládios e escudos colocados nas costas, estes últimos de couro, à moda dos númidas, por causa do peso e para que fizessem menos ruído nas batidas. O lígure ia na frente e atava cordas nas pedras e raízes velhas e salientes, para que os soldados subissem mais facilmente. Às vezes levava pela mão os que se intimidavam pela dificuldade do caminho. Quando a escalada se tornava um pouco mais áspera, enviava um a um, diante de si, desarmados, e depois seguia com seu armamento. Nos lugares cujo apoio dava margem à dúvida, examinava-os em primeiro lugar, subindo e descendo muitas vezes pelo mesmo lugar, depois, afastando-se rapidamente e inculcando coragem em seus companheiros com sua audácia.

Após longas e intensas fadigas, chegaram por fim ao forte, que estava deserto por aquela parte pois todos estavam voltados para o inimigo, como nos dias anteriores. Mário, quando soube por mensageiros da façanha do lígure, ainda que estivesse mantendo os númidas ocupados na batalha por todo o dia, exortou ainda mais os soldados e saiu pessoalmente do mantelete, avançando em formação de tartaruga para solapar as bases da muralha. Ao mesmo tempo os lançadores de projéteis e de pedras e os arqueiros fustigavam o inimigo à distância. Como os númidas, tantas vezes antes, haviam virado ou queimado os manteletes dos romanos, não se protegiam atrás das muralhas do forte, mas perambulavam dia e noite diante dos muros, insultando os romanos e chamando Mário de louco, dizendo que nossos soldados seriam presos por Jugurta e tornando-se contundentes pela segurança que sentiam.

Estando todos, romanos e inimigos, concentrados numa luta que era feroz de ambos os lados, os nossos por causa da glória e de sua pátria, eles pela própria vida, eis que subitamente tocou o sinal na retaguarda. Primeiramente as mulheres e as crianças, que haviam avançado para observar o que se passava, fugiram; depois os que estavam mais perto da muralha e finalmente todos, armados ou não. Quando isto aconteceu, os romanos atacaram com maior fúria, desbarataram o inimigo, sem parar para matar o adversário apenas ferido e, passando por sobre os cadáveres, disputavam acirradamente a glória de assaltar as muralhas. Ninguém perdia tempo com pilhagem. Assim, por acaso, a intempestividade de Mário foi corrigida e de seu erro adveio-lhe a glória.

XCV. Enquanto isso se passava o questor L. Sila⁵⁶ chegou ao acampamento com uma grande força de cavalaria. Havia sido deixado em Roma para juntar cavaleiros do Lácio e aliados. Como o descrever dos acontecimentos nos levou a tal homem, parece oportuno dizer algo sobre sua natureza e educação. Não voltarei a falar sobre Sila e Lúcio

⁵⁶ Sila nasceu em 134 a.C., de família patricia, e morreu em 78 a.C. O retrato que Salústio dá deste, que foi o terror do partido popular, é bastante moderado.

Sisena⁵⁷, que descreveu seus feitos com maior amplitude e correção dentre todos que disso se ocuparam, parece-me ter sido pouco imparcial.

Sila era nobre de origem patrícia, mas sua família já havia quase desaparecido devido à nulidade de seus antepassados. Era muito versado nas letras gregas e latinas, comparando-se aos mais doutos. Espírito elevado, desejoso de prazeres, porém ainda mais de glória. Embora nas horas de lazer se entregasse ao deboche, esse vício jamais o desviou de seus afazeres. Poderia apenas ter tido um comportamento mais honrado com sua esposa⁵⁸. Eloqüente, engenhoso, de fácil amizade, incrivelmente astuto em simular os fatos, pródigo em muitas coisas, em grau máximo quanto ao dinheiro. Era o mais bem aventurado de todos os homens antes da vitória na guerra civil, mas nunca a sorte foi superior a seu esforço e muitos duvidam se foi maior em coragem ou fortuna. Quanto ao que fez posteriormente, não sei se me envergonharia ou desgostaria mais escrever.

XCVI. Sila, como dissemos, depois que chegou à África e no acampamento de Mário com a cavalaria, sem experiência anterior e desacomostumado à guerra, em pouco tempo tornou-se habilíssimo. Além disso, dirigia uma palavra afável aos soldados, distribuía favores aos que vinham pedir-lhe, a outros de sua própria vontade. Aceitava favores a contragosto, mas pagava-os mais rápido do que a um empréstimo. Não exigia nada de ninguém e trabalhava antes para que o maior número possível de pessoas fosse seu devedor. Tratava os mais humildes com bom humor e com seriedade, fazendo-se presente nos trabalhos, nas marchas e nas vigílias. Nunca, entretanto, ofendia a boa fama

⁵⁷ L. Sisena nasceu em 119 a.C., foi pretor em 78 a.C., morreu em 67 a.C. em Creta, na luta de Pompeu contra os piratas. Escreveu as *Histórias* em 12 livros, abrangendo o período entre 90 e 79 a.C.

⁵⁸ No original de *uxore* que pode ser compreendido como equivalendo a *quod attinet ad rem uxoriam*, caso em que se poderia traduzir por uma expressão de sentido geral, “vida familiar, conjugal”. Optamos pelo singular por lembrarmos do relacionamento de Sila com sua terceira esposa.

do cônsul ou dos seus homens honestos, como há quem faça por uma ambição mesquinha. Apenas não suportava ser inferior a ninguém em idéias e ações e realmente mostrava-se superior a quase todos. Por estas características e atitudes, em pouco tempo ganhou a simpatia dos soldados.

XCVII. Jugurta, depois que perdera a cidade de Capsa e outros locais guarnecidos e úteis para si, bem como uma grande fortuna em dinheiro, enviou emissário a Boco para juntarem o quanto antes suas tropas na Numídia, pois era chegada a ocasião de travar batalha. Quando soube que Boco demorava por se decidir, pois estava indeciso e ponderava os prós e os contras da guerra e da paz, de novo subornou seus secretários com presentes, como já fizera. Ofereceu ao mouro uma terça parte da Numídia, caso os romanos fossem expulsos ou caso reobtivesse seu território, integralmente, por um acordo.

O desejo deste prêmio tomou conta de Boco que se dirigiu a Jugurta com uma grande tropa. Assim, unidas ambas as forças e já tendo Mário partido para os acampamentos de inverno, atacaram-no faltando apenas uma décima parte para findar o dia. Pensavam que a noite, que já se aproximava, haveria de protegê-los em caso de derrota, mas não lhes seria um entrave em caso de vitória, pois conheciam bem a região. Em ambos os casos a escuridão atrapalharia os romanos.

Logo que o cônsul soube da chegada do inimigo por diversas fontes, os próprios adversários já se faziam presentes. Antes que o exército pudesse ser formado em batalhões ou que juntasse as bagagens, enfim, antes que pudesse ser obedecido qualquer comando ou sinal, os cavaleiros mouros e gétulos já atacavam os nossos. Mas não o fizeram em linha de batalha ou segundo qualquer costume militar e sim em bandos, reunidos ao sabor das circunstâncias. Todos os nossos, abalados pelo ataque inesperado, não esqueceram contudo de sua coragem. Uns pegaram em armas, outros protegeram os que ainda estavam por pegá-las. Parte subiu sobre os cavalos e carregou sobre o inimigo. A batalha desenrolou-se mais como uma panca-

daria⁵⁹ que à maneira militar, pois não havia estandartes ou batalhões e os cavaleiros combatiam junto dos infantes. Uns recuavam, outros eram mortos. Muitos foram atacados pelas costas enquanto enfrentavam o inimigo. A coragem e as armas não eram suficientes por causa da superioridade numérica do inimigo e porque atacava de todos os lados. Finalmente os romanos, recrutas e veteranos, e por isso experientes na guerra⁶⁰, conforme o acaso os reunia, faziam um círculo. Ficavam assim protegidos por todos os lados e bem formados, sustentando o ataque inimigo.

XCVIII. Mário, em meio a tão encarnecido combate, não se atemorizou ou abateu mais do que antes. Ao contrário, com seu batalhão, composto dos mais valentes e não apenas dos mais chegados a ele, deslocou-se de um lado a outro, ora para ajudar seus soldados, ora atacando o inimigo quando este se opunha com uma massa compacta. Comandava os soldados pessoalmente, pois em meio a tamanha confusão não podia dar ordens como de costume. O dia já acabara e os bárbaros não cessavam o combate e, segundo as ordens do rei, consideravam que a noite lhes seria favorável e, portanto, combatiam com redobrado vigor. Então Mário tomou uma decisão de acordo com as circunstâncias, e para que houvesse um local de refúgio para seus soldados, ocupou duas colinas próximas entre si. Uma, com bom abastecimento de água, era pequena para uma guarnição. A outra lhe convinha, pois em grande parte era alta e rodeada de precipícios, exigindo pouca fortificação suplementar. Ordenou que Sila fizesse guarda noturna junto à fonte. Ele próprio, pouco a pouco, reuniu os soldados dispersos, estando os inimigos também confusos. Depois, conduziu seus soldados em passo acelerado para a colina.

⁵⁹ No original *pugna latrocinio magis quam proelio similis fieri*. *Latrocinio* pode ser compreendido como ato de banditismo e, daí, pancadaria.

⁶⁰ Os manuscritos apresentam lições contraditórias. A lição aceita por B. Ornstein *neteres [nonique] et ob ea scientes belli* não parece verossímil. A lição proposta por A. Ernout *neteres nonique [et ob ea scientes belli]* não nos parece tampouco satisfatória. Optamos pela leitura que acarreta menores alterações ao texto original *noui neteresque et ob ea scientes belli*, como já propusera Eussner, citado por Ornstein, p. 156.

Assim, os reis foram dissuadidos pela rudeza da região a abandonar o combate. Não permitiram que os soldados se distanciassem, mas acamparam dispersos, em grande número e circundando ambos os montes. Mais tarde, acendidas muitas fogueiras, a maior parte da noite os bárbaros passaram a festejar, como é seu costume, a dançar, berrar. Os próprios líderes, confiantes, agiam como vencedores, apenas porque não haviam fugido. Mas os romanos viam tudo com facilidade, da escuridão e das alturas, e enchiam-se de coragem.

XCIX. Mário, plenamente encorajado pela imperícia dos inimigos, ordenou que se fizesse silêncio e que não tocassem as horas de vigília, como de hábito. Depois, quando amanheceu, cansados já os inimigos e há pouco adormecidos, ordenou subitamente que os sentinelas, os trombeiros das coortes, dos esquadrões e das legiões, tocassem todos os sinais e aos soldados, que berrassem e que saíssem pelas portas. Os mouros e gétulos, acordados por um som desconhecido e aterrorizados, não puderam fugir, pegar em armas, nem fazer nada em geral, ou mesmo precaver-se. Assim, todos foram tomados por um temor quase louco por causa do barulho, do bater das armas, pela falta de ajuda, pelo ataque dos nossos, pela confusão e terror. Por fim, todos foram postos em fuga e desbaratados, a maior parte das armas, ensígnias militares e estandartes foram capturados, e naquela batalha foram mortos mais homens que em todas as anteriores, pois o sono e o pânico impediram a fuga.

C. Mário, como já havia iniciado, marchou aos acampamentos de inverno que ordenara localizar nas cidades costeiras por causa do abastecimento. Contudo, a vitória não o tornou preguiçoso ou insolente, ao contrário, avançava em formação quadrada como se estivesse diante do inimigo. Sila avançava no flanco direito com a cavalaria; A. Mânlio, no esquerdo com os fundibulários e arqueiros, cuidando ainda das coortes de lígures. Na linha de frente e na retaguarda colocava tribunos com a infantaria ligeira. Os desertores, muito mal vistos, mas bons conhecedores da região, examinavam a marcha do inimigo. O cônsul ocupou-se de tudo,

como se não contasse com prepostos, estava presente em todo lugar, louvava e reprimia, cada um segundo seu mérito. Armado e atento, exigia o mesmo comportamento de seus soldados. Guarnecia o acampamento, enviava coortes de legionários para fazer guarda às portas e cavaleiros das forças auxiliares para a frente da guarnição. Ainda mais, dispunha alguns nas fortificações sobre paliçada, fazia pessoalmente os turnos da vigília, não porque tivesse pouca confiança em seus subordinados, mas para que os soldados, equiparados ao general, trabalhassem de boa vontade. Na verdade Mário, não apenas então, como durante toda a guerra contra Jugurta, mantinha o exército antes pelo sentimento de dignidade que através de punições. Muitos diziam que assim agia por ambição, outros que se habituara à severidade desde jovem e que aceitava com prazer o que para outros seria um suplício. Contudo, no que tange ao Estado, sua boa e honesta administração foi tão justa quanto o controle mais rigoroso.

CI. Enfim, ao quarto dia, perto da cidade de Cirta, os espíões apresentaram-se velozmente por toda parte, pelo que se soube da presença do inimigo. Mas recebia sinais idênticos dos espíões que retornavam de lugares opostos, o que deixou o cônsul incerto sobre como formar a linha de batalha. Resolveu não alterar a formação e esperar o inimigo com a mesma prontidão. Assim, a esperança de Jugurta viu-se frustrada, pois dividira suas forças em quatro partes, pensando que alguns haveriam de atingir o inimigo pelas costas. Entretanto, Sila foi atacado primeiramente pelo inimigo. Exortou seus soldados, formou os cavaleiros em esquadrões bem compactos e atacou com alguns soldados os mouros. Os que permaneceram em seu lugar protegiam-se dos dardos lançados de longe, mas se alguém se aproximava, era abatido. Enquanto corria esta batalha de cavalaria, Boco atacava a retaguarda dos romanos com a infantaria que seu filho Vólux trouxera, mas que não havia travado batalha anterior por que se demoraram no percurso. Mário atuava na linha de frente, já que aí estava Jugurta com a maior parte da tropa. Depois o núpida, sabendo da chegada de Boco, voltou-se com uns poucos ho-

mens em direção à infantaria sem se fazer notar. Disse aí, em latim – pois em Numância aprendera nossa língua – que os nossos lutavam em vão, pois matara pessoalmente Mário, pouco antes. Mostrou, então, sua espada manchada do sangue de um nosso infante que abatera, valorosamente, na batalha. Quando nossos soldados ouviram estas palavras ficaram aterrados, mais pela atrocidade da descrição do que dando crédito à mensagem. Nisso os bárbaros reanimaram-se e avançaram ainda mais ferozes contra os romanos abatidos. Os nossos estavam a ponto de fugir quando Sila, tendo vencido os que atacaram, voltou e avançou sobre os mouros pelo flanco. Boco retirou-se de imediato. Jugurta desejou apoiar os seus e manter uma vitória quase já assegurada, mas foi cercado pela cavalaria. À sua direita e esquerda estavam todos mortos, contudo, sozinho, conseguiu sair, evitando os dardos do inimigo. Ao mesmo tempo Mário, desbaratados os cavaleiros, correu em socorro dos que soubera repelidos. Afinal, os inimigos foram derrotados em toda parte. A visão da ampla planície era aterradora: perseguições, fugas, mortes, e capturas. Homens e cavalos abatidos, muitos não podiam fugir nem sofrer imóveis, por causa das feridas. Esforçavam-se um pouco, para de imediato voltar ao solo. Por fim, para onde quer que se dirigisse o olhar, o solo cobria-se de dardos, armas, cadáveres, permeados de sangue.

CII. Depois destes acontecimentos, o cônsul, agora com a vitória indubitável, chegou à cidade de Cirta, para onde se dirigia desde o início. Aí, após cinco dias da derrota dos bárbaros, chegaram embaixadores de Boco, e pediram, em nome do rei, que Mário enviasse até ele dois homens de confiança. Queria conversar com eles sobre seus próprios interesses e os do povo romano. Ele, de imediato, ordenou que L. Sila e A. Mânlio partissem. Ainda que estivessem indo chamados, contudo, quiseram dirigir a palavra ao rei, para que dobrassem sua resistência, caso houvesse, ou aumentassem ainda mais seu desejo de paz. Sila falou em poucas palavras, apesar de ser mais jovem que Mânlio, pois era mais eloqüente. Disse:

“Rei Boco, alegra-nos muito, que um tão grande homem, inspirado pelos Deuses, prefira enfim a paz à guerra. E também que tu, o mais justo, não desejes macular tua reputação ao ter relacionamento com Jugurta, o pior de todos os homens. Com isso nos eximes da cruel necessidade de perseguir-te, que errastes juntamente com o louco Jugurta. Além disso, ainda quando o povo romano era modesto em riqueza e poder, e desde então, parece-lhe melhor buscar amigos que escravos, e considera mais vantajoso dominar com todos agindo de bom grado do que sob coação. Nada é mais oportuno para ti do que nossa amizade, na verdade. Primeiro, porque estamos distantes, e por isso os desencontros serão mínimos. Nossa magnanimidade, ao contrário, não é afetada pela distância. Ainda mais, temos muitos súditos, mas amigos, nem para nós nem para ninguém, são em número desprezível. Oxalá desde o início tu tivesses agido assim! Certamente terias recebido do povo romano muito mais em presente do que efetivamente sofreste em revezes. Mas já que a fortuna rege a maior parte das questões humanas, que por certo quis que experimentasses tanto nosso poder quanto nossa boa vizinhança, agora que ela o permite, apressa-te e continua nesta via em que enveredaste. Muitas e oportunas ações podes encetar para que compenses facilmente teus erros com serviços. Por fim, pensa bem, pois o povo romano nunca foi ultrapassado em liberalidade. Quanto à guerra, tu conheces bem o seu poder”.

A isto Boco retrucou em poucas palavras, calmo e tranqüilo em sua defesa: ele não havia pegado em armas por hostilidade, mas em defesa de seu reino. A parte da Numídia liberada pelas armas do poder de Jugurta pertence-lhe por direito de guerra. Não poderia tolerar sua devastação por Mário. Além do mais, tendo enviado anteriormente embaixadores a Roma, recusaram-lhe a amizade. Mas deixava de lado o passado. Agora, com o consentimento de Mário, enviaria embaixadores ao Senado. Depois de dada a permissão de enviar seus embaixadores, o espírito do bárbaro novamente foi modificado pelos seus secretários, que Jugurta corrompera com presentes quando soube da embaixada de Sila e Mânlio, pois temia o que tramavam.

CIII. Enquanto isso, Mário estabeleceu o exército no acampamento de inverno, depois se dirigiu com as coortes lígures e parte da cavalaria para o deserto a fim de sitiar uma fortaleza⁶¹ do rei, na qual Jugurta dispusera, como guarnição, todos os desertores. Então, novamente Boco mudou de idéia e, quer por ter tomado consciência do que lhe acontecera nas duas batalhas, quer aconselhado pelos amigos que não haviam sido corrompidos por Jugurta, escolheu cinco, dentre o grande número de secretários, os quais sabia de boa fé e de inteligência aguçada. Ordenou que os embaixadores se dirigissem a Mário e daí, com sua licença a Roma, e deu-lhes autorização para tomar decisões e chegar a um acordo para o fim da contenda. Partiram de imediato para o acampamento de inverno dos romanos, mas durante o percurso foram atacados e despojados por assaltantes gétulos. Fugiram, aterrorizados e sem o decoro devido, em direção a Sila que havia sido deixado como pretor, já que o cônsul partira em expedição. Sila não os tratou como inimigos, como mereciam, mas acolheu-os com cuidados e generosidade. Por isto, os bárbaros descobriram que a fama dos romanos, de serem avaros, era falsa e consideraram Sila amigo, graças a sua bondade. Pois até então a liberalidade era desconhecida por muitos, ninguém era considerado generoso a não ser que fosse por livre e espontânea vontade, e todos os presentes eram considerados como sinal de afeição. Os embaixadores fizeram saber ao questor as instruções de Boco: pediram que fosse ao mesmo tempo seu protetor e conselheiro. Exaltaram as forças, a boa-fé, a grandeza de seu rei e outras qualidades que acreditavam pudessem ser úteis ou despertariam a simpatia. Depois que Sila se inteirou de todas as ofertas, indicou-lhes como dirigir sua palavra a Mário e mesmo ao Senado. Aí esperaram cerca de quarenta dias.

CIV. Mário, tendo levado a cabo o que se havia proposto, retornou a Cirta e tomou conhecimento da chegada dos embaixadores, ordenou-lhes e a Sila que viessem em Útica, assim como ao pretor L. Belino e

⁶¹ A palavra latina *turris*, da mesma raiz de *τύρρις*, tem sentido mais amplo que o vernáculo torre, correspondendo a fortaleza elevada.

ainda a todos os homens da ordem senatorial então na África, com os quais tomou conhecimento das proposições de Boco. Foi permitido que os legados se dirigissem a Roma e o cônsul pediu que, no entretempo as hostilidades cessassem. Sila e a maioria concordou com esta requisição do cônsul, mas uns poucos decidiram-se por uma atitude mais rude, certamente porque eram ignorantes da natureza humana, que transforma sempre as questões pendentes em revezes. Contudo, os mouros receberam o que postulavam, e os três foram enviados a Roma com C. Otávio Ruso, que, como questor, trouxera o soldo para a África. Os outros dois retornaram para junto do rei. Boco ouviu contente as informações, especialmente quanto à cordialidade e boa-vontade de Sila. Em Roma, os embaixadores desculparam a má conduta do rei e explicaram seu erro pelo mau exemplo de Jugurta. Pediram amizade e aliança, e obtiveram a seguinte resposta: o Senado e o povo romano costumam lembrar-se dos benefícios e da inimizade. Entretanto, perdoam o delito de Boco, porque se arrependeu. Aliança e amizade serão concedidas, quando as merecer.

CV. Tendo tomado conhecimento disto, Boco pediu a Mário, por carta, que enviasse até ele Sila, com plenos poderes, para que decidissem sobre os interesses comuns. Ele é enviado com uma escolta de cavaleiros, de infantes e de fundibulários das Ilhas Baleares. Além destes, foram os arqueiros e a coorte de Pelignos, com o armamento da infantaria lígure, para apressar a marcha. Não eram menos protegidos por estas armas que por outras dos dardos dos inimigos, pois estes também são leves. Porém, durante o percurso, pelo quinto dia, o filho de Boco, Vólux, apresentou-se em campo aberto, de repente, com cerca de mil cavaleiros. Como iam dispersos e ao acaso, pareceram a Sila e a todos os outros em número maior do que em realidade, causando o temor do inimigo. Cada um apressou-se, examinou as armas e os dardos, ficaram atentos. Havia um certo temor, mas a esperança era maior, pois eram já vitoriosos, tendo vencido muitas vezes os que agora estavam diante de si. Enquanto isso, os cavaleiros que haviam sido

enviados adiante para examinar a situação, comunicaram que não havia motivo para alarme.

CVI. Vólux aproximou-se, chamou o questor e disse que foi enviado pelo pai Boco em seu encontro e também como escolta. Neste e no seguinte dia avançaram juntos sem apreensão. Depois de estabelecido acampamento e sendo já fim de tarde, subitamente o mouro, o rosto transtornado, apavorado, dirigiu-se velozmente até Sila e disse que soubera, por meio de espíões, que Jugurta estava perto. Ainda lhe pediu e exortou que fugisse consigo, em segredo, à noite. Indignado, Sila negou temer o númerida, tantas vezes vencido. Confiava na coragem dos seus. Ainda que a derrota fosse inevitável, preferia permanecer a poupar uma vida incerta, tendo traído os que comandava, uma vida que talvez pouco depois poderia ser abatida por uma doença. Contudo, advertido para que partisse à noite, aprovou o plano e ordenou que os soldados comessem no acampamento, que se fizesse um grande número de fogueiras e, na primeira vigília, ordenou a partida em silêncio. Estando todos já cansados pela caminhada noturna, Sila fez a demarcação do campo ao nascer do sol, quando os cavaleiros mouros fizeram saber que Jugurta estava acampado, cerca de duas milhas adiante. Quando se ouviu isto, então, em verdade, um grande temor tomou conta dos nossos soldados. Pensavam que haviam sido traídos por Vólux e que estavam cercados de armadilhas. Alguns disseram que era necessária uma vingança fatal para que ele não fosse deixado impune de um tão horrível crime.

CVII. Entretanto Sila, mesmo concordando com este juízo, protegeu o mouro dos ataques. Exortou os seus soldados para que mantivessem o ânimo elevado: já antes, muitas vezes, uma multidão de inimigos fora vencida por uns poucos homens enérgicos. Quanto menos se poupassem na batalha, tanto mais estariam protegidos. Não seria decente, tendo armas em mãos, pedir ajuda aos pés desarmados e, no auge do perigo, voltar as costas desprotegidas – a parte do corpo que é cega e nua – ao inimigo. Ordenou, então, que Vólux saísse do acampamento tendo em vista suas

ações hostis e chamou Júpiter Máximo em testemunho do crime e da traição de Boco. Vólux, em lágrimas, rogou-lhe que não acreditasse nisso. Jugurta soubera de sua marcha, não por sua traição, mas por sua astúcia ao enviar espiões. Além disso, não estava em grande número e suas esperanças e recursos dependiam de seu pai. Assim, acreditava que não ousaria abrir as hostilidades às claras, tendo o filho de Boco como testemunha. Pareceu-lhe que o melhor a fazer seria atravessar o acampamento de Jugurta abertamente. Ele iria sozinho com Sila, e seus mouros iriam à frente ou ficariam no mesmo lugar. Esta sugestão foi aprovada por causa da dificuldade da situação. Partiram de imediato e, devido ao inesperado de sua chegada, passaram incólumes por um Jugurta em dúvida e hesitante. Depois de poucos dias, chegaram ao local planejado.

CVIII. Atuava, em muitas ocasiões e com bastante intimidade, junto a Boco, um númida chamado Áspar. Ele fora enviado por Jugurta, depois que tomou conhecimento da missão de Sila, como seu representante e para descobrir, com argúcia, os planos de Boco. Dábar, filho de Massugrada, da família de Masinissa, era inferior quanto à origem materna, pois seu pai era filho de uma concubina. Contudo, era querido e bem aceito pelo mouro por suas muito boas maneiras. Boco sabia pela experiência de muitas ocasiões anteriores que ele era de confiança dos romanos e enviou-o de imediato até Sila para declarar que ele estava preparado para fazer o que o povo romano desejasse; que escolhesse um dia, local e ocasião para a conversação. Não precisava temer o embaixador de Jugurta. Na verdade, era de caso pensado que aparentava informá-lo de tudo que se passava, para que pudesse negociar com mais liberdade sobre seus interesses comuns. Não poderia evitar suas armadilhas de outra forma. Contudo, creio que Boco agia antes com má-fé comum aos púnicos do que pelo motivo que dizia. Mantinha na esperança da paz, tanto os romanos quanto os númidas. Por bom tempo pensava consigo mesmo se entregaria Jugurta aos romanos ou Sila ao rei. Por convicção nos era contrário, mas o temor o fazia pender em nosso favor.

CIX. Sila respondeu que pouco diria na presença de Áspar, os detalhes seriam esclarecidos em segredo, na ausência de todos, ou da maioria. Ao mesmo tempo, explicou o que haveria de ser respondido para si em público. Reuniram-se, segundo as exigências, e disse que fora enviado pelo cônsul para lhe perguntar se desejava a paz ou a guerra. Então, o Rei, como havia sido instruído, ordenou-lhe que voltasse em dez dias, pois agora nada decidiria, haveria de responder no dia estipulado. Ambos retornaram a seus acampamentos. No meio da noite, Sila foi chamado por Boco, em segredo. Presentes apenas os intérpretes de confiança e Dábar como intermediário, pois que era homem leal e estimado por ambos, o rei começou seu discurso desta maneira:

CX. “Nunca pensei que haveria de dever um favor a um simples particular, pois que sou o mais poderoso rei que conheci nesta e em todas as partes. Por Hércules, Sila, antes de te conhecer dei meu apoio a muitos que o pediam, a outros espontaneamente, mas nunca tive necessidade de ajuda. Isto já não se passa assim, mas não me lamento, como outros costumam fazer, por pedir ajuda, e me alegro. O fato de haver precisado de ti foi o preço que paguei por tua amizade, que me é mais cara que tudo. Experimenta-me quanto a isso: toma e utiliza minhas armas, homens, dinheiro, o que quiseres, e enquanto estiveres vivo, considera que nunca terei pago tua bondade; para mim ela sempre existirá. Não desejarás nada em vão, estando eu ciente. Penso que é mais desonroso para um rei ser vencido em generosidade que no campo de batalha. Quanto ao estado romano, pelo qual fostes enviado como representante, ouve umas poucas palavras: nunca fiz guerra ao povo romano, nem quis fazê-lo. Apenas defendi com armas – contra uma agressão armada – as minhas fronteiras. Omito-me sobre isso, já que assim te agrada. Leva a cabo, como desejas, a guerra com Jugurta. Não ultrapassarei o rio Muluca, que havia sido a fronteira entre meu reino e o de Micipsa, nem permitirei a entrada de Jugurta. Além disso, se pedirdes algo digno de mim e de vós, não permitirei que partais insatisfeito”.

CXI. A estas palavras Sila respondeu breve e modestamente, em louvor de si, mas discorreu sobre a paz e os interesses comuns. Finalmente, fez saber ao rei que o que era oferecido ao Senado e ao povo romano não era tido como o bastante, já que pelas armas teríamos obtido ainda mais. Deveria fazer algo que parecesse representar mais os interesses de Roma que seus próprios. O que estava a seu alcance, pois tinha Jugurta em seu poder. Se o trouxesse para os romanos, estes dever-lhe-iam muito. A amizade, a aliança e a parte da Numídia que agora reivindicava, haveria de obter com o beneplácito romano. A princípio, o rei negou com veemência, pois o parentesco, a aliança e o tratado impediam-no. Além disso, temia que, sendo instável na amizade com Jugurta, o ânimo de seus súditos se voltassem contra ele porque eles admiravam Jugurta e opunham-se aos romanos. Finalmente, muito cansado, fez-se dócil e prometeu fazer tudo de acordo com a vontade de Sila. Enfim, prepararam o que lhes parecia necessário para simular um tratado de paz, que o númida tanto desejava, devido ao desgaste da guerra. A traição assim arranjada, separaram-se.

CXII. No dia seguinte, o rei chamou Áspar, embaixador de Jugurta, e disse-lhe que soubera por Dábar que Sila considerava que a guerra podia ser abandonada sob certas condições. Que buscasse saber a opinião de seu rei a respeito. Áspar dirigiu-se contente ao acampamento de Jugurta. Após receber todas as instruções deste, retornou em oito dias a Boco e afirmou que Jugurta desejava fazer tudo que lhe fosse ordenado. Mas confiava pouco em Mário, pois muitas vezes anteriormente havia feito a paz com generais romanos para apenas vê-las traídas. Além disso, se Boco quisesse uma paz válida e no interesse de ambos, fizesse de tal maneira que todos viessem a uma conversação de paz, e aí lhe entregaria Sila. Tendo em seu poder tão importante figura, por ordem do Senado e do povo seria feito um tratado, com o que um homem nobre ficaria em poder do inimigo por cumprir seu dever quanto ao Estado, e não por sua má ação.

CXIII. O mouro ponderou consigo mesmo por bom tempo até se comprometer. Não sabemos se sua indecisão era verdadeira ou escondia

intentos por nós desconhecidos. Mas a maior parte dos desejos dos reis são tão ardentes e instáveis, muitas vezes contraditórios entre si. Depois, marcados local e ocasião da conversação de paz, Boco chamou ora Sila, ora o embaixador de Jugurta, tratando-os bem, e prometeu a ambos as mesmas coisas. Estavam os dois igualmente contentes e cheios de boa esperança. A noite seguinte, que precedia a data da conversação, o mouro recebeu seus amigos, para logo mudar de idéia e mandá-los embora. Diz-se que pensava consigo mesmo e seu rosto e seus olhos variavam com seus pensamentos. É claro que dessa forma revelava o que tinha oculto na alma e que não expunha em palavras. Por fim, mandou chamar Sila e preparou uma cilada para o númida, em comum acordo com aquele. Depois, quando chegou o dia, foi-lhe comunicado que Jugurta estava a pouca distância. Com uns poucos amigos e nosso questor avançou em sua direção, como prometera, postando-se em um monte de fácil visão para os nossos. O númida, com a maior parte de seu séquito desarmado, como prometera, dirigiu-se para o local e de imediato, dado o sinal, de toda parte e ao mesmo tempo, foi atacado de emboscada. Todos foram mortos, à exceção de Jugurta, que foi levado para Sila amarrado. Este conduziu-o, por sua vez, a Mário.

CIV. Por esta mesma época, os nossos exércitos, conduzidos pelos generais Q. Cipião e M. Mânlio, sofreram uma derrota contra os gauleses⁶². Por isso, toda a Itália tremia de medo. Naquela época, e desde então até os dias correntes, os romanos consideraram que todas as outras lutas eram fáceis para sua coragem, mas contra os gauleses lutava-se pela vida e não pela glória. Foi anunciada em Roma o fim da guerra na Numídia e que Jugurta para lá seria levado acorrentado. Mário, ainda ausente da cidade, foi eleito cônsul, sendo-lhe decretada a província da Gália. Pelas calendas de janeiro, com grande pompa, o cônsul triunfou. Por aquela época, as esperanças e os recursos da cidade estavam colocados em suas mãos.

⁶² Erro de Salústio: os cimbrios e teutões não eram galos, mas germanos.

Bibliografia

I - Texto

ORSTEIN, B. (ed.) (1924). *Salluste*. Paris, Belles Lettres.

II - Traduções

ERNOUT, A. (1960). *Salluste*. Paris, Belles Lettres.

FEIO, B. (1959). *Salústio: Obras*. São Paulo, Logos.

HANDFORD, S.A. (1977). *Sallust*. Harmondsworth, Penguin.

ROMAN, J. (1924). *Salluste*. Paris, Belles Lettres.

III - Dicionários

FREUND, G. (1882). *Grand Dictionnaire de la Langue Latine*. Paris, Didot.

NATTA, F. (1923). *Vocabolario Sallustiano*. Turim, Chiantore.

IV - Autores Latinos

AULO GÉLIO. (1970). *Works*. Ed. by J. C. Rolfe. Londres, Heinemann.

CICERO, M.T. (1934). *De officiis*. Lipsiae, Baumgarteni.

CICERON, M.T. (s.d.). *Fragments, ouvrages apocryphes*. Texte par Ch. du Rozoir. Paris, Garnier.

_____ (1938). *Cicéron: Discours*. Ed. par H. de la Ville de Mirmont. Paris, Belles Lettres.

SUETÔNIO TRANQUILO, C. (1714). *Opera omnia*. Editio secunda. Leovadiae. Halma.

TITO LIVIO. (1944). *Ab urbe condita*. Testo da Vincenzo Craici. Milão, Vallardi.

VARRÃO, M.T. (1979). *On agriculture*. Ed. by William Davis Hooper. Londres, Heinemann.

V - Autores Gregos

CASSIO DIO. (1961). *Dio's Roman History*. Text by Herbert Baldwin Foster. Londres, Heinemann.

VI – Estudos sobre Língua e Literatura

- DEVOTO, G. (1940). *Storia della lingua di Roma*. Bolonha, Capelli.
- ERNOUT, A. & THOMAS, F. (1953). *Syntaxe latine*. 2e ed. Paris, Klincksieck.
- IMMÈ, G. (1982). Quomodo vocabula americanismum redolentia redantur, *Latinitas*, 30, pp. 218-231.
- INCUTTI, F. (1942). *Catilinae Coniuratio*. Milão, Vallardi.
- ROSE, H. J. (1942). *A handbook of Latin literature*. 2nd. ed. Londres, Methuen.
- TENTORI, T. (1920). *Opere scelte e commentate da*. Florença, Penella.

VII – Estudos Históricos

- CARCOPINO, J. & BLOCH, G. (1935). *La republique romaine de 133-44 av. J.C.* Paris, PUF.
- EARL, D.C. (1961). *The political thought of Sallust*. Cambridge, CUP.
- HEITLAND, W.E. (1970). *Agricola*. Wesport, Greenwood.
- HOMO, L. (1928). *Las instituciones politicas romanas*. Barcelona, Cervantes.
- KOVALIOV, S.I. (1975). *História de Roma*. Madri, Akal.
- LAST, H. (1951). *The wars of the age of Marius*, Cambridge Ancient History, Cambridge, C.U.P., Vol. IX.
- MARX, K. (1978). *Grundrisse der politischen Ökonomie*. Berlim, Dietz.
- MOMIGLIANO, A. (1978). The historian of the classical world and their audiences: some suggestions, *Annali della Scuola normale superiore di Pisa*, VIII, pp. 59-75.
- MOMMSEN, T. (1925). *Storia di Roma Antica*. Turim, Stein, vol. II.
- NICOLET, C. (1980). *Il mestiere di cittadino nell'antica Roma*. Roma, Ed. Riuniti.
- _____. (1977). Les classes sociales dirigeantes romaines sous la république romaine: ordre senatorial et ordre équestre, *Annales*, 1977, pp. 726-755.
- THÉBERT, Y. (1980). Economic, société et politique aux deux dernières siècles de la republique romaine, *Annales*, pp. 895-911.
- ZEVI, F. (1966). Appunti sulle anfore romane, *Archeologia classica*, XVIII, pp. 208-247.

Parte II

Capítulo II

O Sistema de Assentamento Micro-Regional em La Campana em Época Romana

1. Introdução*

Isto só será possível se partirmos de problemáticas específicas, cujas premissas sejam postas à prova no decorrer da própria elaboração do material. Trata-se de investigar a articulação de padrões diferenciais de assentamento numa região específica do médio Guadalquivir, na província romana da Bética. Esta região foi selecionada por dois motivos: em primeiro lugar, por nosso conhecimento da área e de sua ocupação em época romana. Em seguida, pela importância da região no quadro dos estudos de história provincial do Ocidente Romano. A divisão interprovincial do trabalho, com a respectiva especialização regional das culturas e produções artesanais, tornada possível pela unidade econômica e política do Império Romano (Carandini, 1980, p. 46), permitiu uma dominância, de caráter excepcional, da economia de mercado (Figura 1). Nesse contexto, a agricultura e o artesanato desenvolvidos às margens do Guadalquivir, por seu caráter progressista, deveriam ter como reflexo um padrão de assentamento que espelhasse a

* Gostaríamos de agradecer aos seguintes pesquisadores, com os quais pudemos trocar idéias e dos quais recebemos sugestões e bibliografia inexistente no Brasil: A. Tchernia, D. Manacorda, E. Schallmayer, E. Lyding Will, G. Chic Garcia, J. Remesal, J. Rodriguez-Almeida, J. le Gall e M. Ponsich.

interação entre economia autárquica e produção mercantil. Em particular, tratando-se de um assentamento às margens de um grande rio, navegável durante a antiguidade, pretendemos verificar em que medida existiu uma vida interior determinante de um padrão de assentamento autônomo – embora inter-relacionado – em relação às zonas ribeirinhas (Figuras 2 e 3).



Figura 1 – Difusão dos municípios romanos na Espanha, segundo Galsterer.

Um segundo objetivo tem em vista a própria especificidade do levantamento de superfície a ser empregado, que não se destinava, originariamente, a análises espaciais de padrões de assentamento. Além de demonstrarmos a possibilidade de seu aproveitamento dentro dessa perspectiva, estabeleceremos os limites que lhe são inerentes e proporemos diretrizes de pesquisa. Ambos os objetivos constituem, portanto, dois momentos diferenciados de um mesmo procedimento metodológico que limita seu campo de observação e se autocritica.

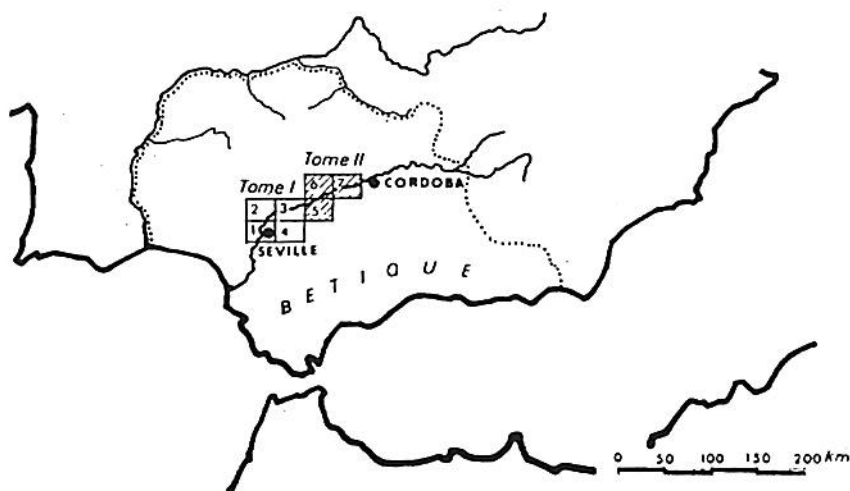


Figura 2 – Áreas prospectadas por Ponsich.

2. O levantamento de superfície – apresentação e crítica

Dispomos, para um estudo do assentamento humano no Médio Guadalquivir em época romana, de um levantamento extensivo de superfície efetuado por M. Ponsich, sob os auspícios da Casa de Valazquez, que resultou na publicação da obra *Implantation rurale antique sur le Bas Guadalquivir* (Ponsich, 1974; 1979). Sua utilização para uma análise espacial como propomos requer, contudo, uma consideração prévia sobre os objetivos, métodos, prática de campo e publicação do material por parte do autor.

2.1. Postura metodológica da prospecção

Os objetivos do levantamento foram basicamente dois, segundo o próprio autor: em primeiro lugar, uma prospecção completa e exaustiva dos vestígios arqueológicos de superfície de época romana (Ponsich, 1974, p. 9). Assim, buscou-se o reconhecimento do maior número possível de sítios visando possibilitar

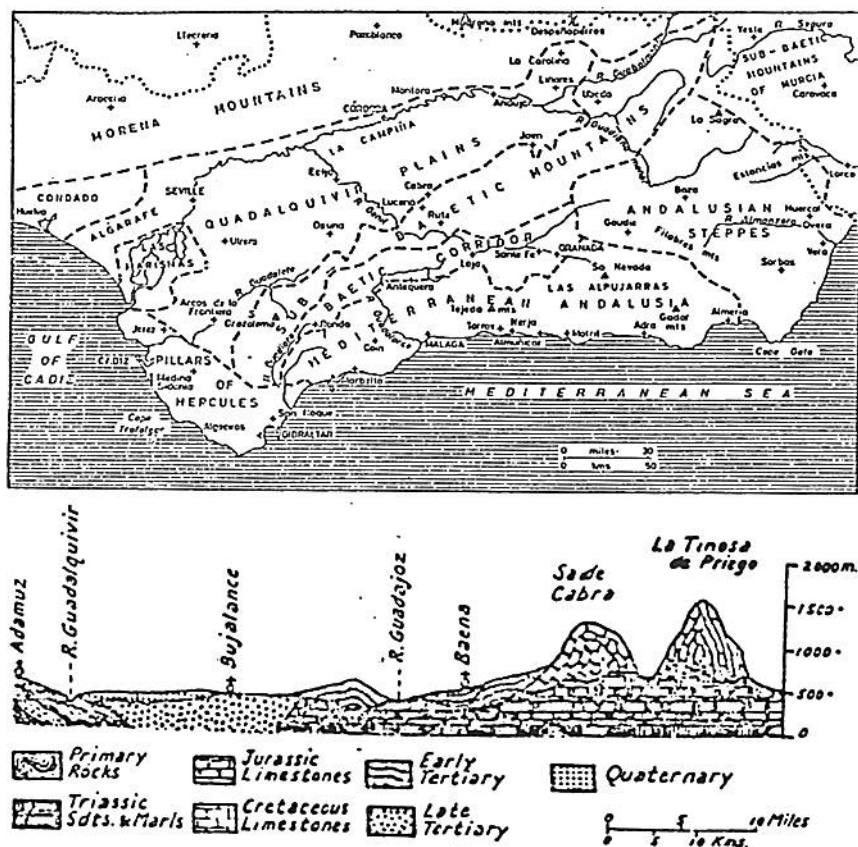


Figura 3 – Relevo e geomorfologia da Espanha Meridional.

futuras escavações nos sítios mais proveitosos e a obtenção de dados materiais significativos, especialmente epigráficos (selos anforários). A delimitação da área de prospecção foi realizada com o agrupamento de mapas em escala 1:50.000 das regiões às margens do Guadalquivir (Ponsich, 1974, p. 12).

Este trabalho, pioneiro na Arqueologia Clássica em solo bético¹, apresenta uma impostação teórica bem definida. Seus objetivos evidenciam uma

¹ Existem ainda alguns trabalhos pioneiros, de menor envergadura, como Bonsor, 1899; 1901; 1931. Destes, tivemos acesso apenas ao artigo publicado em 1901.

abordagem empiricista do trabalho arqueológico que se associa à busca do “fato” arqueológico, tal como proposto pela maioria dos arqueólogos clássicos continentais (Smith, 1955; Piggot, 1960, p. 7; Daniel, 1962, p. 130; Courbin, 1982, p. 160). O levantamento, assim, procurou descobrir e publicar materiais que serviriam de suporte para uma análise de caráter histórico (Ponsich, 1974, p. 11). Segundo essa abordagem, a Arqueologia deve fornecer a matéria-prima que será apropriada, enquanto conhecimento, por outra disciplina, a História (Spaulding, 1968, p. 38; Courbin, 1982, p. 219). Sua tarefa resume-se à descrição de objetos e à sua classificação (Courbin, 1982, p. 200), o que acaba por reificar o produto do trabalho humano socializado, igualando, desta forma, o artefato a um fenômeno natural (Meneses, 1983, p. 226; 1983a, p. 271; 1983b, p. 17). Dessa maneira de encarar a cultura material decorre uma prática de prospecção que não visa à reconstituição do funcionamento da sociedade que produziu, em época e circunstâncias determinadas, os artefatos que se apresentam como objetos prospectáveis pelo arqueólogo (Brunneau, 1974, p. 37; Cleziou, Demouille & Schnapp, 1973, p. 39).

2.2. Prática de campo

Quanto à prática da prospecção em si, essa postura metodológica acarretou uma ausência de preocupação em discutir os métodos, objetivos e atividades de campo por parte do autor. Assim, embora um de seus objetivos fosse realizar uma prospecção exaustiva, seu projeto de pesquisa individual impossibilitou sua execução, como M. Ponsich admite em diversas passagens de seu livro. Não sendo exaustiva, a prospecção deveria ter sido delimitada através de métodos de amostragem que permitissem o exame de uma parte do material de forma a possibilitar um conhecimento controlado do total existente (Judge, 1971, p. 43; Müller, 1975, p. 37; Read, 1975, p. 51; Redman, 1974, p. 3). O uso da amostragem, entretanto, exigiria a explicação, anterior à coleta de campo do material, dos objetivos do projeto e dos dados

que deveriam ser coletados para satisfazê-los (Redman, 1974, p. 7; 1975, p. 147). No caso em questão, a prospecção foi realizada segundo critérios absolutamente aleatórios ou, mais precisamente, a partir de princípios apenas implícitos, como o interesse particular do arqueólogo por certo de tipo de material, cerâmica, selos, etc. A subjetividade da abordagem torna-se mais sentida quando da descrição dos sítios, da explicitação dos métodos de “descoberta” de sítios (Ponsich, 1974, p. 69) e até mesmo na reprodução, seletiva e limitada, do material encontrado, restrito, em geral, aos selos.

Uma segunda decorrência do empirismo da prospecção é de igual, senão maior, conseqüência para a análise espacial que pretendemos realizar. A região prospectada por Ponsich não constitui um território previamente delimitado por critérios explícitos² mas, ao contrário, seu limites foram impostos ao autor pela *“immensité du territoire choisie: la vallée du Guadalquivir”* (Ponsich, 1974, p. 12). Como solução, o rio Guadalquivir foi considerado um fio condutor ao qual se acrescentou *“une large marge de chaque côté de ses rives, en assemblent les cartes au 1/50000”* (Ponsich, 1974, p. 12). Desta forma, a delimitação dos mapas constituiu a área de prospecção e, ao mesmo tempo, excluiu do campo de observação as regiões imediatamente contíguas. Este fato torna impossível a observação do sistema de assentamento de toda a área prospectada – trata-se de mais de 1500 sítios detectados – enquanto uma unidade de estudo significativa, definida a partir de critérios controláveis.

2.3. Publicação do material

A própria forma de publicação e classificação do material prospectado reflete a subjetividade e parcialidade dos critérios utilizados pelo autor. A tipologia de sítios proposta por Ponsich (1974, p. 16), em quatro níveis,

² Este fato é reconhecido pelo próprio autor, quando afirma: *“il ne représente qu’une partie incomplète d’une unité géographique et économique et ne permet pas une vue d’ensemble”* (Ponsich, 1974, p. 9).

apresenta incongruências de definição que dificultam sua utilização. Em sua classificação, *villa* e *ferme* diferem apenas pela ausência de elementos de luxo no último. Contudo, nem sempre as *villas* apresentam elementos de luxo, segundo a publicação do autor. *Agglomeration* difere de *villa* por suas dimensões e a mesma diferença distingue *ferme* e *abris*. Entretanto, tais critérios não são objetivos pois o tamanho dos sítios (em metros quadrados de superfície, por exemplo) nunca é fornecido e a quantidade e qualidade do material encontrado é descrito sumariamente. A classificação proposta na publicação não pode, portanto, ser utilizada para uma diferenciação funcional dos sítios, condição prévia para o estabelecimento de um padrão de assentamento.

Ao lado da tipologia, a cronologia proposta para os sítios (Ponsich, 1979, pp. 20-21) apresenta características que dificultam sua utilização por parte do pesquisador interessado no estabelecimento de *facies* contemporâneas. O estabelecimento da cronologia de sítios através de achados cerâmicos exige a publicação exaustiva do material encontrado ou, ao menos, a explicitação de todos os tipos presentes, incluindo referências a tipologias e cronologias disponíveis para esse material³. Em nosso caso, entretanto, a cerâmica não apenas não é reproduzida, como é descrita em termos genéricos que impossibilitam sua utilização. Em particular os fragmentos anforários, encontrados em grande quantidade, poderiam fornecer elementos precisos de cronologia (e mesmo função) dos sítios, caso tais fragmentos tivessem sido publicados ou descritos pelo autor. Mesmo a fase de abandono dos sítios, na maioria dos casos determinada pela ausência de cerâmica estampada vermelha, parece indicar uma ausência de preocupação com a cerâmica visigótica, documentada em sítios desta mesma área, prospectados por outros arqueólogos (Ponsich, 1979, p. 40).

³ As obras de referência utilizadas no livro compõe-se apenas de publicações defasadas, como Lamboglia, 1958; Marqueriz, 1961 e mesmo Hayes, 1972. Utilizamos, na reavaliação cronológica, os trabalhos de Fèvrier, 1980; Morel, 1980; Mayet, 1980 e Goudineau, 1980.

3. A utilização da prospecção de M. Ponsich para uma análise espacial do médio Guadalquivir

A prospecção de M. Ponsich apresenta algumas limitações de relevo para uma análise espacial do assentamento no Médio Guadalquivir. As informações fornecidas pelo autor em sua obra apresentam certas distorções não controláveis (Read, 1975, p. 48) que dificultam seu aproveitamento para outros fins que não aqueles delimitados pelo autor. Além disso, mesmo as informações que transmite devem ser consideradas apenas como relativamente seguras.

Apesar dessas limitações, uma análise espacial pode ser realizada, a partir da prospecção de Ponsich, caso estabeleçamos as condições para sua utilização. Além de avaliar a qualidade e confiabilidade das informações da obra, é necessário delimitar um território hipotético dentro da vasta área prospectada visando o estabelecimento de um sistema de assentamento integrado, interiorano e marginal ao rio. Para tanto, será preciso reagrupar os sítios através de uma tipologia funcional controlável e delimitar uma *facies* cronológica reavaliando os elementos de datação fornecidos pelo autor.

3.1. Premissas metodológicas para uma delimitação territorial

Podemos definir, de forma geral, como território qualquer área delimitada por critérios controláveis – fisiográficos, políticos, religiosos ou outros – que permite estabelecer relações espaciais significativas e redes de comunicação entre núcleos de ocupação humana. Os fluxos de informação entre os componentes ocorrem em diferentes esferas, formando redes territoriais de diversas ordenações. As delimitações fisiográficas, tais como os vales de rios, diferem dos territórios políticos, religiosos ou mercantis. O vale do Guadalquivir possui um território claramente delimitado pelo relevo regional, constituindo uma unidade geográfica que favorece os contatos em seu interior, limitando-os com as regiões circunvizinhas (Figura 4). Por outro

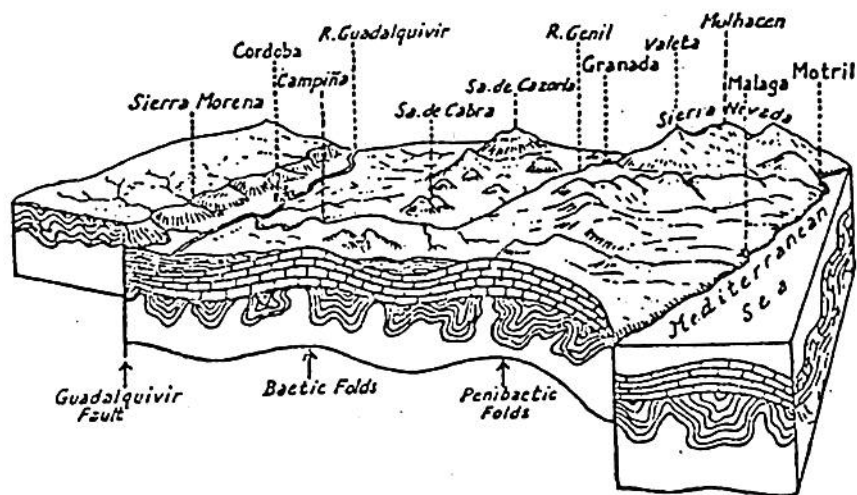
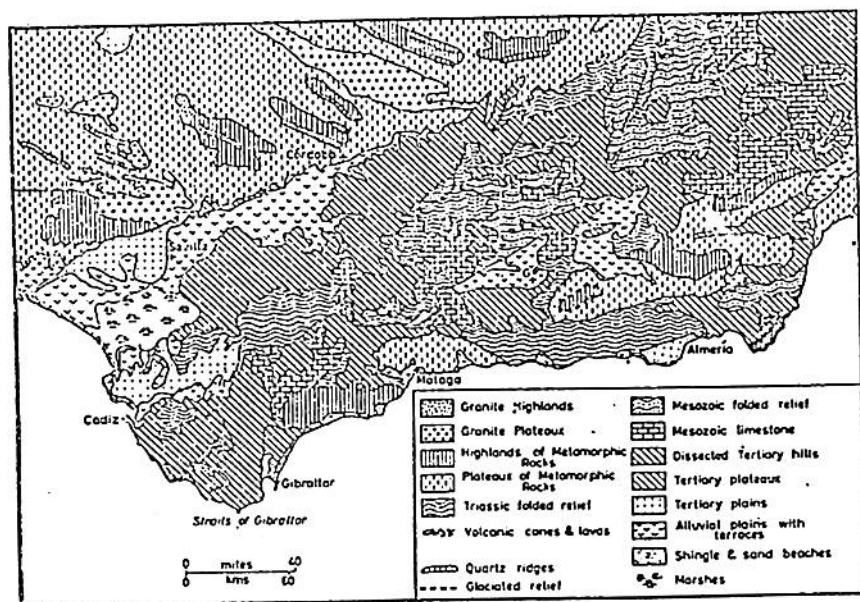


Figura 4 – Relevo e geomorfologia da região de Guadalquivir.

lado, a divisão político-administrativa estabelece unidades que ultrapassam essa delimitação fisiográfica, como a *Provincia Hispania Vltior Baetica*, na qual se localiza a área que estudaremos, e que abrangia a zona costeira, vale do Guadalquivir, Sierra Morena, Sierra Nevada, Cadeia Sub-Bética e margem esquerda do Guadiana. Em sentido inverso, o vale era cortado pelas divisões jurídicas de vários *Conuentus*: *Cordubensis*, *Hispalensis* e *Astigitanus* (Plínio, NH, 3, 3, 1). O mesmo pode ser dito com relação a outras esferas de delimitação territorial, religiosas, mercantis ou lingüísticas (Figura 5).



Figura 5 - Divisões administrativas durante o Alto Império.

Um outro aspecto dessa superposição de esferas de abrangência constitui a hierarquização no interior de cada uma delas. Assim, em termos fisiográficos, há uma cadeia ascendente da micro-região à macro-região, marcada pelo decréscimo de elementos comuns caracterizadores. O mesmo ocorre ao nível da organização político-administrativa, desde a menor unidade – *mini-*

cipium ciuium romanorum, colonia, ciuitas foederata, libera, latio iure, stipendiaria (Plínio, NH, 3, 3, 1) – passando pelo *conuentus*, pela *prouincia* até chegar à unidade maior, o *imperium*.

Os critérios que permitem diferenciar esses níveis de hierarquização são a habitualidade e a intensidade dos vínculos comunicativos. A habitualidade ou a freqüência dos contatos é decrescente do nível local ao imperial em termos de relações diretas entre os agentes sociais em questão. O camponês independente, por exemplo, mantém uma certa freqüência de comunicação direta com a aldeia que diminui em relação aos centros regionais, provinciais e imperiais de forma proporcional à distância, exceto para os serviços prestados exclusivamente nestes últimos. Seu relacionamento direto com os níveis superiores à aldeia é de tal forma esporádico que se pode afirmar ser uma comunicação sempre mediatizada pela aldeia, tanto a nível de mercado, como no campo religioso ou político (Percival, 1976 in Dyson, 1979, pp. 84-85; Hodder & Millet, 1980, p. 69).

Por outro lado, a intensidade dessas relações liga-se ao caráter específico da comunicação em cada esfera territorial: política, religiosa, jurídica, mercantil, social etc. No comércio de mercadorias, por exemplo, o volume em peso dos produtos estabelece diretamente os graus de diferenciação regional. O transporte de produtos agrícolas para a aldeia mais próxima de uma propriedade rural possui um volume proporcionalmente superior ao volume de importação ou exportação do mesmo ponto diretamente para os centros provinciais ou imperiais (Sallade & Braun, 1982, p. 36).

Tendo em vista estas características da delimitação territorial, a prospecção de Ponsich não apresenta, em seu conjunto, uma unidade significativa, seja fisiográfica, política ou qualquer outra. Isto torna necessário delimitar uma micro-região, integralmente prospectada, na qual se possa definir, de forma controlada, um território.

Em termos de delimitação fisiográfica, que nos parece bastante apropriada para a análise de um sistema de assentamento através dos restos da cultura material, a escolha pelo autor de áreas mapeadas pelo Instituto Geográfico Nacional de Espanha às margens do Guadalquivir (escala 1/50000)

apresenta obstáculos insuperáveis para o estudo do macro-ambiente. As áreas ao norte do rio, que poderiam ser utilizadas na constituição de uma unidade coerente, por sua localização entre o vale fluvial e a crista da Sierra Morena, apresentam-se truncadas no sentido leste/oeste.

Na margem esquerda, ao sul do Guadalquivir, a Campina permitiria a observação de um padrão de assentamento de planície. Contudo, a região de Carmona, particularmente importante pela coexistência de dois sistemas de produção na época romana, oleicultor ao norte do Alcores e cerealífero e centuriado na Vega (Ponsich, 1972, pp. 606-609), não foi prospectada em seus limites sul e leste, impossibilitando a identificação de uma área coerente. As regiões de Fuente Palmera e Guadalcazar tornam-se igualmente inutilizáveis pela ausência de prospecção ao sul da primeira e a leste da segunda. Desta forma, apenas a região de La Campana apresenta características como interioridade da localização e uma área prospectada à sua volta com um raio mínimo de dez quilômetros.

Uma delimitação fisiográfica do território de La Campana (Figura 6) revela-se improdutiva, pois a aldeia localiza-se em uma planície com poucas variações de relevo: pequenos vales, riachos, planuras, elevações suaves. Tampouco se conhecem os limites políticos da aldeia. Contudo, através de modelos de ocupação do solo desenvolvidos pela Geografia é possível delimitar-se uma área em volta da aldeia romana, que circunscreva um território hipotético, preliminar, permitindo observar relações espaciais significativas entre os sítios. Referimo-nos ao modelo de estado isolado, de von Thünen, reelaborado pela moderna geografia (Chisholm, 1968) e empregado na Arqueologia através do conceito de área de captação de recursos (Higgs & Vita-Finzi, 1972, pp. 30-33). A utilização deste modelo como recurso heurístico, contudo, exige uma perfeita consciência de seu alcance e de suas limitações no presente caso.

Descrevendo o relacionamento mercantil entre uma cidade e sua área agrícola, em termos de ocupação diferencial do solo, intensidade de produção e gastos com transporte e mão-de-obra, o modelo só é aplicável em sociedades onde o mercado desempenhe papel importante (Sallade & Braun,

1978, p. 28). Portanto, sua aplicabilidade para realidades pré-capitalistas exige um estudo preliminar que estabeleça a validade de tal abordagem. Ao assumir a distância como fator determinante da estruturação das culturas, o tempo torna-se o principal critério delimitador das diferentes áreas. É com base neste critério que Higgs e Vita-Finzi (1972, p. 31) propõem uma hora de

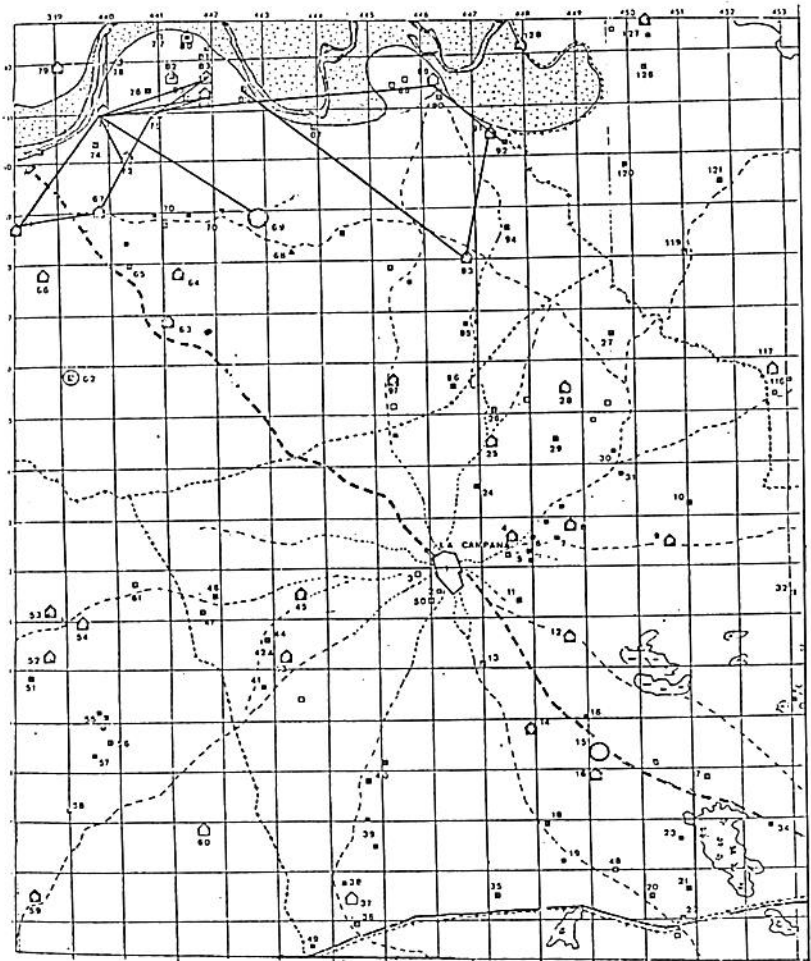


Figura 6 – Região de La Campana.

caminhada como o raio máximo da área de um sítio agrícola, o que equivaleria a um círculo de dez quilômetros de diâmetro numa área plana. No caso de La Campana, mesmo reconhecendo as vantagens do cálculo em tempo, devemos nos limitar ao equivalente métrico, por causa dos dados disponíveis. Além disso, nosso objetivo ao traçar esse território preliminar não é estudar a localização da aldeia com relação aos diferentes solos, para daí extrair dados sobre sua função ou sobre os cultivos principais – conhecidos por outras fontes – mas estabelecer um princípio relacionador que desencadeie uma seqüência interpretativa através da observação de coerências no padrão de assentamento em volta de La Campana.

Se o modelo permite-nos ligar os sítios que se encontram a menos de cinco quilômetros de distância à aldeia, como mercado de seus produtos agrícolas, nada nos diz sobre a natureza dos serviços prestados por La Campana a seu *ager*, além do fornecimento de materiais pelo mesmo mercado. Contudo, deve-se admitir uma maior freqüência de contatos, em todos os níveis, entre a aldeia e os sítios dentro do círculo, do que entre estes e outras comunidades centrais que oferecessem serviços variados. Por outro lado, o fato de encontrarmos na região um assentamento disperso, não agrupado na aldeia, como no modelo de von Thünen, provoca uma certa distorção na utilização do modelo, pois a distância entre La Campana e as *villae rusticae* não precisava ser percorrida diariamente. Como veremos, entretanto, a ausência de *villae* a até dois quilômetros de La Campana bem como a necessidade de se empregar mão-de-obra sazonal nas *villae*, impondo-lhes limites locacionais análogos às imposições dos assentamentos agrupados, justificam a utilização do modelo nesta área (Figura 7).

3.2. A economia de mercado e as comunidades centrais

O conhecimento da vida rural no Ocidente romano, aperfeiçoado apenas nos últimos anos, apresenta ainda muitas lacunas; os dados disponíveis e as bases conceituais são muito limitados e sujeitos a revisão. Em termos gerais, entretanto, pode-se afirmar que o predomínio de uma economia ba-

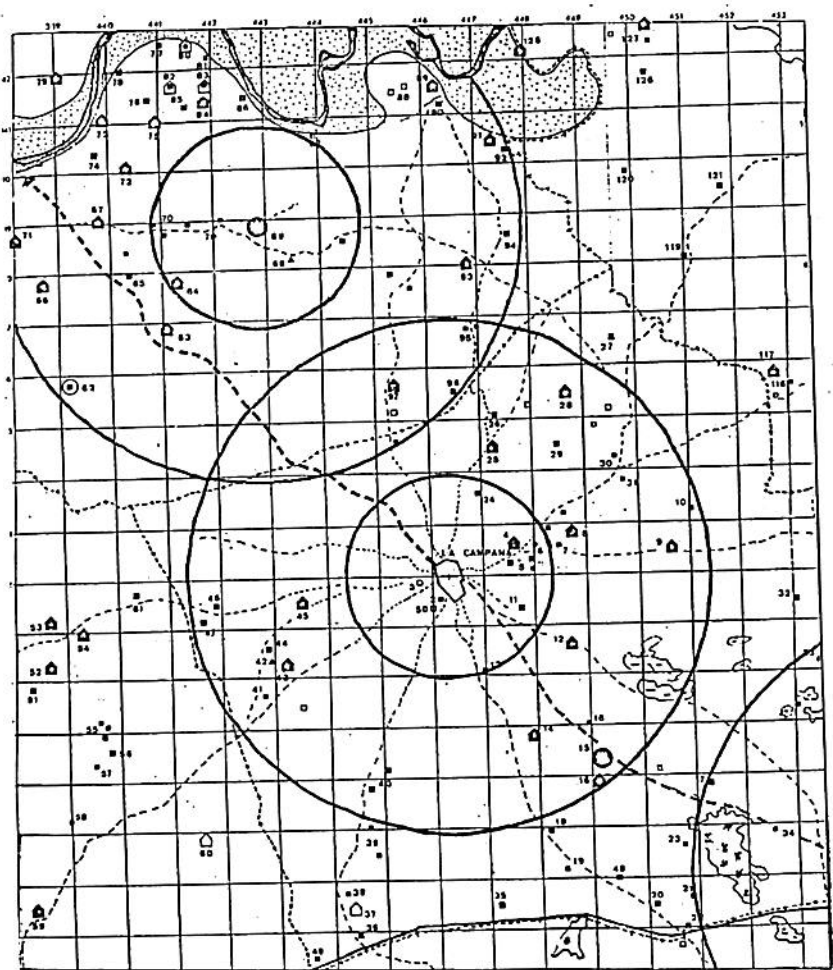


Figura 7 - La Campana e Lora la Vieja.

seada na produção de valores-de-troca é constatável na tradição literária do período proto e alto-imperial, em particular em Estrabão (Clavel-Lévêque, 1974) e nos escritores técnicos (Martín, 1971), onde os conceitos de *imperium* e *pax*, *δυναστεία* e *εἰρήνη* associam-se à integração econômica proporcionada pelo sistema imperialista romano (Lintott, 1981). Os elementos da cultura material, por sua parte, possibilitam-nos especificar a abrangência

geográfica e cronológica desse sistema e explicitar os produtos comercializados esclarecendo, ao menos parcialmente, os ritmos e a intensidade das trocas. Parte integrante de tal sistema é a aldeia central (*pagus* ou *vicus*), observada em particular no Ocidente romano. Assim, segundo afirma Dyson (1979, p. 94): *well populated areas with a mixture of large, medium and small homesteads, most residential and all plugged into a mobile, consumer oriented society... created a demand for skills and markets and the need for certain types of social interaction that would have shaped a very different central community*. O potencial de mercado foi o principal fator de prosperidade de muitas pequenas cidades, que serviam de polos de redistribuição de profissionais habilitados, de bens-de-produção e de consumo a nível micro-regional (Dyson, 1979, p. 94).

Em uma economia pré-capitalista como a romana, onde coexistiam tendências autárquicas e mercantis, dois critérios permitem constatar o predomínio geográfico de um ou outro sistema de produção. Por um lado, a concentração monocultora da produção e, paralelamente, a exportação desses produtos, fornecem indícios claros do predomínio do valor-de-troca. Isto ocorre, com variações, em setores como a viticultura da Aquitânia, a triticultura do Somme (Agache, 1978) e a oleicultura da Bética. Com relação a esta última, que nos interessa mais de perto, podemos constatar o predomínio do valor-de-troca já no início do Principado, fato constatado por diversas referências da tradição textual, entre as quais Estrabão (3, 2, 6): ... τῆν δ' ἀφθονίαν τῶν ἐκκομιζομένων ἐκ τῆς Γουρδητανίας. Por outro lado, a cultura material apresenta um quadro bastante complexo das atividades exportadoras da Província (Balil, 1975; Blázquez, 1974; 1978; 1981). O vale do Guadalquivir, em particular, apresenta-se como centro da área de produção oleícola, alimentando não apenas Roma, como todo o Ocidente romano com a exportação de enormes quantidades de azeite.

Neste contexto, a existência, às margens do Guadalquivir, de uma vida rural articulada com centros urbanizados através de relações de mercado pode ser proposta como uma hipótese de trabalho, a ser testada, neste estudo, com a observação e análise do assentamento humano em torno da aldeia de La Campana (Figuras 8 e 9).

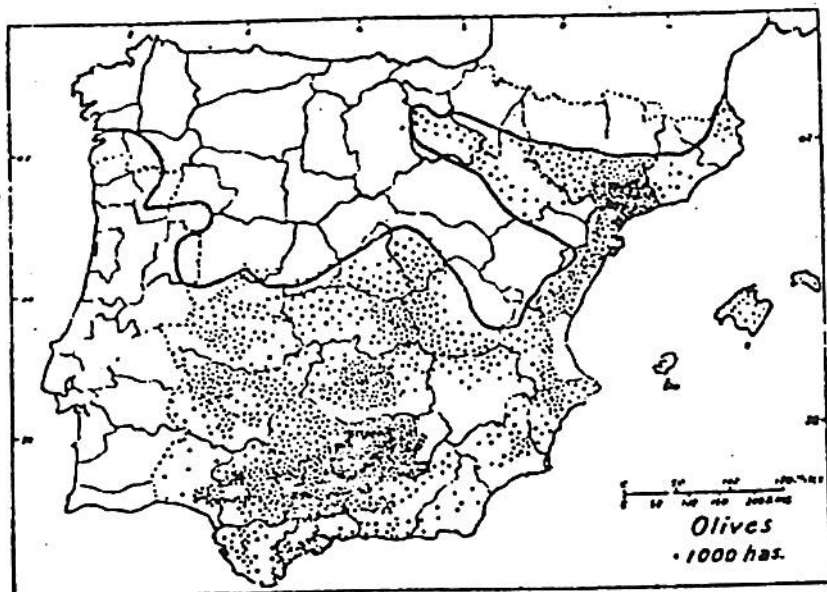


Figura 8 - Oliveiras na Espanha.



Figura 9 - Fábricas romanas de azeite.

3.3. Produções cerâmicas e cronologia

A análise do sistema de assentamento dentro do território hipotético envolve, necessariamente, o estabelecimento de uma *facies* cronológica contemporânea (Irwin-Williams, 1977, p. 142; Cleziou-Demoule, 1980, p. 126). A datação de sítios clássicos é determinada, essencialmente, através dos restos cerâmicos que permitem estabelecer uma ocupação assegurada do sítio em um dado período. Já as conclusões que podem ser tiradas da ausência de material arqueológico necessitam, para sua utilização, ser ponderadas levando-se em consideração alguns fatores. A ausência de certos tipos cerâmicos, bem como sua baixa frequência podem depender (1) da não ocupação do sítio em época romana; (2) da não inclusão da área na esfera de comercialização do produto; (3) da existência de produtos locais ou regionais concorrentes quanto à função; (4) do nível quantitativo de consumo do objeto; (5) do nível qualitativo de consumo, ou seja, da utilização e consumo diferenciados dos objetos por grupos e categorias sociais; (6) dos processos de formação do lixo arqueológico; (7) das características da implantação humana à época da prospecção.

A ausência de ocupação de um sítio em determinado período não pode, portanto, ser comprovada *ex silentio*. Em nosso caso, isto torna-se evidente quando sabemos que a região apresenta duas características que dificultam a prospecção de superfície. Em termos de ocupação atual, a olivicultura, que domina os terrenos situados entre 100 e 140m de altitude, não favorece o surgimento, à superfície, de restos antigos. Também a triticultura, praticada entre 60 e 100m, não tendo sido afetada pela motorização até a época da prospecção, tende a trazer, pela aragem pouco profunda, apenas os fragmentos cerâmicos de data mais recente. Além disso, às margens do Guadalquivir, as freqüentes inundações e o desvio do curso do rio, podem ter alterado significativamente os restos de superfície (Ponsich, 1979, p. 116).

A população-alvo de sítios a ser analisada compreende os vestígios de ocupação num raio de 5km de La Campana, abrangendo, como veremos, também as áreas prospectadas a norte, oeste e sul dessa circunferência.

Nesta área, encontramos 13 produções cerâmicas que podem ser utilizadas para datação. Embora a maior parte desse material não tenha sido publicada pelo autor, impossibilitando, portanto, o referimento da cronologia pela análise tipológica, a simples menção da existência de uma produção cerâmica pode permitir determinar os períodos de ocupação do sítio, com exceção da cerâmica comum, pouco conhecida (Février, 1980, p. 176). Dos 87 sítios prospectados na região, quase metade não apresenta material cerâmico de superfície (45 sítios ou 47%) sendo considerados de época romana por Ponsich pela presença de telhas e de tijolos. Tendo em vista a ausência de estudos específicos sobre este material em solo hispânico, não é possível atribuir-lhes uma datação mais precisa. Quanto à cerâmica, a prospecção de superfície apresentou o seguinte quadro:

	sítios	% do total	% sítios datados
Pré-Romana	3	3,4	6,3
Campana A	1	1,1	2,1
Galo-romana	3	3,4	6,3
Sig. Hispânica	31	35,0	65,0
Dressel 20	29	33,0	61,0
Sig. A	19	21,0	40,0
Sig. C	4	4,5	8,5
Sig. D	34	39,0	72,0
Muçulmana	1	1,1	2,1
Cer. Comum	5	5,7	10,6

Podemos fazer algumas observações a respeito deste quadro. Em primeiro lugar, como seria de esperar pelas características do cultivo na região, as cerâmicas mais antigas foram encontradas em poucos sítios. A presença de campana A em apenas um sítio e a ausência de sigillata arretina, ambas cerâmicas pan-mediterrâneas e muito exportadas nos séculos II-I a.C. (Campana A) e entre 50 a.C. e 50 d.C. (arretina) pode ser explicada de duas formas (Morel, 1980, p. 102). Tendo em vista a presença, embora também reduzida, dessas produções em sítios de outras zonas prospectadas por Ponsich no vale do Guadalquivir, pode-se deduzir que a área teria sido ocupada

pelos romanos, com mais intensidade, apenas a partir de meados do século I d.C., como atesta a presença maciça de sigillata hispânica (70-150/200 d.C. segundo Mayet, 1980, p. 283). Esta hipótese seria reforçada pela presença marcante, em Conímbriga, da cerâmica sigillata arretina (3ª produção em número de fragmentos) e da sigillata gálica (1ª produção) (Etienne & Alarcão, 1975). Contudo, os dados provenientes de Conímbriga são resultados de escavações sistemáticas, sendo difícil compará-los com resultados de uma prospecção de superfície. Ainda mais, as regiões de Conímbriga e do vale do Guadalquivir possuem ritmos de desenvolvimento reconhecidamente diversos. Uma segunda possibilidade refere-se à especificidade da formação do lixo arqueológico na região e às condições de seu reconhecimento pelo observador. É possível que os dados disponíveis venham a ser bastante alterados por futuras escavações na zona em questão e, desta forma, parece conveniente encarar tais resultados como provisórios.

Dois outros períodos de ocupação sucessivos podem ser observados. De meados do século I d.C. a meados do século III, três produções são documentadas em grande número de sítios. A sigillata hispânica alto imperial, presente em 31 sítios (35%), demonstra uma ocupação intensa da região desde meados do século I d.C. (Mayet, 1980, pp. 282-283), fato confirmado pelas ânforas oleárias Dressel 20, que surgem por volta de 10 a.C. (Schallmayer, 1984, pp. 282-290). Este tipo anforário e a sigillata clara A (Février, 1980, p. 170) estabelecem a continuidade da ocupação no curso dos séculos II e III. Por fim, a sigillata D, presente em 34 sítios (39%), confirma a ocupação da maior parte da região ainda nos séculos IV e V (Février, 1980, p. 170). Por outro lado, a presença de sigillata C (séculos III-IV) em apenas quatro sítios pode ser atribuída quer a um refluxo da economia agrícola da região no período quer, com maior verossimilhança, a uma menor difusão desta produção na Bética. Ambas as possibilidades possuem pontos a seu favor. Alguns indícios de crise da oleicultura bética, como o fim da descarga de Dressel 20 no Monte Testaccio em Roma (Rodríguez-Almeida, 1972, p. 121) e a invasão dos mouros, têm sido apontados, por alguns autores (Carandini, 1973, pp. 316-317), como evidências do refluxo econômico da Pro-

víncia a partir de meados do século III. Em sentido oposto, deve-se ressaltar que a exportação de azeite bético não cessou por essa época pois, além das constantes referências na tradição literária, pôde-se determinar, nos últimos anos, um recipiente sucessor das Dressel 20 (Dressel 23) e estabelecer um quadro de sua distribuição no Limes renano. A perda do mercado romano, provavelmente dominado, a partir dessa época, pelo azeite norte-africano (Pannella, 1984, pp. 258-261) foi conseqüência de dois movimentos paralelos, econômico e administrativo: por um lado, o eixo econômico Itália/Espanha/Gália foi substituído pelo eixo Itália/norte da África e, como conseqüência, o abastecimento em azeite de Roma passou aos produtores africanos, enquanto a Bética concentrava suas exportações em direção ao Limes renano (Remesal, 1982, pp. 69-70). A nível político, e como conseqüência da “africanização” do Senado, a província da Bética passou a fazer parte da Prefeitura das Gálias e, como seria lógico, sua articulação política com o ocidente continental europeu fortaleceu essa tendência. Isto vinha de acordo com a estratégia de manutenção e fortalecimento do Limes renano e de sua *annona militaris* (Whittaker, 1982, p. 91-91), que garantia as fronteiras de todo o flanco ocidental do Império e, dessa forma, protegia a própria Bética.

Por outro lado, as escavações de Conímbriga (Etienne & Alarcão, 1975) fornecem alguns indícios de que a penetração de sigillata C em solo hispânico teria sido mais limitada do que, por exemplo, a de sigillata D. Isto esclareceria, ao menos parcialmente, o menor número de sítios em que esta produção se faz presente. Não está afastada a possibilidade, entretanto, de uma crise parcial e temporária que, tendo se manifestado em fins do século III, seria superada a partir de inícios do século seguinte.

Por fim, quanto à época de abandono dos sítios, as informações provenientes da prospecção indicam uma quase completa ausência de cerâmica estampilhada vermelha, visigótica ou muçulmana. Esta constatação pode ser estendida, em linhas gerais, a toda a região prospectada por Ponsich. Possuímos, entretanto, evidências de uma continuidade, mesmo que parcial e reduzida, de ocupação da área no período visigótico. Às informações provenientes da tradição literária somam-se indícios materiais desse período, e

mesmo posteriores. A questão da época de abandono dos sítios, com a possível introdução de um novo tipo de assentamento, deve ser situada, de qualquer forma, após o século IV d.C.

Dentre as duas grandes fases atestadas de ocupação, optamos por uma análise espacial do assentamento alto e médio imperial. Tal decisão funda-se em critérios intrínsecos, relativos ao material arqueológico a ser analisado, e extrínsecos, relacionados com o estado da pesquisa histórica sobre a economia imperial. O estudo das produções cerâmicas desenvolveu-se, nos últimos anos, predominantemente através da análise dos períodos republicano e alto-imperial, em especial no que se refere à cerâmica de mesa e aos vasos recipientes (Février, 1980, p. 179). Em sentido inverso, o conhecimento das produções tardias apresenta ainda lacunas significativas, enquanto outros aspectos da cultura material baixo-imperial encontram-se em situação semelhante. Por outro lado, a prospecção de Ponsich, ao preocupar-se com a coleta de grande número de selos anforários, fornece um material abundante que, em análise conjunta com os restos de ânforas Dressel 20, permite a observação de padrões de distribuição espacial desses artefatos. Em termos gerais, portanto, este é o período de ocupação mais bem documentado apresentando maior quantidade (35 sítios apresentam produções alto-imperiais, contra 32 com cerâmica tardia) e melhor qualidade de informações.

Tal abundância documental, à qual se acrescenta a rica tradição textual, permitiram uma maior elaboração teórica sobre a economia agrícola alto-imperial em geral, e sobre a Bética em particular. Neste sentido, cremos poder analisar um sistema de assentamento que dê conta do movimento dialético entre autarquia e mercado, analisando as relações entre *villae rusticae* e comunidade central dentro das recentes formulações de Dyson (1979, p. 94) sobre a vida rural no Ocidente romano, elaboradas conjuntamente com o estudo das informações textuais, de cuja riqueza, para o tema, são exemplos as considerações de Varrão sobre as relações das propriedades rurais com as regiões circunvizinhas, consideradas em termo de entrada (*inportare*) e saída (*adportare*) de bens e de serviços (RR, 1, 16).

O critério adotado para a constituição de uma *facies* de fins do século I d.C. a meados do século III d.C., abrangendo as produções de sigillata hispânica, Dressel 20 e sigillata A, baseia-se na constância da ocupação da região no período. Embora haja sítios que apresentam apenas sigillata hispânica e sigillata D, com ausência das produções intermediárias, deve-se atribuir essa falta antes às características da prospecção do que a uma desocupação temporária do sítio. O quadro cronológico geral das *uillae* prospectadas parece confirmar essa interpretação, pois de 44 *uillae* (para a definição tipológica vide abaixo), 12 (27%) não forneceram qualquer cerâmica datada. Esse percentual elevado deve ser atribuído às características particulares de preservação e aparecimento em superfície do material cerâmico na região, pois é pouco provável que uma *uilla* não consumisse qualquer tipo de cerâmica de mesa.

Desta forma, consideramos um procedimento metodológico correto estimar contemporâneos os sítios que apresentam ao menos uma das produções citadas acima. Neste caso, o universo de sítios de nossa análise constituiu-se de 36 unidades; os 40 sítios sem cronologia definida (12 *uillae* e 28 sítios pequenos) serão estudados em função do sistema de assentamento proposto a partir da população/alvo.

3.4. Tipologia de sítios

Por fim, procuramos estabelecer uma tipologia de sítios significativa para a análise espacial proposta. A divisão tipológica desenvolvida por Ponsich, como vimos, não é fundamental e deve ser substituída por uma classificação que leve em conta, ao mesmo tempo, a função produtiva e habitacional de cada sítio. A tipologia que propomos deve levar em consideração a função produtiva do sítio enquanto elemento que permite estabelecer uma rede de relações entre os agrupamentos, enquanto produtores e consumidores. A função habitacional, como já observara Rostovtzeff na análise das *uillae* de Pompéia (1933, p. 71) permite a diferenciação de três tipos diversos de edifício rural: absenteísta, *uilla* camponesa (o dono mora no próprio edifício)

cio) e *villa rustica* gerida pelos próprios escravos. Assim, função produtiva e organização social da produção, refletida nos padrões de moradia e gestão, constituem os dois eixos da tipologia que propomos.

Considerando-se o assentamento como um excedente apropriado diferenciadamente pelos diversos grupos sociais, a função de um sítio deixa de ser vista como um fato em si, como uma estratégia adaptativa do homem ao meio-ambiente natural e social. Não se trata de um *modus naturae imperandi* e sim de um *modus hominibus imperandi*, pois a sociedade que estudamos não se utilizava indistintamente de estratégias adaptativas; ao contrário, a apropriação do espaço efetuava-se diversamente segundo os grupos sociais em conflito. Tal distinção manifestava-se, por parte dos grupos dominantes, em uma estratégia de apropriação espacial que centralizava o excedente em suas mãos e transferia os custos para os grupos expropriados (Paynter, 1982, pp. 34-43).

No Império romano, essa apropriação diferenciada dava-se pela concentração no centro (Roma) dos recursos extraídos na periferia (Galtung, 1980, p. 97; Ekholm & Friedman, 1982, pp. 93-105). Este fenômeno não ocorria, contudo, apenas a nível internacional (*imperium romanum*) mas também a nível provincial ou regional e mesmo na organização da vida rural. Em ordem decrescente de concentração e crescente de expropriação, podemos determinar quatro níveis de centralização de um *ager* rural: (1) comunidade central; (2) *villa* luxuosa; (3) *villa rustica* simples, com pouco ou nenhum elemento de luxo; (4) pequena propriedade camponesa. Este esquema, aplicável onde predomina o valor-de-troca como estruturador da organização agrária romana, servirá de base para a classificação tipológica dos sítios da região de La Campana.

As evidências arqueológicas que possuímos serão ordenadas, desta forma, segundo critérios de função produtiva e habitacional. As *villae*, por exemplo, podem ou não apresentar restos de lagares de azeite (*lacus*) e de prensas (*torcularia*) para azeitonas, ou ainda vestígios de prensas para trigo (*mola*). Assim, distinguimos três espécies possíveis de *villae*, segundo sua atividade produtiva: oleárias, cerealícolas ou mixtas. Paralelamente, podem ou não apresentar mosaicos, colunas de mármore ou estátuas, permitindo

diferenciar as *uillae* luxuosas das ordinárias. As evidências disponíveis dificultam, porém, uma decisão precisa sobre a funcionalidade de muitos sítios. Aqueles que apresentam em superfície apenas restos de telhas e de tijolos podem representar formas de ocupação diferentes entre si. Poderiam tratar-se de pequenas propriedades rurais camponesas, tendo em vista as recentes formulações sobre a convivência, mesmo em áreas de intensa romanização – e, portanto, interligadas ao mercado – de grandes e pequenas propriedades (Gabba, 1979, p. 52). Em sentido oposto, observações etnográficas na atual Andaluzia sugerem a existência de abrigos de instrumentos e outros materiais como anexos às grandes propriedades agrícolas. Em um primeiro momento, portanto, a classificação tipológica apresenta limitações que deverão ser, ao menos parcialmente, superadas pela análise do sistema de assentamento, com a proposição de hipóteses funcionais derivadas do próprio padrão observado.

A tipologia de sítios que propomos apresenta três aspectos: (1) evidência material; (2) funcionalidade presumível; (3) denominação. Em nível ascendente de evidências, constituem-se nos seguintes tipos:

	Evidência Material	Funcionalidade	Denominação
1)	telhas e/ou tijolos	pequena propriedade camponesa; anexo de grande propriedade	pequeno sítio
2)	restos de fornos + ânforas ou telhas e tijolos	forno anforário; forno telhas/tijolos	olaria (<i>figlina</i>)
3)	mó oleária (<i>trapetum</i>) lagar de azeite (<i>lacus, lacusculus</i>) restos de prensa (<i>torcularium</i>)	<i>uilla</i> produtora de azeite	<i>uilla</i> oleária
4)	mó de trigo (<i>mola</i>)	<i>uilla</i> produtora de trigo	<i>uilla</i> triticultora
5)	mosaicos estátuas elementos arquitetônicos	<i>uilla</i> de luxo, absenteísta	<i>uilla</i> de luxo
6)	fortificações, núcleos habitacionais reunidos por vasta área, inscrições funerárias, etc.	comunidade central	aldeia

Este quadro tipológico demonstra as limitações dos dados disponíveis. A diferenciação em três tipos de *uilla* por sua função habitacional, em particular, tal como proposta por Rostovtzeff, não é possível na região e devemos limitarmo-nos a uma distinção entre *uillae* luxuosas e ordinárias. As primeiras, desta forma, serão consideradas propriedades de senhores absenteeístas, habitando na comunidade central ou numa aglomeração de maior porte e visitando sazonalmente a *uilla*. As *uillae* ordinárias, ou com poucos elementos de luxo, serão consideradas como habitadas por seus proprietários ou geridas pelos próprios escravos. Assim, quando analisarmos mais adiante o assentamento na região, as hipóteses sobre o funcionamento do sistema deverão levar em conta os limites impostos pela classificação. A superação, ainda que parcial, dessas restrições, dependerá da própria análise espacial, que fornecerá subsídios para aprofundar nosso conhecimento sobre o conteúdo social dos sítios estudados.

Um caso especial, dentro da classificação tipológica, é representado pela aldeia de La Campana, que se encontra sob uma vila atual e não foi escavada ou prospectada por Ponsich. Contudo, possuímos fortes indícios da existência, em época romana, de uma comunidade central em La Campana. Em primeiro lugar, como afirma Ponsich, "*la ville moderne recouvre l'antique cité. Des vestiges importants d'une occupation romaine y furent sporadiquement mis au jour dans la partie haute de la ville, notamment au n° 4 de la rue José Antonio Primo de Rivera*" (Ponsich, 1979, p. 25). Além disso, seu posicionamento fisiográfico, dominando os vales vizinhos, e a rede de estradas e caminhos de provável origem romana (Figuras 6 e 7), que interligam o campo a La Campana, constituem elementos significativos na determinação funcional dessa aldeia como um centro comunitário. Por fim, na análise do sistema de assentamento que realizaremos, La Campana demonstra desempenhar funções de comunidade central em relação aos sítios circunjacentes.

4. As estratégias de exploração de recursos no vale do Guadalquivir em época romana

4.1. Características fisiográficas da macro-região

A região de La Campana insere-se na extensa planície do Guadalquivir, o mais meridional dos grandes rios atlânticos da Península. Delimitado pelas cadeias montanhosas de Sierra Morena, Sierra Nevada e Sub-Bética, este vale, de formação terciária, estende-se por cerca de 680 km, desde sua nascente na Sierra de Segura até sua foz dupla, próxima a Cádiz. Navegável na antiguidade por barcos de grande calado até Sevilha e daí até Córdoba por barcos fluviais, o Guadalquivir possui 806 afluentes, a maioria dos quais na margem esquerda, provenientes da cadeia Sub-Bética e de Sierra Nevada. Tal fato explica a assimetria da planície, estreita ao norte, onde a Sierra Morena se aproxima do rio, e ampla ao sul, atingindo uma largura entre 40 e 55 km. O vale, formado por solos argilosos miocênicos, é favorável ao cultivo de cereais, vinhedos e olivais. Estes últimos, em particular, são favorecidos pelo relevo colinar da campiña ao sul, tornando a região o maior produtor mundial de azeite da atualidade.

4.2. As estratégias da implantação romana

A ocupação romana do vale do Guadalquivir, em especial da região entre Sevilha e Córdoba, apresenta estratégias diferenciadas de exploração de recursos, relacionadas com fatores diacrônicos e sincrônicos. Em primeiro lugar, a exploração de recursos da região vincula-se a estratégias decorrentes da penetração romana que apresenta ritmos e características diferentes no correr do tempo. Em seguida, e como fenômeno paralelo, a apropriação de recursos efetua-se num contexto de relações sociais específicas, cujas contradições assumem formas particulares no processo contínuo de romanização do vale do Guadalquivir.

A implantação romana desenvolveu-se em duas fases com características distintas. De início, a ocupação foi extrativa, apresentando uma dualidade constante entre o elemento externo e explorador romano e a população indígena (Blázquez, 1974, pp. 135, 177-178). A partir da ampliação do mercado mundial (Carandini, 1980, p. 18) no final da República e início do Principado, predomina, gradativamente, um processo de colonização que desloca a oposição do eixo romano/indígena para o eixo proprietário/expropriado (Clavel-Lévêque, 1974, pp. 9-14; Roldan Hervás, 1978, pp. 118-130). O estudo desse processo permite observar as características essenciais das estratégias específicas de apropriação e exploração dos recursos da região.

4.3. A superposição de estruturas de exploração de recursos

A primeira fase de ocupação romana tem início em fins do século III a.C., no contexto da luta contra os púnicos. Num primeiro momento, a atuação militar dos romanos explica-se pela necessidade de retirar uma importante retaguarda para as tropas de Aníbal, impossibilitando o recrutamento de soldados e, principalmente, apropriando-se das minas que constituíam uma significativa fonte de financiamento da guerra (Blázquez, 1974, pp. 177-178). Assim, o início da penetração romana, voltada para o controle militar das minas andaluzas, fornece a chave para a compreensão das características básicas dessa larga primeira fase, ressaltando o caráter impositivo e extrativo da estratégia romana de ocupação.

Desde o início a presença romana apresenta uma dupla estratégia de obtenção de recursos, visando, ao mesmo tempo, a expropriação direta e indireta de matérias-primas e produtos agrícolas. O avanço romano tinha por objetivo, antes de tudo, a obtenção de metais, único produto citado regularmente pela tradição textual como tributo exigido (vejam-se os dados de Tito Lívio entre 206 e 168 a.C.). A exploração das minas da *Provincia Hispania Vltior*, constituída em 197 a.C. (Tito Lívio, 32, 28, 11) estava sob a

direção de elementos romanos e itálicos que constituíam o núcleo da população imigrante. Em termos de ocupação espacial do vale do Guadalquivir, apenas a margem direita concentrava esses primeiros núcleos ligados, de uma forma ou de outra, à extração e exportação de metais provenientes de Sierra Morena. Outra característica marcante da colonização romana neste período é seu aspecto castrense, relacionado diretamente com a proteção das minas contra os ataques de lusitanos e celtiberos. O primeiro núcleo de *cives romani*, Itálica (atual Santiponce), (Figura 10), foi resultado da reunião de soldados feridos na batalha de Ilipa (Alcalá del Rio, ao norte de Sevilha) em 206 a.C. por Cipião. Embora de origem pré-romana (Garcia & Bellido, 1965, p. 8) a cidade constituiu-se em um centro essencialmente colonial, fato ressaltado pelo próprio nome da cidade (Arriano, Iberike, 38: Σκιπίων ἢ (sc. πόλις) ἀπὸ τῆς Ἰταλίας Ἰταλικὴν ἐκάλεσε).

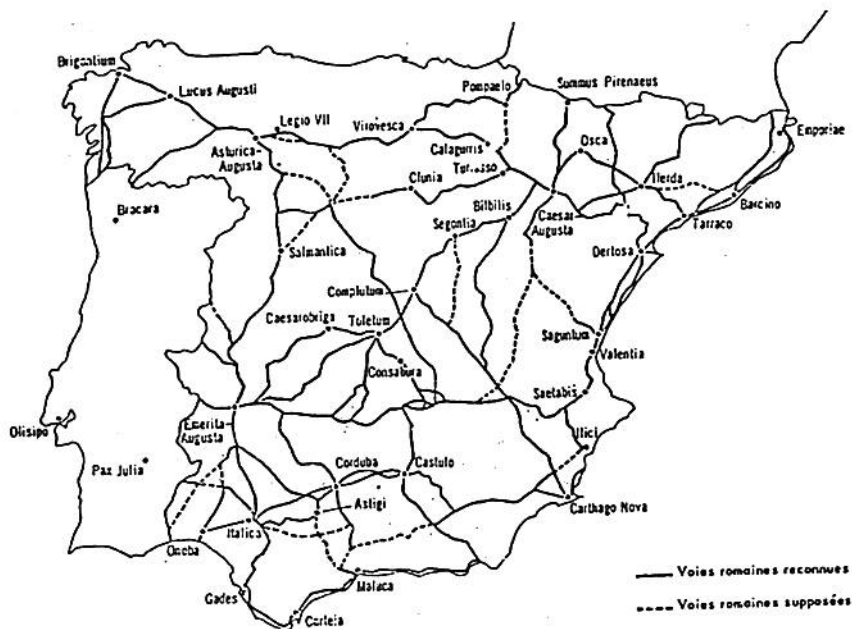


Figura 10 – Vias romanas.

Um segundo aspecto da exploração de recursos por parte dos romanos diz respeito à apropriação indireta do excedente de produção indígena, que é efetuado pela tributação (*stipendium* desde 206 a.C.) sem alterações profundas no aparato produtivo local, cristalizado pela diferenciação ideológica e jurídica entre o elemento indígena e o romano. Tal fato explica a contínua importância da criação de gado e das culturas locais, como a de grãos, cuja produção não era destinada ao mercado. Em termos de implantação na paisagem, isto implicava a continuidade da ocupação local na margem esquerda, dominada pela planície bética e que fornecia condições ideais para o exercício da transumância (em combinação com a Sierra Morena ao Norte) e para o cultivo de trigo nos fundos de vale.

Ambas as formas de exploração de recursos – direta nas minas e indireta pelos tributos – condicionava as outras esferas de atividade social levando a uma polarização colonizador/indígena. A nível político, dois fenómenos paralelos e contraditórios separavam e uniam os grupos étnicos presentes. A divisão da região em núcleos de romanos e itálicos localizados na margem direita do Guadalquivir opunha-se ao vazio jurídico dos indígenas da planície bética. Essa oposição de estatuto legal refletia-se diretamente na forma de apropriação do excedente (*vectigal certum* = tributo fixo, Cícero, *Pro Balbo*, 41), igualando os espanhóis ao tradicional inimigo púnico (Cícero, *In Verrem*, 2, 3, 13, 6: *ceteris (sc. prouinciis) aut impositum vectigal est certum, quod stipendiarium dicitur, ut Hispanis et plerisque Poenorum quasi uictoriae praemium ac poena belli*).

Por outro lado, desde o início da penetração romana uma aliança entre os grupos sociais dominantes indígenas e o colonizador opunha-se a essa diferenciação étnico/política. Já com a fundação da primeira colônia romana no vale do Guadalquivir, em 152 a.C., podemos perceber a comunhão de interesses entre os colonizadores e a elite, que é admitida em Córdoba (Estrabão, 3, 2, 1: *Ῥωμαίων καὶ τῶν ἐπιχωρίων ἄνδρες ἐπίλεκτοι*. Os interesses económicos e militares comuns uniam *ἐπίλεκτοι* e romanos. A presença e atuação dos exércitos romanos possibilitava a defesa da região das incursões de lusitanos e celtiberos e a ligação com o mercado mediterrâneo

permitia uma crescente dissolução das formas de produção de subsistência, fortalecendo a aristocracia local. Essa aliança de grupos sociais mostra-se, com clareza, no período das Guerras Civis, com a formação dos partidos cesarista (*BC*, 2, 20, 1-8) e pompeiano (*BC*, 2, 20, 4; *B. Hisp.*, 1) na região, dos quais participava a aristocracia indígena. Outro exemplo é o número crescente de cavaleiros andaluzes (*BC*, 2, 22; *B. Hisp.*, 39). Os ἐπίλεκτοι identificam-se cada vez mais com o colonizador romano, como afirma Estrabão (3, 2, 15: μικρὸν ἀπέχουσι τοῦ πάντες εἶναι Ῥωμαῖοι).

4.4 A integração do vale do Guadalquivir no mercado mundial

A primeira fase caracteriza-se, portanto, por uma romanização pacífica e constante das diversas esferas da vida social, dominada, por um lado, pela aliança entre romanos e elite indígena e, por outro, pela crescente integração da região no mercado mediterrânico. Esta última tendência dependia, diretamente, da estabilidade do setor comercial, empreendida por Pompeu, no combate à pirataria e, de forma mais abrangente, por Augusto. Além do estabelecimento da paz interna, a ação estatal teve grande importância no favorecimento do comércio inter-provincial. De um lado, construiu-se uma infra-estrutura, formada pelo sistema de *niae* – destinadas à proteção do território – e pelo desenvolvimento dos transportes marítimos e fluviais (construção de diques e esclusas que asseguravam a navegação no Guadalquivir, a partir de Júlio César, cf. Chic Garcia, 1978, p. 20), atendendo ao crescimento dos mercados urbanos. Esta política visava, em particular, o bom funcionamento das *annonae urbanae* e *militaris* que compunham os principais consumidores de mercadorias no Império. De outra parte, a oposição étnica e política entre romanos e provinciais atenuou-se durante todo o primeiro século d.C., até a ascensão ao principado de elementos provinciais béticos a partir de Trajano. Tal política de integração favoreceu o desenvolvimento da comercialização, em larga escala, de produtos como vinho, azeite e salmouras.

4.5. Transformações e caracterização da esfera produtiva

Na *Pronvincia Romana Vlterior Baetica* ocorre, como conseqüência, uma transformação da exploração de recursos, acompanhada de uma forte imigração itálica, de caráter eminentemente civil (colonialista, na acepção de Bartel, 1980, p. 15) concentrando-se, desde cedo, em empreendimentos agrícolas voltados para a produção de bens de consumo (*cash crops*), antes de tudo azeite e vinho.

Embora as minas de ouro, prata (Estrabão, 3, 2, 3), cobre, ferro (Estrabão, 3, 2, 8), chumbo (Domergue, 1972) e estanho (Colls, 1977) continuassem ativas, é possível que parte do capital aplicado em investimentos na Sierra Morena se dirigisse para a planície bética (Domergue, 1972, p. 620; Manacorda, 1977, p. 330), propícia ao cultivo da oliveira. De qualquer forma, a importância relativa do metal no total das exportações béticas decai frente ao azeite, vinho e salmouras (Colls, 1977).

Também a criação de gado adquire características diversas a partir do Principado, devido à intensificação da comercialização de cavalos, já numerosos em fins da República (Júlio César, *Bel. Afric.*, 501; *Bel. Hisp.*, 2) e da lã, de excelente qualidade (Juvenal, 12, 40-42; Marcial, 5, 37, 3; 8, 28, 6; Estrabão, 3, 26). Nas regiões ao norte de Córdoba, o gado poderia fornecer, para as *uillae rusticae* da região (que não produzia ânforas) couro para a confecção de odres destinados ao azeite (Ponsich, 1984, pp. 106-107). Em termos gerais, o movimento transumante do gado de Sierra Morena para a planície bética adquire uma ligação orgânica com o desenvolvimento agrícola e urbano da região, integrando-se, em certa medida, no ciclo do mercado regional (cf. os artesãos, ligados ao trabalho de matérias-primas provindas da pecuária e encontradas nas cidades: *centonarii* em Hispalis, CIL, II, 1167; *nestiarius* em Corduba, CIL, II, 2240; *lanificus* em Tucci, CIL, II, 1699).

O cultivo de cereais, em particular de trigo, mas também de cevada (Estrabão, 2, 26) às margens do Guadalquivir, devia obedecer a dois padrões delimitados fisiograficamente. A planície bética, em particular a Vega de Carmona, conhecia uma plantação monocultora que abastecia de cereais os

mercados urbanos da Província (Dio Cássio, 43, 33 – Carmona; Júlio César, *B. C.*, 2, 18) e exportava mesmo, em certa quantidade, para algumas regiões do Império (D. Cássio, 60, 24, 15 – Maurítânia). Varrão, que conhecia em detalhe a triticultura da Bética, refere-se a dois instrumentos utilizados, provavelmente, no cultivo de trigo na região, o *tribulum* e o *plostellum punicum* (RR, 1, 52, 1). Nas pequenas elevações da mesma planície, entre o vale do Corbones e a margem direita do Genil ocorria, provavelmente, um outro sistema de exploração. O cultivo de trigo (Plínio, 18, 95) nestas terras férteis, em conjunção com o plantio de oliveiras, é atestado pela tradição textual (Plínio, 17, 94) e pelos restos de mós encontrados nesta região (Ponsich, 1974; 1979) e relacionava-se ao abastecimento do mercado local ou aldeão da planície como uma atividade subsidiária e subordinada à atividade agrícola exportadora (Le Gall, 1972, p. 645).

Das duas principais culturas voltadas para o comércio, a viticultura tem sido menos estudada e, como resultado, sua distribuição na província permanece, em grande parte, desconhecida. Todo o vale do Guadalquivir é propício ao cultivo da vinha, como atesta sua distribuição contemporânea. Cádiz é a única região mencionada pela documentação epigráfica (CIL, XV, 4570) e apenas nesta área surgiram, nos últimos anos, evidências materiais de produção vinária (Chic García, 1978a, p. 37; 1978b, pp. 47-49). A tradição textual limita-se a mencionar a qualidade (Columella, 3, 2, 19 – vinho de segunda qualidade) e quantidade do vinho bético (Estrabão, 3, 4, 16; Justino, 44, 1). Um estudo da distribuição dos restos de ânforas vinárias béticas, Haltern 70 e Dressel 28 (Liou & Marichal, 1978a, pp. 141-145) no vale do Guadalquivir permitiria precisar a localização dessa cultura. O mesmo pode ser dito quanto à exportação do vinho bético que, embora pouco estudada, permite entrever uma distribuição ocidental do produto, abrangendo Roma (Panciera, 1980, p. 244) e o Limes renano (Léquement & Liou, 1978, p. 183).

A oleicultura, em contrapartida, apresenta uma abundância de testemunhos textuais e arqueológicos que permite precisar suas principais características. Embora o azambujeiro estivesse presente na região, como atestam os topônimos Cotinus (Avieno, 610-615) e Ὀλέαστρον (Ptolomeu, 3, 10, 5;

Plínio, 3, 12; Estrabão, 3, 4, 6) o cultivo da oliveira, durante a primeira fase de colonização, era praticado apenas em pequena escala (Júlio César, *B. Hisp.*, 27, 1). A exportação do azeite bético desenvolveu-se, durante o Principado, graças à criação de um mercado internacional e às transformações na forma de exploração das províncias pelos romanos. O vale do Guadalquivir é favorável à oleicultura (Columella, 5, 8, 5) e esta adquiriu a primazia de toda a produção agrícola da região já em meados do século I d.C. (Plínio, 17, 93: *non alia maior in Baetica arbor*), (Figura 11). A qualidade do azeite bético, mencionada por Plínio (15, 3, 8) e por Pausânias (10, 32, 19), derivada da adequação do solo (Plínio, 17, 31), do relevo (Columella, 5, 8, 5) e de outros fatores geográficos favoráveis à oleicultura, permitiu sua penetração nos mercados internacionais com rapidez e facilidade (Beltran Lloris, 1980, p. 190).

As variações na concentração de olivais, presentes em todo o vale do Guadalquivir (Estácio, 2, 7, 28) relaciona-se com mudanças fisiográficas regionais. Apenas ao sul de Sevilha, com a presença de pântanos, e na Sierra Morena, devido às suas cristas relativamente abruptas, as condições não se

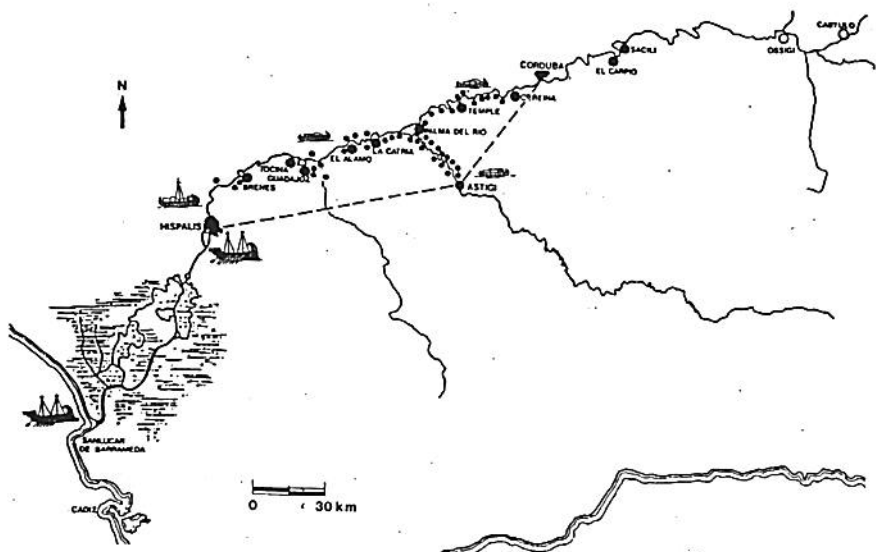


Figura 11 – Área oleícola, em época romana, e navegabilidade de Guadalquivir.

apresentavam propícias à oliva (Columella, 5, 8, 5: *neque depressa loca, neque ardua amat (sc. olea)*). As pequenas elevações da planície bética, especialmente entre o rio Corbones e Córdoba, com seu solo pesado, constituíam um terreno favorável à olivicultura. Os vestígios arqueológicos da época romana confirmam a presença de lagares desde a província de Jaén, passando pelo vale do Genil, até Sevilha, e uma concentração de olarias anforárias entre esta última e Córdoba. A ausência de oficinas cerâmicas de Dressel 20 na região ao norte de Córdoba (Ponsich, 1980, pp. 52 e 54), em uma região produtora e, provavelmente, exportadora de azeite (Marcial, 12, 631-632; 981-988) explica-se pela não navegabilidade do Guadalquivir, em época romana, a partir de Córdoba (Bonsor, 1901, p. 848). Nosso conhecimento das características da produção oleícola apresenta certas limitações, sobretudo no que se refere às áreas não prospectadas por Ponsich. Além disso, foram escavadas apenas duas olarias anforárias (Remesal, 1982; 1984) e nenhuma *nilla rustica*, enquanto a tradição literária refere-se de forma apenas fragmentária ao cultivo e feitura do azeite bético (Isidoro, Etym. 11, 1, 68).

Possuímos, por outro lado, evidências textuais e, principalmente, materiais da distribuição e comercialização de azeite da região. A documentação epigráfica é abundante, referindo-se aos *diffusores olearii ex Baetica* (CIL, II, 1481; CIL, VI, 29722; CIL, XII, 714; Panciera, 1980, p. 242; Gonzales Fernandez, 1984, p. 183; Rodriguez-Almeida, 1984, p. 152), atuantes em Astigi (Ecija), na Gália e em Roma; *negotiatores olearii ex Boetica* (CIL, VI, 1, 1625b; Panciera, 1980, p. 244 = *negotiatrix*) em Roma; um *mercator olei hispani ex prouincia Baetica* (CIL, VI, 1943) em Roma; e um *adintor praefecti annonae ad oleum afrum et hispanum rescensendum* (CIL, II, 1180) em Sevilha. A profusão de referências (9 inscrições) a elementos ligados ao comércio do azeite bético, bem como sua distribuição, permitem observar não apenas a área de sua distribuição (ocidental) como sua importância qualitativa.

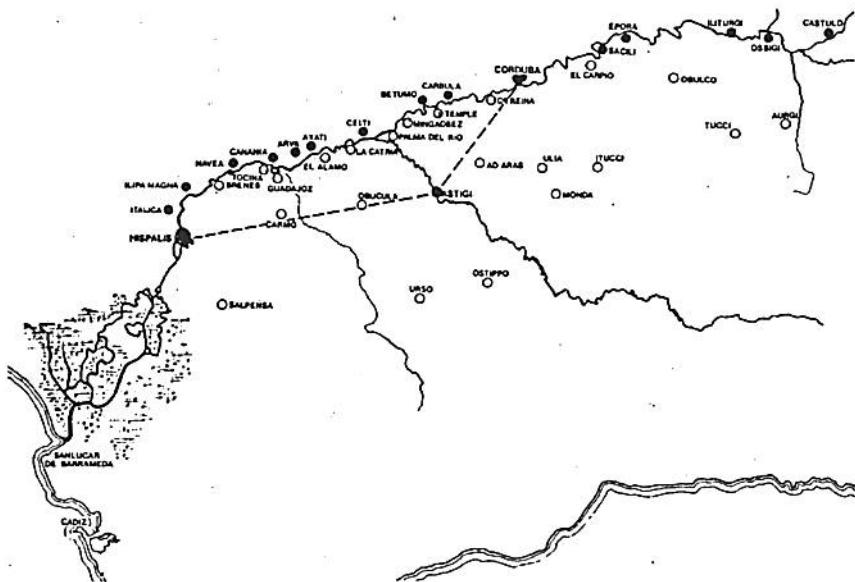
Sobre a extensão das exportações, entretanto, as evidências materiais fornecem elementos ainda mais significativos. Os mercados potenciais de azeite bético eram de três tipos: Roma, abastecida pela *annona urbana*; o Limes renano, britânico e mauritâneo, ligados à *annona militaris*, e os centros

urbanos do Ocidente (Hassall, 1972). Nos três casos a distribuição de achados de ânforas Dressel 20 comprova sua penetração maciça, em particular em Roma (restos do M. Testaccio, Rodriguez-Almeida, 1972) e nos acampamentos castrenses no Reno e no Danúbio (Schallmayer, 1984).

As pesquisas dos últimos anos têm demonstrado que as esparsas informações textuais referentes à presença de azeite espanhol na parte oriental do Império (Luciano, *Nau.*, 23), e em particular a documentação papirológica egípcia (Pap. Oxyr., 1924), devem ser consideradas dignas de crédito. As recentes escavações de Cambi (1984) na Iugoslávia e, sobretudo, a publicação de material epigráfico das ânforas Dressel 20 encontradas em sítios orientais (em particular Alexandria, Antioquia, Atenas e Corinto) por E. Lyding Will (1984) têm ressaltado a necessidade de uma reconsideração sobre a tradicional dicotomia entre mercados ocidentais e orientais no Alto Império, tanto para produtos agrícolas como para a própria definição de áreas de difusão cerâmica (Morel, 1982, p. 79). De qualquer forma, embora não possamos definir quantitativamente a importância desses mercados, deve-se reconhecer que a difusão do azeite bético abrangia uma área imensa, com uma presença significativa em todo o Ocidente romano.

Na própria província, essa produção para exportação em larga escala exigiu a criação, ou favoreceu o desenvolvimento, de duas atividades artesanais subsidiárias, cuja localização pode ser precisada. Por um lado, as olarias anforárias, que se concentram às margens do Guadalquivir e do Genil pela facilidade de transporte (as ânforas pesam até 80 kg) e pela abundância de matéria-prima. A significação econômica e social destas manufaturas no quadro do assentamento romano na região pode ser avaliada pelos resultados obtidos pela escavação de um forno em La Catria (Remesal, 1982). Sua capacidade de produção, bastante significativa, permite atestar a importância desse artesanato para a região nos meses de atividade da olaria (maio-setembro) (Remesal, 1982, p. 38). A demanda de mão-de-obra para o trabalho nas *figlinae* coloca a questão da movimentação sazonal dos trabalhadores, provavelmente liberados das atividades ligadas à oleicultura ou ao cultivo de trigo nas pequenas propriedades, ou mesmo provenientes das áreas de corte

madeireiro ou de criação de gado na Sierra Morena ou dos estaleiros (Thouvenout, 1973, p. 166), (Figura 12).



Figuras 12 – Cidades da região oleícola.

Quanto a estes, possuímos evidências epigráficas e textuais sobre a existência, no vale do Guadalquivir, de *scapharii*, *lintrarii* e *naucularii* (CIL, II, 1163, 1168-9, 1182-3; Chic García, 1981, p. 30). No primeiro caso, trata-se da construção naval de grande envergadura, predominante na região de Sevilha, onde penetravam os navios mediterrâneos (Estrabão, 3, 2, 3; Chic García, 1984, p. 39-40), e atestada já por César (*B. Civile*, 2, 18, 1: *naues longas... complures in Hispali faciendas (Varro) curavit*). Rio acima localizavam-se os estaleiros de menor porte, destinados à construção de barcos pequenos, semelhantes a barcaças fluviais (Estrabão, 3, 2, 3).

As atividades da região entre Sevilha e Córdoba, delimitada pela Sierra Morena e pela Sierra Nevada, oferecem um quadro complexo em termos de sua implantação na paisagem. As principais características da margem direita

são a presença de agrupamentos humanos com estatuto político de cidades e, em consequência da pouca extensão da planície marginal, a convivência da agricultura com atividades ligadas à Sierra Morena, como a mineração, criação de gado, abate de árvores e construção naval. Esta margem do rio, menos atacada pela erosão, abriga os principais portos da região. A planície bética ou campiña domina a margem oposta, possibilitando uma vida agrícola interior mais intensa, articulada em aldeias que se relacionam com as *villae rusticae* de seu território e com o exterior (Figura 13).

4.6. Transformações e características da exploração de recursos durante a tardia-antigüidade

O quadro que expusemos, válido para o período alto-imperial, onde predomina o valor-de-troca nas relações econômicas, sofre alterações de difícil balizamento cronológico (Schtajerman, 1964, p. 151). A crise do século III d.C. e a mudança do eixo Roma/Península Ibérica para Roma/África do Norte preparam o terreno para as transformações profundas que ocorrem a partir do século IV d.C. (Chic Garcia, 1984b, pp. 179 e 182). Os mercados para os produtos béticos restringem-se com a perda da Bretanha e com a subordinação do *vicarius Hispaniae*, residente em Sevilha ao *Praefectus Galliarum*, que se acompanhou de uma diminuição das exportações voltadas agora, em sua maior parte, para o Limes renano. A mineração parece ter entrado em crise – não é citada na *Expositio Totius Mundi* – e a criação de gado, embora atestada (*ETM*, 78) deve ter sofrido com a perda de consumidores na província e no exterior, pela diminuição da população urbana (Schtajerman, 1964, p. 147). O vinho bético desaparece do registro arqueológico e das fontes textuais.

O azeite bético, pelo contrário, é citado em primeiro lugar dentre os produtos espanhóis na *Expositio Totius Mundi* (78) e sua exportação é atestada pelas fontes literárias, em particular por Ausônio (*Ep.*, 25) referindo-se à sua exportação para Bordéus. A expressão *oleum hispanicum* ou *έλαιον*

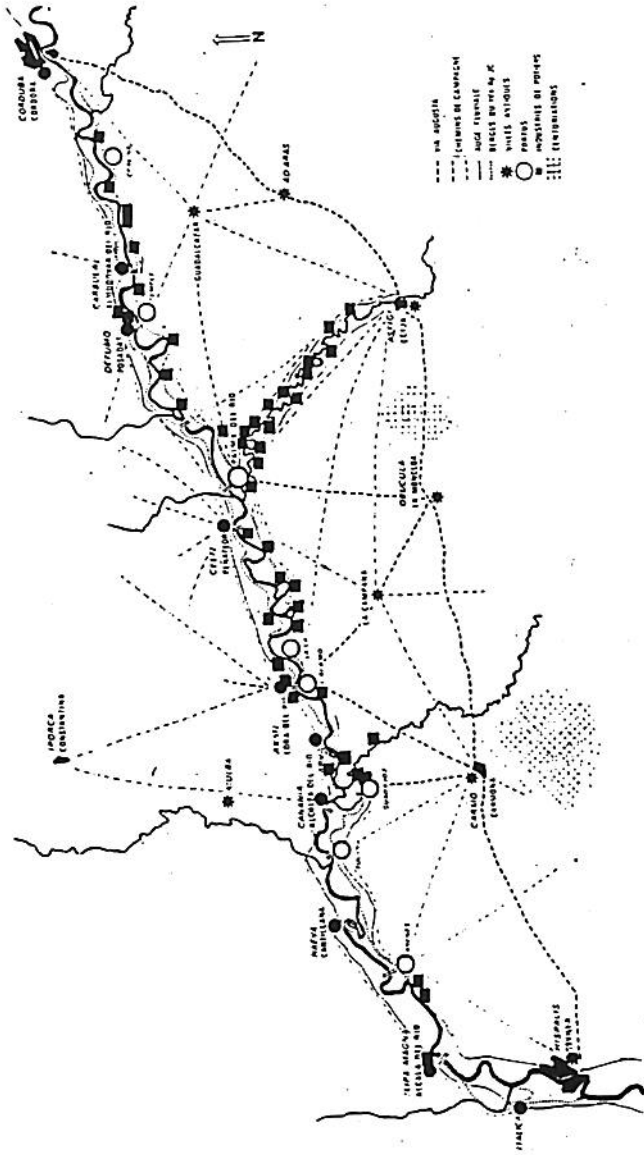


Figura 13 – Assentamento romano no vale de Gualdequivir.

Ἰσπανίον é freqüente nos autores de receitas médicas como Vegécio (séculos IV-V), Marcelo Médico (séculos IV-V, gaulês), Cláudio Hermerus (séculos IV-V), Cássio Félix (século V, africano) e no *C. Hipp. Graecorum* (original séculos IV-V). Paládio, em seu *Opus Agriculturae* (século IV) menciona em uma receita o uso de azeite espanhol (8,8). Trata-se, aqui, de uma nova versão de uma prescrição de Columella (12,57) que, no entanto, não menciona este produto, evidenciando, mais uma vez, sua exportação no século IV d.C. Mesmo um papiro egípcio do século V ou VI, menciona um carregamento de azeite espanhol (Pap. Oxyr., 1924: ἔλαιον Σπάνον ἀγγί[ο]να).

Até fins da década de 1970 estas informações transmitidas pela tradição textual não haviam sido comprovadas arqueologicamente. A produção de ânforas oleárias béticas de tipo Dressel 20 interrompe-se pouco após o abandono da descarga deste material no Monte Testaccio em Roma, em 255/57 (CIL, XV, 4395-96). Tal fato induziu alguns pesquisadores (Zevi, 1966, p. 221) a propor esta época como término para as exportações de azeite bético. Em sentido contrário, Beltran Lloris assinalava, já em 1970, a presença de ânforas Dressel 20 em contextos do século IV e propunha a ânfora Dressel 23 como o recipiente oleário bético dos séculos IV e V (Beltran Lloris, 1970, p. 478 e 516). Logo em seguida, Clementina Panella assinalava a presença em Óstia de ânforas Dressel 23 em estratos do século IV (Panella, 1972, p. 104), sem contudo endossar claramente a identificação de seu conteúdo, proposta originalmente por Tchernia (1967, p. 223). Ainda em 1977, Remesal apresentou a hipótese da continuidade da produção oleária bética reconhecendo a inexistência de provas da presença de um tipo anforário destinado ao envase desse produto na própria região produtora. Novos achados de Dressel 23, publicados por Beltran Lloris em 1981 vieram a fortalecer as hipóteses levantadas na década anterior. Contudo, apenas com a escavação da olaria de El Tejarillo por J. Remesal, cujos resultados parciais foram anunciados em 1984, pôde-se confirmar a região do Guadalquivir como a origem das Dressel 23 (Remesal, 1984, p. 129).

Tal fato, se por um lado confirma a continuidade da exportação, por outro representa uma realidade social e econômica diversa da anterior. O

mercado externo resume-se ao Ocidente continental, com testemunhos mais abundantes em Augst, Kaiseraugst, Basiléia, Trêves e Colônia (Martin-Kilcher, 1984, p. 337). Sua presença no Limes germânico era, provavelmente, maciça, como podemos deduzir da construção da Catedral de Colônia, onde foram utilizadas cerca de 1700 ânforas Dressel 23 (Remesal, 1984, p. 129). Já a penetração no mercado romano e italiano deve ter sido muito limitada.

Na própria Bética, essa contração do comércio ocorreu paralelamente a alterações na estrutura produtiva. Podemos interpretar a expressão da *Expositio Totius Mundi: Spania. terra... diuos uiris doctis*, como uma referência provável à Bética, já que a obra destaca, dentre os produtos da Espanha, o azeite. Poderia ser um indício de uma eventual identificação destes *uiris diues et docti* com os produtores oleícolas. A tradição textual é, no entanto, lacônica a respeito da estrutura agrária da Província no Baixo-Império. As opiniões dos pesquisadores, em particular de historiadores, dividem-se quanto à extensão do latifúndio na região e quanto às características da mão-de-obra, escrava ou colona.

A cultura material pode fornecer alguns subsídios a respeito das transformações ocorridas no vale do Guadalquivir. A persistência da ocupação da maioria absoluta das *uillae rusticae*, segundo a prospecção de Ponsich, permite supor uma continuidade das formas de produção agrícola. Contudo, apenas um estudo conjunto das estruturas internas das *uillae* e dos pequenos sítios poderia determinar as transformações no sistema produtivo. A produção para exportação deve ter continuado predominante se considerarmos que, em uma prospecção preliminar, Remesal (1984, p. 116) identificou 27 olarias produzindo Dressel 23 de um total de 71 (23,9%) que funcionavam para a produção de Dressel 20. Tais dados sugerem uma diminuição da importância do mercado externo e um retrocesso da economia regional. A continuidade da ligação com o mercado, embora com uma notável diminuição de intensidade, indica um padrão de assentamento semelhante ao do Alto-Império cujo funcionamento e transformações não são determináveis com os elementos disponíveis.

A completa transformação desse padrão de assentamento, por outro lado, não pode ser precisada atualmente. Sem entrarmos na discussão sobre a exportação de azeite bético a partir do século V e sobre a continuidade da produção oleicultora (Garcia Moreno, 1981) parece-nos que a quebra da ligação direta com o mercado renano a partir de 409 impossibilitava a preservação de um sistema de assentamento que se ligava, de uma forma ou de outra, com a exportação. A ausência, nos sítios prospectados por Ponsich, de cerâmicas tardias deixa entrever modificações profundas cujo alcance e significação estão por ser delimitados.

Em conclusão, consideramos a escolha da micro-região de La Campana, dentro de uma *facies* alto-imperial, capaz de revelar, através da análise espacial dos artefatos, o funcionamento de um sistema de assentamento onde sistemas autárquicos e mercantis convivem às margens de uma grande via de comunicação, interligados pelo papel exercido pelas comunidades centrais. Poder-se-ão precisar, desta forma, as observações efetuadas com relação ao vale do Guadalquivir como um todo.

5. O sistema de assentamento micro-regional em La Campana

5.1. Permissas metodológicas

Nosso trabalho apresenta, como meta básica, o estudo do sistema de assentamento na região de La Campana, em época alto-imperial. A partir de uma perspectiva metodológica específica, que toma o artefato como remanescente fossilizado de relações sociais, enquanto produto destas formularemos dois objetivos para a análise espacial da região. Em primeiro lugar, pretendemos testar hipóteses sobre o funcionamento do sistema de assentamento na região. Isto significa explicitar as relações inter-artefatos que se apresentam implícitas no relato de Ponsich. Esta explicitação corresponde à passagem do conhecimento do objeto – parte integrante da natureza, como matéria – para a compreensão de seu significado humano enquanto artefato.

Em seguida, e como consequência desse estudo inicial, um segundo momento de reflexão consistirá na determinação dos limites e lacunas na compreensão do sistema de assentamento da região. Essa tomada de consciência da informação disponível permite estabelecer o estado atual do conhecimento e apresentar problemas que permitam reorientar as pesquisas posteriores, no sentido de diminuir tais lacunas (Redman, 1974, p. 29).

Adotamos uma estratégia na abordagem do material arqueológico baseada na diferenciação, quanto ao tipo de informação oferecido, entre artefatos fixos e artefatos móveis. Embora tal distinção seja apenas parcialmente válida, permite diferenciar locais de atividade – como centros urbanos, moradias rurais, oficinas artesanais – dos vínculos comunicativos existentes entre os sítios, e observáveis, principalmente, através da distribuição espacial dos artefatos móveis (Hodder, 1972, p. 228).

Ressaltamos, entretanto, que ambos os níveis só podem ser compreendidos caso estudemos suas especificidades no quadro de sua constante interação. Portanto, em nossa análise, os artefatos móveis e fixos serão considerados vetores de informações específicas mas, ao mesmo tempo, interrelacionadas.

5.2. Descrição física da micro-região e delimitação territorial

A região de La Campana encontra-se em plena planície bética, formando uma campina de pequenas elevações. Distinguimos quatro planuras que, de certa maneira, delimitam as possibilidades de ocupação humana do ambiente. Desde o Guadalquivir estende-se uma faixa marginal a oeste, quase ao nível do rio (40m), intensamente ocupada no período romano por olarias e *nillae rusticae*. Ainda a oeste, uma planura, entre 40 e 60m, abriga 5 sítios; em seguida, estende-se uma faixa entre 60 e 100m, bastante próxima ao rio a leste, mas penetrando a oeste até a altura de La Campana. Este último platô apresenta poucos sítios, em sua maioria próximos ao Guadalquivir, a leste. Entre 100 e 140m situa-se a grande maioria dos sítios da campina e, em

particular, La Campana (134m). Por fim, ao sul, estende-se uma área acima de 140m, onde os achados romanos são menos numerosos, com maior densidade de sítios a leste. As elevações do terreno são suaves – cerca de 1cm cada 100m – caracterizando toda a região como uma campina.

A planície é irrigada pelos arroios Matillas e Guadalora e seus afluentes Gamonal, Santa Marina e Mayo. Os riachos Azanaque e Huertas a leste, Zaheriche ao centro e Lentisco e Anea a leste integram o sistema hídrico da região, complementado, ainda por áreas pantanosas a sudeste. Os sítios arqueológicos encontram-se, em geral, a uma distância razoável destes regatos, entre 200 a 1000m, sem que se possa observar qualquer alinhamento ao longo dos cursos d'água. Isto evidencia, em particular na localização das *uillae rusticae*, uma preocupação com a construção do edifício em uma pequena elevação, evitando-se os fundos de vale. Os autores técnicos agrícolas romanos aconselham tal prática, advertindo contra os perigos da proximidade dos rios, em particular a insalubridade e inundação (Plínio, 18, 7, 33; Varrão, 1, 11-12; Columella, 1, 5, 4-6; Paládio, 1, 16). Os construtores das *uillae* seguiram estes preceitos dos *scriptores de re rustica* e procuraram, igualmente, localizar seus edifícios rurais à distância dos pântanos, utilizando-se, possivelmente, da água de fontes, poços e cisternas (Columella, 1, 5, 1; Paládio, 1, 16).

As poucas *uillae* ou pequenos sítios que não seguem esse padrão localizam-se à beira de córregos de pouca expressão, como os sítios Cortijo del Puerto (66), Hacienda de la Moreta (39), Cortijo de los Frailes (48) P.K.8 (20), Cortijo de las Monjas (22), Molino de Atalaya (16), La Anea (7); apenas Cortijo de Felipe (64) e P.K.9 (65) constituem notáveis exceções, encontrando-se ambos à margem do Guadalora. Em termos gerais, portanto, pode-se afirmar que os sítios se relacionam com os arroios e córregos da região essencialmente enquanto fontes de água e não como meio de transporte e comunicação. Isto é compreensível se levarmos em conta a pequena profundidade e largura dos riachos; no entanto, não se deve descartar a possibilidade de sua utilização no transporte de produtos mais leves do que a água, como odres cheios de azeite, embora a ausência de quaisquer vestígios

às margens de riachos importantes como Mayo, Gamonal e Azanaque infirmem esta alternativa.

O sistema viário romano na região pode ser reconstruído apenas de forma indireta. As evidências disponíveis para tanto são de dois tipos: o traçado dos atuais *caminos* e *sendas* e a localização dos sítios de ocupação romana. O alinhamento destes ao longo daqueles permite supor a utilização antiga dos mesmos traçados. Dois níveis devem ser distinguidos quanto à função de comunicação dessa rede viária. Por um lado, as *viae* estabelecem a ligação, de carácter essencialmente sócio-político, entre as comunidades centrais; por outro lado, os *itineras* interligam as *villae rusticae* à aldeia. Ao sul do território de La Campana observamos um alinhamento, leste-oeste, dos sítios P.K. 489 (49), P.K. 488,200 (36), P.K. 485,5 (35) e Cortijo de las Monjas (22) com a *Via Augusta*, que unia Hispalis (Sevilha), Carmona (Carmona), Obulcula (La Moncloa), Astigi (Ecija), Ad Aras e Corduba (Córdoba). Uma *vía* secundária parece ligar Obulcula a La Campana, por cujo trajeto estendem-se os sítios: Cortijo de Olganega (34), Cortijo de dos Vigas (17), Cerro de Atalaya (15), Molino de Atalaya (16); sua continuação até o Guadalquivir não é segura.

Outras vias secundárias ligavam, provavelmente, La Campana a Carmona, levando-se em consideração a localização dos sítios de La Campana oeste (3), Cortijo de la Jaula (46), Arroyo de Azanaque (61), Cortijo de Campaniche (54) e Campaniche noroeste (53). Talvez houvesse *viae* para Astigi e Palma del Rio, mas as evidências disponíveis não são conclusivas a respeito.

A ligação das *villae rusticae* com La Campana é assegurada por ao menos 9 *itineras* (sul - 2; oeste - 1; norte - 2; leste - 3). Ao sul, dois caminhos ligam a aldeia aos sítios Finca del Leal (13), Granja Parsa norte (18), Granja Parsa (19), Cortijo de los Frailes (48), P.K. 8 (20) e Cortijo de las Monjas (22), assegurando uma conexão com a *Via Augusta*. O mesmo acontece com o *iter* costeado pelos sítios Cartuario (2), El Calvario (50), Cortijo de las Norias (40), Hacienda de la Moreta (39), Molino de San Pablo (38), Cortijo del Caleron (37) e P.K. 488,200 (36). A oeste, excetuando-se a *vía* secundária entre La Campana e Carmona, apenas um pequeno caminho apresenta uma se-

qüência de sítios, que seguiam uma *senda* entre o Zahariche e um pequeno charco. Sucedem-se, de norte a sul Cortijo de la Broncha (45), El Junquillo norte (44), El Junquillo leste (42) e El Junquillo sul (41).

As regiões norte e leste, servidas por 5 prováveis *itinera*, apresentavam uma rede viária mais desenvolvida do que as zonas a sul e oeste. Ao norte um *iter* partia de La Campana e seguia por El Sacristan norte (24), Pozancon (25), Pozancon norte (26), Cortijo del Gato oeste (96), Cortijo del Marchante sul (95), Cortijo del Marchante norte (93), Cortijo de Velarde (94), terminando às margens do Guadalquivir no Cortijo de la Ramblilla sul (90). A segunda *senda* talvez unisse La Campana a Palma del Rio; servia, certamente, como *iter* entre a aldeia e uma longa série de agrupamentos romanos, desde Ermita de Santa Marina (4), passando por Pozo de la Anea (6) até Cortijo de Tambos (125).

Três *itinera* serviam a região leste de La Campana. O trajeto do caminho mais sententrional interligava La Campana a Dehesa de las Yeguas (131) e continuava a leste até Cortijo de Alcubilla leste (116) e Cortijo de Alcubilla (117). Outro *iter* partia de Ermita de Santa Marina (4) e seguia por Pozo de Anea (6), La Anea leste (7) até Cortijo de los Cercados (9). Por fim, uma pequena vereda apresenta, ao longo de seu traçado, três sítios denominados Ermita de Santa Marina (5).

A planura marginal, por outro lado, não apresenta vestígios de uma rede viária complexa; ao contrário, apenas um *iter* pode ser claramente determinado. Uma vereda entre Cortijo de los Mochales leste (67) a oeste e Cortijo de Marchante norte (93) a leste é flaqueada por vestígios romanos, agrupados sob as denominações de Chozas de Palafio, em número de quatro; a leste seguem-se Mesa de Lora (69) e Mesa de Lora sul (68).

O sistema viário demonstra, nitidamente, uma diferenciação de padrão entre a margem, cujo meio de comunicação básico é o Guadalquivir, e a campina, dominada pela aldeia que se interligava a seu *ager* por *viae* e *itinera*. O alinhamento dos agrupamentos romanos ao longo destas estradas torna-se compreensível no contexto da interligação, necessária, entre as *villae rusticae* e a comunidade central numa economia onde a autarquia camponesa não

era mais predominante. Columella ressalta a importância do sistema viário em uma economia agrícola voltada para o mercado de mancira clara e precisa: *multum conferre agris iter commodum... ad inuehenda et exportanda utensilia, quae res frugibus conditis auget pretium et minuit impensas rerum inuectum, qua minoris adportetur eo, quo facili nisu perueniatur* (1, 3, 2). Neste sentido, pode-se aventar a hipótese da existência de *uia*, em particular entre La Campana e Astigi, cujo traçado não apresenta alinhamento de sítios. Este fato, quando se trata de grandes vias, pode ser explicado pelo desejo de evitar os problemas decorrentes de vizinhança com uma *uia* muito freqüentada. Columella desaconselha tal proximidade, por causa da ação de ladrões e soldados; este preceito talvez permita compreender a localização das *uillae* ao sul de La Campana, sempre a alguns quilômetros da *Via Augusta*, contando-se apenas com duas exceções, Cortijo del Caleron (37) e Cortijo de S. Francisco Javier (21).

5.3. A delimitação de um território hipotético

A demarcação de um território hipotético em volta de La Campana, constituído por um círculo de 5km de raio, parte de três considerações básicas. Em primeiro lugar, possuímos evidências da existência de um *vicus* romano nesse sítio. Em seguida, constatamos a presença de grande número de *uillae rusticae* ao redor de La Campana, o que pressupõe a existência de uma comunidade central que articule, por suas funções de mercado e de fornecimento de mão-de-obra, as propriedades agrícolas à sua volta. Por fim, o alinhamento das *uillae* ao longo de vários caminhos levando a La Campana comprova a ligação daquelas com o centro do sistema viário, sempre originário da aldeia. A aplicação do modelo de von Thünen, com as alterações que propusemos anteriormente, parece justificada pelas três características citadas do assentamento regional. Por outro lado, sua utilidade como um recurso heurístico para a compreensão da distribuição espacial dos artefatos fixos, bem como os limites e lacunas de tal abordagem, apenas serão determinados no decorrer da análise.

Traçando-se uma circunferência de 5km de raio ao redor de La Campana podemos observar uma concentração de sítios no interior do círculo, seguida por uma faixa de 2 a 3km, além da linha, caracterizada pela ausência de *villae rusticae*. A leste e sudeste a oposição entre concentração/ausência de sítios apresenta-se bastante nítida. Uma profusão de *villae* encontra-se dentro dos 5km neste setor, de norte a sul, incluindo os sítios 28, 25, 29, 8, 4, 9, 12, 14, 15 e 16. Além dos 5km não encontramos senão duas *villae* alto-imperiais, vizinhas (números 116 e 177), a cerca de 7,5km de La Campana. Duas outras *villae rusticae*, sem datação, 27 e 119, seguem um *iter* a nordeste, encontrando-se a 5600 e 7800m, respectivamente, de La Campana. A sudeste uma *villa*, também não datada (nº 48), situa-se a 6800m da aldeia, no *iter* que conduzia à *Via Augusta*.

Ao sul encontram-se apenas três *villae*, uma bem próxima à aldeia (nº 13 a 2km), em seguida um edifício a 4km (nº 40) e, mais ao sul, a *villa* nº 37, a 6600m; nenhuma delas apresenta elementos para sua datação. A oeste duas *villae* alto-imperiais (42 e 45) dominam a margem esquerda do Zahariche, dentro do círculo hipotético. Quatro *villae*, que flanqueiam a via secundária para Carmona, localizam-se fora da circunferência traçada e a 3800m dos dois sítios assinalados, anteriormente, nesta área, o que delimita uma zona intermediária cortada, atualmente, pela fronteira dos *términos* (municípios) de La Campana e Carmona. A presença, a sul e a oeste, de um número relativamente reduzido de *villae rusticae* dentro da área não diminui a coerência do padrão observado em outros lugares, opondo-se claramente ao assentamento externo, distanciado de 7 a 10km da aldeia.

A região noroeste destaca-se pela ausência absoluta de sítios em uma vasta área (8km a oeste, 6,9km a noroeste e 3km em direção a norte. Também esta zona, marcada pela carência de vestígios romanos, é dividida ao meio pelos limites dos *términos* atuais de La Campana e Lora del Río. Ao norte encontra-se apenas uma *villa rustica* (97), seguida pelo sítio 93 a 2800m de distância e a 6km de La Campana.

A área delimitada pelo raio de 5km parece, portanto, corresponder a uma realidade de assentamento das *villae*, englobando as propriedades que

mantinham uma relação de mercado mais intensa com a aldeia. Isto é particularmente válido a leste e sudeste, onde a profusão de sítios permite uma observação detalhada da diferença entre o padrão interno e externo à circunferência proposta. No entanto, excetuando-se a região norte/noroeste (e talvez o extremo sudoeste), sucedem-se *nillae* até cerca de 8km da aldeia, embora destacadas da circunferência por uma distância variável entre 1, 5 e 3,5km, que apresentam evidentes sinais de pertencerem à mesma área de mercado. Seja por seguirem *niae* ou *itiner*a ligados a La Campana, seja por encontrarem-se muito distantes de outros centros, aldeias ou cidades. Assim, o agrupamento de *nillae* na estrada para Carmona dista 8km de La Campana e 14km daquela. O sítio 37 está a 6,7km de La Campana e a 11km de La Moncloa e de Fuentes de Andalucia, onde se localizavam aldeias romanas. Também a leste os sítios 116 e 117 encontravam-se a 7,3km da aldeia, às margens de um caminho, distantes de qualquer outro centro. O sítio 119 liga-se a La Campana por um *iter* (7,6km de comprimento), mas encontra-se mais próximo do Guadalquivir (5,3km), o que poderia tornar a ligação com um centro às margens do rio, como Lora del Rio, mais proveitosa. A existência de uma faixa menos intensamente ocupada, além do círculo de 5km evidencia, provavelmente, uma diferença na frequência de relacionamento das *nillae* com a aldeia, inversamente proporcional à distância. A presença de limites entre os municípios atuais passando exatamente sobre estas zonas poderia indicar que os mesmos fatores estão presentes no assentamento atual.

A delimitação do território de mercado hipotético de La Campana depende diretamente da existência de outros centros na região e da facilidade de acesso que apresentavam. A oeste, sul e leste, como vimos, inexistiam aldeias romanas que concorressem com La Campana. Assim, uma *nilla* como o sítio 59, a 10km a sudoeste de La Campana, tinha nesta última seu centro mais próximo. O mesmo não ocorria a sudeste, pois La Moncloa (Obulcula) era mais acessível para os sítios localizados nesta região, devido à presença da *Via Augusta*.

À margem esquerda do Guadalquivir encontramos um agrupamento de sítios romanos a oeste, *nillae* e olarias, correspondendo, provavelmente, à

presença de uma comunidade central na região, segundo vimos acima. Possuímos evidências da existência de uma aldeia romana em Mesa de Lora (69). Trata-se de um sítio localizado sobre uma *mesa*, na estrada que ligava Lora del Rio a Ecija, onde, segundo Ponsich (1979, p. 35) *la tradition situe Lora la Vieja, une ville anterieure à l'époque romaine*. Efetivamente, encontra-se em superfície cerâmica pintada ibérica e Campana A, confirmando a antigüidade da ocupação. Além disso, são numerosos os blocos talhados de grandes dimensões, provavelmente restos de fortificações. Ponsich acredita que o sítio fosse uma etapa importante no ciclo da transumância em direção à Sierra Morena (1979, p. 35). Além de Mesa de Lora, dois outros sítios poderiam exercer a função de comunidades centrais para essa região, ambos rio abaixo: Lora del Rio, na margem direita e, à sua frente, El Álamo. O único critério para determinar qual teria sido, em época romana, o centro comercial de maior freqüência dos sítios localizados à margem esquerda do Guadalquivir na região é observar a relação espacial existente entre estes e aqueles.

Estabelecendo uma circunferência de 5km em torno de El Álamo, observamos que apenas oito, de um total de vinte e dois sítios localizados a oeste (36%) e de trinta e um em toda a margem esquerda (25%), encontram-se em seu interior. Algo semelhante ocorre com Lora del Rio, cuja área abrangeria 54% e 38% destes sítios, respectivamente. Aplicando a mesma circunferência a Mesa de Lora observamos que apenas um sítio (128) encontra-se fora do raio de 5km. Assim, embora possamos admitir uma influência de Lora del Rio e, em menor medida, de El Álamo, no padrão de assentamento às margens do Guadalquivir nesta região, a localização do conjunto de sítios da planície marginal ao norte de La Campana deve ser compreendida em relação a Mesa de Lora.

Uma importante comprovação da unidade de assentamento no interior da área delimitada por Mesa de Lora apresenta-se na distribuição espacial dos selos anforários. De um total de 138 estampilhas diferentes, encontradas em 13 sítios da margem, 19 (13%) apresentam-se em mais de um sítio da área, enquanto apenas dois selos – CEN HIPSA e III ENNI IVL –, encontrados na olaria de La Catria (73) relacionam-se com uma região externa

(Huerta del Rio). Encontramos uma intensidade maior de inter-relações a oeste da região de Mesa de Lora (11 selos ou 57%), enquanto dois selos estabelecem ligações no sentido leste-oeste: L.TELIII (sítios 86 e 93) e ATITA ou ATITAE (sítios 73 e 89). O selo L.V. TROPHIMI estabelece uma relação oeste-centro, entre a olaria de La Catria e Mesa de Lora. Tal quadro de inter-relações sugere uma unidade da região, medida, fundamentalmente, pela existência de uma comunidade central em Mesa de Lora.

Estabelecidos dois territórios hipotéticos em torno das comunidades centrais de La Campana e Mesa de Lora, pretendemos analisar a distribuição espacial dos artefatos fixos e móveis em cada uma das áreas visando o estudo de padrões de assentamento diferenciais entre a campina e a planície marginal. Para tanto, é necessário estabelecer o universo de sítios a serem considerados como integrantes de ambos os sistemas. Experimentalmente, incluímos, além dos sítios no interior das duas áreas ao redor das aldeias, os vestígios de ocupação romana que parecem estar ligados, como foi dito acima, às comunidades centrais. Além disso, para esclarecer certos aspectos do assentamento, incluímos em algumas das análises efetuadas todos os sítios a oeste da coordenada 454 de Ponsich, pois deviam manter relações mercantis, mesmo que reduzidas, com ambos os centros (distância máxima: 10km).

5.4. A distribuição espacial dos artefatos fixos

5.4.1. As *villae rusticae* e as comunidades centrais

Na zona imediatamente ao redor de La Campana, por um raio de 2km, constatamos um vazio de vestígios romanos, com exceção, apenas, de uma *villa* (4) e de um pequeno sítio a sudeste, a 400m do centro da aldeia. Podemos supor, seguindo o modelo de von Thünen, que pressupõe um cultivo mais intenso na imediata vizinha da comunidade central, que essa área fosse destinada a produtos para o consumo urbano, como legumes e frutas. Também Catão (9,7) fornece indicações sobre a ocupação do solo periférico aos

centros urbanos com essas culturas: *Fundum suburbanum arbustum maxime conuenit habere*. Possuímos evidências atuais sobre o cultivo de verduras e frutas no *término* de La Campana e indicações sobre sua prática na Bética, em particular o plantio de alface (Columella, 11, 3, 22 e 26), alcachofra (Plínio, 19, 152) e figos (Estrabão, 3, 4, 16; Columella, 8, 17, 15). A ausência de vestígios romanos poderia ser explicada, neste caso, pela possível locomoção diária dos trabalhadores da aldeia, onde habitariam, para os *fundi* e por não serem necessárias grandes instalações de beneficiamento destes produtos. Ambas as características são comuns neste tipo de atividade suburbana.

A leste de La Campana encontramos uma profusão de *uillae rusticae*, o que distingue esta das outras regiões da campina em termos de intensidade de ocupação. Isto torna-se mais claro com a utilização dos polígonos de Thiessen, delimitando a área hipotética disponível para cada *uilla*. Embora tal reconstrução das propriedades seja, certamente, insegura, permite avaliar a densidade da ocupação, evidenciando a área média disponível para cada edifício rural. Nesta zona concentram-se 5 (71%) das 7 *uillae* da região que não apresentaram indícios de produção oleária e 4 (80%) das 5 *uillae* luxuosas da campina. Esta área é propícia para a oleicultura, mas poderia produzir trigo para o mercado de La Campana, devido à sua proximidade. Talvez, como sugere J. Le Gall⁴, estas terras de média elevação fossem destinadas à bicultura, citada por Plínio: *Baetica quidem uberrimas messes inter oleas mittit* (17,94). Uma produção oleária modesta poderia explicar a ausência de *torcularia* na zona, sendo o processamento efetuado em lagares alheios, prática atestada ainda no início do século na Andaluzia (Lamarca, 1922, pp. 24-25) e mencionada por Catão (145). Outro elemento favorável à sua identificação como propriedades triticultoras para o mercado local é a dimensão reduzida dos *fundi*, em evidente contraste com o restante da campina, dominada pela grande propriedade rural.

⁴ Tal possibilidade com relação ao Guadalquivir nos foi sugerida por J. Le Gall, em comunicação epistolar.

As *villae rusticae* da campina (à exceção do sítio 52 a oeste) apresentam uma área hipotética, estabelecida pelos polígonos de Thiessen, considerável. A *villae* de Cortijo de la Bronche (45), por exemplo, possuía uma área de 1250ha ou 5000 *iugera*. Tal superfície, bem superior ao olival catoniano de 240 *iugera* (60ha), não é excessiva para uma produção rural, racionalizada e exportadora, dos séculos I e II d.C., levando-se em conta que o *fundus* de Columella variava entre 500 e 1500ha, com uma média ideal por volta de 1000ha (Martin, 1971, pp. 348-352). Não se trata, portanto, de uma latifúndio, com suas características de exploração extensiva e autárquica, mas de uma grande propriedade com produção, provavelmente, intensiva e escravista (Martin, 1971, p. 352). Esta última observação é reforçada pela distribuição das *villae* luxuosas, cuja concentração a leste da aldeia permite supor duas formas de gestão. A sul e oeste, as *villae* oleicultoras médias sem elementos de luxo poderiam ser geridas por capatazes – *vilici* – (Chic García, 1981, pp. 29-30) e trabalhadas por esquadrões de escravos, como descreve Columella (1, 1, 20; Martin, 1972, p. 285; Etienne, 1972, p. 262) e Sêneca, o orador, originário de Córdoba: *arata quondam populis rura singulorum nunc ergastulorum sunt, latiusque vilici quam reges imperant* (*Controuersiae* 5, 5, 2). Nas propriedades triticultoras ou bicultoras de dimensões modestas, a leste da aldeia, onde predominam os vestígios de luxo, morariam os próprios fazendeiros (*domini*), administrando suas fazendas tendo em vista o mercado aldeão. Embora esta reconstrução do assentamento seja hipotética, devido à escassez de evidências disponíveis, parece-nos que dá conta da diferenciação entre duas formas diversas de exploração da região.

Nesse sentido, duas outras observações podem ser feitas fortalecendo nossa suposição. Em primeiro lugar, pode-se verificar que os olivais não são cultivados atualmente (1968, segundo dados do *Instituto Geográfico Nacional de España*) em regiões onde as grandes *villae rusticae* oleicultoras predominavam, particularmente a oeste e a centro-sudoeste. A utilização dessas terras para a olivicultura em época romana deve supor, portanto, uma produção mais intensiva que a atual e voltada para o mercado externo. Em seguida, se verificarmos a localização das olarias de telhas e tijolos perceberemos uma con-

centração a leste, servindo à aldeia e às *villae* luxuosas, cujo consumo deveria ser maior do que nas grandes *villae* a oeste, fortalecendo a hipótese de que se tratava de moradias para os proprietários⁵.

A região de Mesa de Lora apresenta um padrão de assentamento diverso, embora também neste caso uma área de dois quilômetros ao redor da aldeia seja praticamente desprovida de vestígios romanos. As exceções são sítios que se alinham no único *iter* identificado na planície marginal, e uma *villa rustica*, a 1800m a sudoeste de Mesa de Lora. Para uma explicação desse vazio remetemos às considerações acima efetuadas sobre o mesmo fenómeno em torno de La Campana. Podemos ainda aventar, neste caso, a hipótese adicional de tratar-se de área destinada à pastagem de gado em transumância, proveniente da Planície Bética em direção à Sierra Morena. Possuímos, a este respeito, alguns testemunhos referentes ao período pré-romano, segundo as escavações de 1976 de Mesa de Setefilla (Catalán, 1976, p. 17).

A distribuição espacial das *villae rusticae* permite observar dois padrões diversos, ambos ligados à oleicultura. À noroeste predominam as pequenas e médias propriedades, luxuosas (3 *villae* em 7 ou 42%), servidas por três olarias anforárias (2,3 *villae* por olaria; 50% das olarias anforárias), por duas olarias de telhas e tijolos (3,5 *villae* por olaria; 66% das olarias), todas elas localizadas numa região inundável (menos de 40m de altitude). A oeste, sul e leste encontram-se *villae rusticae* de dimensões médias, com menor proporção de vestígios de luxo (2 *villae* em 6 ou 33%), servidas pelo mesmo número de olarias anforárias (2 *villae* por olaria anforária), embora apresentando maior área média. Uma única olaria de telhas e tijolos localiza-se a oeste.

O assentamento romano da planície marginal, com suas *villae rusticae* oleicultoras luxuosas, levanta duas questões relativas à utilização do solo e ao sistema de produção agrícola. As regiões da margem esquerda, particularmente sujeitas a inundações e a mudanças de curso do Guadalquivir, em-

⁵ As grandes olarias de telhas e tijolos deviam localizar-se, provavelmente, fora dos centros urbanos, segundo podemos deduzir da *Lex Ursonensis* 76, 2, 24: *figlinas teglarias meior[es] tegularum CCC tegularumq[ue] in oppido colon[ia] Iul[ia] nequis habeto* (CIL II, 5439).

bora férteis, não são propícias para o cultivo da oliveira, como ressalta Columella: *neque inum locum neque arduum (sc. olina) patitur* (3, 18, 4). Portanto, a presença de *torcularia* nesta área deve relacionar-se com dois fenômenos já assinalados, cuja extensão relativa é difícil de precisar. Trata-se em primeiro lugar, da extensão, na antigüidade, dos olivais em direção a regiões menos favoráveis; este movimento é resultado da abertura de mercados em todo o ocidente romano e da conseqüente valorização do azeite bético (Marcial, *Epig.* 12, 63, 1-2; 12, 98, 1-2). Assim, os olivais deviam ocupar uma área muito mais extensa do que em nossos dias, quando apenas esporadicamente a planície marginal esquerda é ocupada por esta produção agrícola. Ausente na região de Mesa de Lora, as oliveiras são cultivadas em pequena escala, por exemplo, a oeste de Tocina, rio abaixo (Mapa Topográfico de 1970). Isto torna-se mais significativo ao constataremos que o vale do Guadalquivir é a região de maior produção e exportação de azeite do mundo contemporâneo. A modesta diversificação econômica na antigüidade e a maior importância relativa dos mercados consumidores do azeite bético poderiam explicar a diferenciação entre o padrão de exploração do solo atual e aquele romano. Estas observações são igualmente válidas, em grande medida, para as *nillae* médias de Mesa de Lora.

Por outro lado, a profusão de *torcularia* e de *nillae* luxuosas a oeste permite supor diferenças significativas no sistema de produção e de gestão das *nillae rusticae*. É possível que as pequenas propriedades não ocupassem seus *torcularia* e seus lagareiros (*factores*) apenas sua própria produção (Chic García, 1982, p. 55); neste caso, poderiam estabelecer contratos de aluguel dos lagares (*vasarium*; e.g. Catão 145,3) para outros produtores. Já nos referimos a essa possibilidade quando descrevemos as *nillae* à leste de La Campana. Na verdade, outros oleicultores, especialmente rio acima, poderiam encaminhar suas azeitonas para estas oficinas de beneficiamento. Neste sentido, as olarias anforárias, como o grande *portus* de La Catria (73), forneciam a possibilidade de um envasamento imediato do produto (Remesal, 1982, p. 38).

A presença de elementos de luxo nessas *nillae* a noroeste reforça a possibilidade de tratar-se de propriedades geridas diretamente por *domini*, que

talvez se relacionassem com as olarias anforárias, como veremos. Neste ponto, portanto, diferenciam-se das pequenas propriedades triticultoras a leste de La Campana, cuja produção liga-se antes ao mercado local ou regional, pois sua atividade econômica é essencialmente exportadora. As outras *nillae* de Mesa de Lora, de médias dimensões, poderiam ser geridas por *nillici*, em particular as três *nillae* situadas acima de 60m de altitude; a ausência de luxo e de olarias anforárias ressalta a oposição entre estas *nillae* e as pequenas propriedades do noroeste. Outras observações sobre o assentamento em Mesa de Lora relacionam-se com a distribuição das olarias anforárias, que estudaremos em seguida.

5.5. As olarias produtoras de ânforas Dressel 20 e a oleicultura micro-regional

A localização das olarias anforárias, apenas nas regiões de melhor acesso à matéria prima e ao Guadalquivir, ressalta o caráter de grande artesanato dessa produção (Remesal, 1980, pp. 131-135; Chic García, 1982, p. 49). Durante os cinco meses de trabalho intensivo, de maio a setembro (Remesal, 1982, p. 38), concentrava-se aí uma mão-de-obra cuja proveniência não podemos, atualmente, precisar. Cremos, entretanto, que atividades sazonais complementares poderiam explicar a ocupação da mão-de-obra em ofícios sucessivos. No caso de atividades agrícolas, sucediam-se o trabalho nos trigais (julho-agosto), vinhedos (setembro-outubro) e olivais (outubro-novembro) e, possivelmente, campos cultivados com legumes e frutas. Também empresas extrativas, como o abate de árvores e a mineração, o artesanato urbano, em particular a tecelagem, e a construção civil poderiam constituir ramos de atividades interligados, quanto ao fornecimento de mão-de-obra, às olarias anforárias.

Um terço das seis *figlinae* anforárias são, ao mesmo tempo, *nillae rusticae* oleicultoras (84 e 71). Isto levanta a debatida questão da relação entre olarias e *fundi*; embora não pretendamos discutir aqui este problema em detalhe,

cremos que a região estudada permite levantar algumas considerações a respeito. A grande porcentagem de *figlinae* que fazem parte de *uillae rusticae* (33%) confirma a existência de proprietários rurais interessados na exploração de ambas as atividades, como sugere Varrão (RR 1, 2, 23). Quanto às outras quatro *figlinae*, parecem tratar-se de grandes empresas de produção anforária, em particular no caso de La Catria, cuja relação com os *fundi* (Dig. 8, 3, 6), ainda que de difícil precisão, devia ser apenas indireta (Remesal, 1981, pp. 133-134). Em ambos os casos, a produção de ânforas constituía uma atividades lucrativa em si, pois mesmo as *uillae* com olarias utilizavam seus fornos para a fabricação de ânforas destinadas a outros proprietários rurais (Will, 1983, p. 269).

A ausência de *figlinae* na campina indica que o azeite processado nos lagares da planície bética deveria ser envasado nas olarias marginais. Este fato é comprovado pela distribuição dos selos – presentes apenas em sítios da planície marginal – e das Dressel 20, encontradas em todos os sítios ligados a Mesa de Lora, mas em somente nove sítios (52%) da região de La Campana (sobre a distribuição das Dressel 20 trataremos mais abaixo). Mais significativa, entretanto, é a presença, em uma mesma *figlina*, de selos contemporâneos de proprietários rurais diferentes. Assim, em La Catria possuímos os selos AELFO (CIL XV, 2, 2687 e 2971), PORLFS (CIL, XV, 2, 2870), IIIENNIIULI (CIL, XV, 2, 2816), PQFLFL (CIL, XV, 2, 3104), entre outros, representando proprietários rurais (*tria nomina*)⁶ de meados do século II d.C. que se utilizavam dessa olaria. A primeira estampilha citada acima comprova, além disso, que alguns *fundi* oleicultores se encontravam na região da campina, provavelmente no *ager* de La Campana, já que este selo está associado a um *titulus pictus* do *mercator* Tiberius Claudius Nobilis (CIL XV, 2, 3810-11) com controle em Astigi. Ora, o *conventus astigitanus* dominava o vale do Genil e a campina, não alcançando a planície marginal, ligada ao

⁶ Em nosso caso: AE()L()FO(); POR(tus) L()F()S(); IIIENNI(orum) IULI(orum); P(ortus) Q()FL(au) FL(aviani). Seguimos, aqui, as indicações de Remesal, em seu estudo sobre La Catria (1982).

conuentus hispalensis. O mesmo acontece com o selo C() E() F() P(ortus), relacionado com os *mercatores* Caecili Hospitalis et Maternus (CIL, XV, 3756-61), data consular 153-154 a.C. e com controle em Astigi).

Possuímos apenas dois exemplos de proprietários rurais da margem direita que se serviam também de uma olaria na planície marginal esquerda. Assim, C() E() N() HISP() SA() e IIIENNI(orum) IVLI(orum) envasavam seu azeite, prioritariamente, em Huerta del Rio (79), mas utilizavam-se, também, da oficina de La Catria (73), 1200m a sudeste. De modo geral, entretanto, pode-se afirmar que as olarias estudadas acima serviam aos produtores da planície marginal esquerda e da campina, cujo azeite, destinado à exportação, era aí envasado. Outros aspectos do funcionamento destas *figlinae* e de sua relação com os *fundi* oleicultores serão evidenciados quando da análise, mais abaixo, da distribuição dos artefatos móveis.

5.6. A distribuição espacial dos sítios pequenos

O estudo dos sítios pequenos de ocupação romana apresentam, como questão prévia, a sua datação; a ausência de cerâmicas de cronologia conhecida dificulta a análise de sua distribuição na paisagem. Contudo, podemos observar, nas duas *facies* delimitadas acima, duas formas diversas de localização desses sítios com relação às *uillae rusticae*. Utilizando o recurso dos polígonos de Thiessen entre as *uillae*, pode-se constatar um padrão específico dos sítios pequenos na periferia dos *fundi* presumíveis, localizando-se, com frequência, sobre a própria linha de demarcação hipotética. Essa distribuição é particularmente observável entre as *uillae* oleicultoras a sul e oeste de La Campana, onde os sítios pequenos localizam-se entre 1500 e 3000m das *uillae*. Tal padrão, embora presente nas *uillae* a leste da aldeia, apresenta aí distâncias inferiores, entre 1000 e 1200m.

A distribuição desses sítios parece indicar tratarem-se de pequenas propriedades camponesas, talvez relacionadas com as *uillae*, ao menos com as oleicultoras (Chic Garcia & Saéz Fernandes, 1984, p. 198). Neste caso, poderiam

fornecer trigo e mão-de-obra sazonal, durante a colheita da azeitona (Catão, 153). Poderiam, ainda, beneficiar-se em suas terras das possibilidades da bicultura de trigo e oliveiras, como apontamos acima, servindo-se das prensas das propriedades maiores.

Uma outra possibilidade é seu emprego como anexos das *nillae*, em particular para a guarda de instrumentos agrícolas. Esta hipótese deriva da observação etnográfica atual de abrigos disseminados tanto nas propriedades triticultoras como oleicultoras (Ponsich, 1974, Prancha 88). Esta reconstrução é mais plausível no caso do segundo padrão de distribuição dos sítios pequenos que observamos na região. Trata-se de sítios situados dentro dos polígonos, a até 500m da *nillae*, e cuja presença é freqüente em volta destas, o que diminui a possibilidade de representarem pequenas propriedades rurais independentes. Apenas pesquisas de campo mais detalhadas poderiam, talvez, confirmar as hipóteses levantadas, tendo-se em vista a escassez de informações disponíveis.

5.7. Distribuição dos artefatos móveis

5.7.1. Selos anforários em La Campana

A localização das estampilhas, além de demonstrar uma ligação entre os oleicultores da campina e as olarias marginais, permite estudar a inter-relação das *figlinae* entre si e com outros sítios. Podemos observar, em primeiro lugar, a recorrência de selos em mais de um sítio. Assim, o selo POR(tus) OC() ODV () aparece em duas olarias (73 e 71) em 3 *nillae* (71, 75 e 83) e no sítio 67. Caso esta seja uma estampilha de proprietário rural, como a maioria (Remesal, 1982, pp. 38-40), poderíamos supor que o *fundus* se localizasse a oeste, em Álamo Alto (71), por possuir o maior território hipotético e situar-se a maior distância do rio. Sua produção seria, assim, processada no próprio local e envasada aí. O excedente seria encaminhado às *nillae* a leste (75 e 83) e envasado em La Catria (73), que se encontra mais próximo destas. O sítio 67 funcionava como um centro produtor de telhas e

tijolos, servindo talvez de anexo à *nillae* e olaria 71 e como elemento de ligação entre esta e a aldeia de Mesa de Lora, provável consumidora de sua produção.

Deve-se observar que o selo POR OC ODV ou POR ODV (=BRO.ODV) refere-se a um *portus*, no sentido de depósito controlado pelo fisco para abastecer a *annonna*, segundo revelaram os estudos de Remesal (1982, pp. 65-66). Neste caso, ODV talvez seja uma indicação topográfica, como sugere o autor citado, da cidade romana de Oducia (CIL, II, 1056 e 1182), que se localizaria em Mesa de Lora e teria seu *portus* em La Catria (73) (Remesal, 1982, p. 66). De qualquer forma, cremos que as considerações efetuadas acima sobre a distribuição destes selos são válidas, na medida em que o proprietário do azeite, seja ou não o produtor rural, utilizava-se de três lagares e de duas olarias diversas. Tal fato reforça a possibilidade de existência de *redemptores* e da prática do *vasarium* nas *nillae* a noroeste, como propusemos anteriormente.

A intensidade de relações dos selos entre as partes oeste e leste da planície marginal é marcadamente diversa. Em ambas as regiões há uma grande recorrência de estampilhas, mas apenas os sítios 86 e 93, 73 e 89 estabelecem uma ligação entre as duas áreas. Neste sentido, podemos aventar a hipótese de que o sítio 93 fosse um entreposto de ânforas, pois além de ser o mais interiorano dos sítios com selos, apresenta quatro selos relacionados a dois outros sítios, um a oeste (86) e outro a leste (91).

Do quadro geral de selos recorrentes pode-se concluir que apenas uma pequena porcentagem dos proprietários rurais atestados nos selos (19 em 138 ou 13%) utilizava-se de mais de uma olaria ou lagar. Este fato deve relacionar-se com a localização das propriedades e com sua produção. Apenas grandes proprietários poderiam dirigir sua produção para *figlinae* diferentes sem prejuízo, pois só uma colheita abundante, e a decorrente necessidade de processamento do azeite em vários lagares, justificaria o aumento de custos acarretado pela maior distância. Além disso, os contratos de aluguel de lagares e para o fornecimento de ânforas deveriam favorecer a constância no relacionamento entre as partes contratantes.

5.7.2. Ânforas Dressel 20 em La Campana

A distribuição espacial das Dressel 20 em sítios de datação alto-imperial demonstra, como ressaltamos anteriormente, a existência de uma oposição entre a planície marginal (18 sítios com Dr. 20 ou 100%) e a campina (9 sítios ou 52%). Isto levanta a questão da utilização de tais ânforas na região. O uso das pesadas Dressel 20 para o transporte e armazenagem de azeite para consumo diário nas *nillae rusticae* parece anti-econômico e pouco prático (Ponsich, 1984, pp. 106-107; Remesal, 1981, p. 113). Tal possibilidade não deve ser afastada nos sítios 12, 29 e 25 que, apesar de *nillae*, não apresentam vestígios de produção oleária. Contudo, essa hipótese torna-se mais frágil ao sabermos que apenas 42% das *nillae* do interior com lagares atestados apresentam também Dressel 20.

Uma segunda possibilidade relaciona-se com um consumo diferenciado entre a planície marginal e a campina, acarretando, por sua vez, um padrão diverso de formação do lixo arqueológico. Assim, o consumo de ânforas Dressel 20 na área marginal ao Guadalquivir liga-se à exportação de azeite: trata-se da etapa final do beneficiamento do produto e do conseqüente envasamento em ânforas. O oposto ocorria na campina interior, pois o acondicionamento do azeite para exportação, localizado nas olarias da margem, estava fisicamente separado de sua produção. Isto encontra confirmação na ausência de selos no interior, pois apenas as ânforas para a exportação recebiam essas marcas. Enquanto na planície marginal as ânforas estavam em constante movimento em direção ao Guadalquivir, na campina sua utilização devia ser como recipiente fixo ou de mobilidade limitada, na armazenagem de produtos diversos (como ocorria no Limes, Schallmayer, 1982, p. 123).

Tal fato gerava ritmos diferentes de desativação do artefato. Na área marginal, o lixo anforário compõe-se, essencialmente, de restos de peças com defeitos de cocção, por vezes utilizados para a construção de fornos (Ponsich, 1974, p. 145) e de fragmentos produzidos por quebras no transporte e embarque, devido ao grande número de ânforas movimentadas (Remesal, 1982, p. 138). Na campina, sua composição deriva da transformação, após um uso mais

ou menos duradouro, da ânfora em recipiente inapropriado, devido à quebra ou à sujeira. Assim, uma diferença de padrões de consumo conduziu à formação de padrões diversos de distribuição dos vestígios anforários.

Estas observações tornam-se ainda mais justificadas se considerarmos o baixo preço das ânforas e a conseqüente facilidade de reutilização para outros fins. Nos centros de importação de Dressel 20 este fenômeno pode ser atestado em diversas manifestações, desde sua reutilização como *dolia* (Schallmayer, 1982, p. 123) até seu aproveitamento na construção civil (Remesal, 1984, p. 129) e enchimento de aterros (Dressel, 1978, pp. 258-261). Sendo a produção anforária a segunda atividade econômica em importância no vale do Guadalquivir, logo após a oleicultura, seu custo unitário tornava-se consideravelmente mais baixo do que outras formas cerâmicas que poderiam fazer concorrência funcional como recipiente caseiro, tornando seu uso expandido para tal fim, assim como para a construção de olarias (Ponsich, 1974; 1979 *passim*).

5.7.3. *Dolia*

Quanto à quantidade e distribuição de *dolia*, é interessante lembrar que Catão considera necessário, para 240 *iugera* de oliveiras, um total de 100 *dolia* oleários (12,4). Tal número entra em evidente contraste com os resultados do levantamento de Ponsich (vestígios em apenas 5 sítios ou 14%). Oitenta por cento dos achados referem-se à campina. Como os *dolia* eram habitualmente enterrados no solo, sua localização através de uma prospecção de superfície é muito mais difícil do que para outros tipos cerâmicos que se fragmentavam ao nível do solo. Por outro lado, tratando-se, no vale do Guadalquivir, de uma produção essencialmente voltada para fora, podemos supor que as necessidades de armazenamento no local fossem mais reduzidas do que no exemplo catoniano. Já a diferença de padrão de distribuição entre o interior e a margem não pode ser explicada, com as informações disponíveis, de maneira inteiramente satisfatória. Em todo caso, a grande proximidade com as olarias diminuía ainda mais a necessidade de um armazenamento intermediário, anterior ao envasamento definitivo.

5.7.4. Relações com o exterior - os selos

Não existem estudos sobre a distribuição dos selos encontrados em La Campana no mundo romano, o que permitiria precisar os mecanismos de exportação do azeite da região e a identificação de áreas específicas de mercado, definidas cronologicamente. Apenas a estampilha MIM, graças aos estudos pioneiros de André Tchernia (1964), possui uma distribuição amplamente conhecida. Como podemos observar no mapa, tratava-se de um proprietário rural que, envasando sua produção em La Catria (73), comercializava seu azeite nos principais mercados ocidentais (Tchernia, 1964, pp. 422-424). Além de Roma, o produto alcançava o Limes renano (Zugmantel, Hofheim etc) e britânico (Exeter, Londres, Colchester), e os achados estendem-se por toda a região intermediária, ao longo das vias fluviais da Gália. Da parte oriental provém apenas um selo, encontrado em Alexandria. O mercado de Roma deveria ser o mais constante e de maior volume, tanto neste caso como nas demais estampilhas da região. Tomando-se o exemplo do forno de La Catria, vemos que das 84 estampilhas diferentes aí encontradas, 52 (61%) são atestadas em Roma. Embora apenas metade das Dressel 20 fosse selada, e com mais freqüência quando destinadas a Roma, podemos considerar este mercado como decisivo para La Campana. Neste sentido, a profunda diminuição do fluxo de azeite para a cidade, a partir de meados do século III, deve ter gerado conseqüências graves para a economia exportadora de La Campana. Apenas um terço dos sítios que apresentam Dressel 20 alto-imperiais evidenciam a existência das ânforas oleárias baixo-imperiais, Dressel 23, que sucederam as Dressel 20 como recipiente para os mercados ocidentais (Remesal, 1984, p. 116). Tal diminuição da presença de restos de ânforas oleárias confirma a retração dos mercados.

A distribuição dos selos alto-imperiais demonstra a integração da economia da micro-região com os maiores centros de consumo do Império. Esta constatação comprova as observações que fizemos anteriormente sobre o funcionamento da estrutura agrária de La Campana, associando a economia exportadora com uma agricultura escravista e racional, baseada em pro-

priedades de médias dimensões, e que fundava sua existência na interdependência com o mercado externo (de Martino, 1979, p. 243).

5.7.5. Relações com o exterior - a cerâmica de importação

A ligação com o exterior pode ser observada, por outro lado, através dos produtos importados, consumidos nas *uillae rusticae* e que, de certa forma, são a imagem em negativo das exportações. Não possuímos elementos para precisar a proveniência de alguns dos materiais prospectados, tais como mármore, cerâmica comum (fabricação local?) e, particularmente, ânforas, mencionadas na prospecção, mas não identificadas tipologicamente. Além disso, não podemos tecer qualquer consideração sobre os materiais importados de natureza perecível ou que, por uma razão ou por outra, não deixaram vestígios em superfície. Possuímos, entretanto, informações sobre a cerâmica importada de mesa, cujas características cronológicas já analisamos. Essa cerâmica aparece em 30 dos 35 sítios datados da região (85%), mas desigualmente na planície marginal (14 sítios ou 77%) e na campina interior (16 ou 94%). Deve-se ressaltar que a maior parte dos sítios é datada precisamente por essa cerâmica. Além disso, quatro das olarias da margem, datadas apenas pela presença de Dressel 20, não deveriam consumir cerâmica de importação em grande quantidade. Mais significativa parece ser sua distribuição por todas as *uillae rusticae*, incluindo no cálculo aquelas sem datação precisa. A presença desta importação em 30 dos 47 sítios da região (35 datados e 12 *uillae rusticae* de ocupação romana), perfazendo 63% do total, aproxima os percentuais da campina e da margem (61 e 66%). Este número, ainda mais se considerando as características de preservação do material ao nível do solo na região, confirma o intenso relacionamento da região com o exterior, localizando tal relação nas *uillae rusticae*, que aparecem como consumidoras quase exclusivas de cerâmica importada. Podemos supor que tal material seguisse um caminho inverso ao do azeite, sendo distribuído na campina interior através da intermediação de La Campana e, na planície

marginal, por meio de Mesa de Lora. Dentro do território hipotético desta última, particularmente, parece haver uma concentração de *nillae* com cerâmica de importação nos sítios mais próximos à aldeia, enquanto aqueles sem essa cerâmica se encontram a uma distância maior, como os sítios 71 e 82. Os dados, contudo, são muito escassos para qualquer conclusão definitiva. O que o quadro geral parece demonstrar é o papel das *nillae rusticae* na economia de mercado, exportadora/importadora, sem que se possa fazer distinção, neste particular, entre as *nillae* oleárias, triticultoras ou com elementos de luxo. As pequenas propriedades aparecem fora desse sistema e, embora possamos admitir sua participação no montante geral das exportações, não participavam, pelo que podemos deduzir dos resultados de superfície, sempre incertos, dos benefícios materiais desse sistema econômico no mesmo nível das médias propriedades escravistas.

5.8. O sistema de assentamento

Retomando o conjunto das observações e análises efetuadas acima, à luz das duas questões propostas inicialmente, referentes à oposição campina interior/planície marginal e economia autárquica/economia mercantil, podemos formular algumas conclusões sobre o sistema de assentamento micro-regional.

Quanto à primeira questão, constatamos uma diferenciação nítida entre os padrões de assentamento da planície marginal e da campina. Nesta última, a comunidade central articula-se com um *ager* que parece se conformar dentro de uma área de 5km de raio, dominado por médias propriedades rurais voltadas para a exportação maçixa de sua produção agrícola (*nillae* oleicultoras), que se estendem até mesmo por áreas não ocupadas por olivais atualmente, como também por propriedades voltadas para o atendimento do mercado local, se assim podemos interpretar as *nillae* a leste, todas a pequena distância de La Campana. Também reservada ao mercado local podem ser consideradas as áreas mais próximas à aldeia,

num raio de 2km, onde estão ausentes as grandes *uillae* exportadoras. Por outro lado, a presença de sítios pequenos é conspícua, dentro dos dois padrões delineados acima, aparecendo em quantidade muito maior do que na planície marginal. Nesta última, a comunidade central parece possuir uma função mais fluída de integração da região. As *uillae rusticae* são de dimensões reduzidas e sempre oleárias, ligando-se por vezes às olarias anforárias, cuja importância como atividade artesanal deve ser considerada decisiva para a concentração de sítios nesta área. O assentamento marginal, atraído pela acessibilidade do Guadalquivir e com comunicação mais fácil com áreas distantes, em especial rio abaixo, apresenta menos indícios de um mercado local ativo, seja pela ausência de *uillae* triticultoras, seja pela pequena proporção de sítios pequenos. As *uillae*, além disso, embora localizem-se dentro do raio de 5km de Mesa de Lora, parecem alinhar-se, preferencialmente, com relação ao Guadalquivir. O assentamento marginal parece cumprir uma função mediadora entre o *hinterland* e os mercados externos. Desta forma, explicam-se as propriedades de pequenas dimensões (avaliadas pelos polígonos de Thiessen), agrupadas, com lagares e olarias próximas, cujo funcionamento dependia do fornecimento de matéria-prima proveniente, em grande parte, do *ager* de La Campana.

Assim, ambas as áreas ligam-se, intimamente, à economia de mercado, mas a campina possui um padrão interiorano, centrado em La Campana, que atua como uma comunidade intermediadora entre o produtor rural e o mercado externo, função que se materializa no sistema viário da região, tal como pôde ser reconstruído. Em sentido inverso, a presença do rio diminui a importância de Mesa de Lora e favorece o primado do acesso ao Guadalquivir como fator na localização de *uillae rusticae* e *figlinae*.

No entanto, o sistema de assentamento micro-regional não pode ser concebido sem a interação entre estes padrões diferentes. É provável que as *uillae rusticae* oleicultoras da campina exigissem, para seu pleno funcionamento em uma economia de mercado, a existência de lagares marginais alugáveis (*nasarium*), como certamente precisavam das olarias que funcionavam, prioritariamente, em função das propriedades do interior. Por sua parte, o

funcionamento do agrupamento marginal dependia, em grande medida, da organização rural da campina. Portanto, a característica básica deste sistema de assentamento é a interdependência dos dois padrões relativamente diversos de distribuição dos sítios com relação às comunidades centrais e de exploração de recursos, ambos articulados por um mesmo princípio de ligação com o mercado externo. Embora a campina interior apresente indícios mais claros de vida econômica voltada para si mesma, centrada em La Campana, a ligação com o mercado externo é, também ali, o fator largamente predominante.

Com relação às lacunas de nosso conhecimento, estas são de duas ordens. Com relação à micro-região, a principal deficiência refere-se à organização funcional dos sítios romanos, em especial no que se refere às fontes de mão-de-obra. Não possuímos informações sobre as atividades artesanais desenvolvidas nas duas comunidades centrais, que poderiam precisar seu relacionamento com os *agri* respectivos. A função dos pequenos sítios e a capacidade funcional das olarias, por exemplo, encontram-se pouco esclarecidas. Algumas destas questões, entretanto, poderiam ser respondidas, ao menos parcialmente, através de um programa de pesquisas que envolvesse três tipos de abordagens arqueológicas.

Por meio de prospecções intensivas, em regiões limitadas por amostragem, e evitando-se os pontos cegos do levantamento de Ponsich através da definição prévia de territórios significativos, poder-se-iam obter informações mais precisas sobre as porcentagens de cada tipo de sítio, sobre as dimensões das *villae* e pequenos sítios, sobre a capacidade dos lagares e fornos, sobre as porcentagens relativas de cada tipo cerâmico etc. Sondagens em alguns sítios selecionados permitiriam conhecer melhor o universo cerâmico presente na região e determinar, com maior precisão, as diferentes *facies* cronológicas. O mesmo é válido para as comunidades centrais, tendo em vista o eventual achado de elementos funcionalmente significativos, como cemitérios, templos, edifícios públicos, oficinas, setores residenciais e assim por diante. A escavação de ao menos um sítio de cada divisão tipológica permitiria uma reavaliação do esquema tipológico-funcional dos sítios. Por fim, mesmo análises museográficas, conduzidas

nos museus da região, poderiam fornecer subsídios para a compreensão do sistema de assentamento e do universo material proveniente dos sítios da área.

Em outro nível, certos fenômenos do assentamento da região estudada possuem sentido apenas em um contexto macro-regional. Já acenamos para alguns deles quando apresentamos as características gerais da exploração de recursos e da implantação romana no Médio Guadalquivir. Particularmente significativo para a compreensão do funcionamento deste sistema de assentamento seria o estudo das áreas centuriadas, cuja mão-de-obra poderia ser sazonalmente empregada nas áreas vizinhas. O mesmo é válido para a transumância, em primeiro lugar do gado ovino, da planície meridional em direção à Sierra Morena. O artesanato de lá, ligado àquela atividade, bem como outras produções artesanais, como a mineração, também só podem ser estudados a nível regional. Por fim, uma economia prevalentemente autárquica, ou menos diretamente ligada ao mercado de exportação e ao sistema imperial romano, se acaso existia, deve ser buscada nas áreas mais distantes do rio, onde a prospecção de Ponsich não alcançou, preferentemente em direção às cadeias montanhosas do sul, longe da influência dos grandes afluentes do Guadalquivir, como o Corbones ou o Genil.

6. Conclusões

A análise da distribuição espacial dos sítios a nível micro-regional que efetuamos permitiu explicitar relações originalmente apenas implícitas no relato arqueológico que serviu de base para este estudo. Pudemos, igualmente, comprovar a eficácia heurística dos modelos empregados, dentro dos limites propostos de sua utilização. Por fim, consideramos a investigação realizada do sistema de assentamento de La Campana uma etapa básica, mas ao mesmo tempo necessária, do estudo arqueológico da implantação romana no Médio Guadalquivir.

Bibliografía

- AGACHE, R. (1978). *La Somme Pré-romaine et Romaine*. Aimiens, Société des Antiquaires de Picardie.
- BALIL, A. (1975). *Historia Social y Económica. La España Romana, siglos I-III*. Madri, Casa de Ahorros.
- BARTEL, B. (1980) Colonialism and cultural responses: problems related to Roman Provincial analysis. *World Archaeology*, 12(1), pp. 11-26.
- BELTRAN LLORIS, M. (1970). *Las Ánforas de España*. Zaragoza.
- . (1981). El comercio del aceite en el valle del Ebro a finales de la Republica y comienzos del Imperio Romano. *Primer Congreso, Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad (I CAA)*, Madri, Universidad Complutense, pp. 101-113.
- BLÁZQUEZ, J.M. (1974). *La Romanización*. I, Madrid, Istmo.
- . (1978). *Economía de la España Romana*. Bilbao, Najera.
- . (1981). La exportación del aceite hispano en el Imperio Romano. Estado de la cuestión. *I CAA*, Madri, Universidad Complutense, pp. 19-47.
- BONSOR, G. (1899). Les colonies agricoles pré-romaines de la Vallé du Guadalquivir. *Révue Archéologique*, 35, pp. 1-143.
- . (1901). Los pueblos antiguos del Guadalquivir y las alfarerías romanas. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, 12, pp. 837-857.
- . (1931). *The Archaeological Expedition along the Guadalquivir*. Nova Iorque.
- BRUNNEAU, PH. (1974). Sources textuelles et vestiges archéologiques: réflexion sur l'interprétation archéologique. *Mélanges G. Daux*, Paris, pp. 4-42.
- CAMBI, N. (1984). Le anfore Dressel 20 nella Jugoslavia. *Segundo Congreso, Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad (II CAA)*, Madri, Universidad Complutense, 47-56.
- CARANDINI, A. (1973). Dibattito sull'edizione italiana della Storia economica del Mondo Antico di F. Heilchelheim. *Dialoghi di Archeologia*, pp. 312-329.

- . (1980a). Roma imperialistica: caso di sviluppo precapitalistico. *Memoirs of the American Academy at Rome*, 36, pp. 11-19.
- . (1980b). Quando la dimora dello strumento è l'uomo. In: J. Kolendo, *L'Agricoltura nell'Italia Romana*. Roma, Riuniti, IX-LX.
- CASTILLO, C. (1978). Colaboración y rebeldia de los Cordobeses frente al poder de Roma. *Actas del Primer Congreso de Historia de Andalucía*, Madri, pp. 219-233.
- CATALÁN, M.P. (1976/8). Problemática general de los inicios de la iberización en Andalucía Occidental. *Ampurias*, pp. 3-74.
- CHIC GARCÍA, G. (1978a). Acerca de una ánfora con pepitas de uvas encontrada en la Punta de la Nao (Cádiz). *Boletín del Museo de Cádiz (BMC)*, 1, pp. 37-41.
- . (1978b). Consideraciones sobre la navegabilidad del Guadalquivir en época romana. *Gades*, 1, pp. 7-20.
- . (1981). El estado y el transporte de las ánforas olearias béticas durante el Alto Imperio Romano. *Gades*, 7, pp. 27-36.
- . (1982a). Las ánforas romanas: proceso de fabricación y acondicionamiento para el uso. *BMC*, 2, pp. 49-58.
- . (1982b). El intervencionismo estatal en los campos de producción y la distribución durante la época de los antoninos. *Memorias de Historia Antigua (MHA)*, 3, pp. 127-137.
- . (1984a). El tráfico en el Guadalquivir y el transporte de las ánforas. *Anales de la Universidad de Cádiz*, 1, pp. 33-44.
- . (1984b). El estado y el comercio aceitero durante el Alto Imperio. *II CAA*, Madri, Universidad Complutense, pp. 163-182.
- CHIC GARCÍA, G. & SAEZ F., P. (1984). La epigrafía de las ánforas olearias béticas como posible fuente para el estudio del colonato en la Bética. *II CAA*, Madri, Universidad Complutense, pp. 193-210.
- CHIC GARCÍA, G., GILES, F. & SAE, A. (1978). Horno cerámico romano del Rancho Perea (San Isidro del Guadalete). *BMC*, 1, pp. 43-49.
- CHISHOLM, M. (1968). *Rural Settlement and Land Use*. Londres, Hutchinson.
- CLAVEL-LÉVÈQUE, M. (1973/4). Structures urbaines et groupes hétérogènes. *Atti V, Cr. S.D.I.R.*, Cisalpino, pp. 7-39.

- . (1974). Les Gaules et les Gaulois: pour une analyse du fonctionnement de la *Géographie* de Strabon. *Dialogues d'Histoire Ancienne (DHA)*, 1, pp. 75-93.
- . (1980). Lettura di Analisi Marxista e società antiche. *Labes*, 26, pp. 390-401.
- CLEZIOU, S., DEMOULLE, J.-P. & SCHNAPP, A. (1973). Renouveau des méthodes et théorie de l'archéologie. *Annales*, 1, pp. 35-51.
- CLEZIOU, S. & DEMOULLE, J.-P. (1980). Enregistrer, gérer, traiter les données archéologiques. In: A. Schnapp (dir.). *L'Archéologie aujourd'hui*. Paris, Hachette, pp. 87-132.
- COLLS, D., ETIENNE, R., LEQUÉMENT, R., LIOU, R. & MAYET, F. (1977). L'épave Port-Vendres II et le commerce de la Bétique à l'époque de Claude. *Archaeonautica*, 1, Paris.
- COURBIN, P. (1982). *Qu'est-ce que L'archéologie, Essai sur la Nature de la Recherche Archéologique*. Paris, Payot.
- DANIEL, G. (1962). *The Idea of Prehistory*. London, Watts.
- DE MARTINO, F. (1979). *Storia Economica di Roma Antica*. Florença, La Nuova Italia.
- DOMERGUE, C. (1972). Rapport entre la zone minière de la Sierra Morena et la plaine agricole du Guadalquivir à l'époque romaine. *Mélanges de la Casa de Velazquez (MVC)*, 8, pp. 614-622.
- DRESSEL, H. (1978). Di un grande deposito di anfore rinvenuto nel nuovo quartiere del Castro Pretorio. *Bullettino Comunale*, 7, 1879, pp. 36-112; 143-196. In: H. Dressel, *Saggi sull'Instrumentum Romano*. Roma, E.U.Coop., pp. 258-387.
- DYSON, L.S. (1979). New methods and models in the study of Roman town-country systems. *The Ancient World*, 2(3), pp. 91-95.
- . (1982). Archaeological survey in the Mediterranean Basin: a review of recent research. *American Anthropologist (AmAn)*, 47, pp. 87-98.
- EKHOLM, K. & FRIEDMAN, J. (1982). Capital imperialism and exploitation in Ancient-World systems. *Review*, 4(1), pp. 87-127.
- ETIENNE, R. (1972). Recherches sur l'ergastule. *Colloques sur L'esclavage*, Besançon, pp. 249-266.

- ETIENNE, R. & ALARCÃO, J. (1975). *Fouilles de Conimbriga. Les Sigillées*. Paris, Boccard.
- ÉVRIER, A. (1980). A propos de la céramique de la Méditerranée occidentale (I-VII siècles après J.C.). In: AA.VV., *Céramiques Hellénistique et Romaine*. Paris, Belles Lettres, pp. 159-199.
- GABBA, E. & PAQUINUCCI, M. (1979). *Strutture Agrarie e Allevamento Transmuntante nell'Italia Romana, secoli III-I a.C.* Pisa, Giardini.
- GALTUNG, J., HEISTAD, T. & RUDENG, E. (1980). On the decline and fall of Empires, the Roman and Western Imperialism compared. *Revi-en*, 4(1), pp. 91-153.
- GARCIA Y BELLIDO, A. (1965). La Italica de Hadriano. *Les Empereurs Romains d'Espagne*. Paris, CNRS, pp. 7-26.
- GARCÍA M., L.A. (1981). Continuidad o discontinuidad de la producción oleícola hispana durante la Antigüedad tardía (sec. V-VIII). *I CAA*, pp. 301-309.
- GONZÁLES, F.J. (1984). Nueva inscripción de un *diffusor olearius* en la Bética. *II CAA*, Madrid, Universidad Complutense, pp. 183-191.
- GOUDINEAU, CH. (1980). La céramique arretine. In: AA.VV., *Céramiques Hellénistiques et Romaines*. Paris, Belles Lettres, pp. 123-130.
- HASSAL, M.W.L. (1972). Roman urbanization in Western Europe. In: P. Ucko et alii, *Man, Settlement and Urbanism (MSU)*. Londres, Duckworth, pp. 855-861.
- HAYES, J.W. (1972). *Late Roman Pottery*. Londres.
- HIGGS, E.S. & VITA-FINZI, C. (1972). Prehistoric economies: a territorial approach. *Papers in Economic Prehistory*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 27-36.
- HODDER, I. (1972). The interpretation of spatial patterns in archaeology: two examples. *Area*, 4(4), pp. 222-229.
- HODDER, I. & MILLET, M. (1980). Romano-British villas and towns: a systematic survey. *World Archaeology (WA)*, 12(1), pp. 69-76.
- IRWIN-WILLIAMS, C. (1977). Actwork model for the analysis of prehistoric trade. In: T.K. Earls, J.E. Ericson (eds.) *Exchange Systems in Prehistory*. Nova Iorque, Academic Press, pp. 141-151.

- JUDGE, W.J. (1971). An interpretative framework for understanding site location. In: G.G. Gumerman. *The Distribution of Prehistoric Populational Aggregates*. Prescott, pp. 38-45.
- LAMARCA, L.A. (1922). *El Comercio de Aceite en España*. Madri, Calpe.
- LAMBOGLIA, N. (1958). Nuove osservazioni sulla "terra sigillata chiara". *Rivista di Studi Liguri (RSL)*, 3(4), pp. 257 e segg.
- LA PENNA, A. (1978). Intervento. In: AA.VV., *Analisi Marxista e Società Antiche*. Roma, Riuniti, pp. 187-200.
- LE GALL, J. (1972). Discussion. *MCV*, 8, p. 645.
- LEQUEMENT, R. & LIOU, B. (1978). Un nouveau document sur le vin de Bétique. *Archaeonautica*, 2, pp. 183-184.
- LINTOTT, A. (1981). What was the 'imperium Romanum'? *Greece and Rome*, 28, pp. 53-67.
- LIU, B. & MARICHAL, R. (1978). Les inscriptions peintes sur amphores de l'anse Siant Gervais à Fos-sur-Mer. *Archaeonautica*, 2, pp. 109-181.
- MANACORDA, D. (1977). Il Kalendarium Vegetianum e le anfore della Betica. *Mélanges de l'École Française de Rome (MEFR)*, 89(1), pp. 313-332.
- MARTIN, R. (1971). *Recherches sur les Agronomes Latins*. Paris, Belles Lettres.
- . (1972). Familia rustica, les esclaves chez les agronomes latins. *Colloque sur L'esclavage*, Besançon, pp. 267-298.
- MARTIN-KILCHER, S. (1984). Les amphores romaines à huile de Bétique (Dressel 20 et 23) d'Augst et Kaiseraugst: un rapport préliminaire. *II CAA*, Madri, Universidad Complutense, pp. 337-341.
- MAYET, F. (1980). Les sigillées hispaniques: état de la question. In: AA.VV., *Céramiques Hellenistiques et Romaines*, Paris, pp. 281-300.
- MENESES, U.B.T. (1983a). La new Archaeology: l'Archeologia come scienza sociale. *Dialoghi di Archeologia*, IIIs. 1(1), pp. 11-19.
- . (1983b). Resenha crítica: Courbin, Qu'est-ce que l'archéologie. *Revista de História*, 114, pp. 167-172.
- . (1983c). Arqueologia industrial: avaliação e perspectivas. *In Memoriam do Professor Eurípedes Simões de Paula*, São Paulo, FFLCH, pp. 221-230.

- MEZQUERIZ DE CATALÁN, M. (1961). *La Cerámica Hispánica*. Valencia.
- MOREL, J.-P. (1980). La céramique campanienne: acquis et problèmes. In: AA.VV. *Céramiques Hellenistiques et Romaines*, Paris, pp. 85-122.
- . (1982). La céramique comme indice du commerce antique (réalités et interprétations). *8th International Economic History Congress*, Budapest, Akademiai Kiado, pp. 71-79.
- MÜLLER, J.W. (1975). Archaeological research as cluster sampling. In: J.W. Müller (ed.) *Sampling in Archaeology*, pp. 33-41.
- PADGUJ, R.S. (1976). Problems in the theory of slavery and slave society. *Science and Society*, 50(1), pp. 3-27.
- PANCIERA, S. (1980). Oleari. *Memoirs of the American Academy at Rome (MAAR)*, 36, pp. 235-259.
- PANELLA, C. (1972). Annotazioni in margine alle stratigrafie delle terme ostiensi del Nuotatore. *Recherches sur les Amphores Romaines*, Paris, EFR, pp. 68-106.
- . (1984). I contenitori oleari presenti ad Ostia in età antonina: analisi tipologica, epigrafia quantitativa. *II CAA*, Madri, Universidad Complutense, pp. 225-261.
- PAYNTER, R. (1982). *Models of Spatial Inequality. Settlement Patterns in Historical Archaeology*. Nova Iorque, Academic Press.
- PERCIVAL, J. (1976). *The Roman Villa*. Londres, Batsford.
- PIGGOTT, S. (1960). *Approach to Archaeology*. Londres, Adams and Charles Black.
- PONSICH, M. (1972). Prospections archéologiques dans la vallée du Bas Guadalquivir. *MCV*, 8, pp. 603-610.
- . (1974). *Implantation Rurale Antique sur le Bas Guadalquivir*. Paris, Boccard.
- . (1979). *Implantation Rurale Antique sur le Bas Guadalquivir*. Paris, Boccard.
- . (1981). Nouvelles perspectives sur l'olivier du Bas Guadalquivir dans l'antiquité. *I CAA*, Madri, Universidad Complutense, pp. 47-56.
- . (1984). Le facteur géographique dans les moyens de transport de l'huile de Bétique. *I CAA*, Madri Universidad Complutense, pp. 101-113.

- READ, D. (1975). Regional sampling. In: J. Müller (ed.) *Sampling in Archaeology*. Tucson, University of Arizona, pp. 45-60.
- REDMAN, C.L. (1974). *Archaeological Sampling Strategies, Addison Wesley Module in Anthropology*, 15.
- . (1975). Productive sampling strategies for archaeological sites. In: J. Müller (ed.) *Sampling in Archaeology*. Tucson, University of Arizona, pp. 147-154.
- REMESAL, J. (1977/8). La economía oleícola bética. *Archivo Español de Arqueología (AEA)*, 50-51, pp. 87-142.
- . (1981). Reflejos económicos y sociales en la producción de ánforas olearias béticas (Dressel 20). *I CAA*, Madri, Universidad Complutense, pp. 131-153.
- . (1982). Die ölwirtschaft in der Provinz Baetica: neue Formen der Analyse. *Saalburg Jahrbuch*, 38, pp. 30-71.
- . (1984). Transformaciones en la exportación del aceite bético a mediados del siglo III d.C. *II CAA*, Madri, Universidad Complutense, pp. 115-129.
- RODRÍGUEZ-ALMEIDA, E. (1972). Novedades de epigrafía anforaria del Monte Testaccio. *Recherches sur les Amphores Romaines*, Roma, EFR, pp. 107-211.
- . (1984). El emporio fluvial y el Testaccio: onomástica extra-anforica y otros problemas. *II CAA*, Madri, Universidad Complutense, pp. 133-161.
- ROLDAN HERVAS, J.M. (1978). La crisis republicana en la Hispania Ulterior. *Actas del Primer Congreso de Historia de Andalucía*, Córdoba, Casa de Ahorros, pp. 109-130.
- ROSTOVZEV, M. (1933). *Storia Sociale ed Economica dell'Impero Romano*. Florença.
- SALLADE, J.K. & BRAUN, D.P. (1982). Spatial organization of Peasant Agricultural subsistence territories: distance factors and crop location. In: E. Tooker, W.C. Steitvand (eds.) *Ethnography by Archaeologists, Proceedings of the American Ethnological Society*, Washington.
- SCHALLMAYER, E. (1982). Wegmarken des antiken Welthandels. *Denkmalpflege in Baden-Württemberg*, 11, pp. 116-123.

- . (1984). Römische Okkupationslinien in Obergermanien und Raetien. Zur chronologischen Typologie der Amphoren. *II CAA*, Madrid, Universidad Complutense, pp. 281-336.
- SCHTAJERMAN, E.M. (1964). *Die Krise der Sklavenhalterordnung im Westen des römischen Reiches*. Berlin, Akademie Verlag.
- SMITH, M.A. (1955). The limitation of inference in Archaeology. *Archaeological Newsletter*, 6, pp. 3-7.
- SPAULDING, A. (1968). Explanation in Archaeology. In: L. Binford, *New Perspectives in Archaeology*. Chicago, Aldine, pp. 33-39.
- TCHERNIA, A. (1964). Amphores et marques d'amphores de Bétique à Pompéi et à Stabie. *MEFR*, pp. 420-449.
- . (1967). Les amphores romaines et l'histoire économique. *Journal des Savants*, pp. 216-234.
- TOUVENOT, R. (1973). *Essai sur la Province Romaine de Bétique*. Paris, Boccard.
- WHITTAKER, C.R. (1982). Trade and Frontier. *8th International Economic History Congress*, Budapest, Akademiai Kiado, pp. 88-96.
- WILL, E.L. (1983). Diversification in Roman industry: some ceramic evidence. *American Journal of Archaeology*, 269.
- . (1984). Exportation of olive oil from Baetica to the Eastern Mediterranean. *II CAA*, Madrid, Universidad Complutense, pp. 391-440.

Parte III

Capítulo III

Inscrições Pintadas e Grafites Latinos em Ânforas de Tipo Dressel 20

Introdução

As inscrições das ânforas de tipo Dressel 20 foram muito estudadas, nas últimas três décadas, e a bibliografia sobre os selos e as inscrições pintadas, agora, é volumosíssima. Na Grã-Bretanha, contudo, os estudiosos das ânforas têm prestado especial atenção às análises tipológicas e petrológicas, tendo ficado a epigrafia das Dressel 20 um tanto negligenciada. No imediato pós-guerra, o professor Eric Birley propôs a seu estudante de pós-graduação, Maurice Callender, que coletasse e publicasse todos os selos de ânforas romanas e a publicação de *Roman amphorae, with a catalogue of stamps*, em 1965, marcou o início dos modernos estudos anfóricos. O livro de Callender continua a ser um guia básico de referência aos selos anfóricos e suas limitações são atribuíveis ao fato de ter sido escrito no final da década de 1940, quando ainda não havia iniciado a anforologia moderna.

As ânforas Dressel 20 são o mais comum artefato romano encontrado na Grã-Bretanha e os museus, por todo o país, armazenam numerosíssimos fragmentos de Dressel 20. Como William Andrew MacDonald (1991, p. 831) observou, “nos países clássicos..., as instalações para depósito de material arqueológico estão, literalmente, explodindo, com material relativamente bem escavado e cuidadosamente conservado – uma parte nunca tendo sido publicada ou mesmo estudada com a devida atenção”. O primeiro objetivo

deste trabalho consiste, portanto, em preencher esta lacuna em relação ao material epigráfico Dressel 20 encontrado na Grã-Bretanha e estudado, pessoalmente, pelo autor. A publicação de inscrições pintadas, grafites e selos é, assim, uma finalidade maior, permitindo que os estudiosos tenham um acesso fácil a um grande *corpus* documental.

Inicia-se com uma brevíssima introdução ao estudo da epigrafia das Dressel 20, centrando-se nas tendências recentes quanto à interpretação das inscrições. Segue-se a publicação e o comentário detalhado das inscrições pintadas e dos grafites. Os comentários históricos e paleográficos a cada inscrição buscam tornar a compreensão dessas complexas epígrafes menos obscura e mais útil para os estudiosos de áreas afins.

I - O estudo das ânforas Dressel 20: uma breve introdução

Introdução

Os estudos anfóricos desenvolveram-se muito rapidamente, nos últimos vinte e cinco anos. Na Grã-Bretanha, houve uma precoce preocupação com este campo, graças à intuição do professor Eric Birley que, como orientador, levou Maurice H. Callender a escrever sua tese de doutoramento sobre os selos anfóricos, já em 1950. Callender compilou um catálogo *exaustivo* de selos encontrados na Europa ocidental. A publicação do seu livro, em meados da década de 1960, iria propiciar o renascimento dos estudos anfóricos (Zevi, 1965) e deve-se ressaltar que a receita de Callender (1965, V) para o avanço da anforologia mostrou-se, com o passar do tempo, sábia e premonitória: *if research on amphorae is to proceed much further, it is to undertake scientific excavations in south Spain and on the Monte Testaccio. Another profitable line of research may lie in the field of epigraphy.* Graças a José Remesal e Emilio Rodríguez-Almeida, nosso conhecimento desses temas tornou-se muito mais aprofundado, nos últimos vinte e poucos anos e muitos outros estudiosos têm estudado as ânforas.

Dezenas de especialistas têm estudado as ânforas gregas e romanas, o que resultou na publicação de volumes coletivos, monografias, artigos e teses universitárias apresentadas em diversos países.

Os estudos anfóricos britânicos têm-se desenvolvido rapidamente no campo das análises tipológicas e petrológicas. Vinte anos após a publicação do livro de Callender, David Peacock e David Williams publicaram seu importante *Amphorae and the Roman Economy, an Introductory Guide*, “para o estudioso ou arqueólogo praticante que não é um especialista neste campo” (Peacock & William, 1986, XVI). Os trabalhos de outros estudiosos britânicos, como Simon Keay, Anthony Parker, Peter R. Sealey e Andrew Fitzpatrick, entre outros, estabeleceram, definitivamente, este campo de pesquisa no interior dos estudos clássicos. Os arqueólogos britânicos que trabalham com sítios e material do período romano encontram, freqüentemente, fragmentos anfóricos entre os principais achados cerâmicos com os quais têm que lidar. Os dados epigráficos são, muitas vezes, os mais difíceis de estudar, na medida em que inscrições pintadas, selos e grafites anfóricos diferem, grandemente, da epigrafia e da paleografia latina usual. Isto se deve ao fato que sua leitura depende não apenas de um conhecimento paleográfico específico mas, também, de um domínio aprofundado dos estudos sobre a área produtora das ânforas. Isto significa que os especialistas em ânforas voltam-se, normalmente, para tipos anfóricos específicos. As ânforas oleárias béticas de tipo Dressel 20 são um bom exemplo, sendo, a um só tempo, o tipo anfórico mais comumente encontrado no ocidente, aquele com a epigrafia mais complexa e, finalmente, o mais estudado e conhecido.

O desenvolvimento dos estudos das ânforas Dressel 20: a epigrafia das Dressel 20 segundo o próprio Dressel

Quando o jovem Heinrich Dressel foi encarregado, por Theodor Mommsen e a Academia de Ciências de Berlim (Blech, 1981, p. 16), de

coletar e estudar as inscrições latinas no *instrumentum domesticum*, um campo acadêmico completamente novo estava se iniciando: os estudos anfóricos ou “anforologia”. Dressel tratou do Monte Testaccio, uma colina artificial com cerca de cinquenta metros de altura, no sudoeste de Roma, nas antigas áreas portuárias e de armazéns (Figuras 1, 2, 3). Este monte é o resultado da quebra, por mais de duzentos anos (de Augusto a Galieno),



Fig. 1 – Testaccio – foto de P.P.A. Funari.



Fig. 2 – Testaccio – foto de P.P.A. Funari.



Figura 3 – Testaccio – vista a sudeste – foto de P.P.A. Funari.



Fig. 4 – Testaccio – foto de P.P.A. Funari.

de milhões de ânforas. Estes recipientes eram usados, basicamente, para o transporte de produtos líquidos, como vinho (Catão, RR, 105, 2), azeite (Catão, RR, 10, 2), vinagre (Marcial, *Epig.* 13, 122, 1), molho de peixe (Marcial, *Epig.* 13, 103), olivas em conserva (Columela, RR, 12, 46, 6), uvas (Columela, RR, 12, 16, 3) e diferentes molhos (como *liquamen*, CIL IV, 2, 4713; *lacatum*, CIL IV, 2, 4733; *halex*, CIL XV, 2, 4731) (Funari, 1987, p. 56). As ânforas eram, normalmente, grandes vasos

usados para transportar, a longa distância, esses produtos (Funari, 1985). O Monte Testaccio compõe-se, principalmente, de ânforas de tipo Dressel 20 (Figuras 4 e 5). Dressel estabeleceu uma tábua de diferentes tipos anfóricos, distinguíveis por sua forma, e o número vinte foi atribuído a ânforas esféricas (Figuras 6 e 7). Dressel foi o primeiro a propor o estudo, a um só tempo, dos vasos e suas inscrições. Graças aos dados epigráficos, foi possível distinguir tipos anfóricos de diferentes regiões produtoras e com diferentes datas.

A mais importante contribuição de Dressel para o estabelecimento do estudo científico das ânforas relaciona-se com sua análise de três grupos epigráficos das ânforas Dressel 20: selos, inscrições pintadas e grafites. Suas observações merecem ser citadas e traduzidas do latim ao vernáculo: (Figura 8).

Selos (CIL XV, 2, 1, p. 492; Figura 9): “os selos aparecem nas alças e corpos e, freqüentemente, é difícil lê-las corretamente, pois o início e o final estão, muitas vezes, apenas levemente impressos. As letras são, algumas



Fig. 5 – Testaccio – foto de P.P.A. Funari.

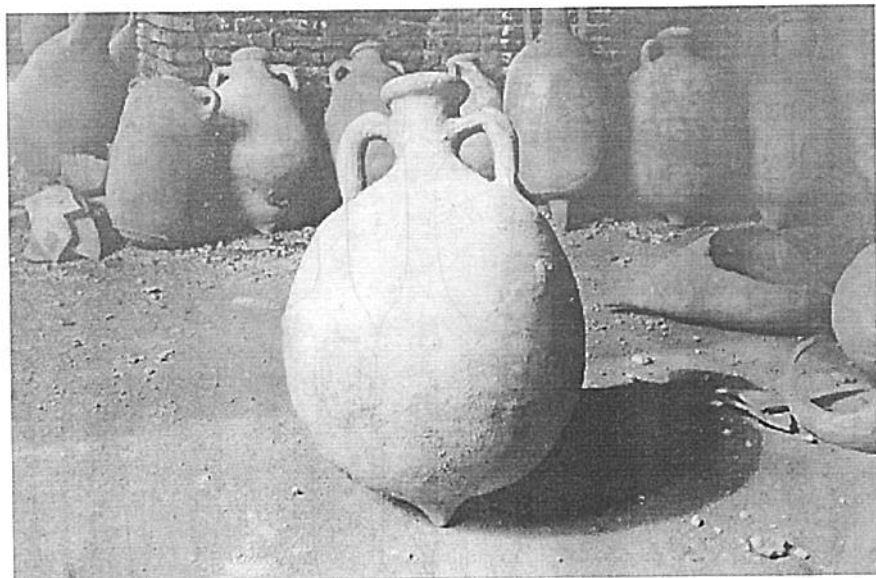


Figura 6 – Ânfora de c. 65 cm de altura, com selo Sarivini (Mercado de Trajano, Roma) – foto de P.P.A. Funari..

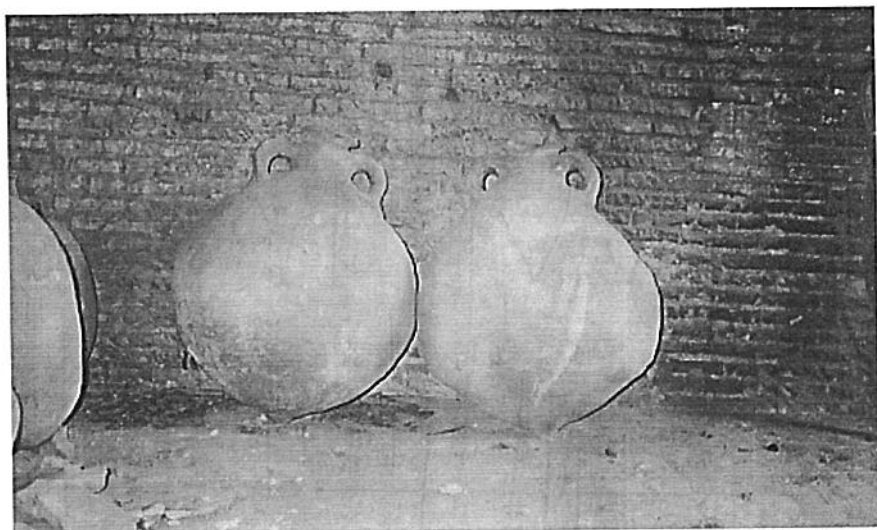


Figura 7 – Duas ânforas, à direita com selo CPP, nas duas alças, c. 83cm ambas (Mercados de Trajano, Roma)– foto de P.P.A. Funari.

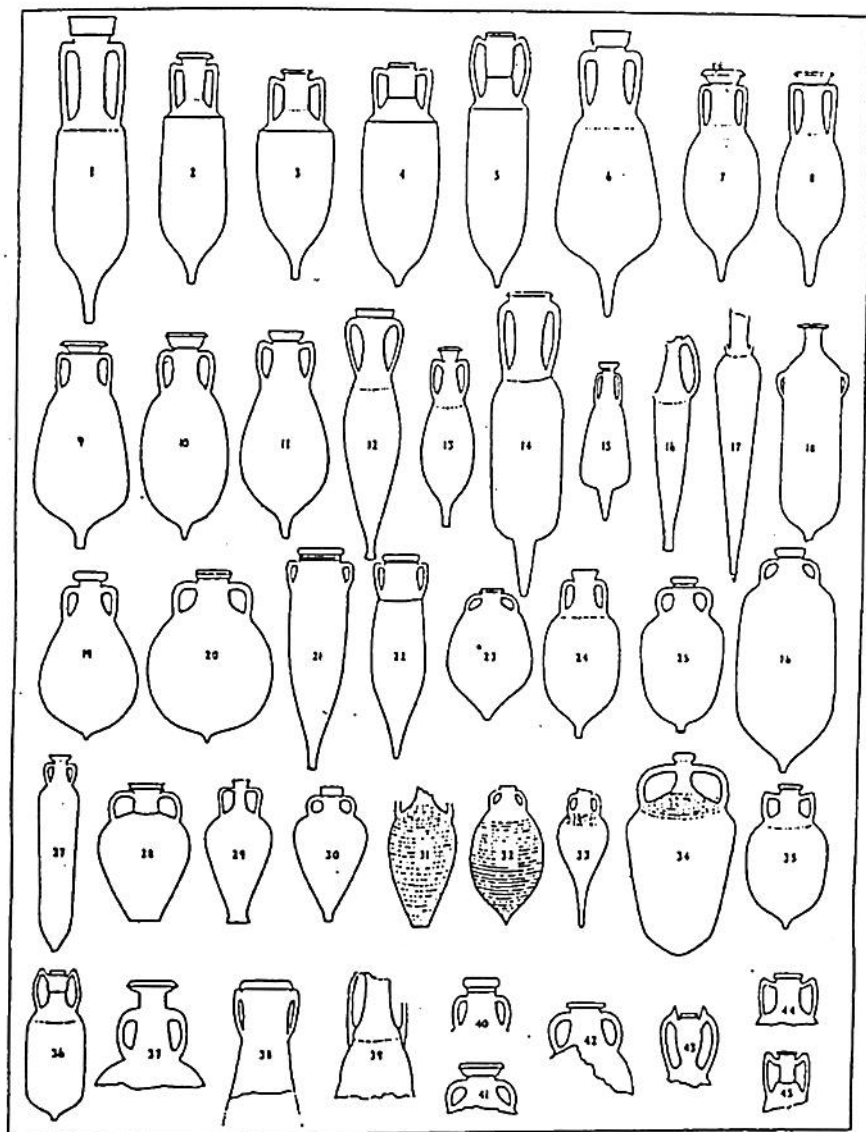


Figura 8: Ânforas – classificação tipológica de Dressel.

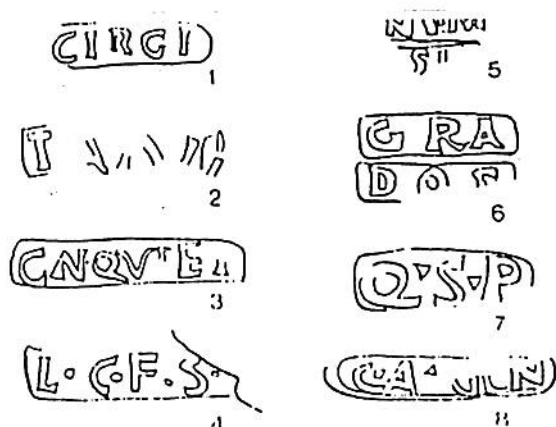


Figura 9 – Selos em ânforas Dressel 20.

vezes, bonitas, outras feias, muitas mais, bárbaras. Os pontos são de forma triangular, circular ou de forma indefinida, não raramente acima ou embaixo da letra. Muitos pontos são meramente ornamentais, ainda que haja divisões silábicas separadas por pontos. Os nomes de oleiros pouco aparecem; a maioria apresenta três letras (os três nomes romanos); às vezes, reconhecem-se nomes de escravos, olaria ou lugares⁷.

Inscrições pintadas (CIL XV, 2, 1, pp. 560-565; Figura 10): “inscrições pintadas, quase sempre com tinta preta, aparecem sempre em quatro lugares: *alpha*, no colo, apresenta um número escrito com um estilo específico; *beta*, na parte superior da pança, apresenta um nome no genitivo, escrito em capitais cursivas (a partir do terceiro século, é comum a fórmula *fisci rationis prouvinciae Baeticae uel Tarraconensis*); *gamma*, na pança, apresenta um número escrito no mesmo estilo de *alpha*; *delta*, na alça direita, está escrito obliquamente, com letras cursivas, referindo-se a diferentes nomes, cifras e cônsules. Os números em *alpha* vão de 75 e meio a 108 e meio, *gamma* de 178 a 119 e meio. Ânforas provenientes da *fossa aggeris* (i.e. datadas de antes de 50 d.C.) apresentam *alpha* entre 43 e 91 e meio e *gamma* entre 121 e 197 e meio. *Gamma* refere-se ao peso do que está no interior do vaso (i.e. azeite), já que a inscrição *delta* apresenta o mesmo número

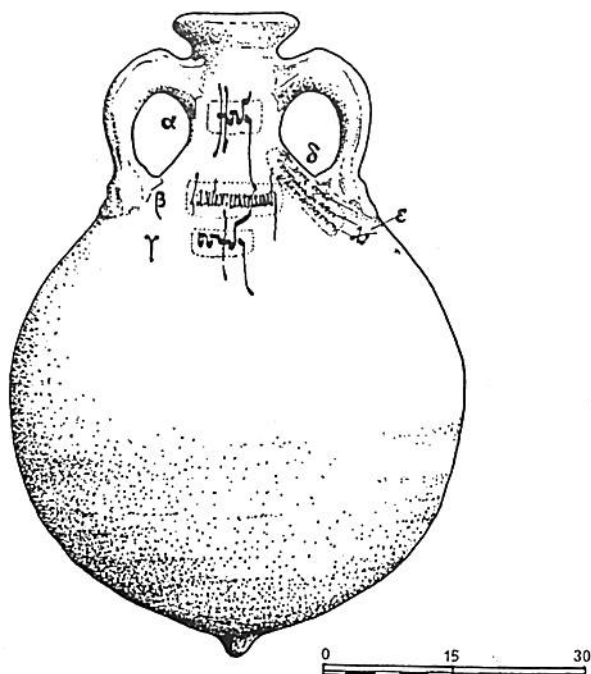


Figura 10 – Inscrições pintadas e sua disposição nas Dressel 20, Rodríguez-Almeida, 1984.

seguido de *p(ondo)* ou “eu peso”. *Beta* não representa o dono do vaso; poderia referir-se ao comerciante, mas preferiria supor que se refere ao dono do que está no vaso. Às vezes dois, três ou mais nomes estão escritos, e em seis ou sete ocasiões aparecerem nomes de mulheres. *Delta*, escrito em cursivas, apresenta as seguintes características:

- R
- nome de cidade
- diferentes números
- palavras com terminações *-num* ou *-e(n)se*
- nome masculino ou feminino no genitivo
- nome servil no nominativo
- cônsules
- palavras abreviadas, de difícil interpretação.

Esses dados não aparecem em todas as inscrições e, embora sigam, em geral, uma ordem específica, aparecem, com frequência, em diferentes lugares. As inscrições provenientes da *fossa aggeris* (i.e. datadas de antes de 50 d.C.) apresentam apenas um nome masculino ou feminino no genitivo, seguido por uma letra *a*, um número e um nome servil abreviado (Figura 11 e 12). A letra *a*, segundo o primeiro exemplo, deve ser interpretada como *arca*. Inscrições posteriores são mais complexas: R é um *r* cursivo com um traço no meio, talvez a ser interpretado como *r(eceptum)*,

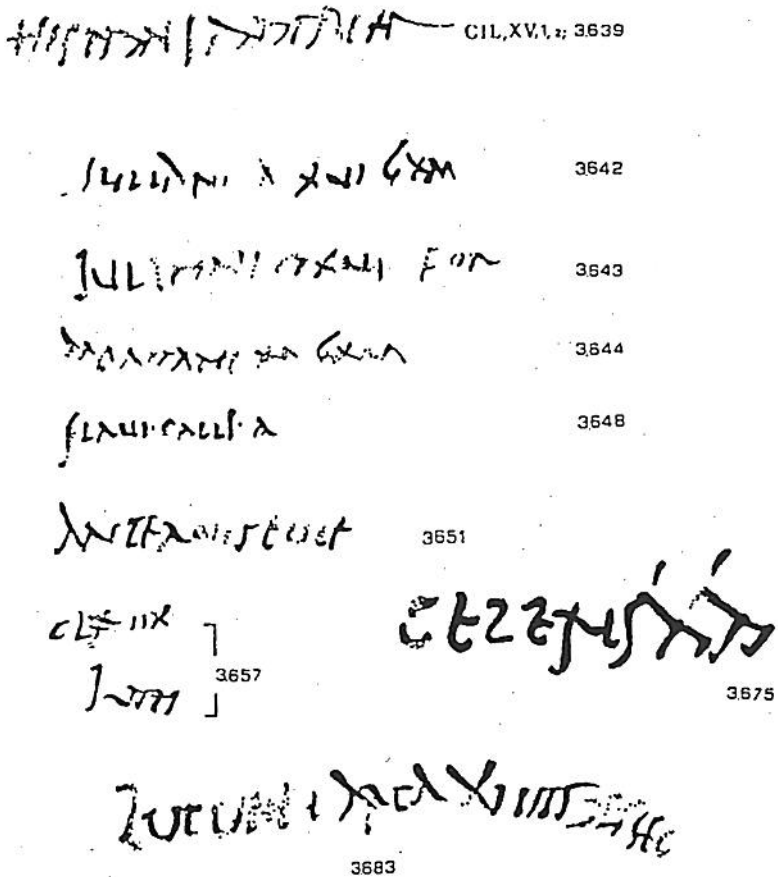


Figura 11 – Tituli Delta.

“recebido”, ou *recognitum*), “reconhecido” (Figura 13). As cidades citadas nessas inscrições são: Astigi (Écija), Corduba, Hispalis (Sevilha), Malaca, Portus, todas na Espanha, na província da Bética, as quatro primeiras sendo capitais de *conuentus*. Palavras com terminações em *-um* e *-ense (ese)*, derivam de nomes latinos (como *Aelianum*, *Attianum*, *Cornelianum*, *Fulvianum*, *Marcianum*, *Messianum*, *Sextilianum*, *Maxssimianum*, *Paternum*, *Paternese*, *Sabinianum*, *Severianum*). Poderia referir-se a “azeite da fazenda de Fulviano” e assim por diante. Entre 145 e 180 d.C., a palavra *act* é usada com frequência; talvez signifique *accepit (ille)*, “ele recebeu”. Depois, ou seja, desde os Severos, encontramos *act (us)*, seguido de um nome servil no genitivo. Estes *fisci uel patrimonii actores*, “funcionários do fisco ou do patrimônio”, são mencionados como *tabularii* (CIL XV, 2, 1, 4112). No terceiro século, há referências ao *ponderator: p(onderauit ille)* ou *p(onderante illo)*. Em CIL IV, 2, 1, 4117 (227 d.C.), no lugar de *actus illius* há *(c)omparante te; comparare* não parece significar “comprar”, mas “receber”, e, neste caso, *comparante illo* significaria “controlou o que devia controlar”.

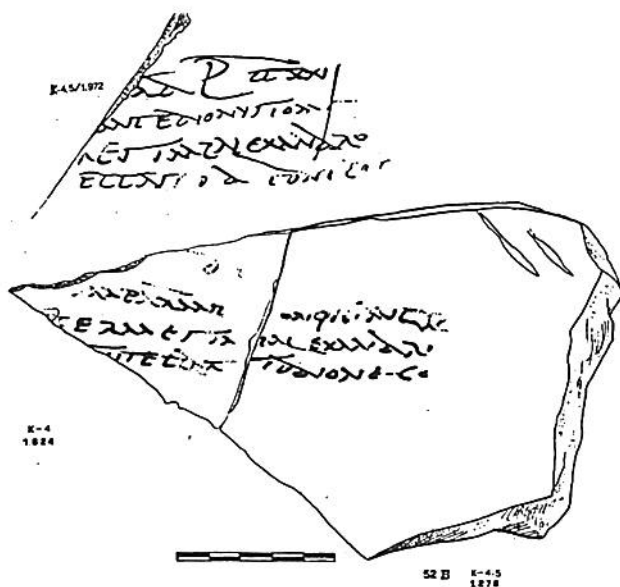



Figura 12 – Tituli Delta, Apógrafos de E. Rodríguez-Almeida.

1
C-7.8/2126

דוד י דודים
 רחוקה דודים
 רחוקה דודים



B-7
1.571

2

רחוקה דודים
 רחוקה דודים
 רחוקה דודים

C-3/1998

3

רחוקה דודים
 רחוקה דודים
 רחוקה דודים
 רחוקה דודים
 רחוקה דודים

Figura 13 – Tituli Delta – Apógrafos de E. Rodríguez-Almeida.

Quase todas as inscrições tardias apresentam a palavra *arca* na primeira linha, entre o nome da cidade e a cifra que se refere ao peso do azeite. A referência a *arcae* deve ser entendida como relacionada à administração do patrimônio (*patrimonii administrationem*). Os nomes servis no nominativo referem-se aos *acceptores*, “recebedores”, ou *ponderatores*, “funcionários que pesam”. Nomes no genitivo são difíceis de explicar; poderiam referir-se a *actores* ou *procuratores*, “capatazes”, das propriedades imperiais (*praedia fiscalia domus Augustae*), segundo CIL XV, 2, 1, 4447: *rcxc...i/(p)roculi fundi si...lensis/fortunatus...siannus*.

Raramente há nomes de olarias nestas inscrições pintadas (i.e. *delta*). Os nomes dos cônsules são freqüentemente escritos, ao menos entre 144 e 251 d.C. Está claro, portanto, que essas inscrições cursivas não se referem a negócios privados, mas à administração pública”.

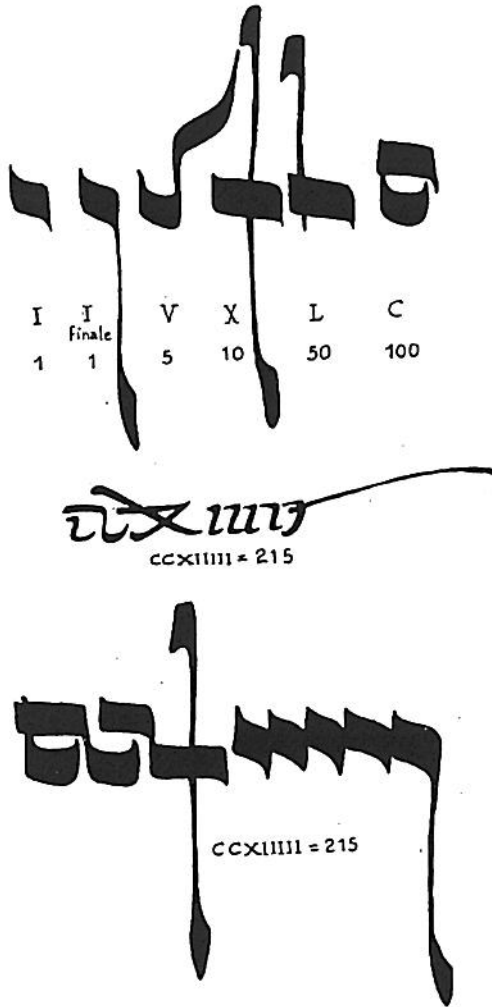
Grafites (CIL XV, 2, 1, p. 556): “os grafites eram escritos tanto antes quanto depois da cocção, os primeiros referindo-se à olaria ou ao oleiro, enquanto os segundos são referentes aos donos das ânforas. As notas dos oleiros são letras isoladas ou outros sinais relativos à produção anfórica”.

Estudos modernos

Os estudos recentes construíram sua análise a partir das bases estabelecidas por Dressel. As principais propostas interpretativas, a respeito das inscrições, podem ser resumidas nos seguintes pontos:

Selos (Remesal, 1986, pp. 18-20): as ânforas Dressel 20 eram seladas antes da cocção na alça (*in ansa*), na parte inferior da alça (*in radice ansae*), na pança (*in uentre*), raramente no lábio (*in labro*) ou na base (*in pedé*). Normalmente são escritos *litteris stantibus*, “com as letras que sobressaem”, às vezes *litteris canis*, “com as letras que se aprofundam”: a leitura é, na grande maioria dos casos, da esquerda para a direita. Os *tria*

nomina que aparecem nos selos poderiam referir-se aos donos de olarias (Colls, *et alii* 1977, p. 27) mas, com mais probabilidade, aos proprietários do azeite (Remesal, 1986, p. 20).



Inscrições pintadas: *tituli alpha* e *gamma* referem-se, respectivamente, ao peso do vaso e do azeite, em libras romanas, e são escritos com letras capitais de tipo “espanhol” (Rodríguez-Almeida, 1984, pp. 178, 185-6). Como consequência do estilo das letras, nessas cifras, aquilo que Dressel interpretava como *s(emis)*, “meia libra”, no final das inscrições, passou a ser interpretado como um *i* final, “uma libra romana” (Figura 14). Rodríguez-Almeida (1984, pp. 187-205, cf. Funari 1987) estudou os *tituli gamma* e propôs a existência de um padrão de 216 libras romanas, para o peso do azeite (Tabelas 1 a 6). A mais antiga referência

Figura 14 – Exemplos didáticos do uso de números, em *Tituli Alpha* e *Gamma*, segundo E. Rodríguez-Almeida.

a cõnsules parece ser uma inscrição datável em 71 d.C. (Rodríguez-Almeida, 1984, p. 209):

ccxiii

domitia(n) caes et p casco <cos>

F? incun<dus>

TABELA 1

LIBRAE	SEXTARIA	HEMINAE	CONGII	MODII	QUADRANTALIA
327 g (*)	540 ml	270 ml	3,28 l	8,75 l	26,26 l
72	48	96	8	3	1
144	96	192	16	6	2
168	112	224	18,6	7	2,3
192	128	256	21,3	8	2,6
216 (**)	144	288	24	9	3
240 (**)	160	324	26,6	10	3,3
288	192	384	32	12	4

(*) Segundo o cálculo dos escritores metrológicos antigos 1 sextário de azeite equivalia a 1,5 libra.

(**) Valores-padrão propostos por Rodríguez-Almeida (1981).

TABELA 2

CIL. XV	α	γ	γ/α
3702	87	205	2.3
3705	86	191	2.2
3706	82	216	2.6
3715a	82	201	2.4
3715b	84	216	2.5
3718	80	194	2.7
3724	77	214	2.7
3725	87	216	2.4
3729a	88	216	2.4
3732	92	192	2.0
3734b	70-79?	197	2.6?
3735	81	203	2.5
3744a	81	200-209	2.4
3744b	91	216	2.3
3744c	94	—	—
3797	97	216	2.2
3806	87	216	2.4
3810	96	216	2.2
3836a	93	—	—
3836b	84	216	2.5
3836c	81/84	—	—
3861a	83	195/199	2.3
3861b	82/84	—	—
3934	77	212	2.7
3938a	84	—	—
3938b	87	209	2.4
3938c	88	—	—
3960	78	216	2.7
3967	86	—	—
3974	81	216	2.6
3981	81	199	2.4
3986	88	188	2.0
3990	93	211/216	2.2/2.3
4020a	85	—	—
4020b	85	—	—
4020c	88	—	—
4020g	93	—	—
4020h	95-99	216	2.2
4034b	87	—	—
4035a	81	—	—
4035b	87/89	—	—
4035c	85-89	—	—
4037	89	216	2.4
4039a	83	—	—
4071	79	205	2.5
4201	86	199	2.3
4207	88	196	2.2
4209	97	216	2.2
4219	97	214	2.2
4257	88	199	2.2
4429	75	200-211	2.6-2.3

TABELA 3
SUBTIPOS DRESSEL 20 DO ANO 149 D.C.

RELAÇÃO	(1)	[2]	[3]	[4]	(5)	(6)	[7]	[8]
α :	85	99	—	—	93	86	80/89	—
γ :	206/210	200/209	—	—	211,5	196	—	—
altura	73,5	80	74,3	64	78	—	—	—
diâm. pança	57	57,5	55,1	44,5	55	—	—	—
diâm. colo	13,5	11,5	10,6	11	9,1	—	7,8	9,8
altura pança	41,7	31,9	32,9	30	31,7	—	24,4	24,3
larg. sup. pança	14	17,2	18,7	20	17,4	—	9,5	14
γ / α :	2,44	2,02	—	—	2,27	2,27	—	—
altura/pança	1,23	1,4	1,34	1,43	1,41	—	—	—
alt. pança/larg.	1,09	1,02	0,98	1,03	1,10	—	—	—
larg./pança/alças	1,49	1,84	1,67	1,48	1,73	—	—	—
larg. pança/colo	4,6	5,1	5,1	4,0	6,0	—	—	—
larg. supef. pança/colo	3,0	2,7	3,1	2,7	3,4	—	—	—
subtipos metrológicos	B	A	D?	G(*)	A	E	F	F?

() Pança esférica e colo curto.

[] Pança esférica, colo longo e alças paralelas ao eixo.

(*) Não atestado nas inscrições.

TABELA 4

γ	α	DENOMINAÇÃO	SUBTIPO
Ca 216	Ca 95	A	2e5
	Ca 86	B	1
	Ca 78	C	— (*)

(*) Não atestado nos exemplares.

γ	α	DENOMINAÇÃO	SUBTIPO
Ca 192	Ca 92	D	3?
	Ca 83	E	6
Ca 168	Ca 83	F (**)	7e8?

(**) Trata-se, aqui, de um possível patamar, não atestado epigraficamente em γ mas provável pela tabela metroológica apresentada anteriormente e pelos subtipos 7 e 8.

CRONOLOGIA	LÁBIO	COLO	ALÇAS
Flávios início séc. II	ângulo vivo a — lenticular b — triangular	relativamente alongado	—
Após 150 d.C.	Êquino invertido	Curto	Não remontam

(Tchernia, 1967:224)

Lábio	ângulo vivo	triângulo inclinado
Colo	alongado	curto
Alças	não remontantes	—
Cronologia	150 d.C.	pós 150 d.C.

(Guenoche, Tchernia, 1977:248)

TABELA 5

<i>Títuli</i>	γ	acima de 204 (12 inscrições)
A	α	acima de 90 (4 inscrições) Médias: $\alpha = 95,7$ $\gamma = 215$ $\gamma/\alpha = 2,25$ $\gamma+\alpha = 310,7$
B	α	entre 83 e 89 (5 inscrições) Médias: $\alpha = 86,8$ $\gamma = 213,8$ $\gamma/\alpha = 2,46$ $\gamma+\alpha = 300,6$
C	α	até 82 (4 inscrições) Médias: $\alpha = 78,5$ $\gamma = 214,5$ $\gamma/\alpha = 2,73$ $\gamma+\alpha = 293$
<i>Títuli</i>		Abaixo de 204 (6 inscrições)
D	α	acima de 90 (1 inscrição) Médias: $\alpha = 92$ $\gamma = 192$ $\gamma/\alpha = 2,0$ $\gamma+\alpha = 284$
E	α	abaixo de 90 (5 inscrições) Médias: $\alpha = 83,2$ $\gamma = 197,2$ $\gamma/\alpha = 2,3$ $\gamma+\alpha = 280,4$
		Médias de α α Abaixo de 90 (13 inscrições) = 83,07 α Acima de 90 (5 inscrições) = 95

TABELA 6

NAUFRÁGIO SAINT-GERVAIS 3

(ca. 149 d.C.)

	α	γ	γ/α
1	85	196	2.30
2	90	198	2.2
3	86	195	2.26
4	91	216	2.37
5	85	203	2.38
6	—	193	—
7	96	196	2.04
8	91	214	2.35
9	92	183	1.98
10	95	208	2.18

(3) A não correspondência entre o peso real e aquele atestado nas inscrições não altera o fato que, segundo o controle romano, constata-se os patamares citados.

A	α acima de 90 (3 inscrições) Médias	$\alpha = 92,3$ $\gamma = 212,6$ $\gamma/\alpha = 2,3$ $\gamma + \alpha = 304,9$
D	α acima de 90 (2 inscrições) Médias:	$\alpha = 94$ $\gamma = 189,5$ $\gamma/\alpha = 2,01$ $\gamma + \alpha = 283,5$
E	α abaixo de 90 (4 inscrições) Médias:	$\alpha = 86,5$ $\gamma = 198$ $\gamma/\alpha = 2,28$ $\gamma + \alpha = 284,5$
	Médias de α	α Abaixo de 90 (4 inscrições) = 86,5 α acima de 90 (5 inscrições) = 93

Tituli beta apresentam *societates* de diferentes famílias já no final do primeiro século (Funari, 1991, pp. 70-71; Figura 15). A referência à *arca* é encontrada já em época cláudia, como *a*, passando pelo fim do século (*aaaa* = Funari, 1991), pelo segundo século, como *aa* ou *aaa*, até o terceiro século, como *arca*). Rodríguez-Almeida (1984, pp. 235-236) propôs que a abreviatura *r* deveria ser lida como uma *recensio*, “controle”.

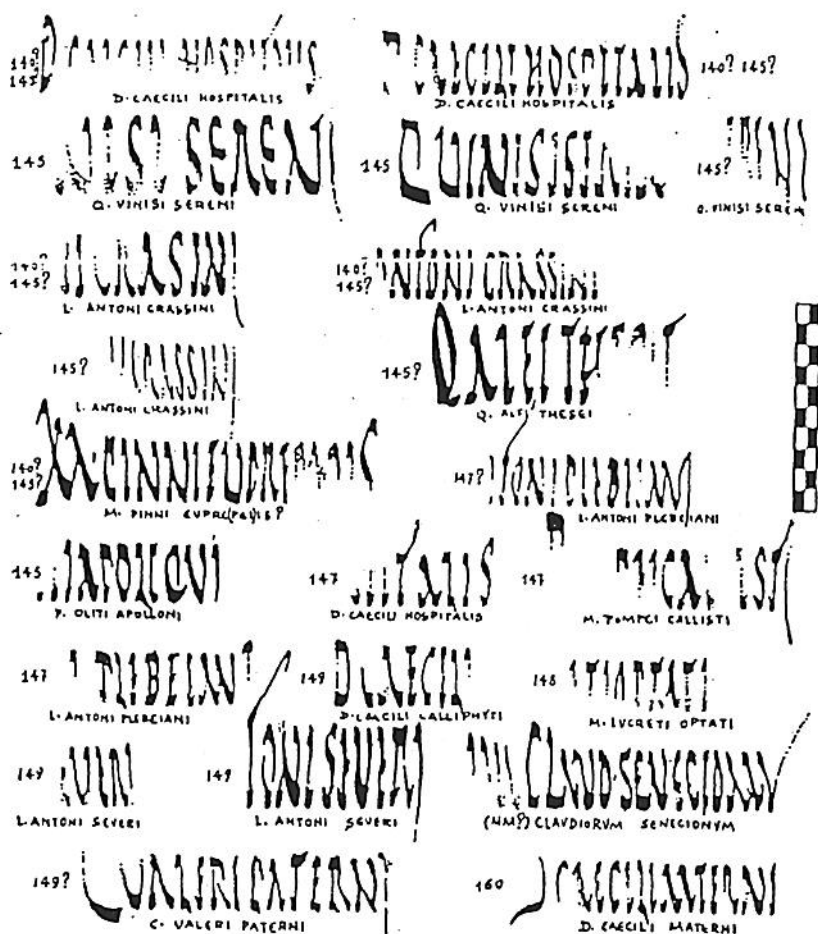


Figura 15 – Tituli Beta, apógrafos e leitura de E. Rodríguez-Almeida.

Grafites: Rodríguez-Almeida (1984, p. 254) propôs que se distinguíssem três tipos de grafites (Figuras 16 a 20):

1. Nomes e comentários: nomes estão, muitas vezes, no genitivo (*Quinti, Fortunati*), provavelmente referentes ao *offinator*. Datas também são comuns;

2. Letras e abreviaturas;

3. Números: parecem ser tardios, do terceiro século.

Às vezes, expressões inesperadas são encontradas (Funari, 1991, p. 69).

<u>ORC</u>	<u>NRC</u>	<u>ORC</u>	<u>NRC</u>
λ	u	Μ	Μ
α	b	N	η
ε	c	o	o
δ	d	Γ	P
f	e	γ	q
F	K	ρ	r
G	J	√	√
h	h	τ	τ
i	l	υ	u
L	l		

Figura 16 - Letras cursivas romano antigo (ORC) e do cursivo romano novo. (Bowman & Thomas, 1983:54).

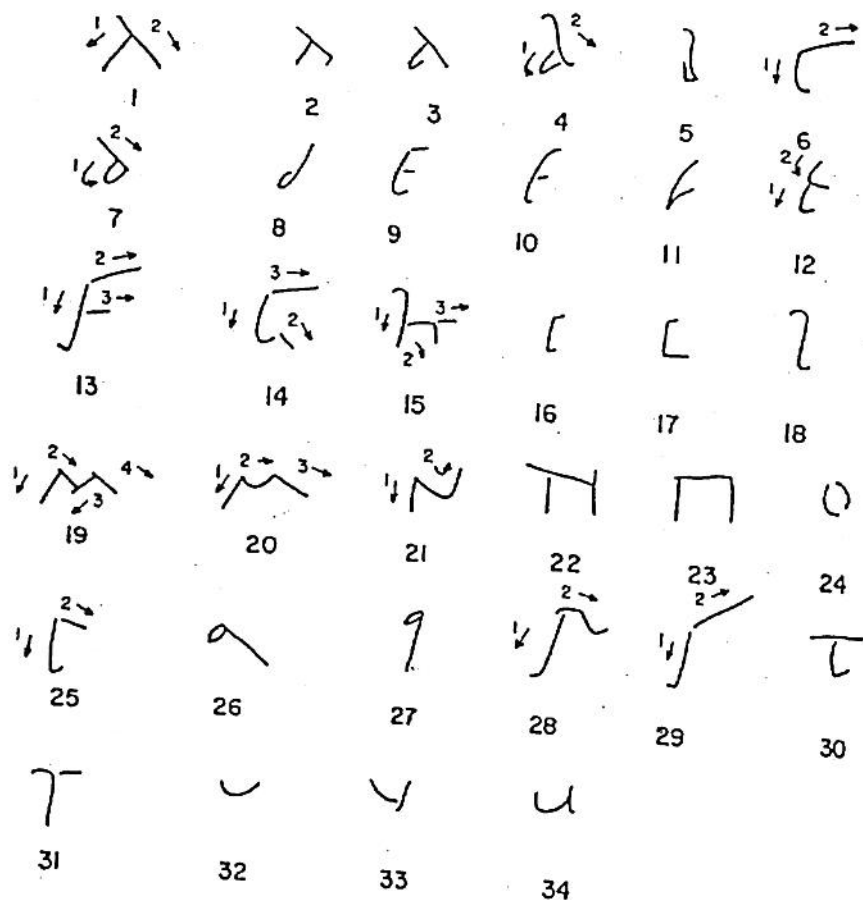


Figura 17 – Letras do cursivo romano antigo com indicação do *ductus* ou ordem e direção dos traços (Bowman & Thomas, 1983:58)

A	exécuté	en deux ou en trois traits	Λ	Λ
B	»	» deux ou en trois traits	β	β
C	»	» deux traits	Ϸ	
D	»	» deux traits	δ	
E	»	» trois ou quatre traits	Ε	Ε
F	»	» trois traits	Ϝ	
G	»	» trois traits	Ϛ	
H	»	» trois traits	Ϟ	
I	»	» un trait	ι	
K	»	» deux ou en trois traits	κ	κ
L	»	» un ou deux traits	λ	λ
M	»	» deux ou en trois traits	μ	μ
N	»	» deux ou en trois traits	ν	ν
O	»	» deux traits	ο	
P	»	» deux traits	ρ	
Q	»	» deux traits	ϙ	
R	»	» trois traits	ϛ	
S	»	» trois traits	ς	
T	»	» deux traits	τ	
V	»	» un ou en deux traits	υ	υ
X	»	» deux traits	χ	
Y	»	» deux traits	ϣ	
Z	»	» trois traits	ζ	

Figura 18 – Letras capitais, com traços de composição (Mallon, 1952:21).

	SIGLE	GRAFFITI ANEDDOTICI CIL. XV	GRAFFITI ANEDDOTICI NVDVI	LETTERE INIZIALI E FINALI
A	ΑΑΑΑΑΑ	ΑΑΑ	ΑΑΑΑΑ	A
B	ΒΒ ΒΒΒ	Β	Β ΒΒΒ	
C	CC C	CC C	CC C	C
D	DD	Δ	Δ ΔΔ	
E	Ε ΗΕ	Ε ΗΕ	Ε ΕΕΕ	E
F	F	F FFF	F F F	
G	G	G	G G G	G
H	HH	H	H H H	
I	I	Ι	Ι Ι Ι Ι	I
K	K	K	K K K	
L	LL LL	Λ	Λ Λ Λ Λ	L
M	Μ Μ Μ Μ	Μ	Μ Μ Μ Μ	
N	N	Ν	Ν Ν Ν Ν	N
O	OO	Ο Ο Ο	Ο Ο Ο Ο	
P	P PP	Ρ Ρ	Ρ Ρ Ρ Ρ Ρ Ρ	P
Q	Q	Ϛ Ϛ Ϛ	Ϛ Ϛ Ϛ Ϛ Ϛ Ϛ	
R	RR RR	Ρ Ρ	Ρ Ρ Ρ Ρ Ρ Ρ Ρ Ρ	R
S	SSS	Σ	Σ Σ Σ Σ	
T	T	Τ	Τ Τ Τ Τ	T
V	V	Υ Υ Υ Υ	Υ Υ Υ Υ	
Y	Y	Υ	Υ	Y
X	YX	ΥΧ	ΥΧ	
Z	Z Z	Ζ	Ζ	Z

Figura 19 – Letras cursivas em grafites de ânforas Dressel 20, segundo Rodríguez-Almeida (1984:258).

	a 145-148	149-151	152-164	168	210-238
a	א	א	א	א	א
b	ב	ב	ב	ב	ב
c	ס	ס	ס	ס	ס
d	ד	ד	ד	ד	ד
e	ע	ע	ע	ע	ע
f	פ	פ	פ	פ	פ
g	ג	ג	ג	ג	ג
h	ה	ה	ה	ה	ה
i	י	י	י	י	י
k					כ
l	ל	ל	ל	ל	ל
m	מ	מ	מ	מ	מ
n	נ	נ	נ	נ	נ
o	ו	ו	ו	ו	ו
p	פ	פ	פ	פ	פ
q	ק	ק	ק	ק	ק
r	ר	ר	ר	ר	ר
s	ש	ש	ש	ש	ש
t	ט	ט	ט	ט	ט
u	ז	ז	ז	ז	ז
y		צ			
x	צ	צ	צ	צ	צ
z		ז			

Figura 24 – Letras cursivas em inscrições pintadas de ânforas Dressel 20, segundo Rodriguez-Almeida (1984:238).

Os estudos epigráficos e paleográficos sobre as Dressel 20 têm tido um grande desenvolvimento, nas últimas décadas, graças a um grupo de estudiosos, como Emilio Rodríguez-Almeida, José Remesal, Bernard Liou, Robert Marichal. Outros campos importantes e interrelacionados tratam das olarias e outros achados na Bética; das descobertas de selos nas áreas importadoras, de Óstia ao Limes, passando pelo Mediterrâneo Oriental. Os estudos do Monte Testaccio constituem um capítulo à parte (Blázquez, 1994).

Técnicas modernas de datação dos selos Dressel 20

Os selos encontrados na Grã-Bretanha podem ser datados a partir de dois critérios diferentes: datação contextual fornecida por associação durante a escavação ou por dados comparativos, referentes a selos datados em outros lugares. Selos datados pelos escavadores britânicos são, normalmente, classificados como pré-flávios, flávios, flávio-trajânicos, adriânicos, antoninianos ou do terceiro século. Cada uma destas divisões é mais ou menos precisa. A mais segura é a “pré-flávia”, ao referir-se aos níveis de destruição da revolta britânica de 60/61 d.C. A despeito do caráter retórico das fontes sobre a Revolta de Boudica, Tácito (*Ann.* 14, pp. 29-39) e Cássio Dio (62), ela segue um padrão comum a estas revoltas destruidoras (Dyson, 1971; 1975), que acabam por deixar vestígios arqueológicos muito facilmente datáveis. Selos pré-flávios são, portanto, seguramente datados entre 43 e 61 d.C. (cf. Collinwood, 1923, p. 45). Selos flávios, flávio-trajânicos, adriânicos e antoninianos são menos claramente datados, enquanto que sob o rótulo de “terceiro século” encontramos selos vagamente datados entre cerca de 200 e 260 d.C.

O ano de 260 d.C. parece, efetivamente, ser significativo não apenas pelo fato que as últimas Dressel 20 datadas, no Testaccio, apresentam o ano de 259 d.C., como, também, porque parece que o *imperium Galliarum* (König, 1981 pp. 55-56; De Blois, 1976 p. 33), estabelecido por

Póstumo, pode ter favorecido a interrupção do abastecimento tradicional de azeite bético em Dressel 20 para a Bretanha. Como lembra Mario Mazza (1973, p. 344), durante *l'impero del ribelle gallico (sc. Postumo), furono interrotti gli scambi tra l'impero Galliarum e il resto della romanità*. Entretanto, não sabemos se Póstumo controlava a Bética, zona produtora das ânforas, (Körnermann, 1930, p. 104; Bolin, 1931; Kuhoff, 1979), mas mesmo que seu império se estendesse além da *Hispania Citerior* ou *Tarraconensis*, importa destacar que Póstumo reestruturou a administração pública de seu Estado (Drinkwater, 1987, p. 250). Como resultado, teríamos o fim do funcionamento das redes de produção e distribuição, seculares, das ânforas Dressel 20 (sobre Galieno e Póstumo, veja-se Corbier, 1986, p. 518).

Os selos Dressel 20 podem, também, ser datados graças a datações contextuais fornecidas por sítios britânicos ou continentais. As mais importantes fontes de informação a respeito são as seguintes:

1. Roma:

A. *Fossa aggeris* ou *castrum praetorium*: Dressel estudou um grupo de ânforas usadas para o aterro desta área, na capital, e concluiu que todas podiam ser datadas antes de 50 d.C. (Dressel, 1978 e CIL XV, 2);

B. Monte Testaccio: selos encontrados no Monte Testaccio em contexto arqueológico podem ser datados, segundo sua localização na colina (Figuras 21 e 22). Dressel usou letras para referir-se a áreas com datações precisas:

A = 145-161 d.C.

B = 145-161 d.C.

C = 145-161 d.C.

D = 145-161 d.C.

E = 145-161 d.C.

F = 145-161 d.C.

G = 160 d.C.

H = 214-222 d.C.

K = 179-180 d.C.

L = 179-180 d.C.

M = 145-161 d.C.

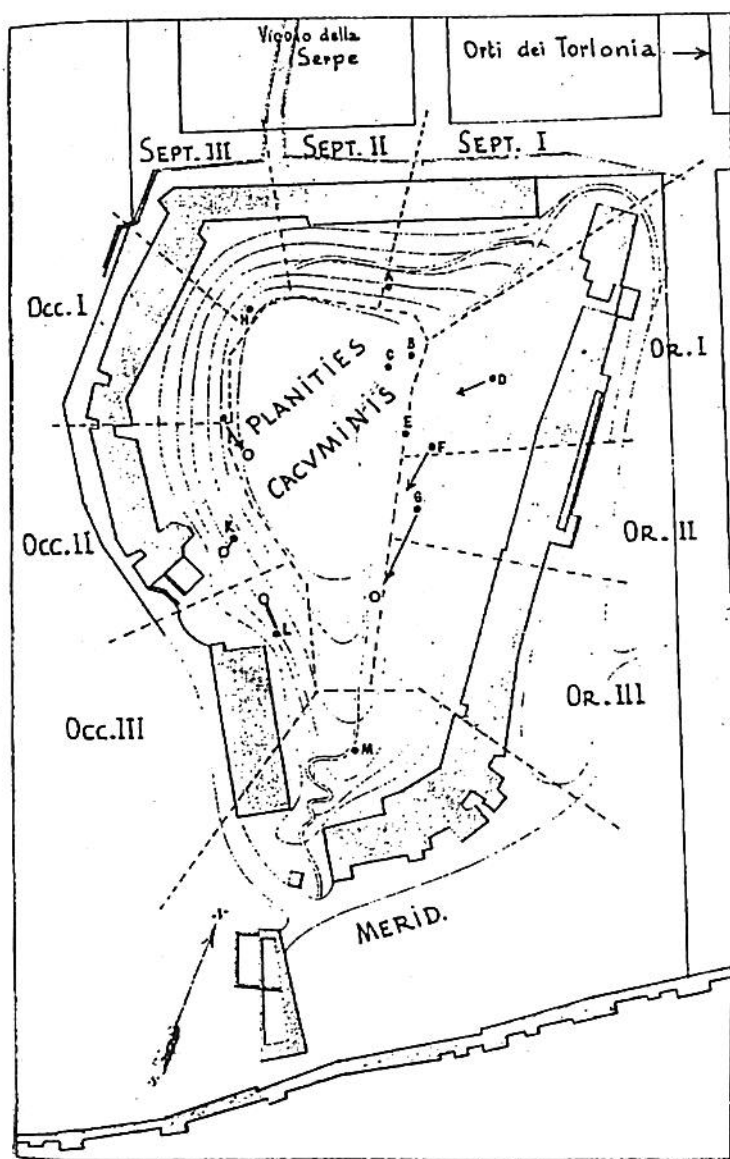


Figura 21 – Setores do Monte Testaccio, segundo H. Dressel.

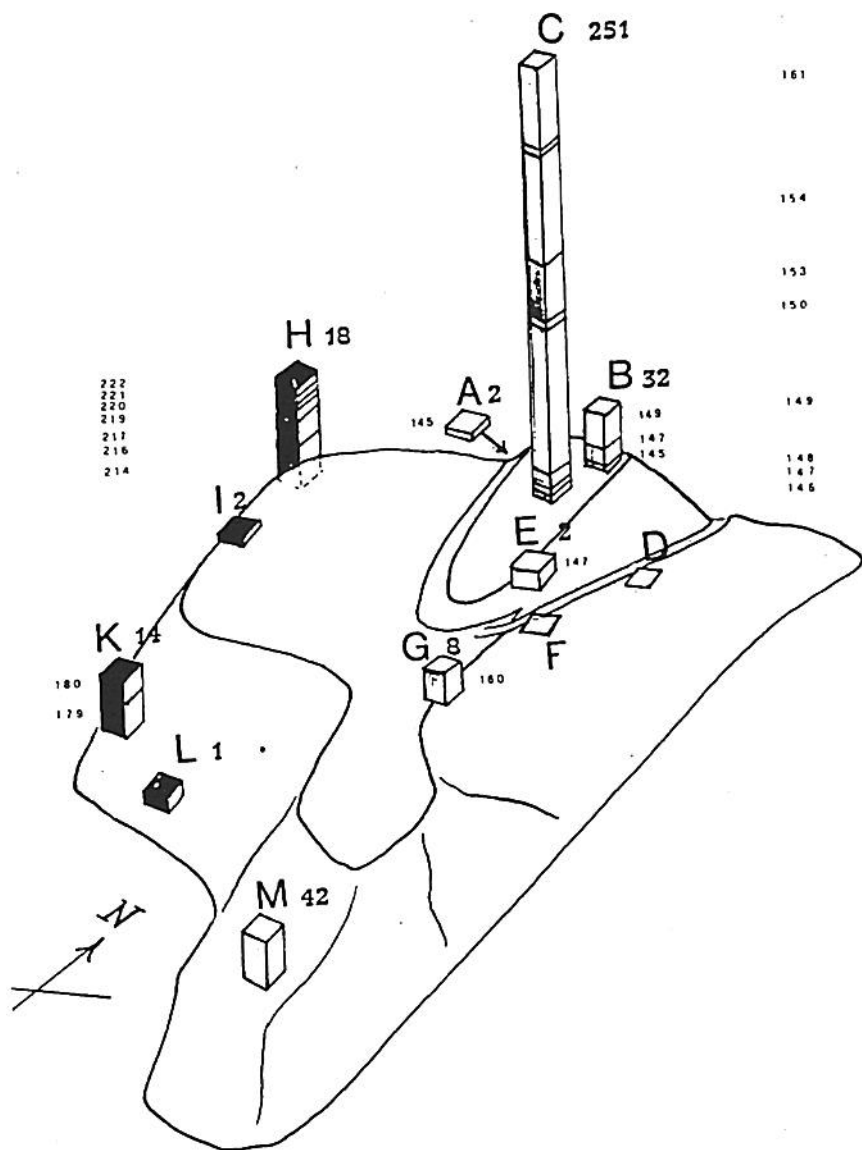


Figura 22 – Setores do Monte Testaccio, segundo E. Rodríguez-Almeida.

Até o momento, as datas fornecidas pelo material do Testaccio são as mais abundantes e precisas, ainda que inscrições Dressel 20 datadas entre 50 e 140 d.C. não sejam, normalmente, encontradas.

2. Port-Vendres II: o navio naufragado em Port-Vendres, na França Meridional, apresenta material datado do início da década de 40 d.C. (Colls, *et alii* 1977);

Diferentes escavações têm fornecido datações, sendo as mais importantes listadas a seguir:

A. Grã-Bretanha (dados coletados pelo autor) :

1. Londres;
2. Colchester;
3. Vindolanda;
4. Carlisle.

B. Outros sítios:

1. Óstia (Panella, 1983);
2. Alemanha meridional (Schallmayer, 1983);
3. Augst e Kaiseraugst (Kilcher, 1983; 1987);
4. Avenches (Schüpbach, 1983);
5. Mediterrâneo oriental (Will, 1983).

Olarias exportadoras béticas

As ânforas Dressel 20 eram produzidas no vale do *Baetis*, hoje Guadalquivir, região da Espanha meridional, entre *Hispalis* (Sevilha) e *Corduba* (Córdoba; Figuras 23 e 26). Desde o século passado, têm havido trabalhos de campo, na área, que permitiram identificar olarias, cidades e fazendas (Bonsor, 1899) e os trabalhos recentes de Michel Ponsich (1974; 1979; 1987; 1991), José Remesal (1977; 1989) e Genaro Chic (1985), podemos, hoje, localizar dezenas de olarias produtoras de ânforas Dressel 20.

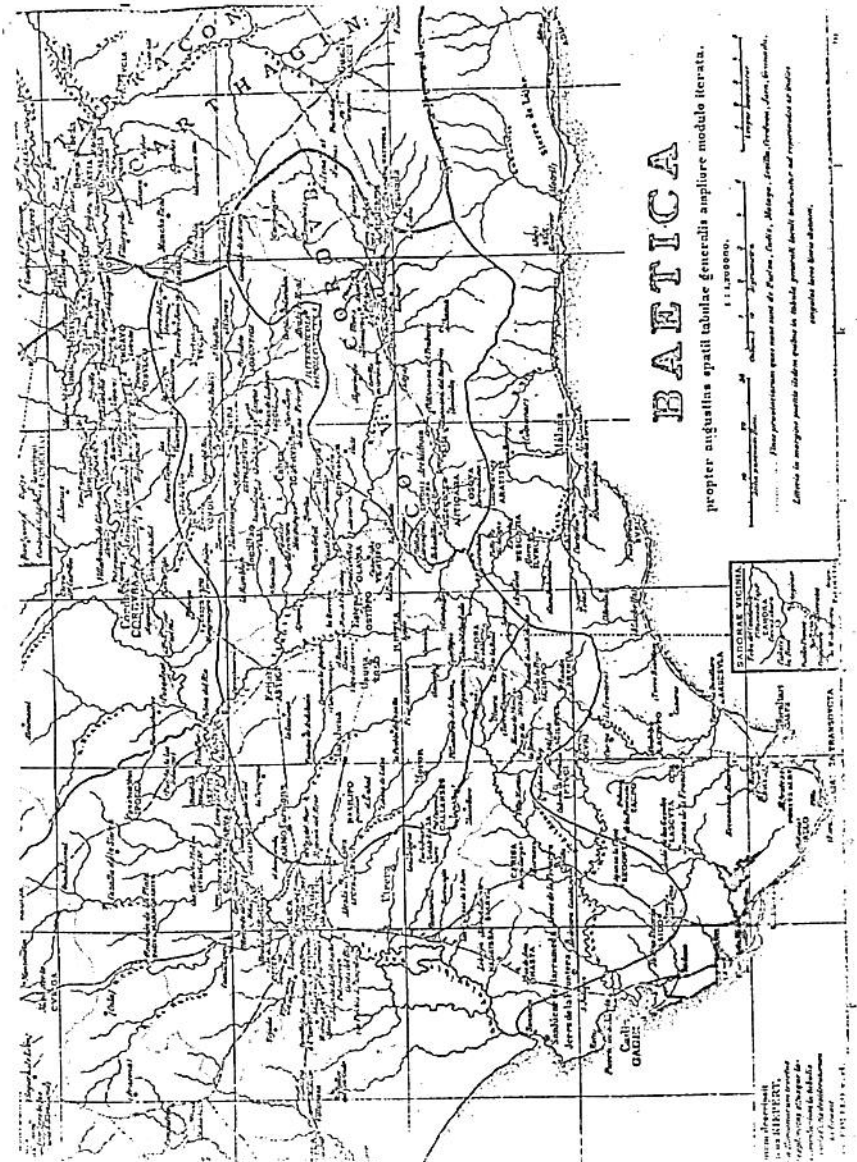


Figura 23 – Mapa da Bética, segundo o CIL II.

Fazendas produtoras de azeite e olarias que fabricavam as ânforas Dressel 20 espalhavam-se pelos três *conventus* fronteiriços, nesta área navegável do Guadalquivir (*hispalensis*, *astigitanus*, *cordubensis*) (Ponsich, 1983, p. 110; Figuras 24 e 27). Cidades e olarias romanas eram interligadas por estradas e rios (Ponsich, 1983, pp. 111-112; Figuras 28 e 29); Fernández (1983, p. 574) localizou 75 fazendas produtoras de azeite (Figura 25). Conhecemos dezenas de olarias produtoras de Dressel 20, as 71 mais importantes localizadas no mapa de Remesal (1983, p. 116). Deve-se enfatizar que, na área produtora, havia cinco tipos diferentes de assentamentos interrelacionados:

1. Fazendas produtoras de azeite (*villae rusticae*);
2. Outras fazendas (*villae*);
3. *Villae rusticae* com *pars* urbana;
4. Olarias produtoras de ânforas Dressel 20 (*figlinae*);
5. Outras olarias (*figlinae*).

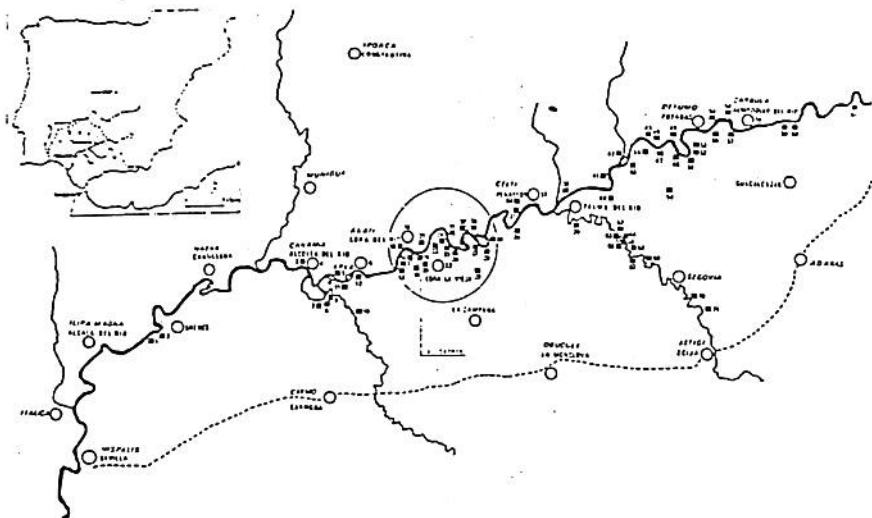


Figura 24 – Olarias produtoras de ânforas oleárias béticas.

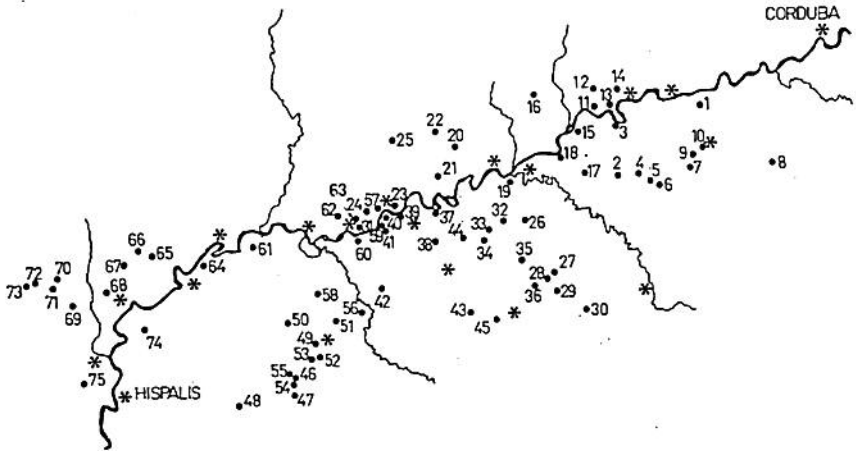


Figura 25 – Fábricas de azeite, segundo Fernández.



Figura 26 – Divisões administrativas durante o Alto Império.

Eles interagiam, formando um padrão de assentamento, com predomínio de fazendas de tamanho médio, ligadas a cidades que agiam como “lugares centrais” (sobre isso, vejam-se Funari, 1986-7; 1988; 1994; e no presente volume). A região era, ainda, dividida em três *conventus*, em torno das cidades capitais de *Hispalis* (Sevilha), *Astigi* (Écija) e *Corduba* (Córdoba), cidades cuja administração controlava a exportação de azeite. Os limites exatos das fronteiras desses *conventus* não são conhecidos.

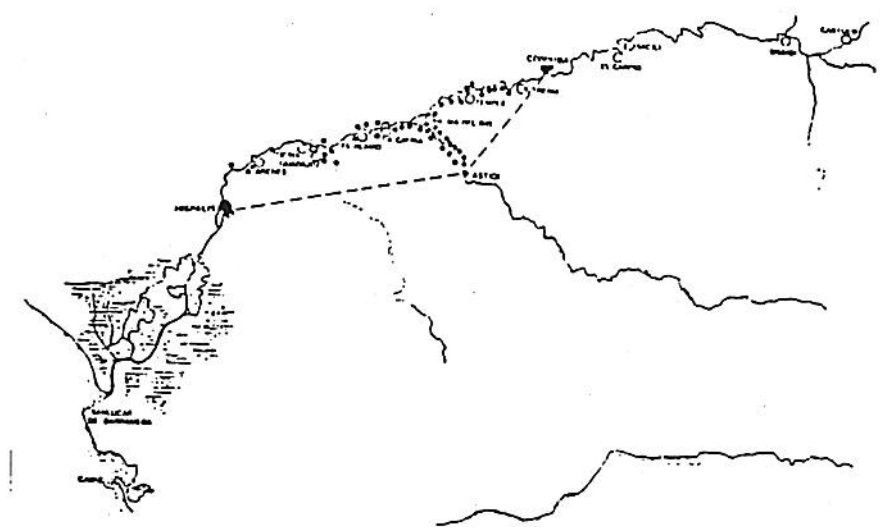


Figura – 27 – Navegabilidade do Guadalquivir, segundo Ponsich.

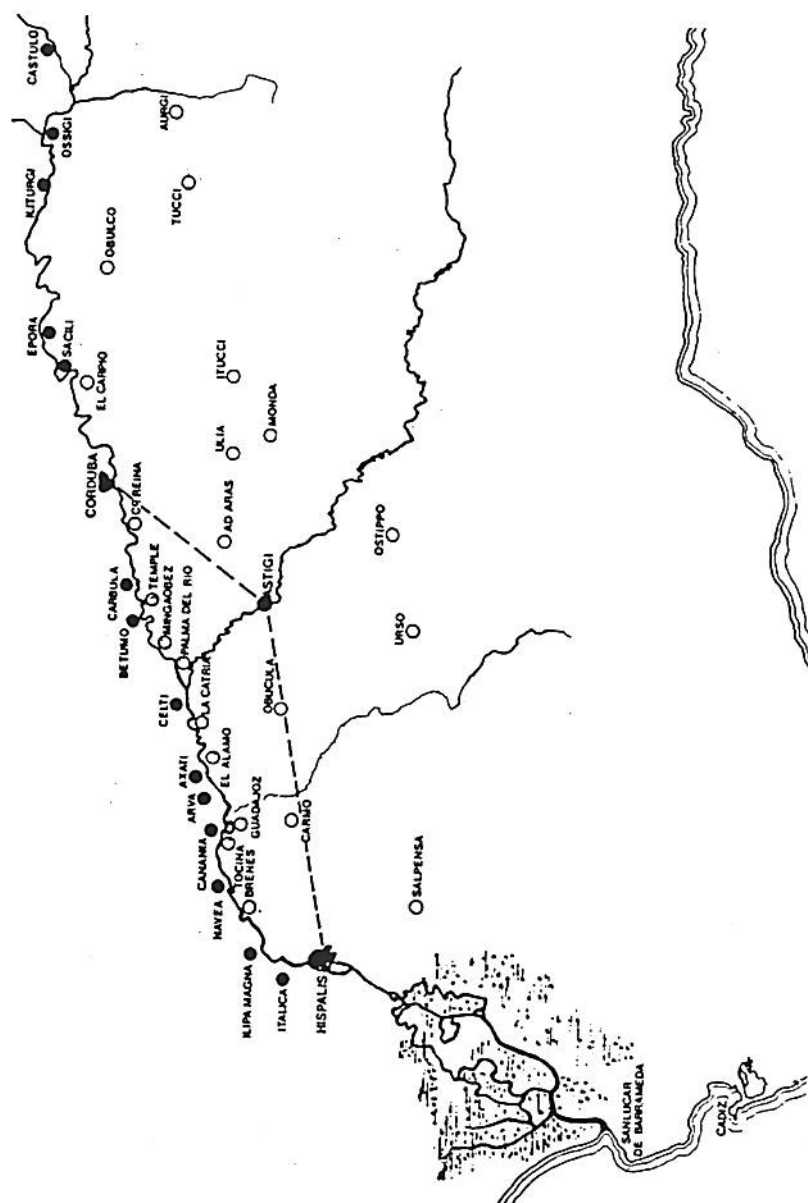


Figura 29 – Cidades romanas do Vale do Guadalquivir, segundo Ponsich.

Capítulo IV

Inscrições Pintadas e Grafites

Introdução

Na última década, coletei centenas de inscrições anfóricas encontradas na Grã-Bretanha, na maioria dos casos selos (Figura 1). As inscrições pintadas (*tituli picti*) são raramente preservadas e o número de novos *tituli*, ainda inéditos, é muito limitado. Mark Hassal e Roger Tomlin têm publicado, anualmente, as inscrições na revista *Britannia* e, entre estas, estão algumas epígrafes anfóricas. Recentemente, S.S. Frere e Roger S.O. Tomlin publicaram as inscrições pintadas e os grafites anfóricos no volume segundo, fascículo 6, de *The Roman Inscriptions of Britain* (1994), algumas delas estudadas, originalmente, pelo autor. Entretanto, Tomlin (1993) expressa uma preocupação, comum aos epigrafistas latinos que se confrontam com estas particularíssimas inscrições anfóricas, ao enfatizar que *Dressel 20 inscriptions I found difficult, since they are usually fragmentary and the comparative material since CIL XV is so scattered*. Nos últimos anos, publiquei diversos *tituli picti* e *tituli graphio exarati* encontrados em escavações recentes em Vindolanda (Funari, 1991). A maioria era inédita, com exceção de um grafite que Tomlin (in *Britannia*, 1998, p. 503) publicara, anteriormente, com leitura diversa.

Na verdade, há, ainda, uma falta de estudos detalhados das inscrições anfóricas cursivas, o que tem resultado em uma subestimação de seu valor científico. O objetivo deste texto consiste em publicar, pela primeira vez em português, algumas inscrições e, também, republicar algumas epígrafes estudadas há já algum tempo. Todas foram estudadas



Figura 1 – Mapa da Bretanha às vésperas da conquista romana.

pessoalmente pelo autor ou foram submetidas ao autor pelos escavadores e pelos estudiosos encarregados do material arqueológico. A publicação destas inscrições cursivas em uma monografia permitirá que os epigrafistas, especialistas em ânforas e outros estudiosos interessados em temas correlatos, tenham um acesso mais fácil e direto a essas evidências, já que sua publicação em revistas e livros científicos diversos torna seu uso consideravelmente mais difícil.

Uma inscrição pintada proveniente de Alcester, Warwickshire (Grã-Bretanha)

Uma ânfora de tipo Dressel 20, quase inteira, foi encontrada em Alcester, em 1965. Todos os dados referentes à inscrição, incluindo-se os desenhos, foram fornecidos ao autor pelo Dr. David Williams. Contém um grafite e duas inscrições pintadas, publicados com comentários breves no *Journal of Roman Studies* (1966, p. 224). O relato original deve ser citado *ipsis uerbis*, o que permitirá a melhor compreensão das observações efetuadas mais adiante:

Globular amphora restored from several fragments found (59) in 1965 at Alcester. (a). A black "dipinto" in cursive letters 2/4 in. high runs vertically downwards to the left of one handle and reads: CAVS. (b) A second black "dipinto" in cursive letters 1/4 in. high runs down vertically from the lower junction of handle and reads: SCO. FLOS SCOM (BRI). (c) With the vessel inverted a graffito has been cut before firing near the knob of the base reading: SVRINAE/VIRILIS.

59. (a) No interpretation has been found for CAVS, recorded at Pompeii, CIL IV, 5889. In (b) FLOS SCOMBRI, "prime extract of mackerel", is well attested, e.g. CIL IV, 2576, 5679, 9397-9; XV, 4687. The mark which resembles a large T on the photograph seemed on inspection to be due to chance. (c) For the

“*nomen*” *Surinus*, see CIL V, 483, 544. The second name seems to be *Virilis* although the writer of it cut III instead of ILI. It is not clear whether the genitive case marks this vessel as the product or the property “of *Surina Virilis*”.

Como uma primeira tentativa de estudo da ânfora, a publicação foi muito útil mas, após trinta anos e um grande avanço no conhecimento da tipologia e das inscrições de tipo Dressel 20 (Rodríguez-Almeida, 1984), já é hora de reavaliar este importante material epigráfico. Infelizmente, a fotografia disponível do *titulus*, bem como os desenhos das inscrições, não são muito precisos. Não poderia ser diferente, pois nosso conhecimento dos *tituli picti* Dressel 20 era, naquele época, muito menos detalhado do que hoje. Não foi senão com a década de 1970 que estas ânforas, e suas inscrições, começaram a ser estudadas profundamente e entendidas nos seus detalhes. Isto significa que a leitura de 1965 estava, desde o início, fadada ao insucesso, ao menos parcial, como parece ter sido o caso. Contudo, a partir dos desenhos disponíveis é possível propor algumas reconstruções hipotéticas da informação epigráfica.

Observações gerais, tipologia e datação

As ânforas Dressel 20 apresentam, normalmente, inscrições pintadas que seguem um esquema rígido, relatado no capítulo anterior (Rodríguez-Almeida, 1984, pp. 207-260). Seguem um padrão muito estável e, portanto, podemos estar seguros de que estes *tituli picti* não são as típicas inscrições das Dressel 20. Por outro lado, o grafite, escrito na Bética antes da cocção do vaso, é bastante usual, tanto no que se refere à forma das letras quanto ao seu conteúdo. O corpo globular, o colo estreito e curto, assim como as alças semicirculares (Figuras 2 e 3), indicam uma datação entre meados e fim do segundo século d.C., em concordância

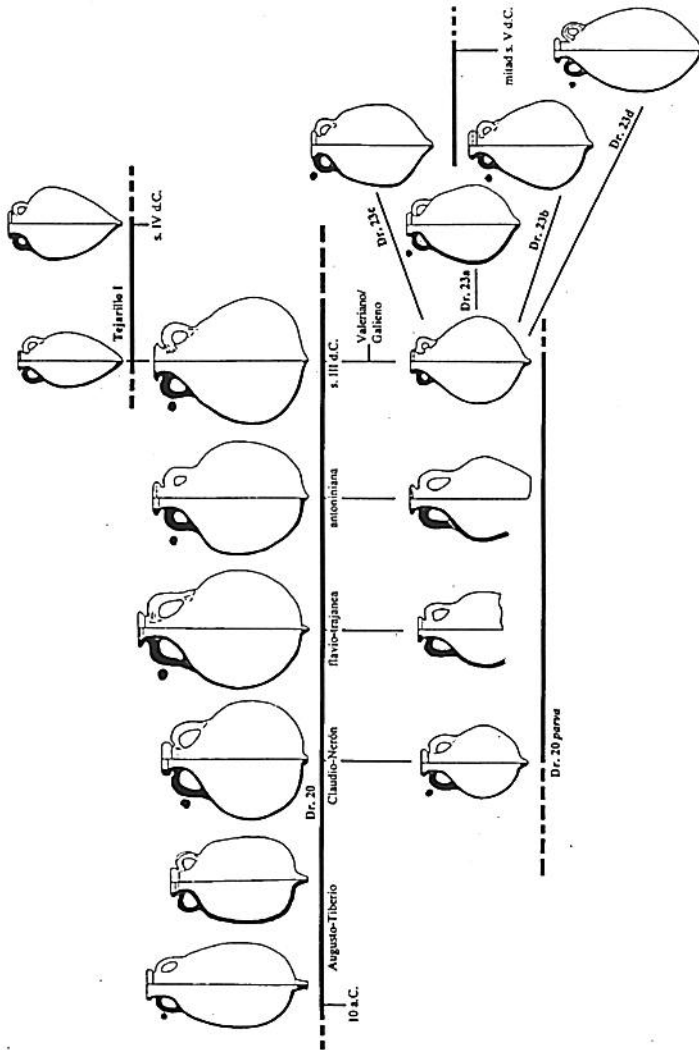


Figura 2 – Quadro evolutivo das ânforas oleárias béticas.

com o contexto arqueológico, também do segundo século, com *terra sigillata* (material de 130-150 d.C.; antoniniano; 155-190 d.C.) e *mortaria* (100-400 d.C.; 240-400 d.C.; 260-300 d.C.).

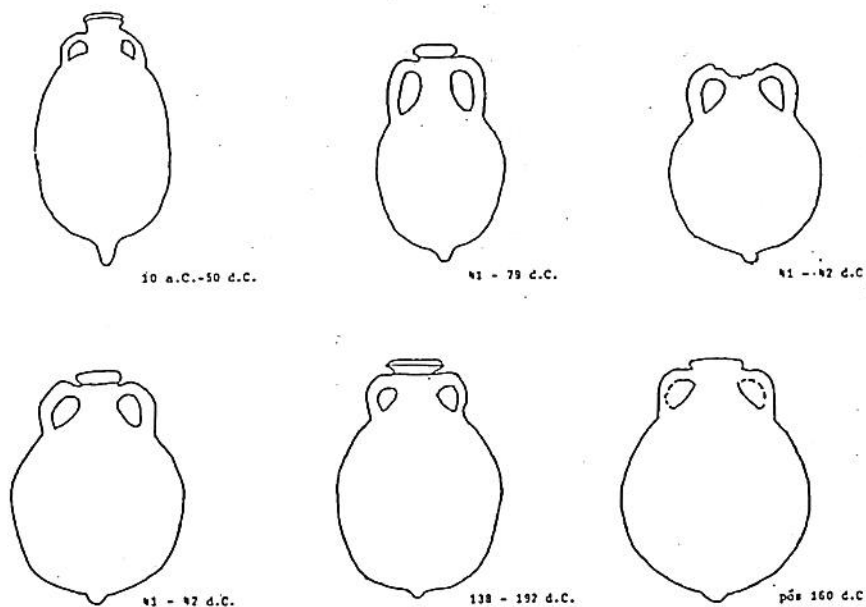


Figura 3 – Ânforas béticas de azeite de tipo Dressel 20.

Grafite (Figura 4)

A inscrição é muito clara, em duas linhas: *SVRINAE/VIRILIS*. Todas as letras são identificáveis facilmente (contra *Journal of Roman Studies* 1966, p. 224; cf. CIL XV, 3616) e referem-se a uma tal Surina Virilis. O uso do genitivo talvez não indique tratar-se do dono ou produtor do vaso (*offinator*), interpretação tradicional do uso do segundo caso em inscrições em vasos (Dressel, 1978, p. 212; Rodríguez-Almeida, 1984, p.

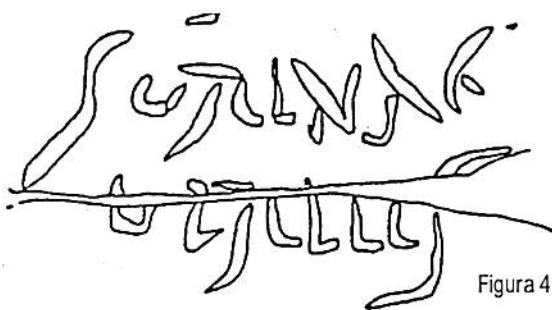


Figura 4

254). Poderia referir-se, simplesmente, ao dono da inscrição, significando “grafite de Suri-na Virilis” (*titulus Surinae Virilis*). Sem dúvida, esta é uma hipótese impossível de verificar,

mas baseia-se na existência de grafites com nomes próprios, no genitivo, escritos nos muros, de difícil interpretação (e.g. CIL IV 8813, 8957). Não poderiam significar “parede de tal pessoa”. Deve-se admitir, contudo, que no caso dos vasos de cerâmica, uma declaração de propriedade não seria descabida.

Inscrições pintadas (Figura 5)

Há duas inscrições pintadas, publicadas, originalmente, como CAVS e SCO.FLOS SCOM(bri). A primeira, escrita em capitais cursivas, apresenta quatro letras, provavelmente CXVS. A segunda letra não poderia ser um A, pois seria difícil explicar o traço superior à direita (Figura 5). Parece mais razoável supor que seja um X, como em CIL XV, 43, 40 e em Rodríguez-Almeida (1979, pp. 921-922, número 31 A). Poderia, portanto, referir-se a um número, CXVS(emis) ou CXVI, ou ao número CXV, seguido de S (.). Este número, provavelmente escrito na Bretanha (Hamp, 1975), podia referir-se ao número de ânforas, ou a um número seqüencial relativo ao vaso. Talvez pudesse relacionar-se ao peso de um possível produto colocado no interior da ânfora, após o uso do azeite que, originalmente, ali se encontrava.

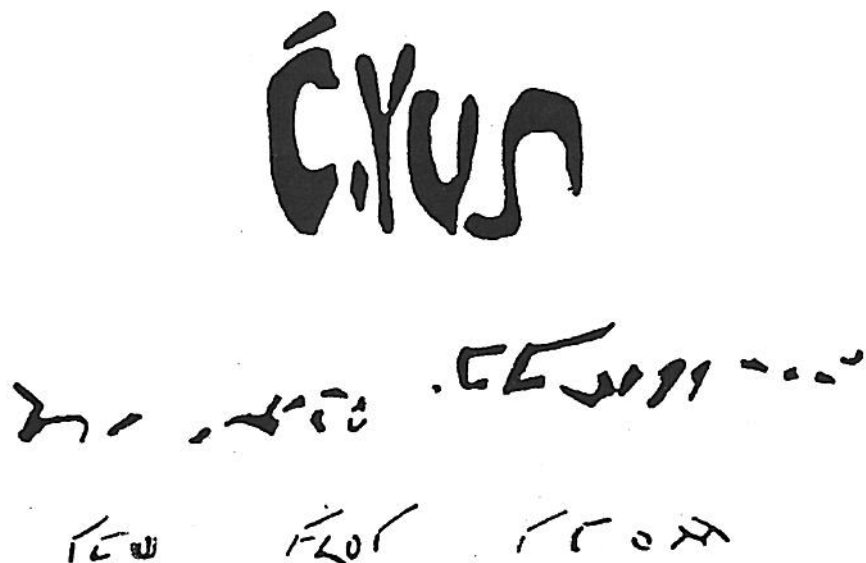


Figura 5

O *titulus* cursivo, escrito na vertical, na parte inferior da junção da alça, tinha sido lido como *sco. flos. scom (bri)* e traduzido como “excelente molho de scomber”. Mas as letras estão totalmente deformadas pelo desenho original e a leitura proposta é insustentável por motivos paleográficos e semânticos. De fato, as formas das letras propostas são sem paralelos, como pode-se observar na Figura 5. A única letra possivelmente identificável é C, as outras são por demais especulativas. Por fim, embora a fotografia não seja clara, parece que a última letra visível, à direita, é um S ou um T, tornando a leitura ainda mais difícil. Em termos semânticos, a leitura proposta é pouco convincente pelos seguinte motivos:

1. A ordem das palavras deveria ser *flos scombri*, não o contrário (cf. CIL IV, 2574 a 78), ainda que encontremos alguns *gari scombri flos* (como em CIL XV, 4687, 4692, 4697), mas sempre precedido por “molho” (*garum*);

2. A abreviatura usual para *flos* é *f* (CIL XV, 4722; IV, 2574, *inter alia*; cf. Zevi, 1966);

3. A repetição de *sco* não tem paralelo;

4. O uso de pontos, como, neste caso, após *sco* e *flos*, é raríssimo neste tipo de inscrições;

5. Estas inscrições são escritas com capitais, não com cursivas, como neste caso (CIL XV, 4687-4731; CIL IV, 2562-2738);

6. Como *scomber* é um peixe, não haveria razão para a inscrição referir-se ao “melhor tipo” (*flos*) de peixe, pois não era este que era o melhor, mas o produto manufaturado, o molho (*garum*). A ausência da palavra *garum*, sempre citada em inscrições e nas fontes literárias, torna a leitura proposta sem sentido (cf. Plínio, *Naturalis Historia*, 31, 94: *garum nunc e scombro pisce laudatissimus in Carthaginiis spartariae ceteriis, sociorum id appellatur*; Marcial, 13, 102: *esperantis adhuc scombri de sanguine Accipe fastosum, munera cara, garum*);

7. O uso de uma ânfora Dressel 20 para armazenar, em uso secundário, molho de peixe é surpreendente, considerando-se que *garum* era importado em ânforas e seria ilógico transferi-lo da ânfora original para uma Dressel 20.

Em RIB, II, 6, 2492.10, esta inscrição foi publicada, novamente, e os autores continuam a aceitar, como possível, a leitura original de 1965, “the best mackerel”. Contudo, seria um *hapax*, pois não há inscrição alguma que apresente essa ordem das palavras (*flos scombrī*). Não há nenhuma inscrição *flos scombrī* conhecida, ao contrário do que se afirma em RIB, II, 6, 2492.10 : *flos scombrī is well attested, compare CIL IV, 2574-78, 5679, 9397-9; XV, 4687*. As inscrições citadas apresentam as formas *gari flos scombrī* ou *garum scombrī, flos*.

Infelizmente, contudo, não é possível propor uma leitura alternativa, tendo em vista o lastimável estado do apógrafo original.

Dois grafites provenientes de Vindolanda

Dois grafites foram estudados pelo autor (Funari, 1991, pp. 67-69) e publicados, posteriormente, em *RIB* (2494.115 e 2494.175). Nessa obra, meu desenho original foi, erradamente, reproduzido como sendo “drawing from Vindolanda Trust”.

1. CAPAX (na pança) (Figura 6)

No fragmento de pança de uma ânfora Dressel 20, encontrada durante a escavação de um depósito do período V (cerca de 110-140 d.C.), um grafite pós-cocção foi traçado. Embora tenha sido encontrado em contexto do início do segundo século d.C., segundo critérios paleográficos,



Figura 6

poderia ser datado dos primeiros anos do acampamento militar. A letra *C* é muito clara, embora feita com um único traço, algo incomum. Os dois *A*s são muito semelhantes e

correspondem à segunda forma da Escrita Romana Cursiva Antiga analisada por Mallon (1952, p. 32); consistem de três traços cada uma. Seguindo Mallon (1952) e Bowman & Thomas (1983, p. 61), considero que há alguma base para se acreditar que esta seja uma forma mais antiga do que a mais usual letra *A* com dois traços. A letra *P* parece uma capital, ainda que diferente em relação ao *P* típico das tabuinhas de Vindolanda. A leitura *CAPAX* pode ser interpretada como um cognome (cf. CIL XI, 6876), ou como um adjetivo que se refira ao próprio vaso. Esta segunda explicação parece-me mais plausível, já que, desde a época de Augusto, ao menos, *capax* era usado para designar algo que contém grande volume, significando, portanto, “amplo”, “largo”, “com grande capacidade” (cf. Horácio, *Odes*, 3, 1, 16 *urna capax*).

2. SVLCO (no lábio) (Figura 7)

Originalmente, o escavador Robin Birley atribuía este fragmento ao período antoniniano, mas RIB 2494.175 apresenta uma datação mais antiga (110-140 d.C.). Os editores de *Roman Inscriptions of Britain* consideram que o grafite foi feito após a cocção, mas continuo a crer que foi escrito *ante cocturam*, já que suas letras são parecidas com outras inscrições pré-cocção (cf. RIB 2493.54). A ânfora foi, muito provavelmente, fabricada em El Marchante, perto de La Campana, no *conuentus hispalensis*. Os



Figura 7

editores de RIB sugerem que deveria ser lido como *Sullo*, um nome próprio celta. Prefiro interpretá-lo como uma inscrição *ante cocturam*, “faço um sulco”, ou seja, “escrevo um gra-

fite”. As três primeiras letras, bem como a última, são claras. A quarta letra parece ser um C, como em CIL XV, 3616, l e m e 3615p. *Sulco* parece ser, também, a melhor solução em termos semânticos, ao referir-se ao ato de escrever-se, com um *stylus*, na parede do vaso. Embora *sulcare* apareça, nos autores antigos, como “lavar” (e.g. Varrão, *Res Rustica*, 1, 29, 2), o termo era usado para uma série de ações que implicam “fazer sulcos”. Não temos nenhuma referência direta de *sulcare* como “escrever um grafite” (mas o mesmo pode ser dito de *scarificare*). Contudo, considerando-se sua relação etimológica e semântica com o grego *holkós* (Festo, 302), poderíamos considerar o grego *smíles holkós* (Aristófanes, *Thesmophoriazusaí* 779 = “os traços de um cinzel”) como indicação de uma possível extensão da expressão para a escrita em superfícies duras. Esta suposição é reforçada pelo fato de que intervenções na primeira pessoa do singular em grafites são comuns, e mesmo em ânforas encontramos expressões inesperadas, como em CIL XV, 3612: “*futu*” *pluries repetitum*.

Quatro inscrições pintadas provenientes de Vindolanda e estudadas pessoalmente pelo autor

1. CXC... (RIB 2492.15) (Figura 8)

Este *titulus gamma* possui letras que seguem o padrão romano de uma polegada romana, enquanto o *pittaccium* tem 2.5 polegadas romanas de altura. O escavador encontrou o fragmento em um depósito do período II (antes de 97 d.C.). Entretanto, a forma das letras aproxima-se daquela comum no período antoniniano. Se bem datado pelo escavador, devemos



Figura 8

supor que havia dois estilos diversos usados contemporaneamente na década de 90 d.C., algo possível, mas até o momento sem paralelo. Outra explicação poderia ser uma ruptura na tradição caligráfica em algum momento dos anos 90 d.C., o que explicaria estas formas novas. Mas talvez esta peça, como a seguinte, tenham sido erroneamente atribuídas ao primeiro século.

2. CCVVVI (Figura 9)

Este fragmento foi publicado, originalmente, pelo autor (Funari, 1991, p. 70) mas não se encontra em RIB. Foi datado, pelo escavador, entre 95 e 105 d.C.



Figura 9

As letras seguem a *formula* 0.9 x 1, em polegadas romanas. As formas das letras são muito próximas

das inscrições antoninianas e os mesmos comentários, já tecidos quanto à epígrafe anterior, cabem neste caso.

3. MONT (Figura 10)

Este interessante *titulus beta* foi publicado, originalmente, pelo autor (Funari, 1991, p. 70), mas não foi recolhido em *RIB*. As letras têm, exatamente, uma polegada romana de altura. Montanus foi um *mercator* co-

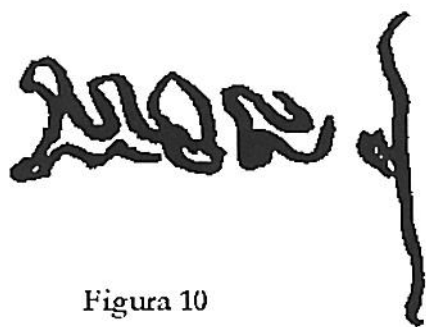


Figura 10

nhecido, em Roma, antes de 50 d.C. (cf. CIL XV, 3670-1) e as letras indicam que a inscrição se refere ao mesmo comerciante. É difícil reconciliar a identificação paleográfica com o fato que Vindolanda foi fundada por Agrícola no final dos anos 70 d.C., e com a datação contextual (110-120 d.C.).

Poderia ser material antigo já na época de Agrícola, quando Montanus poderia ainda estar atuando como *mercator*. As inscrições publicadas por Dressel (1978, tav. XV, n. 15) são muito semelhantes a esta, proveniente de Vindolanda, e devemos, portanto, estar atentos para futuros achados que confirmem a antiga ocupação romana da área que viria a abrigar o forte, em Vindolanda.

4. *alpha*: CIII (Figuras 11, 12)

beta: AEMILIORVM ET/CASSIORVM

delta: leontini aaaa ccxxx seren

anomalus supra beta: VLXXVI

(*RIB* 2492.5)

O *pittacium* do *titulus beta* mede quatro por duas polegadas romanas e as letras têm 0.9 polegada de altura. O fragmento foi encontrado em depósito do período II (antes de 97 d.C.). O número em *alpha*, parcialmente preservado, compõe-se de um *C* seguido de dois *Is* e um *I* final com *caudatura*. As letras em *beta* são muito claras e as formas de *R* e *S* são algo arcaicas, enquanto *A* e *C* são como as letras de época antoniniana



Figura 11

(cf. CIL XV 3649 e 3922). O *titulus delta* apresenta letras claras, sugerindo que foi escrito no *conuentus astigitanus* (cf. CIL XV 3735 e 3810). A inscrição anômala, provavelmente escrita ainda no Vale do Guadalquivir, já que sua letra *V* é igual àquela no *titulus beta*, compõe-se de quatro letras nítidas (*VL VI*) e dois possíveis *X* escritos com ligação (cf. CIL II, 2714; VIII, 1610; XV, 4071).

Como não possuímos outras inscrições pintadas dos anos 90 d.C., este é um *hapax* por diversos motivos. Em termos metrológicos, é a mais antiga epígrafe com os pesos *alpha* e *gamma* entre CIII e CXX, indicando um grande recipiente. Encontramos outra inscrição de 220 libras romanas apenas no ano 153 d.C. (CIL XV, 3949), mais de sessenta anos depois. A associação dos comerciantes Aemilii e Cassii representa a mais antiga evidência de uma *societas* de duas famílias de empresários (cf. CIL XV, 3730). As *societates* conhecidas, datadas de meados do primeiro século d.C., eram compostas de membros de uma única família (cf. Caecilii, CIL XV, 3646 e CIL IV, 9480; Cornelii, CIL XV, 3844; Iunii, CIL XV, 3659; Seii, CIL XV, 3666-67; Octauii, CIL IV, 5807 e 9382) e talvez não seja uma coincidência que, quando encontramos *societates* de duas famílias, cem anos depois, nos deparemos, novamente, com os Cassii (CIL XV, 3979: L Ocrati Saturnini et Cassiorum Apolausti et Art...). Nosso novo dado indica que estas empresas de duas famílias existiam, no período antoniniano, há, ao menos, sessenta anos.



Figura 12

O *titulus delta* apresenta algumas características a serem destacadas. A abreviatura *aaaa*, referente à *arca*, significa que esta instituição estava em funcionamento no final do primeiro século d.C. O adjetivo que segue, *seren* (*ense*), embora não saibamos o seu significado exato, refere-se, provavelmente, a uma propriedade (ou seja, *serenense figlina uel fundo*, “na olaria ou na fazenda de nome *Serenense*”). RIB 2492.5 prefere a leitura *siren*, mas a fotografia da inscrição mostra que o segundo traço da letra R foi usado, também, como um segundo traço da letra E que a precede; o E apresenta, portanto, apenas dois traços, servindo o segundo traço às duas letras, E e R. *Leontini*, como um nome próprio no genitivo, é seguido de *arca* e segue, portanto, um esquema já conhecido na década de 40 d.C. (cf. CIL XV, 3648: *flani galli a*). A leitura proposta por RIB, *leonini*, também seria admissível, pois algumas letras não estão claras.

Uma inscrição pintada Dressel 20 proveniente de Vindolanda

O diretor do Vindolanda Archaeological Trust, Robin Birley, submeteu ao autor duas fotos de uma ânfora, de tipo Dressel 20, encontrada nas escavações de 1973, em contexto arqueológico datado do início do segundo século d.C. (100-120 d.C.)¹. Na medida em não foi possível localizar o fragmento anfórico, somente as fotografias tornaram possível o estudo destes *tituli picti*. As fotografias não apresentam escala, mas talvez seja significativo que o *pittaccium* (um pequeno pedaço de pano ou couro colocado no local da inscrição, cf. Cels. 3,10), em ambos os *tituli beta* e *gamma*, meçam exatamente 1.6 x 5.0 polegadas romanas, sugerindo que a escala seja 1:1 (ou 1:2, ou 1:1.5). A despeito de a impressão da tinta ser fraca, é possível propor uma leitura relativamente segura da inscrição, fornecendo informações paleográficas e históricas interessantes.

¹ As fotografias foram feitas pelo Departamento de Fotografia e Laboratório de Recursos Didáticos da Universidade de Newcastle-upon-Tyne, no dia 30 de junho de 1975 (A / 103542-1, foto infravermelha, K / 103542-3).

Descrição e comentário (Figuras 13, 14, 15, 16, 17 e 18)

Titulus beta: <L> AELIOPTAELI<AN>LVP

Titulus gamma: CCXXXII ou CCXXXIII

Cf. CIL<XV>, 3693-4.

LA: Vindolanda.

LC: The Vindolanda Archaeological Trust (escavações de 1973).

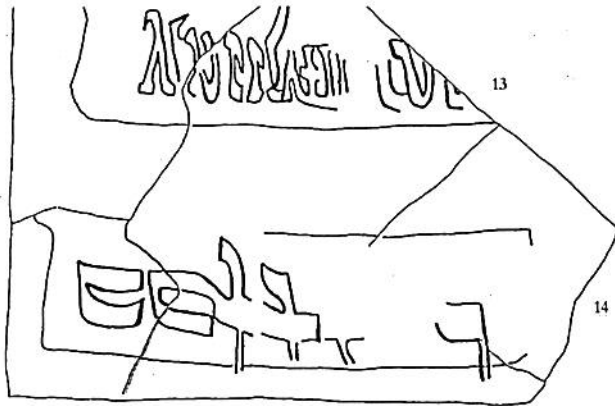
DC: 100-120 d.C.

ODC: 154 d.C. (CIL XV, 3693).

Controlado em Hispali? (cf. Rodríguez-Almeida, 1984, p. 224).

A leitura do *titulus beta* proposta é AELI OPT(at)i, AELI <AN> (i) LVP<APTI>. Algumas letras são muito visíveis, como A OPTAE, outras são prováveis, como ELI IL LV, algumas quase invisíveis, como AN P. Dressel publicou um *titulus beta* LAELOPTCAESAELLVPATI, referente a um L. Aelius Optatus Caesianus Aelianus Lupatus (como prefere Rodríguez-Almeida, 1984, p. 224), ou a quatro comerciantes, L. Aelius Aelianus, L. Aelius Caesianus, L. Aelius Lupatus e L. Aelius Optatus (como preferem Bormann, em CIL XV, 3993 e Chic, 1988, p. 5), inscrição datada, por um *titulus delta*, do ano 154 d.C. (... *ccx...* /... *secund...b...* / *commodo et laterano cos*). Esta nova inscrição parece favorecer esta última interpretação, indicando três parceiros, Optatus, Aelianus e Lupatus, da mesma família (Aelii). Se a datação contextual estiver correta (100-120 d.C.), indicaria que esta sociedade comercial esteve em atividade por, ao menos, 35 anos. L. Aelius Optatus (Thévenot, 1952) estava associado, também, com DD. Caecilii Hospitales et Maternus (CIL XV, 3795, em Astigi), reforçando a hipótese que havia diferentes L. Aelii atuando como comerciantes. Embora, na maioria das vezes, associações de dois ou mais parceiros costume usar *et* (e) para designar os diferentes membros, não é impossível supor que, em alguns casos, diversos nomes próprios eram colocados lado a lado, como em CIL XV, 3881 (c. 150 d.C.), epígrafe que apresenta a fórmula *Socior (um) Hyac (inthi), Isid (ori), Pollionis* (as vírgulas foram, para clareza, acrescentadas pelo autor). Paleograficamente, é interessante notar que a forma

das letras é muito próxima àquela de CIL XV, 3693, particularmente o fato de serem as letras muito finas.



15

3759



16



17

3810



18

O *titulus gamma* tem duas letras muito claras, *CC*, seguidas de dois ou três *X* e quase invisíveis *II* ou *III*. A referência ao peso de 233 libras romanas de azeite seria notável para um período tão recuado (100-120 d.C.). De fato, os outros *tituli gamma*, todos datados da década de 140 d.C. em diante, representam apenas 3,45% de todos os *tituli gamma* (cf. Rodríguez-Almeida, 1984, p. 204). Estes *tituli* são os seguintes :

CIL XV, 4099 (216 d.C.), 4100 (217 d.C.), 4103 (217 d.C.), 4105 (217 d.C.), 4106 (217 d.C.), 4107 (217 d.C.), 4120 (230 d.C.), 4137 (c. 230 d.C.), 4142 (c. 230 d.C.), 4290 (153 d.C.?), 4307 (154 d.C.), 4348 (160 d.C.), 4375 (179 d.C.), 4377 (179 d.C.), 4381 (179 d.C.), 4385 (180 d.C.), 4385 (180 d.C.), 4387 (190 d.C.), 4404 (149 d.C.), 4486 (c. 250 d.C.?).

Entretanto, possuímos pouquíssimos *tituli picti* datados entre 50 e 140 d.C. A partir de critérios paleográficos, prefiro uma leitura entre 232 e 233, mas o lado direito da inscrição não está suficientemente claro para permitir uma leitura definitiva.

Conclusões

Esta inscrição sendo datada, como parece ser o caso, das duas primeiras décadas do segundo século d.C., torna-se importante, para o estudioso das Dressel 20, por duas razões principais:

1. Em termos paleográficos, é interessante comparar a forma das letras e números desta inscrição com outros *tituli picti* datados. As letras finas parecem muito com os *tituli beta* de meados do segundo século d.C., como em CIL XV, 3759 (160 d.C.), em especial as letras *P* e *O* (Figura 16). Diferem bastante das inscrições de meados do primeiro século d.C., mas apresentam algumas letras semelhantes àquelas utilizadas em inscrição, proveniente de Vindolanda, e datada da década de 90 d.C. (Funari, 1991, pp. 70-71) e já aqui estudada nesta monografia, em particular a letra *A*, enquanto as letras *O* e *T* são muito diversas (Figura 16).

O mesmo pode ser dito do *titulus gamma*, pois a forma de CC assemelha-se muito à forma das inscrições de meados do segundo século d.C. (Figura 17). São muito diferentes das inscrições de meados do primeiro século e daquelas datadas da década de 90, proveniente de Vindolanda (Figura 18). Isto significa que, paleograficamente, houve modificações importantes, na forma das letras, entre o final da década de 90 d.C. e os primeiros anos do segundo século d.C.

2. Em termos históricos, deve-se enfatizar que se trata da mais antiga associação de três comerciantes ligados ao transporte do azeite bético, caso seja, realmente, uma parceria de três cidadãos romanos.

Uma inscrição pintada, proveniente das escavações em Catterick, campanha de 1959

O *titulus alpha* no fragmento proveniente de Catterick refere-se ao peso do vaso em libras romanas (Figura 19). O estilo deste *titulus* asse-

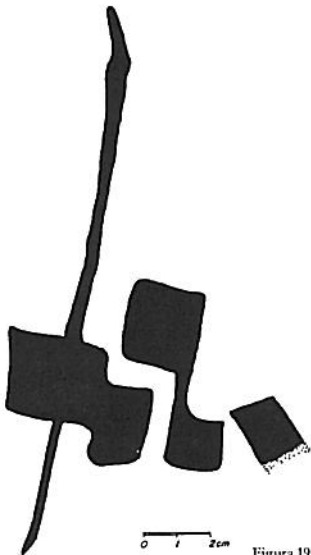


Figura 19

melha-se àquele de outras inscrições de época antoniniana. O número é muito semelhante, por exemplo, a CIL XV, 3703 (149 d.C.) e 3224 (149 d.C.), sendo muito diverso das inscrições mais antigas (cf. CIL XV, 3696, 91 d.C.). Infelizmente, não temos muitos exemplos tardios, ou seja, do terceiro século, para podermos comparar, mas esta inscrição, proveniente de Catterick é tão semelhante àquelas de meados do segundo século que podemos datá-la dessa época.

Quanto à leitura, há duas possibilidades. A primeira, seria XCVI... (entre 96 e

99), pois é possível observar o ápice de um ∇ , que se assemelharia, dessa forma, de CIL XV, 4491, números 86 e 70 (cf. Figuras 20, 21). Entretanto, preferiria a analogia com CIL XV, 4491, número 41, no que se refere ao primeiro I e a 3724, 3758, números 68 a 70, quanto ao segundo I. Esta solução parece-me ser a melhor em termos paleográficos. O peso do vaso poderia estar entre 95 e 99 e, neste caso, poderíamos supor um peso do azeite de cerca 216 (cf. Funari, 1987, pp. 218-219, A2 e 5). Poderia, também, ser $\alpha = 92$ e $\gamma = 192$ (Funari, 1987; pp. 218-219, D3). Se possuíssemos a alça seria mais fácil decidirmos entre D3 e A5, aquela tendo uma forma mais alongada e esta última apresentando uma pança mais arredondada.

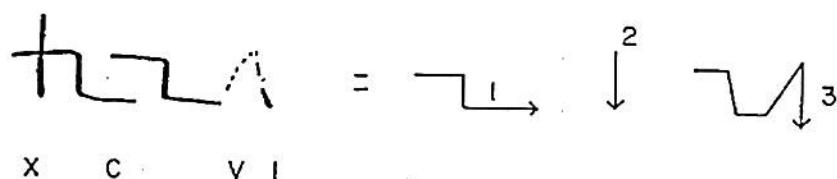


Figura 20

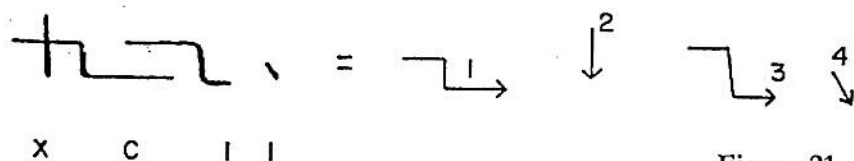


Figura 21

Inscrição anfórica

Há algum tempo, tive acesso a fotografias de inscrições pintadas em uma ânfora de colo longo. Algum tempo depois, foram publicadas, com leituras diferentes, em *Britannia* (1990, p. 370) e *The Antiquaries Journal* (1989, pp. 53-73). Embora tenha sido consultado por Mark Hassal a respeito da inscrição e ele se refira a alguns dos meus comentários em sua brevíssima nota em *Britannia*, penso que caberia tratar de alguns aspectos com mais detalhe. Não discutirei, aqui, a controversa questão relativa à classificação da ânfora, considerada por uns uma Haltern 70, por outros, uma London 555, nem tecerei comentários sobre sua possível origem bética (sobre isso, veja-se o artigo de Sealey & Tyers, 1989). Tratarei tão somente das próprias inscrições e sua possível contribuição que sua leitura possa fornecer quanto ao tipo e origem do vaso.

A inscrição compõe-se de cinco elementos diferentes. Sua disposição é aquela usual para meados do primeiro século d.C., ou seja, há algumas informações no colo e na parte superior do vaso, escritas com capitais pintadas, além de uma inscrição perpendicular, do lado direito. As primeiras relacionam-se, em geral, com o produto no interior do vaso, sua qualidade e o nome do comerciante encarregado do transporte das ânforas. A segunda, perpendicular, referem-se, normalmente, a um nome próprio no genitivo ou a um número. Neste caso, a leitura proposta é a seguinte:

OL/AL/CCL/C.L.A auerni (Figuras 22, 23, 24, 25,26)

Transcrição: OL(iva) AL(ba), CCL, C()L()A() Auerni.

Tradução: oliva branca, 250 <libras romanas>, transportado por C()L()A(), controlado por Avernus.



Figura 22



Figura 23



Figura 24



Figura 25



NERNI

ÂVERNI

Figura 26

Análise paleográfica

A forma das letras é muito semelhante às inscrições provenientes da *fossa aggeris* dos *castra praetoria*, em Roma, publicadas por Heinrich Dressel no CIL XV, 2 (= antes de 50 d.C.), e, também, ao material proveniente do barco naufragado, conhecido por Port Vendres II (= ca. 43 d.C.). Se isto é verdade, em termos gerais, deve-se ressaltar que a forma das letras é especialmente parecida com aquela de algumas ânforas béticas de salações (cf. CIL XV, 4720 = Dressel 10); 4721 = Dressel 9). O *titulus* mais semelhante encontra-se em CIL XV, 4802, encontrado na *fossa aggeris*. A letra R é a mesma da inscrição em uma Dressel 20 de cerca 43 d.C. (Colls *et alii*, 1977, p. 54, fig. 6). A letra C em CCL é a mesma de CIL XV, 4733 (= Dressel 7). Exclusivamente em termos paleográficos uma origem bética e uma datação em meados do primeiro século d.C. é a mais provável. Isto está de acordo com Sealey e Tyers (1989, p. 69), quando sugerem uma origem bética, mas a datação que propuseram deveria ser revista (55-85 d.C.). Na verdade, a paleografia sugere uma data mais antiga, de acordo com a tipologia do vaso (o que sugere Beth Richardson em seus comentários em *Britannia*, 1990, p. 369).

Interpretação das inscrições

A inscrição compõe-se de dois elementos seguros e um terceiro que, embora menos claramente, pode ser interpretado com boa margem de segurança.

Os *tria nomina* romanos (Figura 23)

Na última linha horizontal, temos três letras com dois pontos de separação, o que representa a abreviatura do nome de um cidadão romano, provavelmente o *mercator* ou comerciante encarregado do

transporte do produto: C.L.A. Embora não tenhamos elementos para identificar C()L()A(), poderia ser um parente de M() LOCILLI ALEXANDRI, encontrado em CIL XV, 3660-61, em ânfora Dressel 20 proveniente da *fossa aggeris* e, talvez, possa ser o mesmo *mercator* que aparece em CIL XV, 3662, C() LVCILI... (em uma Dressel 20 proveniente da *fossa aggeris*). Mesmo que os *tria nomina* nesta posição estejam, normalmente, por extenso, há alguns exemplos de abreviaturas com as três iniciais, como em CIL XV, 4591 (= Dressel 1), 4691 (= Dressel 8), 4787 (= Dressel 21), CIL IV, 9442, 9460-61-72, 9531, 9548, 9603.

O número CCL (Figura 24)

O número CCL pode referir-se ao número de ânforas ou ao peso, possivelmente do produto dentro do vaso, expresso em libras romanas. Há alguns exemplos de números altos como este, como CCCCXXV, em CIL XV, 4733, CCCXXIIX, em 4740, e CCCC, em CIL IV, 9379. Como 250 libras romanas correspondem a 81,85 kg, o que parece demais para o produto no interior (e mesmo para a soma do conteúdo e do vaso), Mark Hassal (em *Britannia*, 1990, p. 370) propôs que deveria referir-se a *gyathi*, ou 11,4 litros. Esta interpretação, se resolve, aparentemente, o problema do alto número de libras romanas, não deixa de apresentar diversos problemas: pelo que as inscrições anfóricas permitem saber, os romanos não usavam medidas volumétricas. Este é particularmente o caso no que se refere a conservas, já que haveria uma inevitável mescla de materiais sólidos e líquidos, como, neste caso, azeitonas em conserva. Talvez a melhor explicação para este, e outros números também altos, em ânforas, pudesse ser que se referem ao número de ânforas, como sugere uma inscrição, em Dressel 6, do primeiro século: *pr. idus novembres nimum in cuneum amfurae CCCLXXXIIXX* (“388 ânforas foram armazenadas no dia 12 de novembro”) (Funari, 1987, p. 51).

As duas primeiras linhas (Figura 24)

A primeira linha é, muito claramente, OL e a segunda poderia ser A ou AL. Poderia ser, assim, OLIVA ALBA, como em CIL XV, 4802 (= *fossa aggeris*), uma hipótese reforçada por dois argumentos:

1. Columela (XII, 49) refere-se a azeitonas brancas preparadas e colocadas no interior de ânforas. Essa possibilidade é reforçada pelo fato de a receita de Columela incluir mosto, pois as ânforas de tipo London 555 ou Haltern 70 eram usadas para vinho. Isto explicaria porque uma ânfora vinária, ou de forma similar às vinárias, carregasse azeitonas. Na verdade, conhecemos ânforas Haltern 70 com *oliua nigra ex defrut(ucto)*, encontradas em Vindonissa e Oberaden e concordo com D. Colls *et alii* (1977, p.88), que “as azeitonas em questão foram colocadas, de fato, em ânforas destinadas a *defrutum*, ou seja, em ânforas vinárias”. Embora azeitonas não sejam um produto comum em ânforas, estão bem atestadas não apenas em inscrições latinas, mas também gregas (CIL XV, 4871, *eléas* = azeitonas) e hebraicas (CIL XV, 4898), reforçando a probabilidade dessa interpretação;

2. É possível que a ânfora citada por Dressel, em CIL XV, 4802, seja do mesmo tipo pois, como escreveu, a inscrição estava *in collo amphorae fractae quod formam habet infundibulo similem*. A palavra *infundibulum* poderia referir-se à forma muito peculiar dessa ânfora (a inscrição refere-se a oliva, <a>lb (a) / dul (cis).

Não possuímos outras junções AL, mas era uma prática comum descrever o produto com inscrições abreviadas (cf. MAL em CIL XV, 4783, abreviatura para mala). Poderia ser interpretada como OLIVA ANNO, sendo o traço longo final, para baixo, uma marca para dificultar adulteração (Figura 25). Ou seja, isto impediria que se acrescentasse um segundo A (AA = “com dois anos”). Mas, como Columela afirma, *haec conditura oliuis toto anno commode uteris* (“essa conserva de azeitonas deve ser consumida, preferivelmente, em até um ano”). Se OL for interpretado como *oliua* (ou

oleum), deveria ser consumido em menos de um ano. Neste caso, qual o sentido de marcar o número de anos em um ânfora de azeitonas, se não poderia ser usada com mais de um ano? A única outra inscrição que conhece deste tipo, com apenas um A, é CIL IV, 9338: TAR?A?C.C.R. Nesse caso, entretanto, refere-se a vinho, um produto que melhora com o tempo. Parece, assim, muito mais provável uma leitura OL (iua) AL (ba).

A inscrição vertical

Pode-se distinguir, com clareza, três letras, ERN, assim como a primeira letra, A (Figuras 22 e 26). O I final é semelhante àquele em CIL XV, 4731 (Dressel 10) e a proposta leitura AV seria um A com um V como em CIL XV, 4736. Nesse caso, seria um nome próprio no genitivo, geralmente interpretado como um nome servil (cf. CIL XV, 4732 = *Romani*; 4736 = *Maced... Quo...*; 4737 = *Domestic...*; 4741 = *Hesperii D...*; 4753 = *...sti Lucil S(ervi)*; 4756 = *Cranii*). A leitura mais provável sugere, portanto, o nome Avernus.

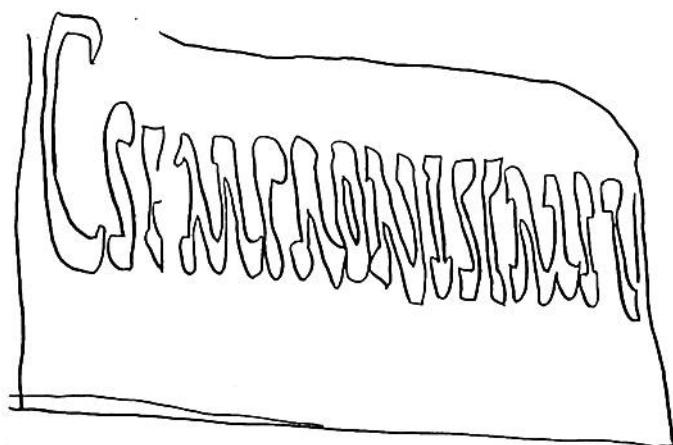


Figura 27

Inscrição pintada proveniente de Vindolanda

O diretor do *Vindolanda Trust*, Robin Birley, submeteu ao autor três inscrições, encontradas em junho e julho de 1993, no sítio arqueológico (Chesterholm, Northumberland).

Inscrições pintadas

A classificação dos *tituli picti* segue as convenções propostas por Dressel e já explicitadas.

1. *Beta*: C SEMPRONI SEMPRO<niani?> (Figura 27)

Gamma: CCIII... (Figura 28)

Inédito: Vindolanda.

LA: Vindolanda.

LC: VAT (SF6282).

Tamanho: segundo o escavador, texto = 90 mm x 36 mm (3,8 x 1,6 polegadas romanas), numerais = 90 mm x 25 mm (3,8 x 1,0 polegadas romanas).

Data: Período V (120-140 d.C.).

Esta é a primeira referência ao *mercator* Caius Sempronius Sempronianus. Os outros *tituli* referentes aos Sempronii são TI ou M SEMPRONI LIVIANI (CIL XV 2, 4000, sem data), SEMPRONIORVM LIVIANI ET AGATHONIS.? (Rodríguez-Almeida, 1984, p. 230, datado de c. 149 d.C.), SEMPRONIORVM (CIL XV 2, 4001, sem data). Graças ao uso de recursos da informática e aos comentários de José Remesal e Piero Berni, foi possível concluir que a leitura original do *cognomen* Simplex não estava correta e que o nome mais provável seja Sempronianus. Algumas letras são bastante claras e algumas

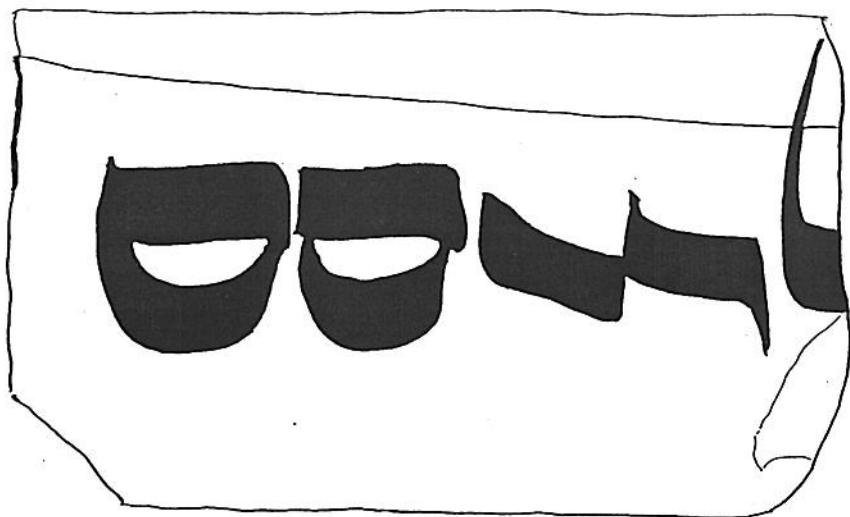


Figura 28

delas podem ajudar a datar mais precisamente a inscrição, no interior do período 120-140 d.C. A letra E é o melhor exemplo: sua forma está mais próxima da inscrição de finais do primeiro século, apresentado anteriormente, neste capítulo, do que das inscrições de meados do segundo século (Rodríguez-Almeida, 1972, pp. 204, 206, 208; CIL XV, 2, 3763, 3922, entre outras (Figura 31). As outras letras estão mais próximas, pelo contrário, das inscrições antoninianas, como o C em CIL XV, 2, 3759 (c. 160 d.C.), o I em CIL XV, 2, 3755 (cf. CIL XV, 2, 3762, 3763) (Figura 31). O número CCIII está escrito claramente, cada letra comparada, de maneira, portanto, diferente das antoninianas (cf. CIL XV, 2, 3703, 37885, 3810, entre outras. Por estas razões paleográficas, preferiria datar a inscrição do início do período (c. 120 d.C.).

2. *delta: cord x p xcel* (?)

n ci aa cxxii

r acp aug o ma (Figuras 29, 30)

LA: Vindolanda.

LC: VAT (6248).

Data: período IV (104-120 d.C.).

Esse é um interessante controle, embora as letras não sejam claramente legíveis, *litterae evanescentes lectuque difficillimae*, parafraseando Dressel (CIL XV, 2, 4456). Minha leitura original era ...*p*x/ a...*aa* *ccxii*.../r *acp astig* (?)/ *ma*. Entretanto, graças ao escaneamento da fotografia e aos comentários do Professor Remesal, foi possível reinterpretar todo o *titulus delta*. A primeira linha começa com uma referência à capital do *conuentus cordubensis*, seguida de *x p(ondo) xcel* (?) (cf. CIL XV, 2, 3806: *astigi p yii ccx*). Nesse caso, a ação do *ponderator* poderia referir-se, também, à segunda linha, significando *p(ondo) ccxii*... , “confirmando o peso do azeite no interior do recipiente: 212 libras romanas”. O uso de duas cifras, uma referente ao peso do azeite e outra a algo que ignoramos, é muito comum (cf. CIL XV, 2, 3810). Na segunda linha, há algumas letras pouco claras, talvez *ai* ou *ti*, de um nome no genitivo, seguidas de duas letras A. Concordam os estudiosos que esta seria uma abreviatura da palavra *arca*, um tipo de órgão de controle. Normalmente, quando usados abreviadamente, as letras A recebiam *apices*. O mais antigo exemplo desta prática foi atestada em Vindolanda, em inscrição já estudada neste capítulo (cf. Funari, 1991, pp. 70-71), datada de antes de 95 d.C. Nessa inscrição, contudo, não é possível estar certo se o traço acima do segundo A seja parte do X da segunda linha. É possível que o escritor não tenha colocado o traço superior, no primeiro A, como seria normal, por ter sido iludido pelo seu X, que servia como *apex* do segundo A. Esta abreviatura era, algumas vezes, usada depois de um nome no genitivo ou após um adjetivo terminado em *-num* ou *e(n)se*. Seria possível, portanto, interpretar a letra que vem antes como um I, indicando o final de um genitivo. A abreviatura de *arca* poderia ser seguida pelo peso do azeite em libras romanas (por exemplo, CIL XV, 2, 4221: *aaa cbxxxxiii*, de 149 d.C.).

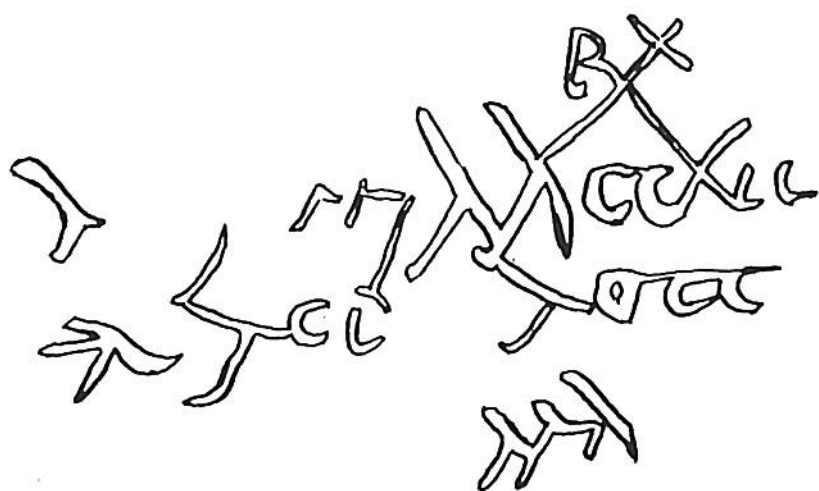


Figura 29



Figura 30

A terceira linha inicia com um R cortado por um traço oblíquo. Esta é uma abreviatura comuníssima nas ânforas desde, ao menos, a época dos antoninos. Esse R lembra inscrições provenientes de Corduba, como CIL XV, 2, 4052 e 4352 (cf. 4466, Figura 31). Está escrita, normalmente, no início da linha e Dressel interpretou-a como *r(eceptum)* ou *r(ecognitum)*, “recebido” ou “reconhecido” (em CIL XV, 2, p. 562) Rodríguez-Almeida (1984, pp. 235-236) propôs uma nova interpretação, agora amplamente aceita, como uma *recensio* (“controle”). Rodríguez-Almeida (1984, pp. 208-209), embora reconhecesse que são encontrados apenas em material antoniniano, principalmente no Testaccio, em Roma, propôs que, talvez, um *titulus* de 71 d.C. contivesse a sigla R (*non posso dire se in un'epoca così precoce l'anfora avesse già anche la sigla R*). O único outro *titulus delta* datado entre 71 e 140 d.C., encontrado em Vindolanda e datado, contextualmente, de antes de 95 d.C., apresentado neste capítulo (cf. Funari 1991, p. 70-71), não apresenta a sigla R (mas apresenta o mais antigo exemplo da abreviatura para *arca*). Isto significa que a epígrafe aqui estudada apresenta o mais antigo exemplo da sigla R, datada de antes de 120 d.C., segundo o escavador. Rodríguez-Almeida (1984, pp. 236-237) enfatizou que a expressão *oleum recensere* (“controlar o azeite”), usada no famoso monumento antoniniano dedicado a Sex. Iulius Possessor, em Sevilha (CIL II, 1180), refere-se “exclusivamente às ânforas de azeite espanhol”). Nesse caso, o uso da expressão *oleum recensere* e o signo epigráfico cortado R deveriam ser anteriores ao monumento hispense oficial. Assim sendo, é fácil entender que o sinal R fosse usado, por certo tempo, provavelmente ao menos desde as primeiras décadas do segundo século, antes que um alto funcionário romano fosse encarregado do controle do azeite (*ad oleum Afrum et Hispanum recensendum*, “para controlar o azeite da África e da Espanha”). Remesal (1986, pp. 101-103) estudou, em detalhe, o *cursum* de Possessor e está claro que Iulius Possessor apenas poderia controlar o azeite da África e da Espanha a partir de Roma, como alto funcionário encarregado dessa tarefa. Portanto, a *recensio*, ou controle, de Possessor não era igual àquela dos funcionários lo-

cais, na Bética, e a palavra deve, portanto, referir-se ao mesmo controle do azeite, mas em níveis diversos da administração. O controle local deve, necessariamente, ter precedido o controle político, de alto nível, em Roma. Isto explicaria o uso do R em um contexto pré-antoniniano.

As três letras seguintes são, na aparência, de fácil leitura, *acp*, interpretadas como *accepit* (“aceitou”) (cf. CIL XV, 2, 3954). Nesse caso, poderia ser seguido de um nome servil no nominativo, o *acceptor* e as letras à direita poderiam ser lidas como *Aucti* (*nuns?*), nome encontrado em CIL XV, 2, 3954 e 3955 (154 d.C.), embora não sejam, obrigatoriamente, a mesma pessoa. Entretanto, as letras à direita não estão claras e *acp* poderia aparecer sem nome que o seguisse (como parece ser o caso em CIL XV, 2, 4436). Outra interpretação poderia ser *xxiii*, referente ao peso do vaso em libras romanas (cf. CIL XV, 2, 4023: *xxci*), já que a primeira letra poderia ser interpretada como um A ou um X (haveria um *apex*, representando um traço em X?). Uma terceira hipótese é que as letras representem *astig*, como em CIL XV, 2, 3735 ou 4076 (Figura 31). Contudo, *ang*() parece ser a melhor interpretação, pois a letra G parece bem visível, graças ao escaneamento da fotografia. Na última linha, é possível ler apenas duas letras, *ma*, muito próximas dos exemplos antoninianos (cf. CIL XV, 2, 3703, Figura 31), e antes delas talvez duas letras, *do* ou *lo*.

Conclusão Gerais do Capítulo

Os novos dados epigráficos pré-antoninianos permitem acrescentar alguns elementos ao nosso conhecimento das Dressel 20 e do comércio oleário:

1. A identificação de C. Sempronius Sempronianus como *mercator*, a ser acrescentado à lista de comerciantes conhecidos;
2. O mais antigo uso da sigla R pode ser datado do período pré-antoniniano.

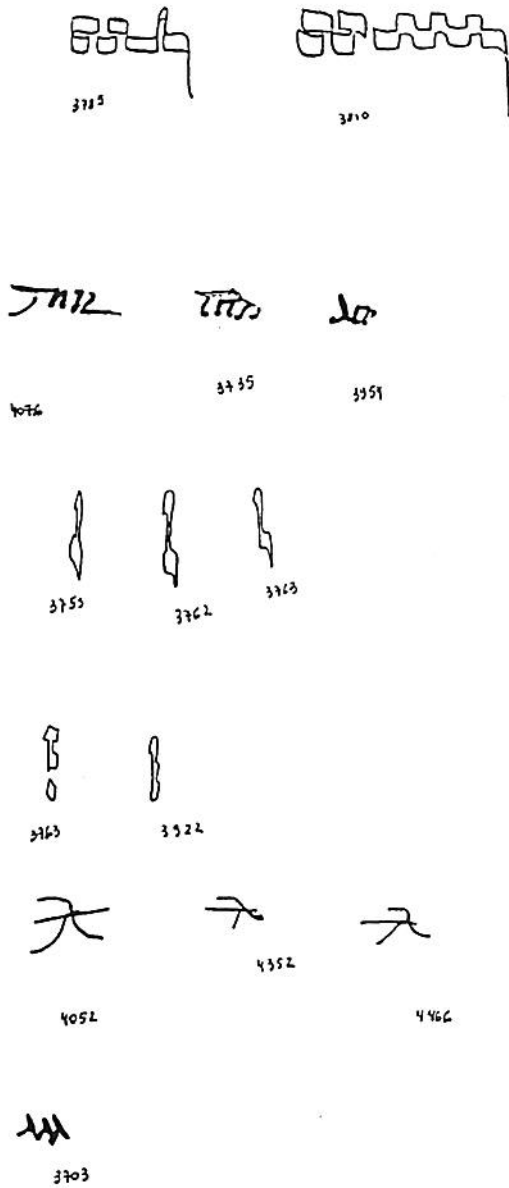


Figura 31

Conclusões

Essas inscrições são interessantes por diferentes razões. A inscrição proveniente de Alcester, encontrada distante da costa, significa que essas pesadas ânforas eram transportadas, por estradas, por algumas milhas, interior adentro (Smith, 1978). Embora Alcester se ligasse à rede de assentamentos militares que datavam da Conquista (Frere, 1975, p. 291), e não fosse, com certeza, um centro nativo autônomo, desenvolveu-se como um povoado romano-britânico. Nesse caso, a importação de azeite, não apenas em Alcester, mas também em Vindolanda e Catterick, é algo importante (Davies, 1971), ressaltando, uma vez mais, a significação cultural do consumo de produtos romanos e confirmando a sugestão do Professor Frere (1975, p. 322) de que “nas províncias com exército, o governo preocupava-se, mais do que nas províncias desarmadas, em criar um “hinterland” civilizado, ou, ao menos, nessas províncias possuía, através do exército, os meios para materializar sua estratégia política”. O consumo de azeite e de azeitonas era, portanto, muito mais do que uma questão de bom gosto, era a materialização de um estilo de vida patrocinado pelo próprio Estado.

Bibliografia

- BLÁZQUEZ, J.M. (1994). *Excavaciones arqueológicas en el Monte Testaccio (Roma), Memoria Campaña 1989*. Madri, Ministerio de Cultura.
- BLECH, M. (1981). Heinrich Dressel, AA. VV., *Producción y comercio del aceite en la Antigüedad, II*, Madri, Universidad Complutense, 13-18.
- BOLIN, S. (1931). Die Chronologie der gallischen Kaiser, *Bulletin de la Société Royale des Lettres de Lund*, 32, 931-1115.
- BONSOR, G. (1899). Marcas de alfares romanos, *Memorias de la Sociedad Arqueológica de Carmona*, 56-62.

- BOWMAN, A.K.; THOMAS, J.H. 1983 Vindolanda: the latin writing-tablets. *Britannia Monograph* series number 4.
- CALLENDER, M.H. (1965). *Roman amphorae, with an index of stamps*. Oxford, Oxford University Press.
- CHIC, G. (1985). *Epigrafía anfórica de la Bética I. Sevilla*, Universidad de Sevilla.
- CHIC, G. (1988). *Epigrafía anfórica de la Bética II*. Sevilla, Universidad de Sevilla.
- COLLINWOOD, R.G. (1923). *Roman Britain*. Oxford, Oxford University Press.
- COLLS, D. et alii (1977). *L'épave Port-Vendres II et le commerce de la Bétique à l'époque de Claude*. Paris, De Boccard.
- CORBIER, M. (1986). Svalutazioni, inflazione e circolazione monetaria nel terzo secolo dopo Cristo, in A. Giardina (org), *Istituzioni, ceti, economia. Società romana e Impero tardoantico*, I, Roma, Laterza, 489-533.
- DE BLOIS, L. (1976). *The policy of the Emperor Gallienus*. Leiden, Brill.
- DRESSEL, H. (1978). *Saggi sull'Instrumentum romanum*. Perugia, Eucoop.
- DRESSEL, H. (1989). *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. XV, 2. Berlim, Akademie Verlag.
- DRINKWATER, J.F. (1987). *The Gallic empire. Separation and continuity in the north-west provinces of the Roman Empire, AD 260-274*. Stuttgart, Steiner.
- DYSON, S. (1971). Native revolt in the Roman Empire, *Historia*, 20, 258-274.
- DYSON, S. (1977). Native revolt in the Roman Empire, *Anstieg und Niedergang des Römischen Reiches*, Berlin, 2,3, 167-183.
- FERNÁNDEZ, M.C. (1983). Fábricas de aceite en el campo hispano-romano, AA.VV., *Producción y comercio del aceite en la Antigüedad II*, Madrid, Universidad Complutense, 569-600.
- FRERE, S.S. & Tomlin, R.S.O. (1994). *The Roman Inscriptions of Britain, volume II, Instrumentum Domesticum*. Londres, Alan Sutton.
- FUNARI, P.P.A. (1985). A Anforologia, uma nova disciplina arqueológica, *Revista de História*, 118, 161-170.

- FUNARI, P.P.A. (1986-7). O sistema de assentamento microregional em La Campana em época romana I, *História*, São Paulo, 5/6, 85-96.
- FUNARI, P.P.A. (1987). Em torno da ânfora: a terminologia latina dos vasos recipientes, in N.F. Pinto & J.L. Brandão (orgs), *Cultura Clássica em Debate*, Belo Horizonte, UFMG/CNPq/SBEC, 51-61.
- FUNARI, P.P.A. (1987). Estudo tipológico das ânforas oleárias béticas (Dressel 20) de ca. 149 d.C., *Dédalo*, 25, 209-233.
- FUNARI, P.P.A. (1988). O sistema de assentamento microregional em La Campana em época romana II, *História*, São Paulo, 7, 47-60.
- FUNARI, P.P.A. (1991). Dressel 20 amphora inscriptions found at Vindolanda: the reading of the unpublished evidence, in V.A. Maxfield & M.J. Dobson (eds), *Roman Frontier Studies 1989*, Exeter, University of Exeter Press, 65-72.
- FUNARI, P.P.A. (1994). Baetica and the Dressel 20 production, an outline of the province's history, *Dialogues d'Histoire Ancienne*, 20, 1, 87- 105.
- HAMP, E.P. 1975 Social gradience in British spoken Latin, *Britannia*, 6, 150-162.
- KILCHER, S.M. (1983). Les amphores romaines à huile de Bétique (Dressel 20 et 23) d'Augst et Kaiseraugst. Un rapport préliminaire, AA.VV., *Producción y comercio del aceite en la Antigüedad II*, Madri, Universidad Complutense, 337-348.
- KILCHER, S.M. (1987). *Die römischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst*. Augst.
- KÖNIG, I. (1981). *Die gallischen Usurpatoren von Postumus bis Tetricus*. Munique, Beck.
- KÖRNEMANN, E. (1930). *Doppelprinzipat und Reichsteilung in Imperium Romanum*. Leipzig, Teubner.
- KUHOFF, W. (1979). *Herrsbertum und Reichskrise. Die Regierungszeit der römischen Kaiser Valerianus und Gallienus (253-268 n.Chr.)*. Bochum.
- MALLON, J. 1952 *Paléographie Romaine*. Madri, CSIC.
- MAZZA, M. (1973). *Lotte sociali e restaurazione autoritaria nel terzo secolo dopo Cristo*. Roma, Laterza.

- MCDONALD, W.A. (1991). Archeology in the 21st century: six modest recommendations, *Antiquity*, 65, 829-839.
- PANELLA, C. (1983). I contenitori oleari presenti ad Ostia in età antonina: analisi tipologica, epigrafica, quantitativa, AA.VV., *Producción y comercio del aceite en la Antigüedad II*, Madri, Universidad Complutense, 225-262.
- PEACOCK, D.P.S. & WILLIAMS, D.F. (1986). *Amphorae and the Roman economy. An introductory guide*. Londres, Longman.
- PONSICH, M. (1974). *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir I*. Paris, De Boccard.
- PONSICH, M. (1979). *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir II*. Paris, De Boccard.
- PONSICH, M. (1983). Le facteur géographique dans les moyens de transport de l'huile de Bétique, AA. VV., *Producción y comercio del aceite en la Antigüedad II*, Madri, Universidad Complutense, 101-113.
- PONSICH, M. (1987). *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir III*. Paris, De Boccard.
- PONSICH, M. (1991). *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir IV*. Paris. De Boccard.
- REMESAL, J. (1977). Economía oleícola Bética: nuevas formas de análisis, *Archivo Español de Arqueología*, 51, 87-142.
- REMESAL, J. (1983). Transformaciones en la exportación del aceite bético a mediados del siglo III d.C., AA.VV., *Producción y comercio del aceite en la Antigüedad II*, Madri, Universidad Complutense, 115-131.
- REMESAL, J. (1986). *La annona militaris y la exportación del aceite Bético a Germania*. Madri, Universidad Complutense.
- REMESAL, J. (1989). Tres nuevos centros productores de ánforas Dressel 20 y 23. Los sellos de Lucius Fabius Cilo, *Ariadna*, 6, 121-153.
- RODRÍGUEZ-ALMEIDA, E. (1972). Novedades de epigrafía anforaria del Monte Testaccio, *Recherches sur les amphores romaines*, Roma, École Française de Rome, 107-211.
- RODRÍGUEZ-ALMEIDA, E. (1979). Monte Testaccio: i mercatores dell'olio della Betica, *Mélanges de l'École Française de Rome*, 91, 874-975.
- RODRÍGUEZ-ALMEIDA, E. (1984). *Il Monte Testaccio*. Roma, Quasar.

- SCHALLMAYER, E. (1983). Römische Okkupationslinie in Obergermanien und Rätien. Zür Chronologischentypologie der Amphoren, AA. VV. *Producción y comercio del aceite en la Antigüedad II*, Madri, Universidad Complutense, 281-336.
- SCHÜPBACH, S. (1983). Avenches: contribution à la connaissance de la chronologie des estampilles sur les amphores à huile de Bétique, AA. VV., *Producción y comercio del aceite en la Antigüedad II*, Madri, Universidad Complutense, 349-362.
- SEALEY, P.R. & Tyers, P.A. (1989). Olives from Roman Spain: a unique amphora found in British waters, *The Antiquaries Journal*, 69, 1, 53-73.
- THÉVENOT, E. (1952). Una familia de negociantes en aceite establecida en la Bética en el siglo II: los Aclii Optati, *Archivo Español de Arqueología*, 25, 223-231.
- TOMLIN, R.S.O. (1988). The Curse Tablets, in B. Cunliffe (ed.), *The Temple of Sulis Minerva at Bath, volume 2, The finds from the Sacred Spring*, Oxford, Oxford Committe for Archaeology, 59-278.
- TOMLIN, R.S.O. (1993). *Personal letter to the author*. Oxford, Wolfson College.
- WILL, E.L. (1983). Exportation of olive-oil from Baetica to the Eastern Mediterranean, AA.VV., *Producción y comercio del aceite en la Antigüedad II*, Madri, Universidad Complutense, 391-440.
- ZEVI, F. (1965). Appunti sulle anfore romane. La tavola tipologica del Dressel, *Archeologia Classica*, 18,2, 208-247.

NOME (Name): _____

ENDEREÇO (Address): _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA
SUSPENSÃO DA REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further
publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: 0XX (19) 3788.1604 / 3788.1603

Telefax 0XX (19) 3788.1589

<http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/>

pub_ifch@obelix.unicamp.br